

THOMAS MORE

UTOPIA



A reflexão sobre a temática das relações internacionais está presente desde os pensadores da Antigüidade grega, como é o caso de Tucídides. Igualmente, obras como a *Utopia*, de Thomas More, e os escritos de Maquiavel, Hobbes e Montesquieu requerem, para sua melhor compreensão, uma leitura sob a ótica mais ampla das relações entre Estados e povos. No mundo moderno, como é sabido, a disciplina Relações Internacionais surgiu após a Primeira Guerra Mundial e, desde então, experimentou notável desenvolvimento, transformando-se em matéria indispensável para o entendimento do cenário atual. Assim sendo, as relações internacionais constituem área essencial do conhecimento que é, ao mesmo tempo, antiga, moderna e contemporânea.

No Brasil, apesar do crescente interesse nos meios acadêmico, político, empresarial, sindical e jornalístico pelos assuntos de relações exteriores e política internacional, constata-se enorme carência bibliográfica nessa matéria. Nesse sentido, o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais - IPRI e a Editora Universidade de Brasília estabeleceram parceria para viabilizar a edição sistemática sob a forma de coleção, de obras básicas para o estudo das relações internacionais. Algumas das obras incluídas na coleção nunca foram traduzidas para o português, como *O Direito das Gentes* de Emer de Vatell, enquanto outros títulos, apesar de não serem inéditos na língua portuguesa, encontram-se esgotados, sendo de difícil acesso. Desse modo, a coleção *Clássicos IPRI* tem por objetivo facilitar ao público interessado o acesso a obras consideradas fundamentais para o estudo das relações internacionais.

Cada um dos livros da coleção conta com apresentação feita por um especialista, que situa a obra em seu tempo, discutindo também sua importância dentro do panorama geral da reflexão sobre as relações entre Estados e nações. *Os Clássicos IPRI* destinam-se especialmente ao meio universitário brasileiro que tem registrado, nos últimos anos, um expressivo aumento no número de cursos de graduação e pós-graduação na área de relações internacionais.

Coleção
Clássicos IPRI

Tucídides
"História da Guerra do Peloponeso"
Prefácio: Hélio Jaguaribe

E.H. Carr
"Vinte Anos de Crise 1919-1939.
Prefácio: Eiiti Sato

J. M. Keynes
"As Conseqüências Econômicas da Paz"
Prefácio: Marcelo de Paiva Abreu

Raymond Aron
"Paz e Guerra entre as Nações"
Prefácio: Antonio Paim

Maquiavel
"Escritos Selecionados"
Org. e Prefácio: J. A. Guilhon Albuquerque

Hugo Grotius
"O Direito da Guerra e da Paz"
Prefácio: Celso Lafer

Alexis de Tocqueville
"Escritos Selecionados"
Org.e Prefácio: Ricardo Vélez Rodrigues

Hans Morgenthau
"A Política entre as Nações"
Prefácio: Ronaldo M. Sardenberg

Immanuel Kant
"Escritos Políticos"
Prefácio: Carlos Herinque Cardim

Samuel Puffendorf
"Do Direito Natural e das Gentes"
Prefácio: Tércio Sampaio Ferraz Jr.

Carl Von Clausewitz
"Da Guerra"
Prefácio: Domício Proença

G. W. F. Hegel
"Textos Selecionados"
Organização e Prefácio: Franklin Trein

Jean-Jacques Rousseau
"Rousseau e as Relações Internacionais"
Organização e Prefácio: Gelson Fonseca Jr.

Norman Angell
"A Grande Ilusão"
Prefácio: José Paradiso

Thomas More
"Utopia"
Prefácio: João Almino

"Conselhos Diplomáticos"
Vários autores
Organização e Prefácio:
Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Emer de Vattel
"O Direito das Gentes"
Tradução e Prefácio: Vicente Marotta Rangel

Thomas Hobbes
"Textos Selecionados"
Organização e Prefácio: Renato Janine Ribeiro

Abbé de Saint-Pierre
"Projeto para tornar Perpétua a Paz na Europa"
Organização e Prefácio: Ricardo Seitenfus

Hedley Bull
"A Sociedade Anárquica"
Prefácio: Williams Gonçalves

Francisco de Vitoria
"De Indis et De Jure Belli"
Apresentação:
Fernando Augusto Albuquerque Mourão
Prefácio:
Antônio Augusto Cançado Trindade

Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG
Presidenta: Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI
Diretora: Embaixadora Heloísa Vilhena de Araújo

Editora Universidade de Brasília – UnB
Presidente: Henryk Siewierski
Diretor: Alexandre Lima
Conselho Editorial: Clarimar Almeida Valle, Dione Oliveira Moura, Jader Soares Marinho Filho, Ricardo Silveira Bernardes e Suzete Venturelli



THOMAS MORE

UTOPIA

Prefácio:
João Almino

Tradução:
Anah de Melo Franco

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
Editora Universidade de Brasília

Brasília, 2004

Direitos c desta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS Q. 2 - Bloco C - n° 78 - 2° Andar
CEP.: 70300-500 - Brasília - DF

A presente edição foi feita em forma cooperativa entre o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI/FUNAG) e a Editora Universidade de Brasília. Todos os direitos reservados conforme a lei. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora Universidade de Brasília.

EQUIPE TÉCNICA:

Planejamento Editorial: Eiiti Sato

Tradução: Anah de Melo Franco

Prog. Visual e Diagramação: Paulo Pedersolli

Assistentes: Ana Cláudia Bezerra de Melo Filter
Rachel Couto Falcão Freire Gomes

Morus, Thomas
Utopia / Thomas More; Prefácio: João Almino; Tradução: Anah de Melo Franco . — Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.
p. – (Clássicos IPRI)

ISBN: 85-230-0783-0 (Editora UnB)
ISBN: 85-7631-017-1 (FUNAG/IPRI)

1. Política. 2. More, Sir Thomas, Santo, 1478 - 1535. Utopia. I. Almino, João. II. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 32

Efetuado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional Conforme Decreto n° 1.825, de 20.12.1907

Sumário

Prefácio - A Utopia é um império - *João Almino* IX

Apresentação à edição de 1980. - *Afonso Arinos de Melo Franco* XXXV

Nota dos Editores XXXIX

Utopia

Livro I - Discurso do notável Rafael Hitlodeu sobre a melhor das Repúblicas, registrado pelo ilustre Thomas More, cidadão e Vice-Xerife da gloriosa cidade de Londres 3

Livro II - Discurso de Rafael Hitlodeu sobre a melhor das Repúblicas, registrado por Thomas More, cidadão e Xerife da cidade de Londres 47

A ilha de Utopia 47
Suas cidades, especialmente Amaurota 51
Dos Magistrados 54
Dos Ofícios 55
A vida social e econômica dos utopienses 62
As viagens em Utopia 68
O ouro e a prata 70
A filosofia moral em Utopia 74
O prazer do aprendizado 88
Dos escravos 91
O cuidado com os enfermos 92
Sobre o casamento 93
Punições, procedimentos legais e costumes 96
As relações exteriores 99
Sobre a guerra 101
As religiões dos utopienses 112

AS CARTAS DO CÍRCULO HUMANISTA

De Thomas More para Peter Giles 135

De Peter Giles para Jerome Busleiden 139

De Jerome Busleiden para Thomas More 142

De Guillaume Budé para Thomas Lupset 145

De Erasmo de Rotterdam para Johannes Froben 152

De Thomas More para Peter Giles 153

De Erasmo de Rotterdam para Ulrich von Hutten 155

Prefácio

A UTOPIA É UM IMPÉRIO

As relações entre os povos na obra clássica de Thomas More

João Almino*

Muito se tem comentado sobre *Utopia*, livro publicado em 1516, 24 anos depois do descobrimento da América, pelo escritor inglês Thomas More (1478-1535), que aos 57 anos seria decapitado por ordem de Henrique VIII. Mas não conheço trabalho que se tenha detido sobre as relações externas da ilha imaginária da Utopia, termo que, em grego, significa "lugar nenhum". Há muito em *Utopia* de Thomas More a ser refletido sobre esse tema. Juntamente com a justiça, a paz não apenas interna, mas também entre os povos, é o bem supremo que norteia a exposição do autor inglês. Vale a pena, assim, fazer uma leitura sistemática sobre os temas da paz e da guerra, das finanças e do comércio entre os povos, da colonização e da imigração naquele livro, para dele extrair conclusões sobre seu sentido político e filosófico no campo das relações internacionais.

É pertinente observar que o relato se passa enquanto seu autor, segundo diz no próprio texto, faz uma pausa em meio a uma negociação diplomática. A data não vem explicitada no texto, mas sabe-se que é em maio de 1515 que Henrique VIII o envia como embaixador a Flandres, na defesa dos interesses dos mercadores de Londres, a fim

* João Almino é diplomata e escritor.

de dirimir litígio entre o monarca inglês e o príncipe de Castela, futuro rei Carlos V, que havia herdado os Países Baixos. A disputa gira em torno da proibição holandesa da importação de lã inglesa. Henrique VIII retaliara com um embargo contra as exportações de lã holandesa. Agora, o príncipe Carlos ameaça com a expropriação de parte da frota inglesa. Após duas reuniões em Bruges, permanece o impasse. Os embaixadores do príncipe decidem, então, como afirma More no início do Livro Primeiro de *Utopia*, viajar a Bruxelas em busca de instruções. Neste intervalo das negociações, More vai a Antuérpia, onde recebe numerosas visitas, entre as quais a de Peter Giles. Este personagem verídico, humanista menor do círculo de Erasmo e grande amigo de More, o apresenta ao português Rafael Hitlodeu, o personagem que More criou para narrar a maior parte de sua história, principalmente sob a forma de diálogo.

A observação dessas duas cidades estrangeiras, Bruges e Antuérpia, possivelmente influenciou a descrição de Amaurota, a capital da ilha da Utopia. Eram, à época, cidades prósperas, que exibiam um bom modelo urbano.

É possível que More tenha, de fato, redigido grande parte de seu livro no intervalo das negociações. Contudo, se o tempo passado da narrativa (aquele em que ocorre a história da conversa entre More, Peter Giles e Rafael Hitlodeu) coincide com o da permanência de More naquelas cidades e com aquele intervalo negociador, o tempo presente da narrativa (aquele em que o texto foi finalizado) é posterior. Isso o autor deixa claro no primeiro plano de sua exposição, ao dirigir-se a seu amigo Peter Giles, a quem envia seu relato da conversa que ambos tiveram com o navegador português.

More é, concomitantemente, o narrador "atual" dos diálogos passados, e o personagem que, no passado, dialogava com Hitlodeu. A maior parte do tempo, narra a história que Rafael Hitlodeu contou. E quem é este personagem imaginário e principal? Não por acaso teria abandonado seus irmãos e sua propriedade em Portugal e se juntado a Américo Vespúcio em três de suas "quatro" viagens (historiadores até

hoje debatem se terão sido apenas duas ou, no máximo, três essas viagens). Ora, em 1507 havia sido publicado, com grande repercussão, o *Mundus Novus*, relato das viagens de Vespúcio no qual este descrevia povos selvagens que, como o da ilha da Utopia, não valorizavam o ouro nem as pérolas, viviam de acordo com a natureza (na Utopia, poderíamos acrescentar também "de acordo com a razão") e eram mais epicuristas que estóicos. Ao lado de Santo Agostinho e Platão, Vespúcio é, portanto, uma referência para More.

A *Utopia* é uma obra que pode ser interpretada sobretudo como uma crítica à Inglaterra das primeiras décadas do século XVI. E não apenas à Inglaterra, mas também a outros estados europeus, como a França, explicitamente citada. O contraste entre, de um lado, a ilha imaginária e, de outro, não apenas esta outra ilha, a Inglaterra, mas também, de forma mais ampla, a Europa, fornece as bases dessa crítica. Agindo segundo a razão, e mesmo sem conhecer o cristianismo, os utopienses vivem melhor do que os europeus e foram capazes de construir instituições que merecem respeito e admiração, enquanto os povos cristãos não conseguem pôr em prática as virtudes consagradas por sua religião e se destroem uns aos outros. Os utopienses comportam-se, no fundo, como se fossem verdadeiros cristãos; fazem o que os europeus deveriam fazer, se seguissem seus próprios preceitos cristãos.

Essa crítica moral aos estados europeus passa também pela crítica a suas relações internacionais. Uma delas se dirige a seu belicismo e à sua ânsia desmesurada e descabida de conquistar novos territórios, em vez de bem administrar os que já possuem. Pode ser ilustrada pela passagem em que More sugere que Rafael venha a ser conselheiro de algum rei. Em sua resposta, Rafael explica que as virtudes que possui não serviriam para assuntos de Estado, pois os príncipes preferem as questões militares, das quais ele nada sabe nem deseja saber, às artes benéficas da paz. Argumenta que seria, assim, inútil vir a ser conselheiro de um rei. Se fizesse parte do Conselho do rei da França, por exemplo, e se lhe indagassem sobre as combinações e intrigas para conservar Milão, sobre como reter a amizade do reino de Nápoles e outras

questões que tivessem a ver com a ocupação de outros países, não seria escutado se aconselhasse o rei a abandonar a Itália; se chamasse a atenção para a extensão do próprio reino da França que, de tão grande, quase não pode ser administrado comodamente por um só homem; se perguntasse por que haveria o rei de desejar anexar novos territórios; se dissesse que as aventuras guerreiras esgotam o erário e destroem os povos.

A referida passagem pode ser considerada uma indicação sobre o sentido atribuído por More a seu próprio livro. De fato, da mesma forma como seria inútil para Rafael aconselhar os reis sobre a boa política, seria inútil apontar a Utopia como exemplo para a Europa. É como se More dissesse: sei que não serei ouvido, pelo menos não pelos governantes, mas ainda assim eis meu relato. Busca com isso um efeito retórico. Os comentários acima, de Rafael, se coadunam com a afirmação de More ao final do livro, quando, ao comentar que há na República da Utopia muitas coisas que desejaria ver em "nossas cidades", conclui: "coisa que mais desejo do que espero."

O relato deixa claro que o orgulho é o motor da guerra. Rafael chama de insanos os governantes por acreditarem que o bem-estar de seus países somente pode ser garantido por um exército forte e numeroso, constantemente em prontidão, parecendo até que buscam a guerra para exercitar as tropas. Os exércitos seriam mantidos pelos príncipes europeus para alimentar suas glórias, às custas dos súditos.

Essa crítica veemente às guerras de conquista e às expansões territoriais terão certamente influenciado outros pensadores. Rousseau, por exemplo, em seu comentário ao *Projeto da Paz Perpétua* do Abade de Saint-Pierre, reconhecia que aquele projeto, embora sensato, seria menosprezado pelos governantes europeus, mais interessados na guerra e na expansão de seu próprio poder do que no bem de seus súditos. Há aqui um paralelismo com o argumento de Rafael segundo o qual quanto menos os súditos possuem, tanto melhor para o soberano. Este se sente mais seguro quando aqueles não têm demasiadas riquezas nem gozam de liberdade excessiva. As riquezas e a liberdade tornariam

os súditos menos pacientes para suportar a dureza e a injustiça, enquanto a miséria e a pobreza debilitariam os ânimos e os tornariam cordatos e pacientes, abafando o espírito de rebeldia, contrariamente à crença, hoje em dia corrente, de que a miséria e a opressão são socialmente explosivas e podem gerar revoltas.

Assumamos a ficção de More para analisar as relações da ilha da Utopia, seja com a Europa, seja com os outros povos de seu próprio mundo utópico.

Autonomia, autodeterminação e as relações com as nações vizinhas

Sobre as relações com a Europa, há pouco no livro de More. Mas esse pouco é significativo, pois lança um alerta sobre o sentido da colonização européia de terras ocupadas por povos considerados primitivos e relativiza a importância da difusão da fé cristã, por meio da catequese. Em primeiro lugar, há a menção àqueles europeus que gostariam de colonizar a Utopia, e sobretudo, de catequizar seu povo. More contrasta as boas intenções dos colonizadores com sua cegueira em relação às qualidades da Utopia. Deixa transparecer que não veria vantagem nessa colonização. É como se dissesse: é assim que nós, europeus colonizadores, agimos, quando pode ser que o povo colonizado tenha atingido um grau de civilização maior do que o nosso, embora com outra religião e outros costumes.

É provável que esteja sendo irônico quando se refere às sementes da religião cristã que felizmente já teriam sido lançadas na Utopia. A propósito das boas intenções, cita o caso de um professor de Teologia que quer ser um enviado do Papa àquela ilha para aí desenvolver e expandir o cristianismo, fazendo-o por zelo piedoso e não pelo desejo de lucros ou honrarias.

O contexto externo é fundamental para a própria fundação da Utopia. De fato, segundo o relato de Rafael, a Utopia é uma criação estrangeira, ou seja, originou-se com a conquista de um invasor, chamado Utopos, que deu nome ao novo país. Quando chegara, ali encontrara

um povo primitivo. Presume-se que, sem esta conquista e o choque que ela terá provocado, a ilha jamais teria atingido o alto estágio de civilização de que goza.

Embora o ato fundacional tenha se assentado sobre a exposição da ilha ao que veio de fora, a superação do estágio primitivo se dera não pela abertura ao mundo, mas pelo fechamento. Nada mais ilustrativo disso do que a decisão do conquistador, logo após sua vitória, de mandar cortar o istmo de quinze mil passos que unia o país ao continente.

A Utopia aspira, acima de tudo, quanto as suas relações com o resto do mundo, a independizar-se e tornar-se autosuficiente, reduzindo, para isso, sua exposição externa. Na verdade, segundo depreende-se da narrativa de Rafael, já teria conquistado essa situação. Trata-se de uma visão contrária à que, séculos depois da publicação do livro de More, viria a ser considerada "liberal". Não apenas há, no mundo utópico, pouco apreço pela abertura externa. Nele não há, tampouco, qualquer noção do que hoje se chama "interdependência".

Igualmente no plano cultural, a Utopia é uma ilha, com costumes muito diferentes dos de outros povos. Para exemplificar este ponto, bastaria assinalar o ridículo a que se expuseram os embaixadores anemolianos (de país muito distante), quando chegaram à Utopia vestidos de ouro e, portanto, cobertos com o que constitui naquela ilha o material para o suplício dos escravos ou um brinquedo das crianças. Os utopienses viram no explendor dos visitantes uma exibição vergo-nhosa. Deixavam passar com grande indiferença os embaixadores, a quem tomavam por escravos. Reverenciavam, por outro lado, os criados, tomando-os por senhores.

Essas diferenças culturais e o fechamento relativo da Utopia ao exterior não significam, porém, que os utopienses não se interessem por outros povos ou pelo que se passa alhures. Ao contrário, são receptivos aos visitantes estrangeiros. Rafael afirma, por exemplo, que quem chega como visitante, se sabe fazer-se apreciar por seus dons de inteligência ou pela experiência adquirida em viagens, é recebido com grande benevolência, pois os utopienses gostam de ouvir o que se

passa no mundo. Além disso, assimilam o que há de melhor noutras civilizações, como quando os romanos e egípcios sobreviveram ao naufrágio em suas costas, em 315 d.C. Da mesma forma, quando Rafael lhes fala da literatura e da filosofia gregas, reagem com grande interesse. Interessam-se pelo estrangeiro não apenas como assimiladores de cultura e conhecimento, mas também e sobretudo em outro sentido: crêem que os outros povos lhes serão gratos por irradiarem e distribuírem a paz, a riqueza e a felicidade, se necessário por meio da guerra.

A Utopia tem superioridade inconteste sobre os demais povos. Coloniza os vizinhos, que se deixam colonizar e, por admirar suas virtudes, pedem-lhes administradores. A idéia transmitida por Rafael é a de que os povos assim assistidos pela Utopia acabam tendo a melhor forma de governo, pois a saúde e a ruína dos Estados depende dos costumes dos administradores. O melhor administrador é o que não se corrompe. Ora, os utopienses não se vendem por dinheiro (inútil, por não ter valor na Utopia) e, sendo estranhos aos cidadãos do país administrado, não cedem por afeto nem perseguem por inimizade.

Não ocorre a More (ou a seu personagem Rafael) questionar-se sobre o valor da autodeterminação e da soberania para povos que querem ser governados pelos utopienses por admirar suas virtudes. Estes povos subordinados, governados pela Utopia, são chamados de "aliados". Outros aos quais os utopienses outorgam benefícios são "amigos". Nem aliado, nem amigo é considerado pela Utopia um seu igual. Ou seja, se na relação entre a Europa e a Utopia, More procurou, através do relato de seu personagem Rafael, relativizar a superioridade européia, na concepção do próprio mundo da Utopia não imaginou a existência de povos que pudessem rivalizar com aquela ilha em riqueza, felicidade, poderio financeiro, tecnológico e militar, em qualidades morais ou virtudes políticas.

Segundo Rafael, os utopienses não fazem alianças formais. Têm baixo apreço por tratados internacionais, pois observam que outras nações os rasgam com a mesma facilidade com que os celebram. Os homens seriam naturalmente gregários, e não haveria por que esperar

de quem não dá valor aos laços naturais que o dê a simples palavras. Ou seja, os homens seriam mais fortemente unidos por sua boa vontade do que pelos tratados; pelos seus sentimentos ou seu coração, do que por protocolos ou palavras escritas. Somente a natureza pode estar na base da amizade entre as nações. Se ela não torna o homem amigo do homem, os tratados ou as alianças não seriam capazes de fazê-lo. Locke vai mais tarde defender posição semelhante nos seus *Dois Tratados sobre o Governo*, de 1690.

Ao contrário de seu contemporâneo Maquiavel, que via uma disposição natural para o conflito entre os vizinhos, More julga absurdo que homens separados por apenas um morro ou um rio não estejam ligados por nenhum laço da natureza; que tenham nascido inimigos naturais e portanto, ataquem uns aos outros salvo quando impedidos por tratados.

A este propósito, através do relato de Rafael, é satírico ao comentar a prática dos estados europeus, ao contrastá-la com a dos utopienses. Descreve-a como o exato oposto da realidade: "Em verdade, na Europa e, principalmente, nas terras em que prevalece a fé cristã, os tratados são sagrados e invioláveis, em parte devido à virtude e à justiça dos príncipes e em parte, também, devido ao temor respeitoso que inspira o Sumo Pontífice. Os papas não prometem nada que não cumpram conscienciosamente e, da mesma forma, obrigam os outros soberanos a manterem suas promessas, usando de todos os meios e, àqueles que tergiversam, empregam a censura pastoral e severas sanções."

A defesa e a guerra

Além de amigos e aliados (sem alianças formais, como ficou claro), os utopienses têm inimigos (ou inimigos potenciais), dos quais é preciso defender-se. Algumas das medidas que adotam são de precaução. Há pelo menos quatro tipos de obstáculos físicos de grande importância para a defesa da ilha:

1) em primeiro lugar, há obstáculos com os quais o potencial inimigo se defronta quando tenta se aproximar da ilha. Num lado, como se

afirma no início do Livro Segundo, há pedras perigosas, ocultas sob a água, que impedem a chegada de navios. Do outro lado, há vários portos, mas sempre os pontos de fácil desembarque estão protegidos por meios naturais ou artificiais. Uns poucos defensores podem, por conseguinte, facilmente rechaçar até mesmo um exército poderoso;

2) em segundo lugar, existe uma proteção à fonte de água que serve a capital. Trata-se de fortificações ligadas aos muros da cidade. A fonte em questão dá origem a um rio muito agradável que atravessa Amaurota para desembocar no rio Anidro. No caso de ataque inimigo, seu curso não pode ser interrompido, desviado, nem envenenado;

3) em terceiro lugar, uma muralha alta e grossa rodeia a capital. Por três lados está circundada por um fosso sem água, largo e profundo, repleto de urtigas e de espinhos. No quarto, o rio serve de fosso;

4) em quarto lugar, erguem-se edificações, como medidas de defesa, no próprio campo de batalha. Trata-se de medidas de defesa tomadas em plena guerra. Os utopienses cercam os campos com fossos largos e profundos. Os escombros dessas escavações são jogados para o interior dos muros. Como todo o exército participa desse trabalho, constróem rapidamente poderosas fortificações que circundam uma grande extensão de terra.

Além disso, há que destacar o grande avanço técnico da Utopia, que lhe permite investir na fabricação e aperfeiçoamento de suas armas. Os utopienses também fazem uso inteligente de armas simples. Para combater à distância, utilizam flechas, que tanto os cavaleiros quanto os soldados de infantaria sabem lançar com segurança e força. Nas batalhas, em vez de utilizarem espadas, usam machados cujo fio e pesos são tais que, dependendo da direção do golpe, ocasionam a morte. As armaduras são fabricadas com técnicas especiais. São resistentes e não atrapalham nem os movimentos nem os gestos, de tal forma que os soldados utopienses podem até nadar armados, sem o menor inconveniente. Além disso, as armas de maior porte, escondidas para evitar a divulgação prematura dos planos de guerra, são engenhosas, facilmente transportáveis e podem ser viradas para todas a direções.

Mas a visão inteligente e ampla da defesa não se limita a seus aspectos físicos. A melhor forma de defesa é, pela descrição de Rafael, a solidez das instituições e a coesão interna da Utopia. É a concórdia interior e essa solidez das instituições que impedem que a inveja de príncipes vizinhos perturbe e sacuda o império utopiense. Sempre que tentaram, foram rechaçados. Essas características explicam por que outros não podem utilizar em relação à Utopia determinadas táticas de guerra que os utopienses empregam contra eles e que contam com a colaboração de cidadãos do próprio campo inimigo, táticas a que vou me referir mais adiante.

Finalmente, os utopienses exercitam-se na arte da guerra e preparam-se para sua eventualidade. Assim, estão bem preparados, material e espiritualmente, para enfrentar o inimigo. Apesar de abominarem a guerra e a despeito de tudo o que fazem para evitá-la, ela parece ser parte de seu cotidiano. Da mesma forma que ocorre na Europa, representa um risco permanente. Embora More tenha criticado os estados europeus por manterem exércitos em pé de guerra, a Utopia também treina permanentemente homens e mulheres para lutar.

Alguns dos comentários de More fazem recordar o pensamento de seu amigo Erasmo. Por exemplo, na linha do que este afirma em *Dulce Bellum Inexpertis,* Rafael diz que os utopienses julgam a guerra uma paixão digna dos animais ferozes, embora seja menos freqüente entre as espécies animais que entre os homens.

A guerra é entendida como um *recurso extremo.* Sempre são preferíveis as soluções negociadas. Quando guerreiam, os utopienses almejam apenas que lhes seja dada a satisfação que, se já tivesse sido obtida, impediria a guerra. Ao contrário de quase todos os demais povos, os utopienses crêem que nada há de mais desprezível que a glória nos campos de batalha. Assim, jamais empreendem a guerra por motivo fútil. Há, porém, seis razões para que a Utopia entre em guerra.

Em primeiro lugar, há guerras fundamentalmente defensivas para proteger o próprio território. Entre estas, existem as que podem ser definidas como *ataques preventivos,* para evitar o combate em seu próprio

território. Não há referência na *Utopia* neste caso à declaração de guerra por parte do inimigo, nem à necessidade de se comprovar a mobilização das tropas do adversário. É suficiente que os utopienses avaliem o perigo inimigo como iminente, ou seja, que saibam (deveríamos acrescentar "ou julguem saber") da intenção de algum príncipe de invadir a Utopia com seu exército. Neste caso, vão ao encontro do inimigo com grandes contingentes. Trata-se de tema que será, em 1625, desenvolvido pelo holandês Hugo Grotius, em *O Direito da Guerra e da Paz* (*De Jure Belli ac Pacis*), especialmente no capítulo 1 do Livro II, sobre a defesa da pessoa e da propriedade. Embora reconhecendo o direito de antecipar e prevenir o ataque inimigo, Grotius estabelece como condição para o exercício desse direito o perigo imediato; critica, com base em Tucídides e outros, o recurso à ação preventiva baseada em qualquer grau de medo ou em suspeitas vagas; recorre ainda a exemplos da literatura, para mostrar que, para prevenir as supostas intenções dos adversários, têm-se cometido as maiores crueldades contra inocentes; finalmente defende que, se não há violência imediata, o conhecimento prévio do perigo deverá levar à aplicação de remédios preventivos legais que não a guerra.

Em segundo lugar, há guerras defensivas para proteger o território de nação amiga, se o inimigo a invadiu. O texto de More não faz menção à necessidade de solicitação por parte dos protegidos. Portanto, aparentemente a Utopia pode tomar a decisão sozinha.

Em terceiro lugar, os utopienses empreendem guerras "por humanidade" para livrar um povo da servidão e do jugo de um tirano, algo semelhante ao que hoje se tem chamado "intervenção humanitária". Não há menção de More à necessidade de consulta a esse povo, nem de uma solicitação sua para tal fim.

Um quarto tipo de guerra é provocado pela morte ou ferimento injusto de algum cidadão da Utopia, se o que hoje conhecemos como "extradição" dos culpados lhe é negada. Diz Rafael: "... se um de seus cidadãos vier a ser morto ou mutilado no estrangeiro, seja por um governo ou por um particular, primeiramente os utopienses enviam

uma missão para avaliar as circunstâncias, em seguida solicitam a entrega dos culpados. Se a demanda não for atendida, não permitem que a questão seja postergada e declaram guerra imediatamente. Se os culpados forem entregues, sua punição será a morte ou a escravidão."

Em quinto lugar, há guerras de vingança e para exercer represálias, quando foram causados prejuízos a nações amigas. As razões podem ser comerciais, financeiras (tais como a falta de um pagamento) ou pilhagem cometida por invasão armada. Há casos relacionados com a interpretação do direito – do que é justo ou injusto na aplicação da lei. Num mundo em que não há a noção de um direito internacional e muito menos a idéia de um direito internacional consensual, as leis nacionais de aplicação internacional podem ser consideradas injustas e sua aplicação pode ser causa para a guerra, sendo que é a própria Utopia quem define a existência ou não dessa injustiça. Os utopienses reagem até mais energicamente quando a injustiça de uma lei ou a interpretação maliciosa de um dispositivo legal, embora bom em si mesmo, servem de pretexto a chicanas de que são vítimas os comerciantes de uma nação amiga. No entanto, nesses casos de guerras de represália, os utopienses somente agem se foram consultados antes da abertura das hostilidades e após a recusa do adversário em restituir o que deve, o que o caracteriza como o responsável pela guerra.

Finalmente, pelas razões apontadas mais adiante quando tratarmos da implantação de colônias no estrangeiro, se julgam no direito de guerrear contra povos que oferecem resistência à sua ocupação de terras inexploradas.

Julgam sobre a justiça ou injustiça praticada contra outros, assim como tomam atitudes em nome do interesse alheio. Sabem o que é melhor para os demais. Assim, podem fazer guerras em defesa do suposto interesse alheio, tal como o interpretam.

More deixa claro que, embora as motivações utopienses para empreender as guerras sejam racionais, o resultado pode não ser, pois a razão nem sempre leva a conseqüências racionais. As conseqüências podem ser até mesmo desastrosas, como revela a guerra havida entre

os utopienses e seus aliados nefelogetas contra os alaopolitas, deflagrada quando estes, crendo poder invocar um pretexto legal, haviam molestado os mercadores nefelogetas. A guerra foi atroz e – diríamos hoje - se transformou num conflito mundial, envolvendo várias nações segundo seus laços de amizade ou de inimizade. Trata-se de guerra de amplas conseqüências: estados florescentes ficaram abalados, outros arrasados. Como resultado final, não ocorreu apenas a indenização feita pelos alaopolitas aos nefelogetas, mas a capitulação dos alaopolitas e sua escravidão. Neste caso, os utopienses não haviam se batido por seu próprio interesse e acabaram contribuindo para uma situação ainda mais injusta do que a que dera origem à guerra.

A Utopia, cujas intenções são sempre boas, não apenas interpreta o interesse alheio, mas também às vezes a tal ponto o acolhe que chega a bater-se por ele, de forma altruísta e generosa, como se fosse seu. Por exemplo, como não existe na Utopia o mesmo apreço pelo dinheiro que em outros lugares, os utopienses são mais enérgicos na defesa de seus amigos, quando se trata de questão de dinheiro, do que em sua própria defesa.

Há casos de retaliação em que são suficientes os embargos comerciais, não se justificando a guerra. Isso ocorre quando, num país amigo, cidadãos são fraudulentamente despojados de seus bens, porém sem violência. Os utopienses crêem que seria crueldade provocar a morte de muitos, apenas por vingança de um dano dessa natureza, que não afeta nem a vida nem a subsistência dos seus concidadãos. Considerado o melhor recurso, o embargo permanece até se obterem satisfações.

É interessante observar, em contraste com a Europa da época de More, que, não por acaso, inexistem guerras de religião na Utopia. Utopos tinha conhecimento dessas guerras a que se sujeitava o país antes de sua chegada. Assim, depois de sua vitória, proclamou a liberdade de culto. O proselitismo é permitido com a condição de ser exercido com moderação, de propagar a fé com argumentos sensatos e de não destruir brutalmente a religião dos outros, sendo proibido recorrer à

violência e à injúria. A intolerância nas controvérsias religiosas é punida com o exílio ou a escravidão.

A repressão ao fanatismo religioso, capaz de provocar a desordem pública, é exemplificada por More, no relato de Rafael, justamente pela experiência de um cristão: "Enquanto eu estive lá, houve apenas um caso de alguém que teve problemas com a lei. Logo após ter sido batizado, passou a pregar a fé cristã com mais zelo do que discreção. Nós o alertamos para não fazê-lo, mas ele, em sua exaltação, dizia que não apenas preferia a nossa religião, mas também que condenava todas as demais religiões como profanas em si mesmas e que levavam seus sacrílegos seguidores a merecerem as chamas do inferno. Depois de agir por um bom tempo dessa maneira, foi preso. Eles o acusaram e o julgaram não por ter desprezado sua religião, mas por provocar desordem pública. Foi considerado culpado e condenado ao exílio. Uma das mais antigas instituições da Utopia é aquela que diz que ninguém pode ser agredido em razão de sua religião."

Os escrúpulos da guerra e o sentimento humanitário

Na arte da guerra, os utopienses preferem usar a inteligência e a reflexão. Por isso, envergonham-se com uma vitória sangrenta. Por outro lado, vangloriam-se quando vencem seus inimigos pela esperteza e o artifício, o que pode incluir práticas inescrupulosas: incitam à traição e à discórdia na realeza do campo adversário, fazem represálias vingativas, oferecem recompensas para assassinatos, contratam mercenários e levam as mulheres e filhos de seus próprios soldados aos campos de batalha para que estes se sintam estimulados a combater com mais firmeza. Um dos objetivos principais, como veremos, é o de reduzir o número de suas vítimas.

Eis, de forma mais detalhada, algumas dessas táticas:

1) logo que a guerra é declarada, mandam afixar, secretamente, no país inimigo, cartazes em que oferecem enormes recompensas a quem matar o príncipe inimigo; nos mesmos cartazes, põem a prêmio, com

recompensas menores, mas ainda assim generosas e capazes de compensar o tamanho do perigo enfrentado, as cabeças daqueles que, ocupando posição logo abaixo do príncipe, são responsáveis pelas hostilidades; a recompensa é dobrada para quem entregar vivo um daqueles cujas cabeças foram postas a prêmio;

2) cada um desses últimos é induzido a trair seus próprios compatriotas, sendo-lhes oferecida a mesma recompensa. Assim, semeia-se a desconfiança entre os adversários. Todos acabam por desconfiar de todos. Como o dinheiro suborna facilmente, o próprio príncipe pode ser entregue por aqueles em quem depositava maior confiança;

3) os utopienses corrompem o inimigo não apenas por meio do pagamento de enormes quantidade de ouro, mas também da distribuição de terras lucrativas que, na realidade, não são suas; são terras situadas nas nações aliadas, não havendo menção no texto à necessidade de consulta a essas nações;

4) se essas táticas não funcionam, tratam de criar dissidências e facções opostas no seio do território inimigo, semeando os germes da discórdia. Dão, por exemplo, ao irmão do rei inimigo ou a algum outro personagem importante, a esperança de tomar o poder;

5) outra tática é a de incitar nações vizinhas a entrarem na guerra, exumando algum dos velhos títulos cuja posse definitiva jamais foi determinada, que nunca faltam aos monarcas;

6) finalmente, podem pagar grandes somas de dinheiro para incentivar os aliados a entrarem na guerra.

Acrescente-se a essas táticas o emprego de mercenários recrutados de todos os países, sobretudo os zapoletas. Esse povo "grosseiro, selvagem e feroz vive a uma distância de 500 mil passos a leste da ilha. Nascido para a guerra, procura toda oportunidade de fazê-la, oferecendo-se a preço vil a quem precisa de soldados." Nenhum país lhes oferece soldos tão elevados quanto a Utopia. Os utopienses, que tratam com tanta consideração os homens de bem, não hesitam em levar à morte seres tão abjetos, por cujo desaparecimento a humanidade

ficaria grata. Se as circunstâncias o exigem e em troca de grandes promessas, empurram à frente os zapoletas e lhes dão as missões mais perigosas, das quais a maioria não volta com vida para reclamar o que lhe é devido. Os sobreviventes recebem exatamente o que lhes fora prometido, como incentivo e para que demonstrem novamente o mesmo destemor.

Os utopienses também empregam na guerra as tropas dos povos em favor dos quais combatem; e, finalmente, batalhões auxiliares fornecidos por seus outros aliados.

Estas táticas e práticas se justificam, na perspectiva utopiense, porque reduzem o número geral de mortes nos campos de batalha. Em alguns casos, somente um punhado de culpados morre, evitando-se os combates. Os utopienses vêem como prova de humanidade e misericórdia salvar a vida de milhares de inocentes que, de outra forma, sucumbiriam nos campos de batalha. Procuram minimizar sobretudo suas próprias baixas. Na verdade, enviam à guerra muito poucos de seus cidadãos. Têm tanto apreço por eles que não aceitariam trocar um só, mesmo que fosse por um rei inimigo.

Já o dinheiro, podem gastar, sem que passem a viver com menos conforto. No fundo, é o dinheiro que corrompe o inimigo. E é o fato de que o dinheiro não tem o mesmo valor entre os utopienses (que jamais seriam corruptíveis por prêmios semelhantes), que pode explicar que tais táticas não possam ser empregadas por outros contra a própria Utopia.

Quando, apesar de tudo o que foi dito acima, é indispensável a entrada na guerra de seus próprios concidadãos, os utopienses estão dispostos a morrer em defesa da honra. Engajam-se com intrepidez e com a confiança alimentada pelo perfeito conhecimento da arte militar e a excelente educação. Colocam à frente das tropas alguém de experimentada valentia. A ele juntam dois substitutos, que não têm qualquer poder enquanto o comandante das tropas estiver vivo. Se este vier a ser preso ou morto, um desses substitutos ocupa imediatamente seu lugar e, se as circunstâncias exigirem, o comando pode passar ao terceiro. Ninguém é alistado à força para expedições no estrangeiro. Cada cidade organiza e exercita uma tropa de voluntários. As mulheres podem

juntar-se aos maridos nos campos de batalha. Uma elite de jovens parte à procura do chefe inimigo, ataca-o diretamente ou o atrai para uma emboscada.

Também nas táticas e estratégias da guerra são valorizados a inteligência, a sabedoria, a disciplina, a esperteza e o artifício. Os utopienses, aliás, demonstram habilidade em montar emboscadas e astúcia em desmontá-las. Quando parece que preparam a fuga, nem estão pensando nisso. Por outro lado, se a julgarem necessária, a realizam de tal forma que é impossível ao inimigo adivinhá-lo. Retiram-se em tão boa ordem que é tão perigoso atacá-los na retirada quanto quando avançam para o combate.

Ao praticarem uma espécie de direito humanitário internacional *avant la lettre*, os sacerdotes interpretam o interesse da Utopia a mais longo prazo ou enxergam além desses interesses, em nome da concórdia e de valores caros a todos os povos. De fato, sua missão principal, a mais honrosa de todas, segundo diz Rafael, é contribuir para a paz. Durante os combates, permanecem próximos aos campos de batalha, ajoelhados e paramentados. Com as mãos levantadas para o céu, imploram, em primeiro lugar, pela paz, depois por uma vitória da Utopia que não seja sangrenta para qualquer dos lados. Se os utopienses vencem, correm à linha de batalha e impedem o massacre dos vencidos. Quem, ao vê-los se aproximarem, os chama, tem a vida salva. Quem toca suas estolas preserva seus bens. Daí a veneração que todos os povos lhes têm, graças à qual podem obter do inimigo, muitas vezes, a salvação de seus concidadãos. Rafael narra um caso em que, no momento em que o inimigo se lançava ao morticínio e à pilhagem dos utopienses que batiam em retirada, a intervenção dos sacerdotes suspendeu o massacre, separou os dois exércitos e trouxe a conclusão da paz em condições justas.

Ao descrever o comportamento dos utopienses em relação aos inimigos, More está, implicitamente, contrastando-o com os europeus de seu tempo. Assim, quando vitoriosos, os utopienses não continuam a massacrar os vencidos. Preferem fazer prisioneiros os fugitivos, em vez de matá-los, e deixar fugir os inimigos em vez de dispersar suas

tropas no empenho de aprisioná-los. Nunca maltratam um homem desarmado, a menos que seja um espião e, em algumas situações, são benevolentes com os vencidos também por razões utilitárias de longo prazo. Assim, não é apenas por respeito aos conquistados que não devastam suas terras nem queimam suas colheitas, evitando até mesmo que sejam pisadas por suas tropas e seus cavalos, mas igualmente por compreenderem que um dia poderão lhes servir. De forma semelhante, protegem as cidades que se rendem e não saqueiam as que tomam de assalto. No fundo, como entendem que as guerras são feitas pelos governantes, ou seja, que os soldados fazem as guerras não por sua própria decisão, mas porque para ela são levados pelo furor dos príncipes, têm piedade das tropas inimigas.

Há uma gradação no tratamento dado aos inimigos, a qual depende do comportamento deles na guerra. Matam os que se opõem à rendição. Levam como escravos os outros combatentes. Porém não tocam nos que não tomaram parte na guerra. E recompensam os que aconselharam a capitulação, atribuindo-lhes uma parte dos bens dos condenados. Destinam outra parte desses bens às tropas auxiliares. Nada guardam para si. No entanto, exigem dos vencidos indenizações pecuniárias, que deixam de reserva para o caso de guerra futura, bem como indenizações sob a forma de terras rentáveis, das quais se apropriam para sempre. Observam as tréguas com tanto rigor que, mesmo quando provocados pelo inimigo, não violam seus compromissos.

A Utopia é um império

A supremacia internacional da Utopia e sua capacidade de financiar as guerras se explicam em grande medida pelas riquezas acumuladas e sua condição de credora de outros países. De fato, além das riquezas que possuem na ilha, os utopienses têm no exterior, como reserva, somas imensas debitadas por muitas nações. Esses créditos são provenientes das mais diversas causas. Seu montante total, progressivamente aumentando, somaria a mais de "setecentos mil

ducados" por ano. Enviam ao estrangeiro alguns coletores fiscais, que aí vivem magnificamente como grandes senhores. Ainda assim, sobram recursos. Parte das rendas das terras que administram no estrangeiro é destinada ao Tesouro, salvo quando preferem emprestá-las ao país onde se encontram essas terras. É raro reclamarem o pagamento total das somas devidas, preservando, portanto, sua situação de credores.

Há no livro de More a idéia da justiça no comércio internacional. Os utopienses aplicam preços módicos a suas exportações e se preocupam com a pobreza não apenas no seu próprio solo mas também em outros países, ao doarem aos pobres de cada país importador um sétimo dos produtos que para lá exportam. Para realizar esse comércio, produzem excedentes, plantando trigo, por exemplo, e criando gado em quantidade superior a suas necessidades. Quando têm provisões suficientes para dois anos de produtos como trigo, mel, lã, linho, madeiras, grãos, couros e peles e animais, vendem o excedente a outros países. Com os ingressos provenientes de suas exportações, importam não apenas bens de que necessitam (basicamente o ferro, pois são em quase tudo autosuficientes), mas também grande quantidade de ouro e prata (para aumentar suas reservas).

A criação dessas reservas e, sobretudo, a manutenção de outros países em permanente endividamento fazem parte de sua estratégia de dominação. Esta estratégia explica que não tenham pressa em cobrar pagamentos; que lhes seja indiferente que suas vendas ao estrangeiro sejam à vista ou a prazo e que tenham cuidado em assegurar que as obrigações de pagamento relativas ao comércio que realizam sejam contraídas por Estados e não por particulares. Neste último caso, ao realizarem suas vendas no exterior, não aceitam documentos de particulares sem o aval de alguma cidade. É a cidade que, ao se aproximar a data do vencimento, reclama o pagamento aos devedores particulares, depositando as somas correspondentes em seu próprio Tesouro e podendo delas fazer uso até que os utopienses as reclamem. Em geral, os utopienses não reclamam a totalidade desses recursos, a não ser quando as circunstâncias o exigem, por exemplo quando deles precisam

para emprestar a outro país ou para fazer a guerra. É com esse dinheiro que pagam aos mercenários e compram até os inimigos, como já foi assinalado.

A existência do comércio não caracteriza uma expressiva abertura para o exterior, já que a necessidade de importação está limitada ao ferro. Por esta mesma razão, poucos comerciantes vêm à ilha negociar. Tampouco vêm em busca de importações, pois as exportações da Utopia são realizadas pelos próprios utopienses, desejosos de conhecer países estrangeiros e de preservar o costume e a perícia das coisas marítimas.

Depreende-se dos comentários de Rafael que povos vizinhos aceitam facilmente ser colonizados pela Utopia. De fato, os utopienses têm colônias, que são fundadas quando a população de sua ilha se torna excessiva. Neste caso, designam de qualquer cidade habitantes que vão fundar no continente próximo uma colônia à qual aplicam suas leis. Escolhem um território onde o povo local possua mais terras do que necessita e não as cultive. Ao ocuparem essas terras devolutas, atraem também os habitantes locais. Graças a esta união voluntária e à comunidade de instituições e costumes, ambos os povos chegam facilmente a fundir-se num só. Ao assim proceder, os utopienses conseguem tornar fértil a terra que os locais consideravam árida.

Como colonizadores, podem ser injustos e nada éticos. Os povos que recusam sua convivência, por exemplo, são expulsos de suas terras, que são apropriadas pelos colonizadores. Se alguns oferecem resistência, os novos colonos lhes fazem guerra. Tomam por justa causa de guerra a posse do território por um povo que o mantém despovoado, inútil e deserto, enquanto proíbe seu uso e posse aos que, por lei natural, têm o direito de achar nele alimento. Locke vai, mais tarde, nos seus *Dois Tratados de Governo* basear-se em idéias semelhantes para afirmar que a propriedade de um homem sobre a terra é tanto quanto ele lavra, planta, melhora, cultiva e dela pode usar seu produto e, assim, justificar a propriedade daqueles que são laboriosos, industriosos e racionais, em contraposição aos que não o são.

Os utopienses não têm, tampouco, escrúpulos de colocar seus interesses acima do das colônias quando precisam repatriar seus cidadãos. Essa necessidade existe quando uma realocação dos próprios habitantes da ilha não é suficiente para cobrir a diminuição de população em determinados lugares sem que o total da população fique abaixo do número considerado adequado. Isso ocorreu, segundo o relato de Rafael, pelo menos em duas ocasiões em que epidemias dizimaram a população. Os utopienses preferem o desaparecimento das colônias à diminuição da importância de qualquer de suas cidades.

O tratamento que dão aos trabalhadores imigrantes é igual ao aplicado aos próprios cidadãos, salvo num ponto: impõem-lhes a carga (acrescida) de trabalho a que estão acostumados em seus países de origem. Tratam-nos com bondade. É raro que esses estrangeiros pobres queiram partir. Mas quando isso ocorre, os utopienses não os impedem de fazê-lo e não permitem que partam de mãos vazias.

Para entender More e a Utopia

Para entender as reais intenções de Thomas More ao escrever seu livro, não há diferença entre o discurso de Rafael e o do personagem More, já que ambos são ficção do autor. Mas suas opiniões nem sempre coincidem. O More narrador deixa, aliás, claro que não concorda com tudo o que diz Hitlodeu. Isso significa dizer que More às vezes se move propositadamente em terreno ambíguo. A interpretação política de *Utopia* é dificultada por essa ambigüidade, pela existência dos dois More (o narrador em primeiro plano e o personagem que dialogava no passado) e, de uma maneira mais geral, pela distância assumida por More em relação a seu texto.

Essa distância é exacerbada pelo fato de que o autor diz não ter certeza se sua memória reproduz com exatidão o que se passou. O que é narrado talvez não seja preciso, sendo possível que o próprio More, segundo ele mesmo, tenha distorcido os fatos, por já não se recordar exatamente do que lhe fora narrado. Pode ser que algo lhe

tenha escapado. Afirma, por exemplo, na carta a Peter Giles encaminhando o livro, que enquanto ele, More, pensava que Hitlodeu havia contado que a ponte amaurótica que atravessava o rio Anidro tinha quinhentos passos de comprimento, seu pajem, John Clement, que os acompanhava, dizia que a este número deveriam subtrair-se duzentos passos, já que a largura do rio seria de apenas trezentos passos. No mesmo texto, que pode ser lido como uma introdução, diz que não lhe vem sequer à memória – ou ele não sabe se o português lhes contou – onde está situada a Utopia no novo mundo.

Além disso, Rafael afirma não fazer apologia das instituições da Utopia. Sua intenção seria apenas descrevê-las. Ou seja, insiste no caráter meramente expositivo de sua longa narrativa. Em certas passagens, contudo, deixa claro que não se trata de mero relato neutro. Não apenas geralmente elogia a Utopia, mas considera que não há povo mais interessante do que aquele, nem república melhor, mais duradoura e mais feliz, na verdade a única que poderia se arrogar a qualificação de República. Diz ainda alegrar-se com que os utopienses tenham encontrado a forma de Estado que deseja para toda a humanidade. Os títulos de ambos os livros que compõem *Utopia*, por sua vez, referem-se explicitamente ao "discurso de Rafael Hitlodeu sobre a melhor das Repúblicas."

Por outro lado, More, no final do livro, reforça a idéia de que não necessariamente se deve aspirar a tudo o que a Utopia representa. Afirma que, quando Rafael acabou de falar, ele, More, recordou muitos detalhes que lhe haviam parecido absurdos nas leis e costumes daquele povo, não somente na sua maneira de guerrear e nas demais instituições, mas também e especialmente no fundamento principal de todas elas: a vida e o sustento em comum, sem nenhuma circulação de moeda, o que, conforme afirma, destrói toda a nobreza, magnificência, esplendor e majestade que, segundo a opinião pública, constituiriam o ornamento e a honra das Repúblicas.

Claro, podemos pressupor que se trata de ironia e crítica velada aos que assim pensam. Esta opinião não seria a do escritor inglês Thomas

More, mas a do personagem Thomas More que ele criou para introduzir a dialética e a ambigüidade em sua narrativa. Essa ambigüidade serve-lhe também como defesa contra possíveis acusações. Mas, se o comentário do final do parágrafo acima pode ser considerado a expressão de um hábil recurso à ironia, noutras partes do texto não estamos seguros disto.

Ainda no final do livro, More dá a entender que os temas tratados precisariam ser aprofundados e seria necessário discuti-los mais. Afirma que, como o narrador Rafael estava cansado e ele, More, não sabia se seu interlocutor aceitaria facilmente ser contradito, levou-o para jantar, pensando que em outra ocasião teriam tempo de debater aqueles temas.

Em suas últimas palavras em *Utopia,* More confessa que, embora não possa dar seu assentimento a tudo o que disse Rafael, há na República da Utopia muitas coisas que desejaria ver em "nossas cidades." E, conforme foi assinalado antes, conclui: "coisa que mais desejo do que espero." Ou seja, não apenas a Utopia não existe; More não espera que venha a existir.

Esses comentários servem de ressalva para a forma como podem ser interpretadas as várias observações acima sobre o tema das relações entre os povos em *Utopia.* O que More e seus personagens nos dizem nos fazem pensar, continuam tendo um potencial crítico à ação dos Estados e governantes, mas não sugerem receitas prontas para serem aplicadas. Ou seja, *Utopia* não deve ser lido como um tratado prescritivo ou normativo. Não é um ideário.

Apesar de tudo, o livro de More alimenta até hoje a idéia de um norte, de um farol, uma luz no final do túnel, algo que orienta a ação dos homens e lhes serve de guia, na medida em que a ilha descrita por Rafael é sobretudo uma *eutopia.* More pensou a utopia também no contexto internacional, bem antes de Rousseau ou Kant. Com a Revolução Francesa, o nascente conceito de esquerda esteve associado aos ideais utópicos. O conceito de "utopia" habitou as ideologias do século XIX e os projetos de sociedade a elas vinculados, muito especialmente o socialismo. Marx fazia a crítica do socialismo utópico,

o que não impediu que o comunismo marxista viesse a ser visto também como uma utopia. Hoje há quem diga que a utopia morreu. No entanto, são ainda da ordem da utopia os ideais vigentes de aperfeiçoamento das sociedades contemporâneas, de construção de novas formas de sociabilidade, inclusive através do desenvolvimento das tecnologias da informação, e de instituição de uma governança global dentro de uma ordem justa e democrática.

Aquele povo que não faz guerra por motivo fútil teria conseguido guiar-se pela razão, por valores cristãos, mesmo sem conhecer o cristianismo, teria construído a mais perfeita organização política e teria alcançado, com seus próprios costumes, distintos daqueles dos europeus, o mais alto grau de civilização. Nenhum Estado terá jamais atingido ou mesmo procurado atingir o ideal da Utopia na sua relação com outros povos, ao tentar realizar um comércio internacional justo, ao procurar eliminar a pobreza, ao ser altruísta e enxergar o interesse alheio mais do que o seu próprio. O termo "utopia" entrou para o vocabulário comum sobretudo com esse sentido, de uma utopia positiva.

Por outro lado, traços que hoje poderiam ser atribuídos ao realismo político são encontrados no livro de More. A Utopia domina política e economicamente outros povos, por ser o país mais rico, credor de muitas nações e detentor não apenas de riqueza em seu próprio solo, mas também de um tesouro ilimitado no estrangeiro. Não há país de força militar comparável à da Utopia, nem tão bem preparado para a guerra. Por isso More não precisa aprofundar o tema do poder nem desenvolver teorias de equilíbrio internacional de poder, como fez Maquiavel, inclusive porque, diferentemente deste, estava descrevendo uma terra imaginária. No plano das relações internacionais, seu livro é uma reflexão principalmente sobre a política de intervenção, bem como sobre as táticas e estratégias de guerra.

A Utopia é um império. Um império que se pretende benigno, que deseja praticar e difundir o bem. É ordenadora do mundo, reforma maus governos e defende nações amigas de agressões. Espraia sua ordem, impõe sua maneira de ser. Ao agir segundo sua própria concepção do

bem, não infringe a ordem internacional, pois ela não existe. Não há regras a serem observadas entre os povos, que estejam além da própria interpretação do direito natural dada pela Utopia. Distribui ou ocupa território alheio, empreende guerras preventivas, guerras humanitárias e guerras não apenas em seu interesse mas também no interesse de outros, mesmo sem consultá-los. A Utopia tem apreço por sua própria independência, soberania, autodeterminação e auto-suficiência, mas falta-lhe a genuína visão do outro. O outro nada mais é do que uma extensão dela própria. Em geral, o interesse do outro não é expresso por ele, mas sim interpretado pela Utopia. O mundo da Utopia está, portanto, muito aquém do ideal kantiano da constituição cosmopolita, em que se respeita a soberania e autodeterminação dos povos. More é um dos grandes pensadores humanistas, cuja obra até hoje nos interroga e nos lança desafios. Mas não será em seu livro que se encontrarão as melhores inspirações para a utopia da democracia mundial. Essa outra face da Utopia, reveladora da desigualdade e da concentração de poder nas relações entre povos, mostra que não seria correto, ao aplicar-se a terminologia criada pela Revolução Francesa, associar a utopia exclusivamente ao terreno da esquerda.

Apesar das ressalvas que fez sobre as instituições da Utopia, talvez More não tivesse idéia de que estava também criando uma distopia, uma utopia negativa, ao imaginar aquela ilha. O inferno, como a Utopia, está cheio de boas intenções. Muito já se comentou sobre a organização totalitária de uma sociedade que se quer transparente para si mesma e onde não há divisão entre o público e o privado. Mas distopia existe também nesta ordem internacional unidimensional, unilateral, em que as regras são impostas por um só ordenador do mundo, auto-suficiente e todo poderoso intérprete do bem, que se crê detentor dos valores da civilização .

Apresentação

Por Afonso Arinos de Melo Franco para a edição publicada pela Editora Universidade de Brasília em 1980.

Thomas More foi um dos mais genuínos representantes do humanismo renascentista. As características essenciais dessa escola de pensamento e de arte aparecem conjugadas na sua obra maior, a *Utopia*, e nos lances dramáticos de sua vida. O destino terreno do homem interessava-lhe mais do que o seu destino transcendente. Mas a transcendência religiosa permanecia, para ele, como explicação e apoio da vida humana. Os mundos novos, descobertos pelos ibéricos, se apresentavam nimbados de mistério e maravilha. Galileu não destruíra ainda a Cosmologia escolástica. Vivia a Europa civilizada uma fase de transição, na qual a fé ainda não cedera aos dogmas do racionalismo, a natureza não se firmara como nova religião e o latente sentimento do social, contraposto ao individual, colocava o problema do Estado monárquico absolutista, mas não atingira o ponto de contestá-lo e pregar a sua destruição, em nome do absolutismo republicano.

O interesse especial despertado pela vida heróica e pela obra clássica de More reside, precisamente, nessa flutuação, mais que contradição, entre a religião e a justiça social, a liberdade e a firmeza do dogma, o culto da família e a luta contra a propriedade de que ela é, de certa forma, a expressão.

Depois de Maquiavel, Thomas More é o mais atraente pensador político daquela época, sendo que os livros de um e de outro, *O Príncipe* e a *Utopia*, representavam dois aspectos contraditórios de um só processo evolutivo do pensamento social e político. As posições de ambos

decorriam de premissas divergentes. Maquiavel previa a Itália nacionalmente unida, liberada do seu destino de campo de lutas entre pequenas soberanias internas, reis estrangeiros, o Papa e o Imperador. Seu livro é duramente realista, visa à formação de um líder político e militar que exprima a união italiana e a sua defesa armada no quadro de uma Europa que já conhecia Estados soberanos. Para More, não eram as forças internacionais as que ameaçavam o seu povo, protegido pela insularidade. O inimigo era interno e identificava se na organização social da monarquia, fonte de dissipações, misérias, genocídios e brutalidades que levaram os filósofos e santos, como Morus, a colocar toda sua energia de combatente católico a serviço do povo. Só mais tarde, quando se colocou o problema do dogma religioso, voltou se ele para Deus, ao ponto de levá-lo a aceitar o martírio. De tudo, resulta o caráter idealista (utópico) do seu livro.

Não cabe aqui escrever sobre a *Utopia*, texto clássico, cujo nome próprio passou a substantivo comum e cujas idéias marcam uma fase da história do pensamento socialista. Cumpre, porém, recordar alguns fatos a ele referentes.

A *Utopia* é obra da maturidade do autor, escrita por ele depois dos 50 anos e, assim, resultante da sua grande experiência acumulada na leitura dos clássicos antigos, da meditação sobre temas religiosos e da prática do Direito e do exercício dos mais altos cargos políticos e diplomáticos da Inglaterra.

Os críticos e comentadores da *Utopia* têm esclarecido como o livro, cheio de alusões e entretons, ao mesmo tempo em que aparenta ser uma fantasia (*Utopia* vem do grego, lugar irreal; o nome da capital, *Amaurota*, significa cidade inexistente; o rei, *Ademos*, exprime a idéia de chefe sem povo, e assim por diante), apresenta um quadro muito positivo dos problemas sociais da Inglaterra de então. O livro tem, assim, um lado de ficção satírica e outro de libelo realista. Por detrás das brumas, fatos cruéis. Dessa ambigüidade vem, talvez, o seu permanente interesse. A *Utopia* foi publicada em latim, na Bélgica, em Louvain no ano de 1516, segundo alguns autores, ou 1518, segundo

outros. Conheceu logo enorme sucesso, sendo reeditada em várias línguas vivas.

Além das influências decorrentes das grandes leituras e constantes meditações de Thomas More, a *Utopia* deve muito ao pensamento progressista de escritores como Erasmo e aos escritos dos viajantes, principalmente Américo Vespúcio. Todos os estudiosos da *Utopia* sabem que as cartas narrativas que Vespúcio publicou, sobre suas viagens à América, (narrativas que, como é sabido, deram o nome ao Continente) estão na base das informações, ainda confusas, de More, que não aprendeu a diferença entre as Índias Orientais e Ocidentais. Menos conhecida, entretanto, é a ligação entre a *Utopia* e o Brasil, ou seja, a identificação da ilha da Utopia com a ilha brasileira de Fernando de Noronha, mencionada na carta de Vespúcio que mais serviu de roteiro ao livro de More. Esta sugestão, que ainda hoje me parece válida, foi feita no meu livro *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa* cuja primeira edição é de 1937.

Esta tradução de *Utopia* foi feita por Anah, minha esposa, que tomou como texto principal de orientação a tradução francesa de P. Grunebaum Ballin, publicada pela editora Editions Albin Michel, no ano de 1935.* Anah procedeu ao trabalho com a dedicação e o esmero com que executa todas as suas tarefas.

Afonso Arinos de Melo Franco

Brasília, 1980

* A tradução original foi revisada para a presente edição. Ver "Nota dos Editores" a seguir.

Nota dos Editores

A *Utopia* de Thomas More está, com certeza, entre as obras mais traduzidas e publicadas no mundo. Mesmo em língua portuguesa há muitas edições e, muito embora algumas não apresentem boa qualidade editorial, todas revelam o louvável entendimento de que o conhecimento da obra constitui uma experiência intelectual fundamental para a reflexão sobre o homem e a sociedade. Além disso, tal como outras obras consideradas "clássicas", a *Utopia* apresenta de forma marcante a característica típica a essas obras, que é o fato de que comportam uma diversidade praticamente inesgotável de interpretações. O sociólogo, o cientista político, o jurista, o historiador, o educador, e qualquer outro estudioso, ao ler uma obra "clássica", encontra nela tanto inspiração quanto questões intrigantes essenciais tratadas de forma que motivam e lançam luzes sobre seu campo de estudo. Assim, Keynes não é um clássico apenas para o economista, Hobbes um pensador a ser estudado apenas pelo cientista político e nem Vattel um autor que deva ser lido apenas pelos juristas. Qualquer pensador social, em seu sentido mais amplo, encontra, em autores como esses, verdadeiros referenciais para suas reflexões.

Por outro lado, a obra "clássica" também não perde atualidade mas, ao contrário, ajuda a compreender o tempo presente. Com efeito, em todos os principais idiomas da modernidade, a cada ano surgem novas traduções dos grandes mestres. A primeira tradução para a língua inglesa da *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides, foi feita por Thomas Hobbes em 1628 e, depois disso, muitas outras traduções dessa mesma obra foram feitas para o inglês. Cada nova tradução, publicada por universidade ou editora de grande prestígio, certamente não foi feita por julgar a tradução de Hobbes insuficiente, mas, com certeza, foi feita por outra razão, talvez como reflexo de momentos

culturais diferentes e também como reflexo de mudanças nas percepções e nuances contidas na língua. A própria língua sofre transformações ao longo do tempo. Toynbee conta que, quando fazia seus estudos clássicos, constituía parte dos seus exercícios escrever ou traduzir textos para o latim, no estilo de Cícero ou de Plutarco, ou para o grego, no estilo platônico. Em outras palavras, as línguas se transformam ao longo do tempo. O inglês dos tempos de Hobbes não apenas apresentava termos e expressões diferentes do inglês moderno, mas refletia também diferenças na forma de perceber e interpretar o mundo e os fatos. Dessa forma, como ocorre com outros idiomas, a tradução para o português é, antes de mais nada, uma obra de criação cultural e de enriquecimento da língua. O tradutor, ao mesmo tempo que procura o sentido mais preciso para a frase original, inconscientemente, associa e mesmo agrega ao original sutilezas de significados e de percepções peculiares à nossa língua.

De certa forma, cada edição de *Utopia* reflete uma particular leitura da obra e a presente edição não é diferente. Na seleção das obras que deveriam compor um conjunto de textos considerados de leitura essencial para a reflexão sobre as relações internacionais, era inevitável que a *Utopia* de Thomas More surgisse como um título imprescindível. A construção institucional do bom governo e da sociedade mais justa – da "melhor das repúblicas", como se dizia nos tempos de More – continua sendo um desafio mas, igualmente, continua sendo controvertida qualquer fórmula que pretenda estabelecer padrões rígidos e uniformes para as relações entre povos e Estados. A ilha de Utopia, por mais bem governada e por mais sábio que fosse o povo que ali habita, iria encontrar dificuldades para estabelecer critérios de justiça e padrões de ordem social quando se trata de relacionar-se com outros povos. A Utopia é um Império, escreve João Almino, que prefacia esta edição. Uma república por mais perfeita que seja, para que possa ser preservada, não pode depender apenas da índole de seu povo e das boas leis. Haverá situações em que a força será necessária. Mas quando? Quem pode decidir que o uso da força se faz justo? Por que uma nação poderosa deve aceitar uma paz que acredita nefasta ao seu futuro? Com efeito,

esta é uma ordem de reflexão central e recorrente no estudo das relações internacionais que preocupou tanto Hobbes quanto Kant e fez com que o pensamento de Rousseau se movesse numa interminável angústia entre o desejo de paz e a guerra como instrumento para conseguir essa paz.

A tradução de *Utopia* para esta edição foi feita por Anah de Melo Franco a partir da edição francesa da Editions Albin Michel, de 1935. Muito embora a tradução não tenha sido feita diretamente do latim, língua em que *Utopia* foi originalmente escrita, contou com a supervisão de Afonso Arinos de Melo Franco e, em especial para esta edição, foi feita uma revisão da tradução, confrontando-a com outras edições acadêmicas de qualidade, notadamente a da W. W. Norton & Company (1992) e a da Cambridge University Press (1995). Foram também acrescentadas várias notas com o objetivo de ajudar o leitor a melhor compreender muitos aspectos e trechos da obra, seja para situar mais adequadamente idéias e observações no contexto da época, seja para esclarecer pontos que eram do conhecimento corrente entre os prováveis leitores de *Utopia* do século XVI, para os quais os autores latinos e gregos eram muito mais familiares do que o são entre os leitores de nosso tempo.

Cabe, finalmente, esclarecer que a inclusão das cartas do círculo de amizades de More, deve-se ao fato de que nas primeiras edições essas cartas foram incluídas aparentemente por sugestão do próprio Erasmo e de Giles, e com a aprovação de More. Muito provavelmente, a inclusão desses anexos foi considerada importante para melhor ambientar a *Utopia* no contexto cultural e social da época, aumentando-lhe a credibilidade. Na primeira carta, por exemplo – a de Thomas More para Peter Giles – que na primeira edição apareceu como prefácio, More escreve como se a ilha de Utopia e Rafael Hitlodeu fossem entes verdadeiramente reais, ao mesmo tempo em que, tal como Erasmo, reclama dos indivíduos pedantes e demasiadamente solenes e dedica a obra às pessoas de espírito leve, capazes de apreciar o humor, a graça e a simplicidade. É possível que julgassem que uma obra como *Utopia*, que mistura fantasia, seriedade, ironia e jocosidade, ao mesmo tempo

em que propõe uma reflexão incômoda e profunda sobre as instituições e costumes da época, poderia ser melhor aceita e compreendida se fosse acompanhada desses anexos que permitem, de um lado, uma explicação do autor sobre o sentido da obra e, de outro, uma avaliação crítica de influentes personalidades, sem contudo comprometê-las de forma inconveniente com as idéias mais polêmicas do livro. Além disso, publicar livros naquela época era ainda uma novidade, sendo comum incluir manifestações de apoio, como neste caso dos amigos de Thomas More, que compunham uma verdadeira comunidade epistêmica chamada por muitos de "circulo humanista".

Sobre a Melhor das Repúblicas e a

ILHA DE UTOPIA

Um Verdadeiro Livro de Ouro

Uma Leitura tão Instrutiva quanto Agradável

Pelo Ilustre e Eloqüente

THOMAS MORE

Cidadão e Vice-Xerife da Gloriosa Cidade de Londres

MDXVI D.C.



Xilogravura representando a ilha de Utopia, de autoria de Ambrosius Holbein, irmão do pintor Hans Holbein. A gravura foi feita para a edição de Utopia de 1518, impressa na cidade de Basiléia por Johannes Froben. A discussão detalhada dessa ilustração foi feita por W. W. Wooden & J. N. Wall Jr. em Thomas More and the Painter's Eye publicado em "Journal of Medieval and Renaissance Studies" 15(1985):231-63.

Livro um

Discurso do Notável Rafael Hitlodeu sobre a melhor das Repúblicas, Registrado pelo Ilustre Thomas More, Cidadão e Vice-Xerife da Gloriosa Cidade de Londres

O invencível Henrique, Rei da Inglaterra, oitavo do nome, príncipe ornado de todas as virtudes de um grande monarca, acabava de ter uma controvérsia bastante importante com o sereníssimo rei de Castela, Carlos[1] e enviou me como embaixador em Flandres, a fim de negociar este litígio e conciliar as partes adversas. Eu era companheiro e colega do incomparável Cuthbert Tunstall, que o rei nomeara recentemente *Maître des Rôles*[2] com aprovação de todos. Não farei aqui seu elogio; não por temer que minha amizade por ele torne esse testemunho demasiadamente parcial, mas sim porque sua virtude e saber são grandes demais para que eu seja digno de elogiá-los; seus méritos são tão conhecidos e brilhantes que eu pareceria querer, como diz o provérbio, "mostrar o sol com uma lanterna".

Conforme ficara combinado, foi em Bruges que encontramos as pessoas que representavam o príncipe nessa circunstância. Todos,

---

[1] É o futuro Carlos V, imperador do Sacro Império Romano do Ocidente.

[2] *Maître des Rôles:* titular de alta função judiciária, que subsiste ainda na Inglaterra. Era o arquivista-mor e encarregado, no século XVI, de substituir o ministro nas suas atribuições judiciárias. Tunstall (1474-1559) era um religioso e acadêmico de prestígio que, um ano antes de ser nomeado *Maître des Rôles*, em 1516, havia sido Embaixador em Bruxelas.

aliás, eram homens eminentes. O chefe dessa delegação era o margrave de Bruges, um homem da mais elevada distinção.[3] Entretanto o principal porta-voz e verdadeiro líder era Georges Themsecke[4], magnífico personagem, preboste de Cassel, seu coração e intérprete. Sua eloqüência se devia tanto à natureza quanto ao cultivo da arte da palavra. Jurisconsulto notável, ele era, além disso, pela inteligência e consumada experiência dos negócios, um diplomata de primeira ordem.

Terminadas duas conferências, o desacordo subsistia sobre diferentes pontos. Depois de nos haver liberado por alguns dias, os embaixadores do príncipe partiram para Bruxelas, a fim de conhecerem as intenções do próprio rei Carlos. Quanto a mim, aproveitando a ocasião, parti para Antuérpia.

Durante minha estadia nessa cidade, recebi numerosas visitas. Nenhuma, entretanto, me foi mais agradável do que as que me fazia Peter Giles[5], natural de Antuérpia, de grande probidade que ocupa posição honrosa entre seus concidadãos e merecedor de posição ainda mais elevada. Com efeito, não conheço jovem mais sábio nem mais instruído, ao mesmo tempo virtuoso e extremamente culto, tem o coração aberto e dá provas de tal devotamento a seus amigos e lhes mostra tanto apego fidelidade e afeição, que não seria possível encontrar outra pessoa que lhe pudesse ser comparada, em relação à arte da amizade. De rara modéstia, ninguém mais que ele tem horror à dissimulação nem ninguém melhor que ele sabe combinar simplicidade com sabedoria. Além disso, sua conversa amável e alegre fez com que o encantamento

[3] Trata-se de Jan van Halewyn. Na verdade, apesar do prestígio, Bruges nessa época já perdia bastante de sua importância pelo declínio do comércio na região, especialmente da lã inglesa. Apesar de tudo, o título de Margrave de Bruges causava ainda grande impressão.

[4] Georges van Themsecke, natural de Bruges, além desse cargo, foi também autor de uma história da região.

[5] Peter Giles (1486?-1533) foi aluno brilhante de Erasmo; foi também poeta, editor de textos latinos e Secretário da cidade de Antuérpia. Seu nome na verdade era Peter Aegidius Gillis e era conhecido como Peter de Antuérpia. Nesta edição preferiu-se utilizar a forma adotada nas edições em inglês.

de nossas relações e a gentileza de nossas conversas diminuíssem em mim a pena de estar longe de meus país, de minha casa, de minha mulher e filhos, e acalmou, em parte, a ansiedade que eu tinha de os reencontrar depois de uma ausência que já passava de quatro meses.

Certo dia, após assistir à missa em Notre Dame, a mais bela e a mais popular entre as igrejas de Antuérpia, eu me dispunha a voltar à minha hospedaria, quando avistei, por acaso, Peter Giles, conversando com um desconhecido, um homem de idade consideravelmente avançada. O desconhecido tinha a tez queimada; trazia a barba grande e o capote negligentemente preso ao ombro. Pelo seu aspecto e postura, pareceu me um capitão de navio. Assim que Peter me viu, aproximou se e cumprimentou-me. Dispunha-me a responder-lhe quando, chamando-me à parte, mostrou me o homem com quem o vira conversando: "Estais vendo este homem? Ia levá lo diretamente à vossa casa".

"Seria muito bem vindo," disse, "por vossa causa."

"Por causa dele," disse Peter, "vós diríeis se o conhecêsseis. Nenhum de nossos contemporâneos saberia descrever melhor que ele, nem com mais pormenores, os homens e os países desconhecidos. E eu sei o quanto sois curioso dessa espécie de narrativas."

"Portanto, eu não havia adivinhado mal," disse lhe eu, "desde logo tomei o por um capitão de navio."

"Neste ponto você não está totalmente certo", disse Peter. "Ele navegou, é verdade, mas não à moda de um Palinuro, e sim como um outro Ulisses, ou mesmo como um Platão.[6] Este Rafael – é o seu nome, o de sua família é Hitlodeu[7] – conhece bem o latim mas é mais versado no conhecimento do grego. Conhece mais o grego do que o latim porque

[6] Piloto de Enéias que, depois de dormir no leme, morreu ao cair no mar. Palinuro seria o tipo de homem que viaja descuidadamente, enquanto Ulisses seria do tipo que aprende das viagens e Platão aquele que viaja para aprender.

[7] A edição de Utopia da W. W. Norton Co. dá como origem do nome *Hitlodeu* a palavra grega *hutlos*, que significa absurdo ou sem sentido, e *Deus* (Deus). Rafael Hitlodeu significaria, portanto, "Deus cura (Rafael em hebraico) pelo absurdo (*nonsense*) de Deus". Assim, faz todo sentido que a cura da sociedade européia seja oferecida na forma de uma *utopia* pelas mãos de um indivíduo com o nome de *Rafael Hutlosdei*.

consagrou-se ao estudo da Filosofia e entende que os romanos, nesta matéria, nada deixaram de importante, salvo alguns escritos de Sêneca e de Cícero. Tendo abandonado aos cuidados de seus irmãos o patrimônio que tinha no seu país – ele é natural de Portugal – e estimulado pelo gosto de conhecer o mundo, juntou-se a Américo Vespúcio e permaneceu em sua companhia durante as três últimas das suas quatro viagens, cujos relatos já se encontram mais ou menos por toda parte.[8] Entretanto, na quarta expedição ele não retornou com o comandante. Chegando ao ponto extremo de sua viagem, Rafael convenceu Vespúcio a deixá-lo, num fortim, juntamente com outros vinte e três de seus companheiros.[9] Ser ali abandonado era sua vontade uma vez que seu desejo de prosseguir em suas viagens era muito maior do que o receio da morte. Ele repetia constantemente esta máxima: *Quem não tem sepultura tem o céu para cobri-lo*; e ainda esta outra: *Para se chegar aos céus o caminho tem a mesma distância em toda parte.*[10] Este estado de espírito poderia ter lhe custado caro, se a graça de Deus não o tivesse protegido. De resto, depois da partida de Vespúcio, acompanhado de cinco dentre aqueles que ocupavam a fortaleza, ele percorreu bom número de regiões. Pelos estranhos caminhos da fortuna chegou a Calicut passando pela Taprobana[11], onde encontrou para sua sorte algumas embarcações portuguesas e, assim, foi trazido de volta à pátria, contra toda esperança."[12]

---

[8] O florentino Américo Vespúcio realizou quatro viagens entre 1497 e 1504, sendo que as duas últimas foram feitas sob o patrocínio do rei de Portugal. O relato das viagens de Vespúcio, que apareceu em St. Dié em 1507, teve grande repercussão, ao passo que a carta de Cristóvão Colombo relatando sua viagem, anterior àquelas de Vespúcio, permaneceu quase ignorada por muito tempo. Assim, aconteceu que o nome de América foi dado ao Novo Mundo em homenagem a Vespúcio e não a Cristóvão Colombo.

[9] Refere-se a Cabo Frio, no Rio de Janeiro.

[10] Esses dois ditados são latinos de autoria de Lucano (*Farsália*, VII, 89) e de Cícero (*Discussões Tusculanas*, I, 104) , respectivamente.

[11] Ilha de Sri Lanka.

[12] Como se vê, no texto de Thomas More subsistia a confusão entre a América e a Índia, e a ilha de Utopia estaria situada em algum ponto entre os dois continentes.

Quando Peter acabou de me relatar esses fatos, eu lhe agradeci pela gentileza de haver tomado a iniciativa de me permitir desfrutar da conversa daquele homem, que ele sabia me seria tão agradável e útil. Virei me para Rafael e trocamos as saudações e cumprimentos usuais de um primeiro encontro entre pessoas que ainda não se conhecem e depois caminhamos juntos para meu hotel. Lá chegando, sentamo-nos num banco no jardim a fim de conversarmos.

Rafael contou-nos como, depois da partida de Vespúcio, ele e seus companheiros que haviam ficado no fortim, souberam granjear, à custa de solicitudes e bons ofícios, a amizade dos habitantes. Em pouco tempo ganharam não apenas a confiança mas também a afeição deles. Souberam mesmo ganhar os favores de um certo príncipe, cujo nome me escapa, como também o de seu país. Este senhor lhes proporcionou os meios de transporte e tudo o que necessitavam para a continuação da viagem: balsas para atravessar os cursos d'água e carroças para as estradas. Confiou-os também a um guia extremamente seguro, encarregado de levá-los a outros príncipes que desejavam visitar, munidos das melhores recomendações. Depois de muitos dias de caminhada encontraram aldeias e vilas, assim como Estados tão populosos quanto bastante bem governados.

Na zona equatorial, na região sobre a qual se move a órbita do sol, eles não encontraram senão extensos desertos crestados por um calor contínuo. Por toda parte, a desolação. Esta região tinha um aspecto pobre e desolador. Sobre o solo, triste e inculto, não havia outros habitantes a não ser animais ferozes, serpentes e, finalmente, homens mais selvagens e cruéis que os próprios animais. À medida que avançavam, pouco a pouco, a natureza se tornava mais suave, o clima menos tórrido, os campos mais verdes e os seres vivos mais mansos. Enfim, descobriram povos, aldeias e vilas que mantinham comércio ativo, não somente no interior da região, mas também com nações distantes, tanto por terra quanto por mar. Nossos viajantes tiveram, assim, ocasião de visitar uma quantidade de países em todas as direções e qualquer embarcação pronta a levantar velas os admitia a bordo de bom grado.

As embarcações que viram no começo de seu périplo tinham fundo chato, as velas eram feitas de papiros ou de plantas aquáticas costuradas umas às outras, e algumas vezes de couro. Mais adiante encontraram barcos, cujas quilhas terminavam em ponta, e as velas eram de cânhamo; enfim, viram navios quase que inteiramente iguais aos nossos. Os marinheiros eram familiarizados com o céu e o mar, mas ficaram muito reconhecidos a Rafael, conta ele, que os ensinara o uso da bússola, um instrumento até então ignorado por eles. Por essa razão, aqueles marinheiros que navegavam timidamente apenas no verão, agora, confiantes na bússola, passavam a desafiar audaciosamente o inverno, tornando-se até mesmo confiantes em excesso, arriscando-se a ver esta invenção, que devia ser-lhes uma fonte de benesses, causar- lhes, por imprudência, os maiores males.

Seria um relato muito longo contar em detalhe tudo o que Rafael viu em cada um desses países, mas também não é esse o intuito do presente trabalho. Talvez eu o faça, pormenorizadamente, em algum outro livro, em que exporei tudo o que é instrutivo não ignorar, em especial a respeito das leis justas e sábias adotadas em certos povos civilizados.

Era sobre esses assuntos que nós o interrogávamos mais vivamente e, com grande satisfação, Rafael ia nos respondendo. Por nenhum instante tratou-se, entre nós, de monstros, que são temas rotineiros das histórias de viajantes. Relatos sobre criaturas como Cila, Celeno ou Lestrigões devoradores de homens,[13] e outros fenômenos do mesmo gênero, encontram-se por toda parte. O que se vê mais raramente são relatos sobre governos solidamente estabelecidos e cidadãos convenientemente governados. Rafael falou sobre muitas instituições consideradas bem pouco sensatas desses povos recentemente conhecidos, mas falou também muitas outras de onde se podia tirar bons exemplos, capazes de corrigir os abusos que se cometem nas nossas cidades, em

[13] Cila e Lestrigões são monstros homéricos (*Odisséia*). Celeno era a chefe das harpias que atormentara Phineu (*Eneida*).

nossas nações e em nossos povos e reinos. Como já disse, falarei sobre isto em outro trabalho.

Aqui, meu único propósito é relatar o que Rafael nos contou a respeito dos costumes e instituições da ilha de Utopia. Antes, porém, quero dizer em que circunstâncias ele passou a falar dessa comunidade.

Rafael relatava, com grande sagacidade, os abusos e erros que constatara, em grande número, em tal ou qual país; examinava, também, o que se instituíra de melhor tanto na Europa como naquele hemisfério distante. Revelava conhecer tão bem os usos e o governo de cada nação, que parecia ter vivido toda a vida nos lugares onde não estivera senão durante uma breve visita. Peter Giles estava realmente admirado.

"Realmente, meu caro Rafael," dizia ele, "eu me pergunto por que não vos colocais ao serviço de algum rei. Não há nenhum príncipe, tenho certeza, que não estaria ansioso para ter-vos junto a si. Não somente vosso saber e vosso conhecimento dos países e dos homens o encantariam, mas ainda poderíeis instruí-lo com numerosos exemplos, sendo muito útil junto ao conselho real. Assim, asseguraríeis vossa fortuna e a dos vossos parentes e amigos."

"Quanto aos meus parentes e amigos," respondeu Rafael, "não tenho a menor preocupação. Creio não ter cumprido mal meu dever a esse respeito. Enquanto a maioria dos homens abandona seus bens somente quando já está velha e doente e, ainda assim, o faz bem contra a vontade, quando já não os pode guardar por mais tempo, eu, na minha mocidade, estando ainda cheio de vida e saúde, distribuí meus bens entre parentes e amigos; e suponho que podem dar-se por satisfeitos com esta liberalidade de minha parte, e que não esperem que eu me torne, por motivo deles, escravo de um rei, qualquer que seja ele".

"Belas palavras!" disse Peter Giles, "mas não era meu pensamento que devêsseis ser o escravo de um monarca; tratava se apenas de servi-lo."

"Entre servidão e serviço", retorquiu Rafael, "a diferença é de uma sílaba apenas."

"Mas eu," disse Peter, "mantenho minha opinião. Qualquer que seja o nome dado a esse emprego, é a única maneira de participar de

forma útil na vida privada e na sociedade, além de tornar vossa própria condição mais feliz."

"Mais feliz!" disse Rafael, "adotando um modo de vida que repugna ao meu caráter? Por enquanto, vivo como gosto. Duvido que a maioria daqueles que vestem as belas roupagens da corte possam dizer o mesmo. Já não são bastante numerosos aqueles que disputam a amizade dos poderosos? Não seria grande perda se eu ou alguns outros de minha espécie ficarmos de fora."

Então, tomei a palavra:

"Está evidente, meu caro Rafael, que vós não ambicionais nem fortuna, nem poder. Tenho tanto respeito e estima por um homem como vós quanto pelos grandes senhores da terra. Entretanto seria, parece-me, agir de maneira digna de um espírito generoso e filosófico, tal como o vosso, se consagrásseis vossos talentos e vossa atividade aos negócios públicos; e isso, mesmo ao preço do sacrifício de vosso bem estar pessoal. Não podereis fazê lo de forma útil senão tomando parte do conselho de algum grande príncipe. Vossas sugestões, estou certo, serão sempre honestas e sábias. Vós conheceis bastante o poder do príncipe: do qual brotam todo bem e todo mal como uma fonte que continuamente jorra sobre seu povo. Vejo em vós um conhecimento tão completo e universal que compensaria qualquer falta de prática nos negócios, e uma experiência tão grande que compensaria qualquer falta de conhecimento, que vós seríeis, junto a qualquer soberano, um notável conselheiro."

"Amigo More, enganai-vos duplamente: quanto à minha pessoa, e quanto ao fato em si mesmo. Não tenho as virtudes que me atribuís. E, mesmo que as possuísse no mais alto grau, mesmo que deixasse de lado minha tranqüilidade, não melhoraria em nada os negócios do Estado. Primeiro, porque, os príncipes preferem a arte da guerra, de que nada entendo nem quero entender, às artes benfazejas da paz. Eles preferem conquistar por todos os meios, bons ou maus, novos reinos, a bem administrar os reinos que já possuem. Além do mais, seus conselheiros são pessoas que se julgam tão sábias que podem prescindir de qualquer conhecimento ou de opiniões de quem quer que seja, a menos que se

trate de apoiar e aplaudir as idéias, ainda que absurdas, daqueles por intermédio de quem esperam obter, aplaudindo as, a preferência do príncipe. A natureza o quis assim: a qualquer um, nada agrada tanto quanto as suas próprias opiniões da mesma forma que *ao corvo, seu filhote lhe parece belo e à macaca, seu macaquinho*".[14]

"Numa corte composta de pessoas que invejam todas as demais e, ao mesmo tempo, admiram somente a si mesmas" continuou Rafael, "não convém expor idéias e fazer sugestões extraídas da história ou da experiência de algum país estrangeiro distante. Aqueles que o escutam reagiriam como se sua reputação de sábios ficasse comprometida e que eles seriam tidos por simplórios a menos que encontrassem meios de mostrar haver vícios na opinião dos outros. Se os argumentos se esgotarem, um último recurso será sempre: 'Fazemos como nossos pais sempre fizeram, seguindo os costumes que sempre foram suficientemente benéficos, e só esperamos ser tão sábios quanto nossos pais o foram!'. Com esses profundos pensamentos, eles retomariam seus assentos como se tivessem dito a palavra final sobre o assunto. Como se representasse um grande perigo o fato de um homem mostrar se mais esclarecido, em certos pontos, que seus antepassados. Na verdade, em geral, costumamos negligenciar silenciosamente os bons exemplos deixados por eles mas, se algo melhor for proposto, agarramo-nos a eles desesperadamente, alegando a importância de se reverenciar o passado. Presenciei várias vezes essa atitude orgulhosa, obstinada e mesmo ridícula e, uma vez, isto aconteceu mesmo na Inglaterra."

"Como?" exclamei, "já estivestes na Inglaterra?"

"Sim," respondeu Rafael, "lá passei vários meses, pouco depois da revolta dos habitantes da região de Cornwall contra o poder real, que terminou por um terrível massacre dos pobres insurrectos.[15]

[14] Na época de More, especialmente na Holanda, os provérbios eram muito populares. Bruegel, o Velho (1525?-1569), pintou uma famosa tela em que reúne mais de uma centena de provérbios. Este seria um dos provérbios preferidos de Erasmo.

[15] Os insurrectos de Cornwall, que se levantaram contra as taxações impostas por Henrique VII, foram esmagados em Blackheath, em 1497.

Contraí, nesta época, uma grande dívida de reconhecimento para com o reverendíssimo Cardeal John Morton, Arcebispo de Canterbury e, naquele tempo, Chanceler da Inglaterra.[16] Ele era um homem, amigo Peter (More conhece muito bem aquele de quem falo), tão respeitado por sua sabedoria e virtude quanto pela autoridade conferida pelas altas funções que ocupava. De mediana estatura, a idade não lhe curvara o corpo e seus traços, sem serem severos, não inspiravam medo, mas respeito. Embora de abordagem fácil, ele se mantinha sempre sério e grave. Em seu trabalho, comprazia-se em por à prova o caráter e a presença de espírito de seus demandantes com expressões às vezes rudes, mas nunca ofensivas. Apreciava a força de caráter e a presença de espírito, desde que não se tornassem atrevimento e imprudência. Aqueles que demonstravam possuir essas qualidades eram por ele favorecidos, julgando os aptos a ocupar cargos e realizar seus negócios. Sua palavra era elegante e persuasiva; seu conhecimento jurídico, profundo; sua inteligência, fora do comum; sua memória, prodigiosa. O estudo e a prática haviam desenvolvido suas brilhantes qualidades naturais. Por ocasião de minha estada na Inglaterra, o rei parecia apreciar imensamente seus conselhos, e ele passava por ser um dos melhores sustentáculos do Estado. Muito jovem ainda, quase um menino, passara direto da escola para a Corte, dedicando toda a sua vida às questões mais importantes e, tendo conhecido as vicissitudes da fortuna, ele adquirira, em meio a tantos e graves perigos, aquela experiência da vida que, uma vez alcançada, jamais se perde."

"Certo dia, num jantar" continuou Rafael, "a sorte quis que estivesse presente em sua mesa um leigo, tido como grande conhecedor das leis de vosso país. Este – não sei mais em que momento – pôs-se a exaltar, com satisfação, os rigores da justiça para com os ladrões. Ele dizia que os ladrões eram executados em toda parte e que, muitas

[16] John Morton (1420-1500) foi eminente prelado e estadista. De acordo com os costumes da época, aos 12 anos de idade (1490), Thomas More foi enviado por seu pai para servir como pajem do Cardeal Morton e, após 2 anos, impressionado com o jovem, o Cardeal recomendou-o para a Universidade de Oxford.

vezes, até vinte ladrões eram executados na mesma forca. 'Espanta- me muito, já que tão poucos escapam ao suplício, eu me pergunto: que mau instinto os impele a cometer estes roubos e violências?' - dizia esse leigo."[17]

"Como eu podia me exprimir com toda liberdade diante do Arcebispo," retomou Rafael seu relato, "tomei a palavra: não vejo aí nada de surpreendente. A punição do roubo com a pena de morte vai muito além da demanda por justiça, e não atende, de forma alguma, o interesse público. Essa pena é cruel demais para punir adequadamente tal delito, ao mesmo tempo que é ineficaz para impedi-lo. O roubo, puro e simples,[18] não é crime tão grave que se tenha de pagá-lo com a vida, e nenhum castigo impedirá de roubar aqueles que não têm outro modo de agir para não morrer de fome. Nessa matéria vós procedeis – e como vós, muitos outros fazem o mesmo, tanto na Inglaterra como em outros lugares – imitando os maus professores, que preferem bater nos alunos a dar lhes lições. Os ladrões são condenados a um suplício cruel e atroz, quando seria preferível assegurar a subsistência de cada um, de maneira a que ninguém se encontrasse diante da necessidade de roubar para ser, em seguida, executado."

"Os meios de subsistência já foram suficientemente assegurados," replicou o leigo. "Há o comércio, as artes mecânicas e a agricultura que permitem a cada um ganhar a vida a menos que, deliberadamente, prefiram viver como bandidos."

"Essa explicação não é suficiente," disse Rafael, "não falemos dos soldados que voltam ao lar mutilados, depois de uma guerra civil ou contra um país estrangeiro como recentemente após a batalha de

[17] A severidade dessas punições devia ser uma preocupação grande na época, especialmente para um humanista como More. Segundo Reeve, em sua *History of Law* (citada por Dermenghem), 70 mil vadios, ladrões e aventureiros foram enforcados nos últimos 14 anos do reinado de Henrique VIII.

[18] Isto é, diferente do assalto, que é geralmente associado à violência, à ameaça e, por vezes, ao assassinato.

Cornwall e como antes, durante as suas guerras contra a França.[19] Esses homens foram mutilados a serviço do rei e da pátria e suas mutilações os colocam na impossibilidade de retomar o antigo ofício e a idade os impede de aprender outro novo. Eu repito, não falemos deles, uma vez que as guerras ocorrem somente de tempos em tempos, mas consideremos o que se passa todos os dias."

"São muito numerosos os nobres que vivem ociosamente como verdadeiros zangões;[20] eles vivem do suor dos outros e esfolam e sugam o sangue dos vassalos que vivem em suas terras, aumentando constantemente o aluguel dessas terras. O punho cerrado em relação a esses trabalhadores é a única economia que conhecem, enquanto para tudo o mais, para o supérfluo, são pródigos. Arrastam atrás de si uma turba de servidores ociosos que nunca aprenderam nenhum ofício capaz de prover seu próprio sustento. Estes, assim que morre seu senhor, ou que eles próprios ficam doentes, são imediatamente postos na rua porque é preferível alimentar ociosos sem que nada façam do que cuidar de inválidos ou então, como ocorre muitas vezes, o herdeiro do morto também não está, de imediato, em condições de manter a propriedade com os mesmos gastos que lhe foram legados. Ora, essa gente morreria fatalmente de fome se não cometesse roubos. Que outro recurso lhe resta? A vida errante logo lhe gasta a saúde e as roupas. Desfigurados pela doença e cobertos de farrapos, nenhum nobre quererá dar emprego a esses homens, e os camponeses, por sua vez, não se arriscarão a fazê-lo, porque sabem que quem foi educado na ociosidade, na preguiça e no luxo, que não está habituado senão a empunhar a espada e o escudo e a olhar com

[19] Batalha de Cornwall, de 1497, ver nota 14. A Inglaterra e a França mantiveram a mais longa das guerras nos séculos XIV e XV (Guerra dos Cem Anos) e, à época de More, embora essa guerra já houvesse terminado há mais de meio século, a tensão entre os dois reinos jamais deixara de existir e conflitos ocasionais ocorriam como em 1492, quando Henrique VII decidiu apoiar a Bretanha contra Carlos VIII.

[20] A metáfora do zangão também é empregada por Platão na *República* (VIII, 552) que se refere no mesmo sentido aos "dissipadores dos seus haveres", vivendo às custas do Estado e dos outros.

desprezo os que os cercam, não serão jamais capazes de manejar a pá e a enxada, e não se contentarão com um pequeno salário e uma parca alimentação, a serviço de um pobre lavrador."

A isto, o interlocutor leigo respondeu:

"Os homens dessa categoria merecem ser especialmente protegidos. São mais corajosos e mais ousados do que os artesãos e os camponeses. Em caso de guerra, são eles, justamente, que constituem a força e o vigor do exército."

"Perfeito," replicou Rafael, "poderíeis dizer, com não menos razão, que é preciso, tendo em conta as necessidades militares, manter os ladrões. Enquanto houver homens como esses jamais a sociedade poderá ver-se livre de ladrões. Melhor diríeis: da mesma forma que muitos ladrões podem tornar-se bons soldados, soldados também podem ser muito bons ladrões, uma vez que existem tantas coisas em comum entre as duas profissões. Essa calamidade tão disseminada na Inglaterra não é uma peculiaridade deste país. Ela ocorre na maioria das nações. A França vem sendo devastada por uma peste ainda mais desastrosa. O país está inteiramente tomado por mercenários em armas, mesmo em tempo de paz, se é que se pode chamar de paz um tal estado de coisas! O mesmo motivo que leva a manter uma criadagem ociosa justifica a manutenção desse exército de mercenários.[21] Esses insensatos crêem que a salvação do país só pode ser garantida pela presença de exército numeroso e experiente, constantemente em pé de guerra para manter o treinamento, e composto, em sua maioria, de soldados experientes. Por vezes, procuram pretextos para uma guerra apenas para terem tropas de soldados e de cortadores de garganta bem exercitadas evitando assim 'que mãos e espíritos valentes se entorpeçam pela inação', como diria Salústio".[22]

---

[21] O rei Carlos VII havia tentado livrar-se desses mercenários, mas seu sucessor, Luís XI, retomou a mesma política de contratação de mercenários. Desde o século XIV os grupos de mercenários eram chamados de *companhias* e eram formados por tropas, na verdade verdadeiros bandos, que perambulavam cometendo saques ou pondo-se a serviço de algum grande senhor, por vezes fazendo as duas coisas ao mesmo tempo.

[22] Frase extraída de "*A Guerra de Catilina*" (Cap. XVI).

"A França," continuou Rafael, "tem aprendido, a duras penas, o quanto é perigoso alimentar essas bestas. Os exemplos dos romanos, dos cartagineses, dos sírios[23] e de uma quantidade de outros povos atestam a mesma coisa: que os exércitos, sempre em pé de guerra, geralmente só serviram para destruir os governos, os campos e as cidades mais do que os próprios exércitos inimigos. Além disso, toda essa preparação tem se revelado desnecessária e nem mesmo os soldados franceses, treinados nas armas desde muito jovens, podem se gabar de ter conseguido muita coisa contra os jovens recrutas ingleses.[24] Mas não insistirei neste ponto, para não passar por bajulador aos olhos das pessoas aqui presentes."

"À parte daqueles a quem a fraqueza física tira toda a coragem, ou a quem a miséria quebrou completamente a energia, os artesãos de nossas cidades ou os rudes trabalhadores dos seus campos, nada têm a temer desses vagabundos, desses serviçais ociosos de nobres. Não há, realmente, para eles, nenhum perigo a temer: estes homens de corpos antes sadios e robustos – porque esses são os tipos passíveis de serem corrompidos – tornam-se gordos e flácidos, pois consomem-se na inação, afrouxam-se em ocupações femininas ao invés de aprenderem ofícios úteis e de se exercitarem em trabalhos másculos capazes de prover seu próprio sustento. De qualquer modo, não me parece, absolutamente, ser do interesse público manter esse imenso exército dessa espécie de homens, que perturbam a paz, apenas para a eventualidade de uma guerra, que somente ocorrerá se a quiserem, enquanto a paz é sempre uma

[23] Os romanos e cartagineses tiveram de enfrentar revoltas de gladiadores e de mercenários. No caso dos sírios, é possível que More estivesse se referindo aos mercenários turcos e egípcios chamados de janízaros e mamelucos.

[24] Os exércitos ingleses, formados por soldados pouco preparados e nada profissionais, obtiveram várias vitórias exuberantes sobre os franceses, bem treinados e custosamente mantidos: Crécy, em 1346; Poitiers, em 1356; e Agincourt, em 1415. Em Poitiers o próprio rei da França foi feito prisioneiro e em Agincourt toda a alta nobreza francesa foi morta, ferida ou capturada. As pesadas e custosas armaduras dos nobres franceses retiravam a mobilidade para o combate e dissipavam a maior parte do esforço do guerreiro, fatos particularmente críticos numa batalha que foi travada em meio a um grande lamaçal.

possibilidade a ser considerada muito mais do que a guerra. O que acabo de dizer não é a única razão que explica por que existem, necessariamente, tantos ladrões. Há, ainda, uma outra; e esta, do modo como eu vejo, parece peculiar à vossa Inglaterra."

"Qual é ela?" Perguntou, então, o Cardeal Morton.

"Os carneiros", respondeu Rafael, "vossos carneiros. Esses animais são, habitualmente, bem mansos e pouco comem. Mas disseram me que, no momento, mostram-se tão intratáveis e ferozes que devoram até os homens, devastam os campos, casas e cidades. Efetivamente, em todos os pontos do reino onde se obtém a mais fina lã, portanto a mais preciosa, os senhores, os nobres e até santos abades, não se contentam mais com os rendimentos e o produto que seus antepassados costumavam retirar de seus domínios. Não lhes é mais suficiente viver na preguiça e nos prazeres; estes homens, que nunca foram úteis à sociedade, querem ser ainda, positivamente, nocivos. Não deixam nenhuma parcela de terra para ser lavrada; toda ela transformou-se em pastagens. Derrubam casas, destroem aldeias e, se poupam as igrejas é, provavelmente, porque servem de estábulos a seus carneiros. Essas excelentes pessoas transformam em deserto as habitações, e tudo que era cultivado; como se as florestas e as terras reservadas à caça já não prejudicassem bastante a agricultura."[25]

"Assim, um só ambicioso e insaciável criador de carneiros, peste e praga de seu próprio país, pode abarcar num único campo milhares de braças de terra, fazendo com que uma quantidade de pequenos agricultores se vejam escorraçados de seus bens. Uns saem enganados, outros são expulsos à força; todos, enfim, cansados de tantos vexames, se vêem forçados a vender o que possuem. Esses infelizes - homens e

[25] Dados revelam que Thomas More não exagerava a respeito dessa questão. De fato, à época, houve um grande incremento da criação de ovelhas, que era uma atividade que exigia uma quantidade substancialmente menor de mão-de-obra. A disseminação do uso da lã fazia com que o comércio florescesse e o preço se tornasse um forte atrativo para a criação de ovinos. Na Inglaterra esse fenômeno era favorecido pela geografia. Data dessa época uma grande profusão de petições, decretos e anúncios, referentes ao problema, registrados em muitos condados.

mulheres, casais, órfãos, viúvos, pais com os filhos nos braços - vão partindo. Essas famílias pobres e numerosas, pois a terra reclama o trabalho de muitos braços, emigram, largam seus lugares, os lugares onde viveram, sem saberem para onde ir. Uma vez que não podem esperar por um bom comprador, vendem suas coisas - que na verdade não valem mesmo muita coisa - por uma ninharia. Quando as poucas moedas terminam - e terminam muito rapidamente enquanto vagam de forma errante de um lugar para outro - só lhes resta roubar e serem enforcados, como dizeis: segundo as justas regras."

"Se andam sem rumo, mendigando, metem-nos na prisão. Não são eles vagabundos, arrastando-se pelas estradas? Realmente, ninguém quer aceitar seus serviços, embora os ofereçam, pressurosamente. Como o único ganha pão que conhecem é o amanho da terra, não há trabalho para eles, em campos que não são semeados. Um só pastor é suficiente para cuidar dos rebanhos, numa área de terra que exigia muitos braços, no tempo em que era semeada e cultivada."

"Essa mudança no uso da terra trouxe como conseqüência a elevação dos preços dos grãos em muitos lugares. Adicionalmente, o preço da lã subiu tanto que os próprios artesãos que costumavam tecê-la ficaram impossibilitados de comprá-la, fazendo com que a maior parte deles tivesse que abandonar o ofício e ficar desempregada. Uma razão é que, após essa multiplicação de pastagens, uma epidemia matou uma grande quantidade de ovelhas como se Deus quisesse, com essa calamidade, punir a avidez dessa gente; uma praga que, por justiça, deveria ter caído diretamente sobre os proprietários e não sobre os animais. No entanto, por mais que pudesse aumentar o número de carneiros, o preço da lã não diminuiria uma vez que a venda das lãs, se não é concentrada nas mãos de uma só pessoa (monopólio) é, pelo menos, concentrada num pequeno número de proprietários (oligopólio), justamente aqueles que são tão ricos que não precisam ter pressa em vender, antes do momento escolhido por eles, e que não vendem senão quando o preço lhes convém."

"Pelas mesmas razões, em todas as outras espécies de rebanhos, os preços se elevam de forma exorbitante. Com a destruição das granjas

e a ruína da agricultura, não há mais gente suficiente para se ocupar com a criação. Os ricos proprietários não se importam tanto com a reprodução de seus bovinos como dos carneiros; vão a lugares distantes comprar o gado magro por quase nada, engordam-no em seus pastos e os revendem pelo mais alto preço. Creio que até agora a Inglaterra não se deu conta dos inconvenientes dessa prática. Esses negociantes causam a carestia dos preços apenas nos lugares onde os vendem. Mas, ao longo do tempo, à força de comprar gado em outras localidades em quantidade maior do que podem se reproduzir, provocam, pouco a pouco, a diminuição da oferta nos locais onde são comprados e, assim, o país vê-se fadado a sofrer de escassez generalizada. Dessa forma, vossa Ilha, que parecia notavelmente afortunada pelas vantagens na criação de ovelhas poderá ser arruinada pela avareza de um punhado de gananciosos. A vida cada vez mais cara faz com que os proprietários dispensem o maior número possível de empregados. Que outra saída existe para essas pessoas senão mendigar e roubar? Diante dessa opção, aquele que tem coragem e orgulho irá, com certeza, preferir roubar a se humilhar."

"Para tornar essa situação deplorável ainda pior, a essas misérias, vem juntar se o gosto pela ostentação. Não apenas os nobres, mas também os lacaios a serviço dos senhores, artesãos, e até mesmo os camponeses, todas as classes sociais exibem um luxo insolente nas suas vestimentas e nas suas refeições. Olhai os restaurantes, as tavernas, os lupanares, as casas de vinho e cerveja. Olhai as casas onde imperam os jogos de azar, de cartas, dados, palma e malha, onde o dinheiro flui com enorme facilidade. Tudo isso não é um caminho que leva seus praticantes diretamente ao roubo? Afastai de vossa ilha essas pragas danosas. Fazei com que todo aquele que destruir as herdades ou aldeias devam reconstruí-las, ou ao menos deixar que outros o façam. Limitai esse direito dos ricos de comprar qualquer um e qualquer coisa, tirando-lhes o direito de exercer esta espécie de monopólio. Reduzi o número de ociosos, dai novos impulsos à agricultura, criai manufaturas de lã. Dessa forma haverá trabalho útil para todos que ora se encontram

ociosos, tanto para aqueles que a miséria levou ao roubo quanto para aqueles, cujos hábitos fundados na preguiça e na esperteza nociva, se constituem em indivíduos prontos a se converterem em malfeitores."

"Se não for possível encontrar remédios para esses males, torna-se fútil gabar-se dessa justiça que sabe tão bem reprimir o roubo, e qualquer política se afigurará superficial, tal como a justiça, que não é nem justa, nem eficaz. Se permitis que vossos jovens cresçam num meio onde seus costumes são, passo a passo, abominavelmente corrompidos desde os mais tenros anos e se, na idade adulta, os pune por crimes para os quais foram literalmente preparados, que fazeis deles senão ladrões, para que mais tarde sejam castigados?"

"Enquanto eu falava", conclui Rafael, "o eminente jurisconsulto preparava-se para responder. Estava pronto para seguir o método familiar a esses polemistas que repetem de forma solene e resumida o que foi dito, mais do que respondem, procurando exibir, assim, sua capacidade de memorização. Iniciou, então, sua intervenção."

"Falastes muito bem para um estrangeiro, mas ouvistes sobre mais coisas do que sois capaz de compreender corretamente. Vou esclarecê-las devidamente em poucas palavras. Começarei por resumir vossas teses na mesma ordem em que foram expostas, depois do que, vos mostrarei quais os pontos que a ignorância dos costumes de nosso país vos induziu a erro. Finalmente, refutarei vossos argumentos e os reduzirei a pó. Inicialmente, tal como prometi, vós haveis, parece-me, incorrido em quatro pontos..."

"Um momento," interrompeu o Cardeal, "este preâmbulo promete nos uma resposta que não haverá de ser curta. Nós vos dispensamos agora deste esforço e reservamos o prazer de vossa resposta para um próximo encontro. Gostaria que fosse amanhã, caso não estejais ambos impedidos. Mas, enquanto isso, meu caro Rafael, gostaria que nos dissésseis por que, na vossa opinião, não se deve punir com a morte o delito de roubo e que castigo, mais conforme ao interesse público, poderíeis nos propor? Porque, certamente, não creio que pensais que tal crime devesse permanecer impune. Se, hoje, os homens não hesitam

em roubar, arriscando-se a morrer, que freio, que receio poderia deter esses malfeitores? Poderiam interpretar o abrandamento da pena como encorajamento ao crime – seria como oferecer-lhes uma recompensa."

"Estou absolutamente convencido, reverendíssimo", disse eu, "que é uma grande injustiça tirar a vida de um homem por este ter roubado dinheiro de alguém. Não há nada que a fortuna possa comprar neste mundo que valha uma existência humana. A quem me responder que o suplício tem por objetivo compensar, não o dinheiro perdido, mas a infração à vossa lei e à vossa justiça, responderei que essa justiça absoluta é, também, a absoluta injúria.[26] Não deveríamos adotar as terríveis leis de Manlio,[27] que recorrem à espada pelas mais simples violações e também não deveríamos adotar os princípios dos estóicos, que põem todos os crimes num mesmo plano, como se não houvesse diferença entre assassinar um homem e roubar dele algumas moedas.[28] Se a eqüidade faz algum sentido, não há entre os dois nem proporção e nem relação."

"Deus disse 'não matarás'; deveríamos nós matar tão prontamente, pelo simples furto de algumas moedas? Talvez se possa dizer que esta proibição divina do assassinato não se estende aos casos em que é a lei da sociedade humana que prevê a pena capital. Mas, então, o que impede os homens de produzirem leis que legalizem o estupro, o adultério ou o perjúrio? Deus nos proíbe tirar a vida, não somente do próximo, mas de nós mesmos; poderíamos nós então, legitimamente, pôr-nos de acordo em degolarmo-nos mutuamente, acobertados por alguma fórmula jurídica? E teria essa fórmula tal valor que os que as aplicassem, apesar do preceito sagrado, escapariam ao castigo divino e teriam o direito de matar todos aqueles que um veredicto humano houvesse condenado? Isto significa dizer, então, que a justiça divina não funcionaria senão quando o permitisse a justiça humana e, finalmente,

---

[26] "*Summum Jus, Summa Injuria*".

[27] Tito Manlio, no século IV a.C., notabilizou-se por executar seu filho por desobedecer uma de suas leis (Maquiavel, *Discorsi*, 3.22).

[28] Horácio ridiculariza esse entendimento da lei dos estóicos (*Sátiras*, I.3.94).

significaria que os homens é que decidiriam como e quando seguir os mandamentos de Deus."

"Acrescento que a lei de Moisés,[29] por mais impiedosa e dura que possa ter sido – e ela foi feita para um povo escravizado e teimoso – punia o roubo com uma multa ou compensação, e não com a pena capital. Não deveríamos supor que Deus, na sua nova lei cheia de piedade, que nos trata com a doçura de um verdadeiro Pai, nos permita tratar uns aos outros com essa crueldade."

"Aí está por que recuso tal código de justiça que condena o simples ladrão à morte. Todos sabem o quanto essa punição indiscriminada do assassinato e do roubo é absurda e mesmo prejudicial ao bem comum. Se o ladrão sabe que corre o mesmo risco ao cometer um furto ou ao praticar um homicídio, ele é induzido a matar aquele a quem pretendia apenas roubar uma vez que, no caso de ser preso, o perigo de ser enforcado é o mesmo e o assassinato lhe oferece maior segurança porque, não havendo testemunhas, há mais esperança de que a autoria do crime permaneça ignorada. Portanto, ao invés de afastar os ladrões do crime, com a ameaça de um castigo terrível, estamos, na verdade, induzindo-o a matar gente inocente."

"Uma vez que me perguntais qual a maneira mais conveniente de puni-los, respondo que, na minha opinião, é mais difícil achar maneiras melhores do que piores. Por que duvidar dos efeitos do castigo empregado antigamente, durante tantos séculos, pelos romanos, um dos povos que mais se destacaram na arte de governar? Em Roma, condenavam se os grandes criminosos à escravidão ou aos trabalhos forçados a perpetuidade nas pedreiras e nas minas. Entretanto, entre as várias alternativas, a meu ver, nada se poderia comparar ao que se passa com os poliléritos,[30] coisa que observei durante minha viagem à Pérsia."

"Aquele país, cuja população é numerosa, é relativamente bem governado. Seus habitantes não obedecem senão às suas próprias leis

[29] *Exodus*. A maioria das disposições fala em restituição ou compensação. Nenhuma recomenda a morte.

[30] Seria, na verdade, um povo imaginário. *Polus* + *leiros*, que significa muito absurdo.

e são independentes, salvo um tributo anual que pagam ao rei da Pérsia. Seu território, afastado do mar, é cercado de montanhas. Satisfazem-se com os produtos de sua própria terra, que é pródiga, e têm poucas relações com outras nações e também não recebem muitas visitas de estrangeiros. Fiéis à tradição de sua nação, não se preocupam em expandir suas fronteiras. De resto, tanto as montanhas quanto as contribuições que pagam ao seu senhor são suficientes para garantir sua segurança. Não têm guerras, portanto, e levam uma vida mais confortável do que gloriosa, mais satisfeitos do que ambiciosos ou famosos. Na verdade, creio que seu nome só é conhecido pelos vizinhos mais próximos."

"Nesse país, quando um indivíduo é culpado de roubo, ele deve restituir o objeto roubado ao seu proprietário, e não ao príncipe, como é de uso corrente em outros lugares. As leis entendem que o príncipe, tanto quanto o ladrão, não tem direito ao fruto do roubo. Se o objeto roubado for perdido, seu preço é avaliado e tirado dos bens do ladrão, que são confiscados para pagar a vítima, e se houver excedente, ele é transferido à esposa do ladrão, enquanto ele é condenado a trabalhos forçados."

"No caso do roubo não ter sido acompanhado de atrocidades, o ladrão não é encarcerado nem acorrentado. Livre e sem embaraços, ele serve à comunidade trabalhando em obras públicas. Preferem aplicar a chibata ao invés de por a ferros todos aqueles que se furtam e se mostram relapsos nas suas obrigações. Os que trabalham de boa vontade não são humilhados, apenas são trancafiados à noite em seus dormitórios, depois da chamada nominal. Assim, sem grandes desconfortos, seu único castigo é o labor continuado. Como trabalham para o Estado, são alimentados decentemente pelos armazéns públicos, por meios que variam de lugar para lugar. Em alguns lugares isto é feito com doações, o que pode parecer precário, mas o povo é generoso. Em outros lugares empregam para esta finalidade os rendimentos públicos ou um imposto é estabelecido para esse fim. Ainda em algumas regiões os condenados não são nem mesmo empregados nos trabalhos públicos: qualquer particular que tenha necessidade de trabalhadores

pode contratá-los por dia, pagando lhes um salário um pouco menor que a mão-de-obra livre, e a lei permite ao contratante surrar os relapsos. Dessa forma nunca falta trabalho para os condenados, que tiram daí o que lhes é necessário para viver e cada um traz algum ganho ao tesouro nacional, maior do que o custo de mantê-lo preso."

"Todos os condenados vestem-se igualmente da mesma cor, não raspam a cabeça senão ligeiramente, um pouco acima das orelhas, uma das quais é mutilada de um pequeno pedaço. Têm permissão para receber dos amigos alimentos, bebida e uma roupa, desde que esta seja da cor apropriada, mas o presente em dinheiro é punido com a morte tanto daquele que dá quanto daquele que recebe. O mesmo castigo é infligido ao homem livre que recebe dinheiro, sob qualquer pretexto, das mãos de um escravo (assim são chamados os condenados), e também ao escravo que portar armas. Cada distrito obriga seus escravos a usarem uma identificação característica. É considerado crime capital desfazer-se dessa identificação, assim como transpor as fronteiras de seu distrito ou falar com um escravo de outro distrito. Tramar uma fuga não é menos perigoso do que a própria fuga. Quem for cúmplice de tal empresa perde a vida se for escravo e a liberdade, se for livre. O denunciante, ao contrário, é recompensado. Se for um homem livre, recebe uma soma em dinheiro; se for escravo, recupera a liberdade; e, tanto um como outro têm o perdão de sua falta. Assim sendo, é preferível arrepender-se a tempo do que perseverar na intenção da fuga."

"Tais são as leis adotadas por esse povo. É fácil ver quão suaves e práticas são essas leis que procuram punir e eliminar os vícios e salvar o homem. Os criminosos são tratados de tal modo que são levados a ver a necessidade de serem honestos e de repudiarem o mal que fizeram antes. Há tão poucos riscos de reincidência que os viajantes, que vão de um lado para outro do país, os têm como guias da mais alta confiança, trocando os nos limites de cada distrito. Com efeito, o escravo não tem a menor possibilidade de realizar um roubo, uma vez que não tem arma e qualquer dinheiro em sua posse o denunciaria. Se for apanhado, o castigo o espera; nenhuma esperança há de fuga. Como esconder-se?

Todo mundo o reconheceria pela roupa e mesmo se se pusesse nu, o corte na orelha logo o trairia."

"Poder-se-ia temer que esses escravos urdissem uma trama contra o Estado? Para ter a possibilidade de realizar tal empreitada, seria necessário procurar envolver escravos de mais de um distrito. Conspiração nada fácil para pessoas que não podem se reunir, nem conversar, nem mesmo saudar uns aos outros. Ninguém ousa conspirar quando há tanto risco para aquele que toma parte nesse tipo de empreitada enquanto, por outro lado, há tantas vantagens para aquele que delata. Assim, todos esperam recuperar um dia a liberdade mostrando-se obedientes e resignados, dando garantias de uma vida futura honesta. E, de fato, todos os anos alguns são libertados como recompensa à sua obediência e bom comportamento."

"Quando terminei minha exposição", concluiu Rafael, "eu acrescentei que não via por que um regime como esse não poderia ser aplicado mesmo na Inglaterra, com resultados bem melhores do que aqueles obtidos pela 'justiça', cujo elogio vinha sendo feito com tanto entusiasmo pelo ilustre jurisconsulto. Este retorquiu imediatamente que jamais tal método poderia ser seguido na Inglaterra, sem por a nação toda em grande risco. Assim dizendo, balançava a cabeça negativamente, com uma expressão de desaprovação, calando-se depois, enquanto os ouvintes apoiavam essa opinião."

"Não é fácil prever," observou o Cardeal, "se será possível acabar com tantos crimes suprimindo a ameaça da pena capital, ou se ocorrerá o contrário, uma vez que isso ainda não foi tentado. Entretanto, parece-me que, depois do pronunciamento da sentença de morte, o príncipe poderia suspender temporariamente sua execução sem atribuir-lhe o direito de asilo,[31] e ver como funcionaria esse sistema. Se der bons resultados, o procedimento poderia ser transformado em lei. Caso contrário, a execução dos condenados seria, simplesmente, consumada.

[31] Esse direito, quando foi instituído, permitia que qualquer criminoso perseguido pela lei pedisse asilo em qualquer igreja, daí a expressão *'right of sanctuary'*. No tempo de Thomas More esse direito havia sido bastante restringido, mas continuava sendo aplicado aqui e acolá.

Essa maneira de proceder não seria nem mais nociva nem menos justa ao interesse público do que a execução imediata do julgamento. A suspensão temporária não representaria, portanto, nenhum risco. Poder-se-ia fazer a mesma tentativa com os vadios, sem nenhum inconveniente, uma vez que muitas leis já foram promulgadas com o objetivo de conter o roubo e a vadiagem, sem nenhum resultado efetivo!"

"Quando o Cardeal acabou de falar, todos aplaudiram entusiasticamente sua opinião, especialmente na parte relativa à vadiagem, uma vez que era a parte adicionada pelo Cardeal – uma opinião que havia sido acolhida com tanto desprezo quando eu a enunciara."

"Não sei se seria interessante contar o restante desta conversa, um tanto ridícula. De qualquer modo, vou contar pois, afinal, é uma boa história e também, de alguma forma, interessa ao nosso assunto."

"Por acaso, ali se encontrava um desses parasitas que gostam de se fazer de palhaço, sendo tão aplicado nessa prática que tornava praticamente impossível dizer-lhe qualquer coisa séria. Esforçava-se por despertar risos com pilhérias, na maioria das vezes tão sem graça, que as pessoas em geral riam mais dele do que de seus gracejos. Mas, de vez em quando, escapavam-lhe comentários que não eram tão estúpidos, como que para justificar o provérbio: 'de tanto jogar os dados, em algum momento acaba se por fazer uma boa jogada'."

"Um dos convivas obtemperou: 'Rafael, na sua longa história, atendeu à sorte dos ladrões e o Cardeal, à dos vadios; resta-nos, então, fazer algo por aqueles que a doença e a velhice reduzem à pobreza, tornando os incapazes de trabalhar para viver'.

"Deixem-me responder," disse o parasita histrião, "e eu porei ordem nessa questão. Meu maior desejo é afastar para longe dos meus olhos o espetáculo deprimente dessa gente. Eles já me têm irritado muito com seus gemidos e suas lágrimas, para me extorquir dinheiro, sem conseguir arrancar-me um só vintém. Comigo sempre acontece uma dessas duas coisas: ou não quero lhes dar dinheiro, ou não posso lhes dar nenhum, simplesmente porque não tenho. Agora eles já me

conhecem, e estão ficando espertos. Quando me vêem passar, calam-se e deixam-me em paz, e assim não desperdiçam seu tempo. Pelos céus, sabem muito bem que nada podem obter de mim como se eu fora um padre. Eu decretaria uma lei pela qual todos os mendigos seriam distribuídos pelos conventos beneditinos, onde se tornariam irmãos leigos, como são chamados, enquanto as mendigas seriam todas freiras."[32]

"O Cardeal sorriu e aprovou a intervenção como uma brincadeira, os demais, no entanto, aplaudiram-no, sinceramente."

"Não conseguireis livrar-vos dos mendigos," observou um certo frade presente à reunião, "a menos que vos livreis também de nós frades!"[33]

"O frade era formado em teologia e, apesar de ter uma natureza grave, quase amargurada, achou graça nessa crítica jocosa feita às custas dos monges e dos padres seculares."

"A questão já está resolvida," retrucou o histrião. "O Cardeal já decidiu admiravelmente esse problema; ele não aconselhou, para os vadios, a reclusão e os trabalhos forçados? Não sois, vós, os maiores vadios do mundo?"

"Todos os olhares voltaram-se então para o Cardeal, que pareceu nada ter a criticar nessa pilhéria. Apressaram-se então, todos, a concordar, com exceção do frade, obviamente. Este, espicaçado pela ironia – o que não espanta – sentiu-se indignado e zangou-se, de tal maneira, que não pôde conter-se. Ofendido, dirigiu-se ao histrião com palavras como ordinário, caluniador, hipócrita, difamador e filho da perdição, alternando-as com anátemas, as mais terríveis que pode encontrar nas Santas Escrituras."

"Sentindo que estava no seu terreno, o bufão sentiu-se à vontade para continuar seu jogo."

---

[32] Os beneditinos formavam a maior ordem religiosa cuja disciplina era bastante rígida e os chamados irmãos leigos trabalhavam apenas pelo amor de Deus sem poderem desempenhar as funções eclesiásticas.

[33] Diferentemente do monge, que vive e trabalha dentro de um mosteiro, o frade é membro de alguma ordem mendicante.

"Meu bom frade," disse ele, "não vos encolerizeis! Não está escrito que 'é na paciência que dominarás tua alma'?" [34]

"O frade então respondeu, e eu cito, textualmente, suas palavras."

"Não estou zangado, seu patife ou, ao menos, não estou cometendo pecado pois, como diz o Salmo: 'antes indignar-se do que pecar'[35]."

"O Cardeal convidou, brandamente, o frade a moderar seus impulsos que, no entanto, prosseguiu:"

"Monsenhor, se assim falo é apenas pelo zelo, que é meu dever. Até os santos tiveram esses furores, pois está escrito: 'o zelo de tua casa me consome!'[36] Nas nossas igrejas canta se: 'Aqueles que zombaram de Eliseu, subindo à casa do Senhor, experimentaram a cólera do homem calvo...'[37] Assim como a sofrerá, seguramente, este que zomba, este louco endiabrado, este devasso..."

"Talvez estejais certo," disse o Cardeal, " mas parece-me que seria uma atitude mais piedosa, pelo menos mais prudente, se não opusésseis vossa sabedoria à de um bufão, deixando a tarefa aos comediantes profissionais."

"Monsenhor, não creio que fosse mais prudente calar-me. Até Salomão, o mais sábio de todos os homens, dizia: 'Responderás ao louco de acordo com sua loucura'[38]. É o que faço neste momento. Procuro mostrar a este louco o abismo em que cairá, se não tomar cuidado. Aqueles que zombavam de Eliseu, que era apenas um pobre homem calvo, sentiram a sua cólera. O que acontecerá, então, a este homem que se ri dos frades, que são calvos e que são em grande número?

---

[34] Lucas, 21, 19

[35] Salmos, 4, 4

[36] Salmos, 69, 9

[37] Eliseu, filho de Elias, "indo pelo caminho, alguns rapazes saíram da cidade e zombavam dele dizendo: sobe ó calvo, sobe ó calvo. Eliseu virando-se para eles, olhou-os e amaldiçoou-os em nome do Senhor. Saíram dois ursos do bosque e despedaçaram quarenta e dois daqueles rapazes" (II Reis, 2, 23). Ao falar do homem calvo, o frade refere-se à tonsura eclesiástica.

[38] Provérbios, 26, 5

Temos uma Bula Papal, em virtude da qual todos aqueles que escarnecerem de nós serão excomungados."

"O Cardeal, vendo que a discussão prolongar-se-ia indefinidamente, despediu o bufão com um gesto e desviou, prudentemente, a conversa. Pouco depois, levantou-se da mesa e despediu-nos, para dar audiência àqueles que tinham alguma demanda."

"Aí está, meu caro Thomas More; fatiguei-vos com esta longa história. Ficaria um tanto embaraçado, se não houvesse feito com a intenção de atender ao vosso pedido e se não me désseis a impressão de haver escutado com a atenção de quem não quer perder nenhum pormenor. Poderia ter sido mais breve. Mas, quis contar toda a história para vos esclarecer sobre o caráter dos convivas, que começaram por desdenhar meu relato, mas logo que o Cardeal mostrou-se favorável a ela, puseram-se a elogiá-la. São tão grandes bajuladores que aprovaram com entusiasmo as palavras de um bufão, tomando-as a sério, quando seu próprio mestre as ouvia como pilhérias. Como se vê, esse episódio mostra quão pouca consideração essa gente da corte teria para com a minha pessoa e meus conselhos."

"Meu caro Rafael, disse eu, ouvindo-vos senti imenso prazer. Vossas palavras são, ao mesmo tempo, agradáveis e cheias de sabedoria. Parecia-me estar de volta à minha terra e ao tempo de minha juventude, ao ouvir-vos traçar, de forma tão agradável, o retrato do Cardeal Morton, no palácio de quem passei a juventude, educando-me. Já vos queria muito bem, Rafael, mas não podeis imaginar o quanto vos quero ainda mais quando vos ouço evocar com tanta honra a lembrança deste prelado. Além disso, persisto na minha opinião sobre vós. Considero que se pudésseis superar essa aversão pela vida na corte, vós seríeis, com vossos conselhos, muito útil ao Estado e aos homens. Nenhum dever pode ser maior que este para todo homem de bem, inclusive para vós. Conheceis a opinião do vosso caro Platão: os povos não serão felizes senão quando os filósofos se tornarem reis ou os reis forem filósofos[39] e esta felicidade,

[39] *A República.* 5.473.

deve estar ainda muito longe, uma vez que os filósofos não se dignam a assistir os reis com seus conselhos!"

"Os filósofos não são tão desprovidos de boa vontade," retorquiu Rafael, "e consentiriam nisso, prazerosamente. Na verdade, muitos já o fizeram com seus escritos e se os governantes estivessem dispostos a ler seus livros poderiam se beneficiar de seus bons conselhos. Mas, sem dúvida, Platão estava certo ao prever que os reis, a menos que fossem eles mesmos filósofos, seriam incapazes de seguir as opiniões dos sábios por terem, desde a infância, os espíritos impregnados de falsas idéias e pervertidos por elas. Com certeza, ele próprio viveu essa experiência com Dionísio de Siracusa.[40] Se eu propusesse medidas prudentes na corte de algum monarca e me empenhasse em extirpar de seu reino os germes do mal e da corrupção, não credes vós que, como Platão, eu seria banido e tratado com desdém?"

"Suponhamos, por um momento, que eu esteja junto ao rei de França e que tenha assento em seu conselho. Suponhamos que, em sessão secreta presidida pelo próprio rei, os membros mais ilustres e hábeis desse conselho estejam discutindo as políticas e artimanhas mais sutis pelas quais poderão preservar o ducado de Milão e recuperar o reino de Nápoles, que tem se mostrado tão ardiloso e, a seguir, como dominar a República de Veneza e assim submeter toda a Itália. Adicionalmente, discutem também como incorporar Flandres, Brabante e toda a Borgonha, além da invasão de outros Estados que o rei tenha em mente. Nesse ambiente, um propõe assinar um tratado de aliança com Veneza pelo tempo que o rei julgar oportuno – talvez para desenvolver uma estratégia comum, prometendo até mesmo dar aos venezianos uma parte das conquistas, que poderia ser retomada posteriormente, quando algum plano previamente traçado já tiver dado seus resultados. Um outro conselheiro sugere contratar mercenários alemães e pagar para que os suíços permaneçam

[40] Platão efetivamente tentou levar para a prática a idéia de um governo de sábios quando foi para Siracusa, em 367 a. C., para servir Dionísio, o Tirano. A experiência, no entanto, foi um fracasso.

neutros.[41] Um terceiro conselheiro pode julgar interessante lavar o orgulho ferido do Imperador com uma atraente "loção" feita de moedas de ouro. Outro ainda, que pensa de modo diferente, argumenta que seria útil fazer um pacto com o rei de Aragão e que, para selar a paz, o reino de Navarra poderia ser tomado de seu legítimo senhor. Finalmente, poderia haver ainda outro membro desse conselho que julga que o melhor seria ludibriar o príncipe de Castela por meio de uma aliança construída com um arranjo matrimonial, onde o primeiro passo seria subornar alguns nobres de sua corte com a promessa de pagamento de uma pensão secreta."

"O caso mais espinhoso é o de decidir o que fazer com a Inglaterra. Todos concordam em que a aliança sempre vacilante com a Inglaterra, deveria ser fortalecida tanto quanto possível, mas os ingleses, objetos de suspeição constante, deveriam ser tratados, ao mesmo tempo, como amigos e como inimigos. Os escoceses seriam mantidos sempre de prontidão, como sentinelas atentas e prontas para o ataque, ao primeiro sinal de movimento suspeito dos ingleses. Secretamente, dar-se-ia apoio e encorajar-se-ia a ação de algum personagem importante da nobreza exilado, pretendente ao trono da Inglaterra (os tratados se opõem a uma proteção aberta). Por esse meio, poder-se-ia manter o soberano inglês sempre sob pressão e um governante, que não inspira confiança, sempre sob controle."[42]

---

[41] A prática da contratação de mercenários era bastante difundida. Principalmente a partir do século XIV havia um grande número de *companhias* que alugavam suas armas a príncipes em toda Europa. Muitas dessas companhias eram formadas por combatentes de exércitos regulares que se desintegravam depois de uma campanha militar realizada no estrangeiro. Com as guerras iniciadas em 1494, aumentara muito a quantidade de mercenários alemães, especialmente de infantaria, que vendiam seus serviços na Itália. Os mercenários suíços, por sua vez, eram tão conhecidos por seu talento que freqüentemente eram pagos apenas para não lutar.

[42] Os escoceses eram tradicionais inimigos da Inglaterra e tradicionais aliados da França. A respeito do personagem da nobreza exilado, não significa que houvesse na realidade algum, mas muito provavelmente a referência é feita no sentido de que se poderia forjar algum. A passagem apenas serve para ilustrar as sinuosas tramas da corte.

"E, se nessa corte, diante de problemas tão vastos, na presença de tantos homens ilustres competindo na busca de intrincadas estratégias de guerra, eu me levantasse – eu, que não sou senão um insignificante personagem – e os aconselhasse a que tomassem um caminho completamente diferente? Suponha que eu recomendasse ao rei que deixasse a Itália em paz e permanecesse em casa porque o simples reino de França, por si só, já é quase grande demais para um só homem governar e que, portanto, o rei não deveria sonhar em agregar ainda outros reinos à França."[43]

"Imagine se, em meio a essas discussões, eu mencionasse as leis promulgadas pelos acorianos[44], que vivem à sudeste da ilha de Utopia. Há muito tempo atrás esse povo foi à guerra para conquistar mais um reino a ser adicionado aos domínios de seu rei, em virtude de uma antiga demanda por direito de sucessão herdada por meio de um casamento. Sua ocupação foi feita, mas logo os acorianos perceberam que era tão difícil conservar o território conquistado quanto havia sido a sua própria conquista. Os novos súditos revoltavam-se continuamente ou eram atacados por outros povos e, assim, os acorianos viam-se sempre em guerra fosse contra os novos súditos, fosse para defender esses mesmos súditos contra invasores, tornando impossível dissolver o exército. O povo acoriano viu-se, então, esmagado por impostos; o dinheiro foi para o estrangeiro e o seu sangue era derramado para o benefício de outros enquanto a paz se tornara tão distante como jamais havia sido. A guerra corrompera os costumes e trouxera o prazer da pilhagem e do crime audacioso e as leis eram desdenhadas porque o rei, dividindo sua atenção entre dois reinos, não podia administrar apropriadamente nem um e nem outro."

"Quando os acorianos compreenderam que essas calamidades não teriam fim, reuniram-se e deliberaram, polidamente, aconselhar

[43] Um fato pouco explicado da história da França foi a preocupação quase obsessiva em conquistar a Itália por parte de três sucessivos reis: Carlos VIII, Luis XII e Francisco I.

[44] O nome do lugar deriva do grego *a* (negação) + *chora* (lugar), ou seja, *acorianos* significaria povo de lugar nenhum.

ao rei que optasse por um dos dois reinos, porque não haveria meios de governar ambos. Cada um dos povos era numeroso demais – disseram – para que fosse governado pela metade de um rei. Lembrando o provérbio, argumentavam que 'nem um particular deveria contratar um carroceiro que tivesse que dividir seu trabalho entre duas carroças'. O bom príncipe foi então obrigado a se contentar com seu antigo reino e a deixar o novo a um de seus amigos, que, em breve, seria expulso."

"Finalmente, suponha que eu dissesse aos conselheiros do monarca da França que todas essas aventuras guerreiras, pelas quais tantas nações são levadas à convulsão social como resultado da conveniência de um só homem, só serviriam para exaurir o tesouro e desmoralizar seu povo para, no fim, não trazer, de uma forma ou de outra, qualquer resultado. Assim, aconselharia ao rei da França cuidar apenas de seu reino ancestral, melhora-lo tanto quanto fosse possível e cultivá-lo de todas as maneiras. Dessa forma, ele amaria seu povo e seu povo o amaria; aconselharia ao rei viver entre os seus, a governar com brandura e a deixar em paz outros povos, uma vez que seu reino é grande o bastante para ele. Meu caro More, como imaginais que os conselheiros do rei reagiriam a esse discurso?"

"Não de maneira muito favorável, com certeza – respondi."

"Continuemos – tornou Rafael. Suponhamos agora que outro rei e seus conselheiros estejam discutindo esquemas para conseguir dinheiro para aumentar seus tesouros. Um conselheiro recomenda aumentar o valor da moeda, quando o rei paga seus débitos, e reduzir esse valor, quando coleta os impostos e outras rendas.[45] Esse expediente permitiria fazer grandes despesas com pequenos desembolsos e coletar muito dinheiro quando, na verdade, teria pouco a receber. Um outro aconselha fingir a iminência de uma guerra, o que permitiria estabelecer uma taxa com esse pretexto; logo que os recursos fossem coletados, o

[45] Essa prática não era tão incomum. Na Inglaterra, Eduardo IV, Henrique VII e o próprio Henrique VIII usaram de expedientes semelhantes para atender necessidades de recursos do tesouro.

príncipe concluiria um tratado de paz com grandes cerimônias religiosas, cuja pompa deslumbraria o povo, que atribuiria ao monarca as virtudes da piedade e da compaixão para com a vida de seus súditos.[46] Um terceiro conselheiro lembra a cobrança de taxas referentes a antigas leis carcomidas pelo tempo e esquecidas. O povo, que há muito nem se recordava mais delas, com certeza, as transgredira muitas vezes. Multas, então, poderiam ser cobradas, permitindo ao rei levantar consideráveis somas e ainda receber os créditos como governante que apenas está fazendo cumprir a lei e a ordem, uma vez que todo o procedimento é conduzido como um ato de justiça.[47] Ainda outro conselheiro recomenda o estabelecimento de proibições para várias práticas consideradas de interesse público sob pena de pagamento de pesadas multas que, em seguida, poderiam ser contornadas sob certas condições estabelecidas pelo monarca e mediante o pagamento de licenças. Esse procedimento permitiria lucrar duplamente. Primeiro permitiria ganhar com a cobrança de multas sobre aqueles que não cumprissem a lei e, depois, ganhar-se-ia também pela venda de licenças. O monarca manteria sempre uma aparência de governante preocupado com o bem estar de seu povo, ao não permitir que nenhum indivíduo faça algo de prejudicial ao interesse público, a menos que pague elevado preço por isso."

"Um outro conselheiro, enfim, propõe ao rei que aumente sua influência sobre os juízes de tal forma que decidam sempre em favor da coroa. Os juízes deveriam ser chamados à corte com freqüência, sugere o conselheiro, e convidados a debater suas questões diante da presença de Sua Majestade. Por pior que seja uma causa, haverá sempre um juiz que, por espírito de contradição ou de originalidade, ou simplesmente para agradar o monarca, encontrará sempre um meio de defendê la com argúcia. Se os juízes puderem ser levados a ter posições contraditórias, a questão mais simples poderá tornar-se obscura e a

[46] Em 1492, Henrique VII teria procedido dessa maneira declarando uma guerra fictícia contra a França.

[47] Esse foi um expediente usado particularmente pelos ministros de Henrique VII.

própria verdade poderá ser posta em questão e, assim, o monarca estará em condições de interpretar a lei segundo sua vontade fazendo com que os demais aquiesçam por medo ou por vergonha. Os juízes não hesitariam em apoiar o interesse do monarca. Sempre haverá pretextos para decidir em favor do rei: a equidade, a letra da lei, ou mesmo o fato de que os termos em que se formulam as leis sempre podem ser torcidos e tornados obscuros. Entretanto, se tudo isso falhar, sempre há a prerrogativa real que se coloca acima da lei e este é um argumento infalível para os juízes 'que conhecem bem o seu trabalho'."[48]

"Assim sendo, todos os conselheiros aceitam a máxima de Crasso: 'um rei que quer manter um exército nunca tem dinheiro bastante'.[49] Mais do que isso, concordam que um rei jamais age erradamente, mesmo que o queira, uma vez que ele é dono das pessoas e dos bens de todos os súditos e que os súditos nada possuem senão o que lhes é dado pelas boas graças do rei. Na verdade, entendem que o rei sempre deve deixar aos seus súditos o menos possível porque a sua segurança depende de quanto possa evitar que esses súditos se tornem insolentes com a riqueza e a liberdade. A riqueza e a liberdade tornam as pessoas menos tolerantes com as ordens duras e injustas enquanto, por outro lado, a pobreza e a miséria embotam o espírito, tornando-as pacientes e retirando do oprimido o espírito orgulhoso da rebeldia."

"Suponha agora que, nesse momento, eu me levantasse e dissesse que todos esses conselhos dados ao rei são tanto desonrosos quanto funestos. Suponha que eu dissesse que a honra e a segurança do rei repousam mais sobre os recursos do povo do que em seus próprios meios. Suponha também que eu dissesse que os homens escolhem um

[48] "*Prerrogativa*" era uma expressão empregada naquele tempo para justificar verbalmente tudo aquilo que não podia ser justificado logicamente. Algo parecido com "*interesse nacional*" ou "*privilégio de foro especial*" de nossos dias – expressões que talvez apenas remotamente tenham alguma relação com as noções de justiça e eqüidade.

[49] Crasso juntou-se a Pompeu e Cesar para formar o primeiro Triunvirato para governar o Império. A máxima é citada por Cícero (*De Officiis*, 1.8.25). Conta-se que um vingativo persa não concordando com sua máxima, teria feito com que Crasso engolisse ouro derretido.

rei para o benefício deles e não do próprio rei e que, portanto, por seu empenho e esforço eles deveriam viver em paz e em segurança.[50] Esta é a razão porque eu diria que são encargos do príncipe cuidar mais do bem estar de seu povo do que de si mesmo, da mesma forma que é responsabilidade do pastor zeloso primeiro cuidar de alimentar seu rebanho e só depois, de si mesmo."[51]

"Entendo que esses conselheiros estão completamente errados quando afirmam que a miséria do povo é uma garantia de paz – a experiência mostra o contrário. Onde se vêem mais querelas e rixas do que entre os mendigos? Quem deseja mais ardentemente subverter a ordem social do que aquele que mais sofre com a sua condição atual? O mais audacioso revolucionário não será aquele que pensa que nada tem a perder e que espera ganhar qualquer coisa com a desordem?"

"Se um rei for tão desdenhado e odiado por seus súditos a ponto de ser obrigado a governar apenas por meio de maus tratos, pilhagem, confisco e pauperização de seu povo, melhor seria que renunciasse ao trono, uma vez que, nessas circunstâncias, embora possa manter a autoridade, não lhe resta mais a dignidade de um rei. Um rei não revela dignidade alguma quando exerce sua autoridade sobre mendigos, mas sim quando reina sobre súditos prósperos e felizes. Isto, com certeza, é o que levava Fabrício, alma nobre e corajosa, a afirmar que preferia ter autoridade sobre os ricos do que ser rico".[52]

---

[50] More tinha uma grande fé nos princípios liberais, que se manifesta com insistência em seus escritos, antecipando Locke em quase dois séculos. Formular essas idéias – limitar o poder dos príncipes, que deveriam se ocupar do bem estar do povo antes dos seus interesses pessoais – no início do século XVI não deixa de ser também revelador da grande coragem de Thomas More. Isso ajuda a explicar também porque More põe essas idéias na boca de personagens e lugares imaginários da mesma forma que Erasmo argumenta usando a justificativa da loucura.

[51] Com certeza, essa é uma das metáforas mais comuns na cristandade, inclusive nos tempos de More. "Assim diz o Senhor Deus: Ai dos pastores de Israel que se apascentam a si mesmos! Não apascentarão os pastores as ovelhas?" (Ezequiel, 34,2).

[52] Caio Fabrício que tomou parte nas guerras contra Pirro (281-275 a.C.). Esse dito, de acordo com Plutarco (*Ensaios Morais*), seria de Cúrio Dentato.

"Um governante que vive solitariamente no luxo e nos prazeres, enquanto à sua volta todos vivem em meio ao sofrimento e lamentações, estará atuando antes como carcereiro do que como um rei. Tal como um médico incapaz, que não sabe tratar de um mal senão por um mal maior, o soberano que só sabe governar seus súditos privando-os de todas as comodidades da existência, reconhece abertamente que é incapaz de comandar homens livres."

"Um governante desse tipo deveria, antes de mais nada, despirse de seu orgulho e de sua indolência, pois estes são os principais vícios que levam o povo a desdenhá-lo e odiá-lo. Que viva do que é seu, honestamente, medindo as despesas de acordo com os rendimentos; que refreie os crimes, por meio de sábias instituições ao invés de permitir que a atividade criminosa prospere para puní-la depois; que não ressuscite, sem motivo, leis abolidas pelos costumes e há muito tempo desnecessárias e esquecidas; que evite exigir o pagamento de uma multa elevada por delitos que, num processo privado, o juiz consideraria iníquo e abusivo conceder a um particular em relação a outro."

"Suponha agora que, nessa reunião de conselheiros do rei, eu descrevesse a lei dos macários,[53] um povo que também vive próximo da ilha de Utopia. Seu rei, no dia em que sobe ao trono, deve fazer um juramento solene de que jamais terá em seu tesouro uma quantia maior do que mil libras de ouro, ou o seu equivalente em prata. Os macários dizem que essa lei foi instituída em tempos remotos por um grande soberano, que se dedicava mais à promoção da prosperidade do seu país do que aos cuidados de sua própria fortuna e que fez essa lei com o objetivo de impedir que os reis enriquecessem à custa da depauperação do povo.[54] Esse rei previa que esta soma seria suficiente para atender as necessidades em caso de rebelião ou de invasão estrangeira, sendo, entretanto, pequena demais para suscitar o desejo de envolver-se em

[53] O nome deriva do grego *makarios*, que quer dizer "feliz", "afortunado".

[54] Tudo indica que esse ponto se refere a Henrique VII que terminou seu reinado como um dos reis mais ricos da cristandade e também um dos mais odiados.

aventuras agressivas. A razão primordial desta lei era, portanto, conter o rei e ainda assegurar o provimento de moeda em quantidade suficiente para as transações cotidianas dos cidadãos – um rei que precisa distribuir todo o excesso de moeda ao seu povo não terá disposição para oprimí-lo e um rei como esse será tão temido pelos maus quanto amado pelos cidadãos bons e honestos."

"Então, em resumo! Se eu lhes dissesse todas essas coisas, se eu formulasse essas idéias a homens fortemente inclinados a idéias opostas, não seria fazer um discurso para surdos?"

"A surdos insensíveis e empedernidos, não há nenhuma dúvida disso!" Respondi. "Mas em verdade, não creio que devêsseis oferecer esses conselhos, quando tendes certeza de que não sereis ouvido. Que bem isto poderia trazer? Quando seus ouvintes estão tão profundamente predispostos contra vós e firmemente imbuídos de uma opinião contrária, que bem poderíeis trazer com vossos argumentos, completamente estranhos para eles? Essa discussão acadêmica pode ser muito agradável na intimidade de uma conversa entre amigos, mas num conselho real, onde questões graves e importantes estão sendo decididas por autoridade, não creio haver lugar para ela."

"Aí está a razão porque eu dizia," respondeu Rafael, "que não há, na corte, lugar para a filosofia."

"Na verdade há," respondi-lhe, "mas não para essa filosofia escolástica, que pretende sempre tudo explicar, supondo ser adequada a todas as circunstâncias. Mas, há uma outra filosofia, mais adequada para a ação política; que, como numa peça teatral, toma um fato e o adapta ao drama que se tem nas mãos e o representa com elegância e conveniência. Esta é a filosofia que tendes de praticar. Se uma comédia de Plauto estiver sendo encenada, no momento em que os escravos da casa se divertem pilheriando, seria desastroso se vós entrásseis em cena em trajes de filósofo e vos pusésseis a declamar o discurso de Sêneca a Nero, proferido em *Otávia*.[55] Não seria

[55] *Otavia* é uma peça de Plauto e, como a maioria delas, geralmente envolve intrigas relativamente simples: jovens amantes, escravos espertos, grandes senhores e prostitutas caras.

melhor permanecer mudo do que dizer em tal circunstância algo completamente inapropriado transformando, assim, a peça numa tragicomédia? Estragaríeis e deformaríeis o espetáculo ao misturar um elemento tão diferente, mesmo se o que juntais for de qualidade superior. Qualquer que seja a peça representada, encarnai vosso personagem da melhor maneira possível e não perturbai o espetáculo, simplesmente porque, eventualmente, venha a surgir em vossa memória algum trecho de outra obra que julgais mais interessante."

"Nos negócios públicos, nas deliberações dos príncipes, é a mesma coisa. Se não podeis extirpar pela raiz as más idéias; se não podeis corrigir males longamente praticados, tão completamente quanto julgais necessário; não é razão para desinteressardes pela nau do Estado e abandoná-la à tempestade, alegando ser impossível dominar o vento. Não se pode, arrogantemente, usar uma linguagem insólita e desconcertante diante de pessoas com opiniões contrárias e insuscetíveis de serem convencidas. É preciso tomar um caminho indireto e manejar a situação com tato e sensibilidade e as coisas más que não puderem ser transformadas em boas, ao menos torná-las menos más, na medida das possibilidades. É impossível tornar boas todas as instituições a menos que tornemos bons todos os homens, fato que não tenho expectativa de que venha a ocorrer tão cedo."

"Procedendo como dizeis," respondeu Rafael, "só me pode acontecer uma coisa: enquanto me ocupo em tratar a loucura dos outros, acabarei tão louco quanto eles. Se tenho de dizer a verdade, só posso fazê-lo da forma que descrevi. Para muitos, bem sei, o trabalho do filósofo é enganar, mas esse não é o meu caso. Embora minhas palavras possam parecer desagradáveis e incômodas para os conselheiros do rei, não vejo, no entanto, por que devem ser tomadas por excêntricas ou absurdas. Imaginai que eu lhes descreva as instituições que Platão advoga na sua *República*, ou as que os utopienses de fato pratiquem em seu país. De que forma reagiriam? Embora essas instituições possam parecer superiores (como na verdade são), ainda assim, aqui, afigurar-se-iam inapropriadas porque aqui vigora

o regime da propriedade privada, ao passo que lá tudo é desfrutado em comum."

"Aqueles que já formaram suas idéias, e que já estão dispostos a se lançar numa certa direção não se sentem nada satisfeitos com alguém que lhes chama a atenção para dizer que voltem, porque estão indo na direção errada. Mas fora isso, o que foi que eu disse que não poderia ou não deveria ser dito em qualquer lugar? Se devêssemos deixar de lado, como inapropriado ou absurdo, qualquer coisa que os costumes pervertidos dos homens tivessem tornado incomum, deveríamos deixar de lado a maioria dos ensinamentos de Cristo, mesmo numa comunidade de cristãos. Quereria Cristo que seus preceitos fossem mantidos em segredo, ele, que recomendava a seus discípulos proclamarem bem alto o que lhes murmurara nos ouvidos?[56] A maioria de seus ensinamentos difere bem mais radicalmente dos costumes correntes do que o que lhes expus. Os pregadores, como pessoas sutis e engenhosas, seguiram vosso conselho: vendo que os homens dificilmente se dobravam às normas estabelecidas por Cristo, trataram de acomodar sua pregação aos costumes dos homens, como a vara de medir, feita de chumbo.[57] Dessa forma, ao menos, conseguem conviver com os dois mundos. Quanto a mim, entendo que a única coisa que conseguem, é fazer com que aqueles que procedem mal se sintam menos culpados diante de suas consciências."

"Isso é tudo que eu conseguiria fazer no conselho de um príncipe. Ou eu teria idéias diferentes dos demais, e isso seria o mesmo que não ter idéia alguma; ou eu concordaria com os demais e, como Micio diz

[56] Refere-se certamente ao Evangelho de S. Lucas: "... tudo o que dissestes às escuras será ouvido em plena luz; e o que dissestes aos ouvidos no interior da casa será proclamado dos terraços" (Lucas, 12, 3). Moralmente também a S. Mateus: "Por minha causa sereis levados à presença de governadores e de reis, para lhes servir de testemunho, a eles e aos gentios" (Mateus, 10, 18).

[57] More usa a expressão *leaden yardstick* referindo-se, provavelmente, à metáfora usada por Aristóteles para caracterizar os padrões morais adaptáveis (*Ética*, 5. 10. 7). Na verdade, no século XVI era comum o uso de um padrão (*yardstick*) feito de chumbo nas construções de estilo antigo. O padrão era flexível e podia ter muitas formas.

em Terêncio, eu apenas confirmaria a loucura deles.[58] Não consigo compreender o vosso caminho sutil e indireto, quando dizeis que se deve 'influenciar a política de forma indireta' e que eu deveria manejar a situação com tato e sensibilidade e que, não podendo obter a perfeição, deveria procurar impedir o mal na medida do possível. Num conselho real, no entanto, não há maneira de dissimular e não há como fechar os olhos para certas coisas. Tem-se que subscrever, abertamente, as piores decisões, aprovar as medidas mais execráveis. Ao aprovar tais medidas de forma hesitante, pouco entusiasticamente, corre-se o risco de passar por espião ou por traidor. Assim, como é possível a alguém fazer alguma coisa benéfica quando se está cercado por colegas mais dispostos a corromper os melhores homens do que a reformar sua própria conduta? Ou eles vos seduzem ou, caso vos matenhais honestos e puros, vossa virtude apenas servirá para encobrir a corrupção e a loucura dos outros. Vós dizeis: influenciar a política de forma indireta e sutil! Não há a menor esperança."

"Essa é a razão por que Platão diz que os sábios deveriam afastar-se dos negócios públicos.[59] Numa curiosa comparação, Platão observa que quando os sábios vêem o povo sair pelas ruas sob um aguaceiro, ficando completamente ensopado, e constatam que não conseguem convencer as pessoas a se abrigarem da chuva, dão-se conta, então, de que é inútil sair e molhar-se com os outros. Contentam-se em ficar abrigados em suas casas, já que não podem curar a tolice dos outros."

"Estou certo, meu caro More – para dizer exatamente o que penso – de que onde existe a propriedade privada, onde o dinheiro é a medida de todas as coisas, não é possível governar de forma justa e

[58] Terêncio foi um dramaturgo romano do século II a. C. Em *Adelfos*, o escravo Micio, falando ao seu senhor diz: "se eu instigar, ou mesmo ouvir sua loucura, serei tão louco quanto ele"(*Adelfos*, 1. 2. 66).

[59] A *República* (6.496) Platão afirma que os homens sábios deveriam evitar a política, o serviço público e também o casamento. Nos tempos de More essa era uma visão compartilhada pelos humanistas. Mais tarde, cerca de um século depois, desenvolveu-se a idéia de um "humanismo cívico" (Ver *The Crisis of the Early Italian Renaissence* de H. Baron, 1966).

próspera. Não pode haver justiça onde as melhores coisas da vida pertencem aos piores homens e ninguém pode ser feliz, onde apenas uns poucos indivíduos repartem entre si todos os bens, desfrutando de grande conforto, enquanto o resto dos homens vive em deplorável miséria."

"Assim, meu pensamento volta-se para as santas instituições dos utopienses, que são tão bem governados com tão poucas leis. Entre eles, a virtude é recompensada e a divisão igualitária dos bens permite a cada um viver na abundância. Eu vejo o contraste dessas instituições com as de muitas nações nas quais, constantemente, são produzidas novas leis mas que jamais conseguem manejar seus problemas de forma satisfatória. Nessas nações, sempre que alguém obtém algo, imediatamente declara como sendo de sua propriedade, todavia, todas as leis, novas e antigas, não conseguem nem assegurar e preservar a sua posse e nem estabelecer claramente uma distinção entre o que é de um e o que pertence a outro. Diferentes homens podem reclamar, sucessivamente ou ao mesmo tempo, a posse da mesma coisa gerando, assim, inúmeras e intermináveis disputas judiciais."

"Quando penso em tudo isso, torno-me mais inclinado a concordar com Platão, que se recusava a fazer leis para pessoas que não aceitassem compartilhar seus bens com igualdade.[60] O mais sábio entre os homens percebia claramente que o único caminho para o bem estar de todos repousa sobre a igualdade na posse dos bens, e eu duvido que essa igualdade possa ser obtida onde a propriedade pertence a particulares. Por mais que os bens sejam abundantes, uma vez que cada homem procura agarrar o mais que pode para seu uso exclusivo, inevitavelmente uns poucos acabarão por possuir tudo, enquanto os demais ficarão na indigência. O resultado é, geralmente, o surgimento de dois tipos de pessoas cuja sorte deveria ser intercambiada:

[60] Conta-se que os arcádios e os tebanos se uniram para construir uma grande cidade e pediram para que Platão fosse seu legislador e que Platão impôs como condição a divisão e a posse igualitária dos bens, mas a condição não foi aceita. Ver Diógenes Laércio, *A Vida dos Grandes Filósofos*.

os ricos que são avaros, imorais e inúteis; e os pobres, que são irresponsáveis e tímidos, mas que trabalham duro, mais para o bem público do que para si mesmos."

"Assim sendo, estou plenamente convencido de que, a menos que a propriedade privada seja completamente abolida, não é possível haver distribuição justa de bens e nem a humanidade pode ser governada adequadamente. Se a propriedade privada permanecer, a grande e melhor parte da humanidade continuará oprimida por um fardo pesado e inevitável de angústia e sofrimento. Admito que, mesmo dentro do atual sistema, esse fardo pode ser reduzido, no entanto, acredito que não pode ser removido inteiramente. Leis podem ser feitas no sentido de limitar a quantidade de terras que alguém possa possuir ou a quantidade de renda que possa auferir.[61] Leis também podem ser feitas, evitando que os príncipes se tornem demasiadamente poderosos e o povo demasiadamente ingovernável. O fato de cargos públicos serem ocupados por solicitação ou postos à venda poderia ser tornado ilegal. Também os custos do exercício de cargos públicos não podem ser tais que os seus titulares sejam tentados a compensar seus gastos por meio de extorsão e fraude ou que o exercício desses cargos seja possível apenas para os homens ricos e não para os homens mais sábios. Concordo que leis desse tipo podem produzir o mesmo efeito que os bons cuidados e a atenção de uma enfermaria podem ter sobre os doentes crônicos.[62] Os males sociais que mencionei podem ser aliviados e seus efeitos mitigados por um certo tempo, mas se a propriedade privada permanece, não existe a esperança de que haja uma cura que restaure efetivamente

[61] Era conhecido o fato de que em Roma, e mesmo em algumas cidades-estado italianas, com esse objetivo, várias leis foram produzidas, limitando o número de serviçais e outras posses, inclusive terras.

[62] Essas metáforas relacionando o bem estar físico ou o ciclo de vida dos homens e dos animais com as questões sociais têm sido empregadas com freqüência até os nossos dias. O escritor G. K. Chesterton, no início do século XX, publicou uma crônica bem humorada sobre essa prática em *What is Wrong with the World*, onde critica o exagero dos cientistas sociais de seu tempo no emprego de metáforas biológicas.

a boa saúde da sociedade. Enquanto se tenta curar uma parte, a doença se agrava em outra parte. Ao se suprimir um sintoma, outro aparece, porque não se pode dar alguma coisa a alguém sem retirar essa coisa de outro".[63]

"Quanto a mim," respondi, "não vejo as coisas desse modo. Parece-me que os homens, possivelmente, não poderão viver bem num lugar onde a posse de todas as coisas seja comum. Como pode haver abundância de bens onde os homens param de trabalhar? O desejo de ganho não os estimulará e todos passarão a esperar que outros trabalhem e produzam o que com eles dividirão e, assim, tornar-se-ão preguiçosos. Se um homem é estimulado a produzir algo, mas não pode proteger ou assegurar para si legalmente os resultados daquilo que ganhou, inevitavelmente o que se seguirá não será a desordem e a luta sangrenta, especialmente quando o respeito pela autoridade dos magistrados desaparece? Entendo que a noção de autoridade não pode existir entre homens, que são iguais entre si sob todos os aspectos."

"Não me surpreendo," disse Rafael, "que penseis dessa forma, uma vez que não tendes nenhuma idéia de um tal Estado, ou fazeis dele uma falsa idéia. Se tivésseis estado comigo no país de Utopia, se tivésseis visto seus costumes e suas instituições como eu, que lá passei mais de cinco anos – e que jamais teria consentido em sair, o que só fiz para revelar sua existência ao mundo – enfim, se tivésseis visto esse lugar, reconheceríeis, sem hesitação, que não pode haver outro povo tão bem governado."

"Precisarás de muito tempo", disse Peter Giles, "para que me convenças de os povos nesse novo mundo sejam melhor governados do que no mundo que conhecemos. Nossa vontade e nosso engenho

[63] A noção de que as relações econômicas eram um "jogo de soma zero" era comum no século XVI. O mercantilismo entendia dessa forma o comércio: nas trocas comerciais o que alguém ganha equivale àquilo que alguém perde. Essa percepção era extensiva também a outros aspectos da vida e da sociedade. Somente com os liberais, na segunda metade do século XVIII, essa noção foi substituída pela idéia de que todos podem ganhar simultaneamente, seja no comércio ou na atividade econômica em seu sentido mais geral.

não são inferiores aos deles e nossas instituições de governo, eu presumo, são mais antigas. A longa experiência nos ajudou a desenvolver muitas coisas que facilitam a vida e, com alguma sorte, descobrimos também muitas outras coisas que somente com a engenhosidade humana teria sido impossível."

"A questão da antigüidade das instituições de governo," disse Rafael, "somente poderíeis julgá-la com mais fundamento depois de haverdes estudado as crônicas e a história desse novo mundo. Se acreditarmos nos registros existentes, no novo mundo já havia cidades antes que aqui houvesse homens. Quanto às invenções do gênio humano e às descobertas devidas ao acaso, elas podem surgir em qualquer parte. De fato, penso que temos até mais inteligência que eles mas, no que se refere ao zêlo e à dedicação, eles nos deixam bem para trás."[64]

"De acordo com suas crônicas, jamais tinham ouvido falar dos homens de além do Equador (essa é a forma como somos chamados por eles) antes de nossa chegada, exceto uma vez pela chegada de um navio que naufragara há mais ou menos 1200 anos atrás em meio a uma tempestade e cujos destroços teriam ido parar na ilha de Utopia.[65] Alguns romanos e egípcios também foram lançados pelas ondas nas praias de Utopia, mas jamais deixaram a ilha. Vêde como os utopienses, por seu zêlo e diligência, se beneficiaram desses eventos fortuitos. Eles aprenderam todas as artes úteis da civilização romana tanto diretamente de seus hóspedes quanto indiretamente por suposições e deduções sobre as quais procuraram basear suas próprias investigações. Quantos benefícios extraídos do mero fato de que numa ocasião fortuita alguns

[64] Os primeiros exploradores ingleses do novo mundo descoberto por Colombo teriam chegado a conclusões exatamente opostas, isto é, entenderam que a tecnologia européia era infinitamente superior enquanto a inteligência natural dos nativos se revelava freqüentemente superior. (Ver os vários relatos de viagem).

[65] Nessa época (mais ou menos 300 d.C.) provavelmente europeus teriam muito pouco para ensinar em matéria de tecnologia a quem quer que fosse. Talvez More tivesse em mente apenas a idéia de que as diferentes culturas tivessem se desenvolvido de forma relativamente paralela.

europeus lá aportaram! Se acaso um incidente similar ocorreu, trazendo para cá alguns homens daquela ilha, com certeza foi completamente esquecido, da mesma forma como o tempo há de apagar o registro de minha estada na terra deles. De um acidente, foram capazes de aprender, a ponto de dominar nossas artes e invenções, todavia, receio que ainda levará muito tempo até que aceitemos qualquer de suas instituições que são melhores do que as nossas. Essa vontade de aprender, creio eu, é a principal razão que explica porque aquele povo é melhor governado e vive mais feliz do que nós, uma vez que não somos inferiores nem em inteligência e nem em recursos."

"Assim sendo, meu caro Rafael," disse eu, "suplico-vos: descrevei-nos essa ilha. Não vos inquieteis em ser breve e relatai pormenorizadamente tudo sobre seus campos, seus rios, suas cidades, seu povo, seus costumes, suas instituições, suas leis, enfim, tudo o que imaginais que estamos interessados em saber. E pode estar certo de que estamos interessados em saber tudo o que ainda não conhecemos"

"Com muito gosto o farei," afirmou Rafael, "essas coisas estão ainda bem frescas na minha memória. Mas a narrativa vai exigir tempo e vagar."

"Nesse caso," disse-lhe, "vamos jantar primeiro; depois teremos todo o tempo necessário."

"Como desejarem," respondeu ele.

Entramos, então, para jantar. Depois da refeição, voltamos ao mesmo lugar e nos sentamos no mesmo banco. Ordenei aos criados que cuidassem para que não fôssemos interrompidos. Peter Giles e eu pedimos, então, a Rafael que cumprisse o prometido e, este, quando viu que estávamos prontos para ouvi-lo com atenção, refletiu por alguns instantes e começou seu relato.

Livro dois

Discurso de Rafael Hitlodeu sobre a melhor das Repúblicas, Registrado por Thomas More, Cidadão e Xerife da Cidade de Londres

A ilha de Utopia

A ilha de Utopia estende-se, na sua parte central, que é a mais larga, por duzentas milhas[1] e essa medida só diminui nas duas extremidades em que a ilha vai se estreitando, progressivamente. Seu perímetro, de quinhentas milhas, forma um semi-círculo e oferece, no conjunto, o aspecto de um crescente, de uma lua nova.[2] Entre as extremidades do crescente, um estreito de aproximadamente onze milhas serve de entrada para uma grande baía que, protegida do vento pelas terras que a circundam, tem as águas calmas como as de um grande lago. Assim, toda essa costa interior torna-se um grande porto natural e os barcos podem cruzar a baía em todas as direções para grande benefício de seus habitantes. As entradas do golfo são perigosas, devido aos bancos de areia de um lado e aos recifes do outro. No meio do estreito há um rochedo, que se eleva bem acima da água, e que, assim, não oferece perigo. Uma guarnição ocupa o forte construído sobre esse rochedo. Mas outros rochedos, escondidos sob a

[1] A milha equivale a 1.609 metros.

[2] A ilha teria, aproximadamente, as dimensões da Inglaterra. Ver o desenho de Holbein na abertura do Livro I.

água, são muito perigosos para os navegantes. Somente os utopienses conhecem bem as passagens e, por esse motivo, raramente os navios estrangeiros se arriscam a entrar sem um piloto utopiense que os guie pelo estreito. Os próprios habitantes da ilha não se aventuram a atravessá-lo, sem risco, se não puderem se orientar por referenciais visíveis na costa. Se esses referenciais forem deslocados, poderiam levar à destruição de uma frota inimiga, por mais poderosa que fosse.

Do outro lado da ilha, os portos não são raros. Mas, em toda parte, os pontos de desembarque são tão bem protegidos, por meios naturais ou por fortificações, que um punhado de defensores seria suficiente para repelir um grande exército. De resto, por uma tradição confirmada pela configuração do país, essa terra não fora sempre uma ilha. Utopus, o conquistador que lhe deu o nome (antigamente chamava-se Abraxa[3]) e que fez desta população grosseira e selvagem uma nação que supera quase todas as outras pela cultura e civilização, logo depois do seu desembarque vitorioso e da conquista da terra, mandou abrir um canal de quinze milhas onde a terra se unia ao continente. Assim, o mar cercou-a por todos os lados.[4] Para fazer isto, não usou somente o trabalho dos nativos; juntou a eles todo o seu exército, evitando assim que o trabalho lhes parecesse humilhante. Contando com um número tão grande de pessoas, a obra foi feita com incrível rapidez e seu sucesso encheu de espanto e terror os povos vizinhos que, a princípio, caçoavam de uma tentativa que lhes parecia impossível.

[3] O uso do nome *Abraxa*, aparentemente, tem o sentido de evocar o misticismo antigo. Ninguém se dispôs ainda a buscar seu significado preciso; a palavra foi encontrada gravada em pedras por Basilides, o Gnóstico (século II, d. C.), e seus seguidores. Uma curiosidade é que, escrita em grego, a palavra tem um equivalente numérico que soma 365.

[4] Heródoto conta que Xerxes fêz algo parecido na região do Monte Atos. No entanto, não o fêz para transformar o território numa ilha, mas sim para fazer seus barcos passarem o istmo (*História*, 7, 22). Vale notar que esse pode ser mais um dos paralelismos entre Utopia e a Pérsia usado por More. Um comentário, escrito à margem da edição original, diz que "trata-se de uma tarefa maior do que a escavação do Istmo". Foram feitas várias tentativas fracassadas de abrir um canal no Istmo de Corinto e, por essa razão, na Grécia antiga, a construção do canal passou a ser sinônimo de tarefa impossível.

A ilha tem cinqüenta e quatro cidades, grandes e magníficas, idênticas em língua, costumes, organização e nas leis. Idênticas são, também, os traçados arquitetônicos e o aspecto das cidades, tanto quanto o terreno o permite. A distância mais curta entre duas dessas cidades é de vinte e quatro milhas e nenhuma delas é tão isolada que não se possa atingir a cidade vizinha com um dia de caminhada.[5]

Uma vez por ano, cada cidade envia a Amaurota[6] três cidadãos idosos e experientes para tratar das questões de interesse comum do país. Amaurota é a principal cidade. Situada como se diz, no centro da ilha,[7] é a mais conveniente a todas as regiões e, por isso, funciona como a capital.

As terras foram tão bem distribuídas aos habitantes que a distância de cada cidade até a extremidade de seu território não é nunca inferior a doze milhas; às vezes pode ser superior, dependendo da distância das cidades entre si. Nenhuma delas deseja aumentar seu território, pois os utopienses consideram que as terras são mais para serem cultivadas do para serem objeto de posse.

No campo, as casas são construídas a distâncias apropriadas e providas dos implementos agrícolas necessários e são habitadas por cidadãos que as ocupam rotativamente. Nenhuma dessas habitações tem menos de quarenta pessoas, homens e mulheres, aos quais juntam se dois escravos e é dirigida por um homem e uma mulher, experientes e respeitáveis. Cada grupo de trinta dessas casas tem como chefe um

---

[5] Não há dúvida de que se trata de um absurdo consciente. Uma pessoa andando a passos apressados consegue caminhar uma distância aproximada de 3 a 4 milhas por hora. Dessa forma, infere-se que o texto diz, simplesmente, que a distância da cidade contígua mais próxima é a mesma da cidade contígua mais distante.

[6] De *Amauroton*, em grego, que quer dizer obscuro ou cidade sombria. Talvez a origem mais provável seja *Amaurianos*, como eram chamados os seguidores de Amaury de Bène, que morreu em 1206 ou 1207, após liderar uma seita considerada herética entre os negociantes de tecidos de Flandres. Esses negociantes mantinham contato constante com os ingleses e um dos ensinamentos da seita era a repartição de bens e a vida em comunas.

[7] Na edição em inglês da W. W. Norton & Co. é usada a expressão *Omphalos*, uma palavra antiga que significa centro umbilical ou centro geográfico e espiritual da nação. No latim a expressão empregada é *umbilico terrae*.

filarca.[8] Anualmente, vinte membros de cada casa retornam à cidade, depois de haver passado dois anos no campo; estes são substituídos por igual contingente de vinte pessoas, vindas da cidade, que, dessa forma aprenderão as tarefas do campo com aqueles que lá estão há um ano e que sabem melhor manejar a terra. No ano seguinte esses recém chegados instruirão, por sua vez, seus sucessores. Desse modo, evita se que sejam todos ignorantes em matéria de agricultura e que as colheitas venham a sofrer por sua inexperiência. Esse costume de alternar os agricultores a cada ano foi estabelecido de forma solene para que ninguém seja obrigado a viver a vida rude do campo, contra a sua vontade, por mais de dois anos. Entretanto, muitos são os que encontram prazer no cultivo da terra e obtêm permissão para permanecer no campo por mais tempo.

Esses camponeses cultivam o solo, criam o gado, cortam madeiras e transportam seus produtos, por terra ou por mar, para a cidade, da forma mais conveniente. Criam uma quantidade enorme de galinhas, recorrendo a um processo realmente admirável. Os ovos não são chocados pelas galinhas: obtêm grande número deles por incubação, usando para esse fim calor artificial, mantido numa temperatura constante. Os pintos, assim que deixam as cascas, reconhecem os homens e os seguem ao invés de seguir as galinhas, suas mães naturais.

Os utopienses criam poucos cavalos; os que criam são fogosos por que servem, exclusivamente, aos exercícios de equitação dos jovens.[9] Reservam aos bois os trabalhos pesados de arado e de transporte. Entendem que, muito embora o boi não tenha a mesma vivacidade do cavalo, é, no entanto, mais resistente e menos sujeito a doenças e, assim, crêem eles, os bois custam menos, exigem menos cuidados e ainda, quando não podem mais trabalhar, servem de alimento.

Os utopienses produzem grãos apenas para a fabricação do pão. Bebem vinho, cidra e água pura ou misturada ao mel ou alcaçuz, que

[8] Do grego *phylarcos*, que significa chefe (*archê*) de tribo (*phylon*).

[9] Na verdade, os cavalos não existiam no Novo Mundo, antes que os europeus os levassem.

têm em profusão.[10] Apesar de saberem exatamente qual a quantidade de grãos consumida em cada cidade e região, produzem uma quantidade bem superior às suas necessidades e fazem a mesma coisa com a criação, compartilhando o excedente com seus vizinhos. Tudo aquilo de que os moradores do campo necessitam e que aí não é encontrado, é encomendado na cidade, aos magistrados e, uma vez que em Utopia nada se paga ou se troca, eles têm suas demandas atendidas sem qualquer dificuldade. De qualquer modo, geralmente vão para a cidade uma vez por mês para celebrar os dias santos. Ao aproximar se o tempo da colheita dos cereais, os filarcas informam os magistrados nas cidades quantos trabalhadores serão necessários. Os grupos de trabalhadores chegam no dia aprazado e, estando bom o tempo, a colheita é feita num só dia.

Suas cidades, especialmente Amaurota

Quem conhece uma das cidades da ilha de Utopia praticamente conhece todas, tanto são semelhantes entre si, à medida que a geografia local o permite. Dessa forma, descreverei uma, ao acaso, não importa qual. Mas, por que não escolher Amaurota, a mais digna de todas? Sua primazia é reconhecida por todas as demais cidades, que para lá enviam seus representantes para a reunião anual. Além disso, é a que conheço melhor, por ter lá vivido durante cinco anos.

A cidade de Amaurota espraia-se por sobre o flanco de uma colina, em suave declive. Tem quase a forma de um quadrado que começa pouco abaixo do cume e se estende por cerca de duas milhas até o rio Anidro[11] e vai acompanhando sua margem por uma distância um pouco maior. O rio Anidro nasce a oitenta milhas acima de Amaurota.

---

[10] Cabe refletir por que More teria omitido a cerveja, uma vez que era uma das bebidas mais populares da Inglaterra e de praticamente todos os países da Europa do norte. Talvez por que na Inglaterra era uma bebida barata e geralmente associada a ambientes pouco recomendáveis, onde imperava o jogo e outras formas de vida social considerada degenerada.

[11] Do grego *anydros*, que quer dizer "sem água". Muitos aspectos, na descrição de Amaurota, sugerem que More tinha em mente reminiscências da cidade de Londres.

Modesto ao nascer, mas engrossado por afluentes, dois dos quais bastante grandes, o rio atinge meia milha de largura ao entrar na cidade. Continua se avolumando e, depois de percorridas cerca de sessenta milhas, encontra o oceano. Nesse percurso, que separa a cidade do mar, e mesmo algumas milhas mais acima, a cada seis horas o fluxo e o refluxo da maré agem sobre seu curso, tornando o mais rápido. Na maré cheia, a água salgada invade o seu leito e empurra as águas doces rio acima, por cerca de trinta milhas, tornando-as salobras mesmo além desse ponto. No entanto, mais acima, no trecho em que passa pela cidade, suas águas são sempre puras e cristalinas, e quando a maré está baixa todo o rio é muito limpo e cristalino, até desaguar no mar.

Na altura da cidade, as duas margens do rio são ligadas por uma ponte construída não sobre simples pilotis de madeira, mas sobre sólidos arcos de pedra. Essa ponte, situada no ponto extremo da cidade, rio acima, permite que os navios naveguem sem obstáculos ao longo de toda a extensão da cidade. Um outro rio, não muito grande, mas muito calmo e agradável, brota da colina, desce em direção a Amaurota e, depois de atravessá-la, junta suas águas às do Anidro. Os habitantes de Amaurota cercaram a nascente desse rio, situada fora da cidade, com uma muralha que se liga aos muros da cidade de tal forma que, em caso de um ataque inimigo, seu curso não pode ser interrompido, desviado e nem envenenado. A água desse rio é distribuída por meio de canais de alvenaria até a parte baixa da cidade e onde o terreno torna esse método impraticável, a água da chuva é coletada em cisternas que lhes servem perfeitamente bem.

A cidade é circundada por alta e espessa muralha, guardada por torres e bastiões. Em três dos seus lados há um fosso sem água, mas largo e profundo, cheio de mato espinhoso. O quarto lado é protegido pelo próprio rio. As ruas foram traçadas de maneira a facilitar o trânsito de veículos e proteger do vento. As casas não são mesquinhas e propiciam uma bela visão ao formarem duas fileiras contínuas, em cada rua, com as fachadas postas face a face. As ruas têm vinte pés de largura e, por trás de cada fileira de casas, ao longo de todo o seu comprimento, estendem-se amplos jardins, ocupando toda a parte central dos quarteirões.

Todas as casas possuem uma porta para a rua e outra para o jardim. As portas de duas lâminas abrem-se facilmente e fecham-se automaticamente de modo que qualquer um pode entrar e sair de qualquer casa, uma vez que não há propriedade privada e, por sorteio, os habitantes mudam de casa a cada dez anos.[12] Os utopienses apreciam muito seus jardins. Neles cultivam videiras, árvores frutíferas, ervas e flores. Nunca vi tanta fertilidade, nem vegetação tão bem cuidada e de tão belo aspecto. O prazer não é o único incentivo à jardinagem. Os utopienses promovem competições entre as várias ruas, que disputam entre si quem tem o mais belo jardim. Seria difícil encontrar ocupação mais útil e prazerosa a todos. O fundador do Estado deve ter compreendido isso, ao criar esses jardins.

Segundo a tradição, o plano da cidade foi traçado pela própria mão do rei Utopos e que deixou aos seus sucessores o cuidado de aperfeiçoar e embelezar sua obra, uma vez que considerava que essa obra se estenderia para muito além do tempo de uma vida. Os registros de sua história, que se iniciam há 1760 anos com a conquista da ilha, são preservados cuidadosamente na forma escrita e nos contam que, nos primeiros tempos, suas habitações eram casas baixas, semelhantes a cabanas ou chalés rústicos feitas de todo tipo de madeira, com paredes de barro e telhados inclinados de sapé. Hoje, as casas têm três andares e são bem construídas. As paredes são de cascalho recobertas de pedra, argamassa ou tijolo. Os telhados são planos e cobertos por um tipo de argamassa barata, não inflamável e mais resistente às intempéries do que o próprio chumbo.[13] O vidro é geralmente empregado nas janelas,

[12] Redistribuir as casas a cada dez anos por sorteio parece um procedimento bastante complicado, especialmente quando deve ser combinado com os períodos de dois anos que os habitantes devem passar no campo, acrescido ainda da possibilidade de alguns permanecerem no campo por mais tempo. Provavelmente, ao mencionar esse método, More tinha em mente a preocupação em evitar o apego à propriedade e às coisas. Nas residências estudantis dos *Colleges* das universidades tradicionais da Inglaterra ainda se mantém a prática de trocar os estudantes de quarto a cada ano acadêmico, aparentemente com o objetivo de evitar que eles se "enraízem" nas acomodações, formando guetos.

[13] Desde a Idade Média, não apenas em Londres mas em toda cidade que crescia, havia uma preocupação constante com os incêndios. A maioria das construções públicas eram feitas em madeira, inclusive as pontes.

para proteger a casa contra as intempéries. Algumas vezes, usam também um tecido extremamente fino, embebido em óleo ou resina, que deixa passar mais luz e que protege mais do vento.[14]

Dos Magistrados

Cada grupo de trinta famílias escolhe, todos os anos, um oficial ou magistrado, chamado sifogrante, na antiga linguagem, e filarca, na moderna. Encabeçando os dez sifograntes e suas famílias, vem aquele que denominavam antigamente de traníboro, e que hoje chamam protofilarca.[15] Os sifograntes – duzentos ao todo – se reúnem para eleger o príncipe por voto secreto, após terem feito o juramento solene de que escolherão o mais sábio entre os quatro candidatos propostos pelo povo, cada qual representando uma quarta parte da cidade. O príncipe é um regente vitalício, salvo se manifestar aspirações à tirania.[16] Os traníboros são eleitos anualmente, mas são sempre reeleitos, a menos que haja razões sérias para não o fazer. Todos os outros magistrados ocupam seus cargos apenas por um ano.

Dia sim, dia não, ou mais freqüentemente se houver necessidade, os traníboros têm um encontro com o príncipe para deliberar sobre os negócios públicos e resolver, tão rapidamente quanto possível, as desavenças entre cidadãos, quando houver, o que, na verdade, é muito raro. Os traníboros sempre convidam dois sifograntes para assistirem às sessões do senado. A cada dia uma dupla diferente de sifograntes é convidada. Há uma regra que estabelece que nenhuma decisão pode

[14] À época de More o uso do vidro em janelas ainda era pouco difundido, sendo mais comum a alternativa do linho tratado com resina ou óleo.

[15] Sifogrante e traníboro são duas palavras cuja etimologia não é muito clara. É possível que More tenha buscado combinar *sophos* (sábio) com *gerontes* (velho). Curiosamente, apesar de dizer que esses dois termos seriam formas antigas, More não usa filarca e protofilarca, que seriam as formas modernas, e continua empregando a forma antiga ao longo do texto.

[16] More não especifica como essa aspiração à tirania por parte do príncipe poderia ser caracterizada.

ser tomada a respeito dos negócios públicos, a menos que tenha sido discutida por três dias pelo senado. É considerado crime capital deliberar sobre questões públicas fora do senado ou da assembléia popular.[17] Essas regras foram estabelecidas para evitar que o príncipe possa, em conivência com os tranítoros, oprimir o povo e mudar o governo. Toda questão julgada importante é submetida à assembléia popular dos sifograntes que, depois de discutir com as famílias que representam, deliberam entre si e enviam sua recomendação ao senado. Às vezes, a questão é levada ao Conselho geral da ilha.

Há uma norma que determina que uma proposta nunca deve ser discutida no senado no mesmo dia em que é recebida, e que o debate da proposta deve ser deixada para a reunião seguinte. Evita-se, assim, que alguém emita opiniões sob o impulso das primeiras impressões que se lhe afigurem e que, depois, se veja na obrigação de usar suas energias para defender essas opiniões tolas, ao invés de considerar imparcialmente o interesse público. Eles sabem que há muita gente com um senso de orgulho tão despropositado e perverso, que prefere por em risco o bem do Estado a admitir que suas opiniões possam ser míopes ou equivocadas. Essa gente deveria, antes, ter mais discernimento e manifestar-se, desde o princípio, com mais prudência do que com impetuosidade.

Dos Ofícios

Há um ofício que todos os utopienses, homens ou mulheres, exercem indistintamente e sem exceção: a agricultura. Todos são instruídos na arte da agricultura desde a infância. Na escola, é ensinada a teoria e, em passeios recreativos pelos campos vizinhos da cidade, são realizadas atividades na forma de jogos que ensinam a prática. Nesses passeios, as crianças não somente podem observar o trabalho,

[17] No texto não é especificado exatamente o que vem a ser o 'senado' ou 'assembléia popular'; presume-se que seja a reunião dos tranítoros e a assembléia dos sifograntes com os cidadãos que representam, respectivamente. Ao lado da preocupação em evitar a tirania, a aplicação da pena de morte à discussão de questões públicas fora dessas instâncias sugere o quanto se considerava grave o crime de conspiração.

mas também podem, freqüentemente, pôr-se a trabalhar de fato exercitando assim seus músculos.

Além da agricultura que é, repito, um trabalho comum a todos, cada qual aprende um ofício em particular. Uns aprendem a tecelagem da lã ou do linho, outros tornam-se pedreiros, ferreiros ou carpinteiros. Além dessas, não há outras ocupações exercidas por grande número de pessoas.[18] Em toda a ilha e ao longo de séculos, os utopienses têm usado roupas com o mesmo feitio, distinguindo-se apenas o homem da mulher e os casados dos solteiros. Essas vestimentas, no entanto, são elegantes e não tolhem a liberdade de movimentos do corpo, protegendo tanto do frio quanto do calor e, o melhor, as famílias podem confeccionar suas próprias roupas.

Cada um – homem ou mulher – aprende um segundo ofício além da agricultura e, como as mulheres são fisicamente mais fracas, encarregam-se dos trabalhos mais leves, como a tecelagem, enquanto os trabalhos mais pesados são atribuídos aos homens. Em geral, por natural propensão, os filhos são treinados para a profissão do pai, mas se acaso mostram preferência por outro ofício, podem ser adotados por outra família que exerça esse ofício. Quando alguém realiza esse tipo de mudança, tanto o pai quanto as autoridades devem certificar-se de que ele está sendo transferido para uma família decente e responsável. Depois que alguém aprendeu um ofício, se tiver vontade de aprender outro, a mesma permissão lhe é oferecida. Mais tarde, poderá escolher entre os dois, a menos que a cidade esteja precisando mais de um dos ofícios do que do outro.

[18] Segundo esse relato, em Utopia o emprego de artefatos de vidro e cerâmica, de velas, arreios, rodas, livros e outros objetos ou seriam considerados desnecessários ou seriam importados de outros lugares. Ainda seria possível agregar outros gêneros de objetos de uso corrente na Inglaterra dos tempos de Thomas More: espadas, lanças, armaduras, barcos, pães e outros alimentos, instrumentos musicais, etc. e, além disso, havia uma infinidade de profissões que hoje classificamos em sua maioria como "serviços" (alfaiate, cozinheiro, sapateiros, professores, etc.) e que sempre ocuparam uma quantidade considerável de pessoas.

A função mais importante dos sifograntes, é a de zelar para que ninguém fique na ociosidade, e que todos exerçam seu ofício de maneira conscienciosa. Ninguém deve, no entanto, esgotar-se no trabalho, labutando sem parar do amanhecer até tarde da noite, como uma besta de carga. Na verdade, essa é uma deplorável condição, pior do que a da escravidão, vivida pelos trabalhadores em toda parte, exceto em Utopia. Das vinte a quatro horas do dia, apenas seis são dedicadas ao trabalho. Trabalham por três horas na parte da manhã, almoçam e descansam por duas horas para, em seguida, trabalhar por mais três horas. Jantam e, às oito horas (a primeira hora depois do meio-dia é contada como hora um), vão dormir por oito horas. É deixado à escolha de cada um o que fazer nas demais horas do dia, quando não estão trabalhando, comendo ou dormindo. Podem, portanto, dedicar-se a qualquer ocupação que seja de seu agrado, desde que não desperdicem suas horas livres na ociosidade ou em divertimentos insensatos. Em geral esse período é dedicado a alguma atividade intelectual. Na verdade, há o costume de assistir palestras públicas antes do amanhecer.[19] A presença nessas palestras é obrigatória apenas para aqueles que se dedicam especificamente ao estudo; no entanto, muitas outras pessoas, homens e mulheres de todas as condições, comparecem voluntariamente. Dependendo de seus interesses, as pessoas assistem a uma ou outra palestra. Aqueles que não se interessam pela atividade intelectual e desejam empregar as horas vagas trabalhando no seu ofício – como muitas pessoas fazem – não são desencorajados. [20] Na verdade, essas pessoas são reconhecidas por todos como particularmente benéficas para a comunidade.

[19] As universidades na Renascença tinham ainda muitos costumes semelhantes aos dos mosteiros e era comum realizar palestras antes das sete horas da manhã.

[20] Mesmo com as atividades adicionais, o tempo ocioso é muito grande: 6 horas de trabalho + 2 horas de descanso + 2 horas para as refeições e + 8 horas de sono = 18 horas no total. Essa divisão das horas do dia, obviamente, levanta a questão do que fazer com o tempo ocioso. Robert M. Adams, editor da edição de *Utopia* pela W. W. Norton e Co. ironiza dizendo que "pode haver problemas com essa distribuição do tempo e o tédio seria apenas um deles".

Depois da ceia, passa-se uma hora em alguma atividade recreativa. No verão, nos jardins; no inverno, nas grandes casas comunitárias, onde os utopienses fazem as refeições. Alguns se dedicam à música enquanto outros conversam. Os dados e outros jogos de azar, estúpidos e perniciosos, são absolutamente desconhecidos. Na verdade, há dois jogos que têm alguma semelhança com o nosso jogo de xadrez. O primeiro é uma espécie de batalha de números, onde alguns números vencem outros. O segundo é uma batalha em que se defrontam os vícios e as virtudes; um jogo elaborado de forma que evidencia os conflitos entre os próprios vícios que, no entanto, se combinam para se opor às virtudes. Esse jogo mostra também que vícios se opõem a que virtudes, que forças usam os vícios para combater abertamente ou minar insidiosamente seus oponentes, como as virtudes podem quebrar a resistência dos vícios ou transformá-los em algo positivo e, finalmente, de que modo um ou outro lado sai vitorioso.[21]

Entretanto, para que não tenhais uma impressão errada de tudo isso, parece importante considerar mais atentamente um ponto já mencionado. Pensais, talvez, que trabalhos diários de apenas seis horas seriam insuficientes para prover as necessidades. Longe disso, essa jornada de trabalho é suficiente o bastante para se produzir não apenas os bens necessários à vida, mas também aqueles que dão conforto e prazer à existência. E tereis facilmente a explicação disto se vos lembrardes como é grande, nas outras nações, a parte da população que passa o tempo na ociosidade. Em primeiro lugar, a maioria das mulheres, que representa a metade da população, praticamente não trabalha, e nos lugares em que as mulheres trabalham, quase sempre os homens dormem preguiçosamente.[22]

[21] Jogos educativos eram particularmente comuns na Renascença e Robert M. Adams relata que Jacques Lefèvre d'Etaples inventara um jogo do primeiro tipo (jogo de números) e Thomas Elyot menciona um jogo do segundo tipo (batalha das virtudes) (*Utopia*, W. W. Norton e Co. p. 38).

[22] Certamente há um exagero de More, uma vez que na história, praticamente em toda parte, as mulheres sempre trabalharam muito, seja realizando uma infinidade de afazeres domésticos ou mesmo dedicando-se a atividades "produtivas" como o cultivo da terra, a criação de animais ou a inúmeras outras atividades "produtivas" realizadas nas cidades. Não há estatísticas, mas o que parece mais provável é que o número de mulheres consideradas ociosas tenha sido sempre equivalente ao dos homens nos segmentos da nobreza ou em ocupações e atividades não econômicas, como a religião.

Acrescei as legiões de ociosos, compostas de padres e religiosos, como os chamam. Contai, também, os ricos, principalmente os proprietários de terras, chamados de cavalheiros e nobres. Ajuntai todo o pessoal doméstico, essa turba de vagabundos e fanfarrões. Por fim, os mendigos, robustos e saudáveis, que simulam alguma doença para justificar sua ociosidade. Constatareis, então, que os bens que satisfazem nossas necessidades são produzidos por um número de trabalhadores bem menor do que se supõe.

Considerai, agora, que, deste número, bem poucos exercem um ofício indispensável. Onde tudo é medido pelo dinheiro, muitos ofícios supérfluos e desnecessários são mantidos apenas para satisfazer luxos e desmandos. Suponhamos que todos os que trabalham presentemente fossem distribuídos pelos poucos ofícios, cujo exercício corresponde à produção dos bens para consumo e conforto realmente necessários à vida. Como conseqüência, a abundância desses produtos seria de tal monta que os preços cairíam e se tornariam baixos demais para assegurar o ganha pão dos trabalhadores. Mas, se todos os homens, que hoje se dedicam a trabalhos sem utilidade, fossem transferidos para outros ofícios úteis, e se todos os ociosos, que consomem duas vezes mais do que um trabalhador consome para produzir para esses ociosos, fossem obrigados a se ocuparem de algum trabalho produtivo – é fácil de ver – cada um teria bem pouco trabalho a fazer para produzir tudo aquilo que se faz necessário à vida e ao conforto das pessoas, assim como aos prazeres naturais e verdadeiros.

A experiência de Utopia evidencia esses fatos. Em cada cidade e suas regiões circundantes, existem não mais do que quinhentas pessoas – homens ou mulheres – que, tendo idade e força para trabalhar, são dispensados de o fazer.[23] Entre eles estão os sifograntes que, por lei, estão isentos do trabalho e, apesar disso, não se beneficiam desse privilégio, preferindo servir de bons exemplos para seus concidadãos. Alguns são

[23] Feitas as contas, considerando o número famílias por cidade e o número de pessoas aptas a trabalhar na forma descrita anteriormente, os dispensados do trabalho não atingem 0,5% da população.

isentos permanentemente do trabalho para que se dediquem aos estudos, mas desde que sejam recomendados pelos sacerdotes e pelo voto secreto dos sifograntes. Aquele que frustra as expectativas neles depositadas como estudioso retorna à condição de trabalhador. Por outro lado, não é raro ver um operário dedicar suas horas de lazer ao estudo com tanto afinco e, por esforço próprio, fazer tanto progresso, que afinal é dispensado de exercer trabalhos manuais, sendo promovido à categoria dos homens instruídos. É dentre os membros da classe dos estudiosos, antigamente chamados de barzanes e conhecidos como ademus na língua moderna, que são escolhidos os sacerdotes, os tranîboros, e o próprio príncipe.[24] Como todo o restante do povo, ou quase todo, não é ocioso e nem se ocupa de ofícios inúteis, é fácil ver porque eles produzem tanto em tão poucas horas de trabalho por dia.

Além do que acabo de dizer, o modo de vida dos utopienses permite que necessitem menor quantidade de trabalho em alguns ofícios úteis do que em outros lugares. Em outros países a construção e reparo das casas exige o trabalho constante de muita gente porque aquilo que um pai construiu, o herdeiro, pródigo e relapso, deixa cair em ruínas. Em seguida, seus sucessores vêem-se obrigados a gastar enormes somas para fazer os reparos numa construção que poderia ter sido conservada sem grandes despesas. Muitas vezes, mesmo uma casa esplêndida, construída por alguém com enormes gastos, ao ser transferida para outra pessoa, esta deixa que a construção se transforme em ruínas simplesmente para construir outra casa, em outro lugar, gastando uma quantia semelhante, apenas por julgar que possui gosto mais refinado. Entre os utopienses, onde tudo é planejado e a comunidade regulada cuidadosamente, a construção de uma nova casa em um novo lugar é um evento muito raro. Eles não apenas procuram reparar

[24] *Barzanes* quer dizer "filho de Zeus", na verdade *bar* é hebraico e *zano* uma variação de Zeus. A *demus* significa "sem povo" (a + demos). Thomas More havia traduzido *Menipo*, de Luciano, onde há um personagem caldeu chamado Mitrobarzanes. A idéia de que os dirigentes são extraídos dessa categoria evidencia a preocupação de More com a instauração da República de Platão – o bom governo feito de pessoas instruídas.

prontamente quaisquer danos, mas procuram preveni-los. Como resultado, com pouco trabalho, as construções se conservam por muito tempo e os carpinteiros e pedreiros têm tão pouco que fazer a ponto de se ocuparem preparando madeiras e talhando pedras que, no futuro, poderão ser necessárias em alguma obra.

Considerai também quão pouco trabalho os utopienses despendem para se vestir. Suas roupas de trabalho são folgadas e feitas de couro e duram cerca de sete anos. Quando comparecem a lugares públicos usam, por cima dessa vestimenta grosseira, uma capa. Em toda a ilha, usa-se a mesma cor da lã natural. Em conseqüência, não apenas precisam de menor quantidade de lã do que em qualquer outro lugar, mas também a que necessitam custa menos. Usam muito linho porque exige ainda menos trabalho. Apreciam a brancura do linho e a limpeza do tecido de lã, mas não valorizam o requinte da estampa. Em toda parte um homem mal se contenta com quatro ou cinco capas de lã, de cores diversas, e com outra tantas camisas de seda e, se for vaidoso então, nem mesmo dez de cada peça lhe parecem suficientes. O utopiense, no entanto, se satisfaz com um só traje, que usa, geralmente, por dois anos. Por que razão haveria ele de querer possuir mais que isso, uma vez que nem teria maior proteção contra o frio e nem se tornaria mais elegante?

Quando há abundância de tudo, como resultado do trabalho útil de todos e do fato de que ninguém consome em excesso, muitos podem ir trabalhar nas estradas para realizar os reparos que se fizerem necessários. Por vezes, quando não há necessidade nem mesmo desse tipo de trabalho público, decreta-se a redução da jornada de trabalho, uma vez que em Utopia não se permite forçar os cidadãos a realizarem trabalho inútil. O principal objetivo de sua constituição é garantir que, desde que o bem público o permita, os cidadãos sejam livres, tanto quanto possível, para deixarem de gastar seu tempo e suas energias com as necessidades corpo e dedicarem-se à liberdade e à cultura do espírito. É nisto que consiste, segundo os utopienses, a verdadeira felicidade na vida.

A vida social e econômica dos utopienses

É chegado o momento, creio, de vos descrever a vida social dos Utopienses, como se estabelecem as relações mútuas e se pratica a divisão das coisas na sociedade.

A cidade compõe-se de famílias, que constituem, como acontece na maioria das vezes, agrupamentos unidos por laços de parentesco. As moças, depois que se casam, vão viver com os maridos. Filhos e netos do sexo masculino permanecem na família e devem obediência ao parente mais velho. Se este é atingido pela senilidade, seu lugar é ocupado pelo membro da família cuja idade vem logo abaixo da sua. Para evitar que a cidade se torne muito grande ou muito pequena, estabeleceu-se por decreto que não poderá haver mais do que seis mil famílias, sem contar aquelas que vivem no campo, em torno da cidade, devendo cada família ter entre dez e dezesseis membros adultos. Não se procura controlar o número de crianças numa família e o número de adultos é controlado por meio da transferência de uma casa, onde há adultos de mais para outra onde os há de menos.

Do mesmo modo, a população excedente de uma cidade deve ser transferida para suprir a escassez populacional existente em outras cidades. E se, em toda a ilha, a população exceder a quota estabelecida, recrutam-se cidadãos de todas as cidades que irão fundar, em terras próximas ao país – desocupadas e incultas – uma colônia que será regida por leis outorgadas por Utopia. Os nativos que desejam viver junto com os colonos utopienses são aceitos. Quando ocorre esse tipo de associação, gradualmente os dois povos se fundem num só, compartilhando o mesmo modo de vida e os mesmos costumes com vantagens para ambos. Pela maneira de administrar o país, os utopienses conseguem tornar fecunda, para a nova colônia, uma terra que era considerada pobre e improdutiva até mesmo para sustentar somente os seus primeiros habitantes. No entanto, os nativos que se recusam a viver sob suas leis são expulsos do território anexado pelos utopienses e, se resistirem, enfrentarão a guerra. Os utopienses entendem ser

perfeitamente justificado fazer a guerra contra um povo que deixa ocioso e abandonado o solo que ocupa, enquanto impede o aproveitamento e a posse por outros povos que, pela lei natural, têm o direito de retirar dele sua subsistência.[25]

Se, por alguma razão, a população de alguma cidade de Utopia diminuir de tal forma que trazer pessoas de outras cidades da ilha não seja suficiente para restaurar a população – o fato se produziu, dizem, apenas duas vezes no curso de sua história em conseqüência de uma terrível praga – far-se-ão voltar os cidadãos das colônias. Os utopienses preferem a redução ou mesmo o desaparecimento de suas colônias a permitir que qualquer de suas cidades se torne demasiadamente pequena.

Mas, voltemos ao seu modo de vida. Em cada família, é o mais velho que governa a casa; as mulheres devem obediência aos maridos; os filhos, aos pais e, de um modo geral, os mais jovens obedecem aos mais velhos. Toda cidade é dividida em quatro distritos iguais e no centro de cada distrito há um mercado com todos os tipos de produtos. É para aí que são levados e armazenados os produtos do trabalho de cada família, onde cada tipo é disposto em seu devido lugar. No mercado, cada chefe de família vai buscar o que ele e os seus necessitam e leva tudo que deseja, sem nada pagar, nem dar compensação alguma. Por

[25] Essa é uma justificativa comum da expansão imperial ao longo da história. Especialmente no século XVI, constituía a visão corrente de uma Europa formada por nações que se expandiam, disputando entre si o alargamento de suas possessões coloniais. As premissas do direito natural tornavam-se cada vez mais um referencial para os pensadores e a Reforma e as guerras religiosas acentuaram ainda mais essa tendência. Emer de Vattel, em seu famoso tratado sobre o Direito das Gentes, publicado em 1758, escrevia: "Há outros que, para furtar-se ao trabalho, buscam viver apenas da caça e de seus rebanhos. Isso poderia ter sido bem feito na primeira idade do mundo, quando a terra produzia mais que o necessário, sem cultivo, para o pequeno número de seus habitantes. Mas agora que o gênero humano muito se multiplicou, ele não poderia subsistir se todos os povos desejassem viver dessa maneira. Aqueles que ainda mantêm esse gênero de vida ocioso ocupam mais terra de que teriam necessidade com trabalho honesto e eles não podem queixar-se se outras nações, mais laboriosas e mais dedicadas, venham a ocupar uma parte de suas terras." (E. Vattel, *Le Droit des Gens*, Livro I, Cap. VII, § 81).

que algo lhe seria recusado? Há de tudo em abundância e não há receio de que alguém leve mais do que a quantidade de que efetivamente necessita, uma vez que também não há receio de escassez no futuro. É preciso reconhecer que o receio de privações futuras é que torna os seres vivos avaros e gananciosos. O homem, adicionalmente, possui o orgulho: sente-se enaltecido ao exibir sua superioridade sobre outros na posse de riquezas supérfluas. No modo de vida em Utopia, entretanto, não há lugar para esse tipo de vício.

Junto ao mercado de que falei, estão os armazéns de víveres, para onde são levados os legumes, as verduras, as frutas e os pães. Peixes e carnes também são trazidos de locais situados fora da cidade, onde a água corrente pode levar o sangue e os rejeitos. Os escravos são encarregados de realizar o abate e a limpeza dos animais nesses locais e essa atividade não é permitida aos cidadãos. Os utopienses entendem que o abate de seres vivos destrói gradualmente o sentimento da compaixão, que é o sentimento mais elevado da natureza humana. Também não permitem que sejam levados para a cidade imundícies ou rejeitos deteriorados, que podem infectar o ar e propagar doenças.[26]

Os quarteirões possuem, cada qual, um edifício central com refeitório, construídos a igual distância uns dos outros, com um nome particular, onde residem os sifograntes. Trinta famílias – quinze de cada lado do edifício – aí vivem e comem. Os intendentes desses edifícios encontram-se no mercado, numa determinada hora, e requisitam a quantidade de víveres necessária ao número de convivas que declaram ter de alimentar.

Na distribuição da comida, em primeiro lugar são atendidos os doentes, que são tratados em hospitais públicos. Toda cidade possui quatro hospitais, situados em volta da cidade, um pouco fora das muralhas e suficientemente grandes para serem como pequenas cidades. Há duas razões para que os hospitais sejam grandes: primeiro, os doentes, por

[26] Por razões sanitárias,nas cidades medievais, leis que proibíam matadouros dentro das cidades foram sendo adotadas, especialmente depois da peste negra.

mais numerosos que sejam, não se sentem apertados nem incomodados; segundo, os doentes contagiosos podem ficar isolados do contato com outros doentes, o que evita a propagação das moléstias. Esses hospitais são muito bem organizados e providos de tudo que é necessário aos doentes, que aí são tratados com delicadeza e diligência e os melhores médicos os visitam continuamente. Em conseqüência, ninguém vai para o hospital contra a vontade quando adoece e não há, na cidade, quem não prefira ser hospitalizado a ser tratado em casa.

Depois que os intendentes dos hospitais se abastecem dos alimentos prescritos pelos médicos, os melhores produtos do mercado são divididos pelos edifícios centrais com os refeitórios, de maneira justa e segundo o número de convivas. Atenção especial é dada ao Príncipe, ao Pontífice, aos traníboros, e também aos embaixadores e estrangeiros. Os estrangeiros são, na verdade, muito pouco numerosos e raramente desembarcam em Utopia, mas quando chegam, aí encontram casas mobiliadas, que lhes são especialmente destinadas.

Na hora do almoço, assim como na hora do jantar, uma trombeta de bronze convoca toda a sifograncia para se reunir no refeitório, exceto aqueles que estão acamados em suas casas ou nos hospitais. Depois que os refeitórios são providos dos víveres necessários, nada impede que um particular leve para casa provisões do mercado. Entendem que ninguém fará isso a menos que tenha uma boa razão. Apesar de não ser proibido fazer suas refeições em casa, ninguém o faz por vontade própria, pois sabem que essa não é uma prática apropriada e, além disso, seria estúpido dar-se ao trabalho de preparar uma refeição de pior qualidade, quando se tem à disposição uma lauta refeição bem à mão, no refeitório.

No edifício do sifograntes são os escravos que se encarregam de todo serviço pesado e sujo. Somente às mulheres cabe, rotativamente, família por família, o trabalho de planejar o cardápio e preparar as refeições. São três mesas ou mais, segundo o número de convivas. Os homens sentam-se com as costas voltadas para o lado da parede, enquanto as mulheres acomodam-se do lado da mesa de forma que, se lhes ocorre qualquer mal estar súbito, como acontece algumas vezes com as

mulheres grávidas, elas podem se levantar sem incomodar outras pessoas e se dirigir à sala das mulheres com crianças pequenas. Há uma sala de refeições à parte, reservada para as mulheres e as crianças pequenas, onde sempre há fogo, água limpa e berços em boa quantidade, de modo que as mães ou amas podem deitá-los ou deixá-los brincar livremente, ao pé do fogo, depois de terem trocado suas roupas ou fraldas. A criança de peito é sempre amamentada pela mãe, a menos que esta tenha morrido ou ficado impossibilitada por doença. Neste caso, as mulheres dos sifograntes providenciam, rapidamente, uma ama-de-leite. Na realidade, é sempre fácil encontrar uma entre as que estão, no momento, em condições de prestar esse serviço e que, prazerosamente, se oferecem, uma vez que este ato é muito bem visto em Utopia. Além disso, a criança passa a considerá-la como se fosse sua mãe natural.

Todas as crianças até a idade de cinco anos permanecem juntas no refeitório para as mulheres e crianças. As demais – meninos e meninas –, que ainda não chegaram à idade do casamento, servem à mesa no salão principal ou, se não forem suficientemente capazes ou fortes para isso, aguardam em pé em absoluto silêncio e comem o que as pessoas sentadas lhes oferecem. Não há outra ocasião destinada às suas refeições.

O sifogrante e sua mulher sentam-se, lado a lado, no centro da primeira mesa que está na parte mais elevada do refeitório. Esse é o lugar de honra, de onde se pode ver toda a assembléia, já que a mesa é colocada longitudinalmente no fundo da sala. Dois dentre os mais velhos, sentam-se ao lado deles e os outros convivas se agrupam em grupos de quatro. Entretanto, quando há uma igreja na sifogrância, o sacerdote e sua mulher é que se sentam com o sifogrante e, juntamente com ele, presidem a refeição. Nos dois lados desse grupo, sentam-se grupos de convivas mais jovens, em seguida, outro grupo de convivas mais velhos, e assim sucessivamente. Dessa forma, na mesma casa, reúnem-se pessoas da mesma idade, ao mesmo tempo que se misturam diferentes gerações. A razão para esse costume, segundo os utopienses, é fazer com que a dignidade do mais velho, assim como o respeito a

ele devido, sirvam para inibir os mais jovens de palavras e comportamentos impróprios uma vez que, à mesa, nada se pode dizer ou fazer, que passe desapercebido pelos vizinhos mais velhos.

A refeição não é servida de uma extremidade à outra da mesa. Primeiramente, são servidos os mais velhos que estão acomodados nos lugares marcados e que recebem a melhor porção. Só então as demais pessoas são servidas com porções iguais. Os mais velhos compartilham com os mais jovens ao seu lado, de acordo com sua vontade, as iguarias que lhes foram servidas e que não são suficientes para todos. Dessa forma, dá-se o devido respeito aos mais velhos, ao mesmo tempo em que se preserva o princípio da igualdade.

Inicia-se o almoço e o jantar com uma leitura sobre um tema moral – uma leitura curta para não entediar.[27] Em seguida, aproveitando o tema, os mais velhos entabulam uma conversação que procuram conduzir de forma séria, sem ser pesada. Não monopolizam a conversa com longos monólogos e cuidam de ouvir o que os mais jovens têm a dizer. Na verdade, procuram estimular os jovens a falar e, assim, vão descobrindo as qualidades e o caráter desses jovens, revelados em conversas na atmosfera de liberdade que se desfruta numa refeição.

O almoço é leve e o jantar mais elaborado, uma vez que depois do almoço há um período de trabalho enquanto depois da ceia há o descanso de uma noite de sono que consideram particularmente propício a uma boa digestão. Nenhuma refeição é feita sem música e a sobremesa é sempre farta. Durante as refeições, os utopienses queimam incenso e espargem perfumes, nada sendo esquecido para que a ocasião seja agradável e prazerosa. Os utopienses inclinam-se a pensar que nenhum prazer é proibido, desde que dele nenhum mal se origine.

Aí temos o quadro da vida em comum nas cidades. No campo, no entanto, onde as pessoas vivem mais isoladas, cada um come em sua

[27] Os humanistas eram muito ciosos da prática da leitura de textos considerados importantes na hora das refeições. A origem dessa prática é clássica mas ao longo da Idade Média os mosteiros a adotaram e a disseminaram. Mesmo na atualidade, a maioria dos mosteiros ainda mantém esse costume.

própria casa. Às famílias camponesas nada falta, já que, antes de mais nada, é no campo que se origina todo o alimento que é consumido pelos habitantes das cidades.

As viagens em Utopia

Quando um cidadão tem vontade de visitar um amigo que mora em outra cidade ou, simplesmente, sente vontade de viajar pelo país, pode obter facilmente a permissão do sifogrante e do traníboro, a menos que haja alguma razão para que sua presença seja necessária em sua casa. Os viajantes partem em grupo, munidos de uma carta do príncipe contendo a autorização para partir e fixando a data da volta. Um carroção é fornecido aos viajantes e também um escravo público, que conduz e cuida dos bois de atrelagem mas, no caso de não levarem suas mulheres, geralmente os viajantes dispensam o carroção que, nesse caso, se torna um estorvo desnecessário. Nada levam consigo e, no entanto, no trajeto nada lhes falta, porque em toda parte estão em casa. Se ficarem em algum lugar mais de um dia, são acolhidos afavelmente pelos artesãos de sua corporação e podem praticar aí seu ofício.

Aquele que, por conta própria, transpõe os limites de seu distrito e é apanhado sem a devida permissão dada pelo príncipe, comete uma falta grave, sendo trazido de volta como desertor e severamente castigado. Se for suficientemente ousado para reincidir na falta, é condenado à escravidão. Se algum utopiense deseja passear, explorando os campos que circundam a cidade, pode fazê-lo, com a condição de ter permissão do chefe da família e o assentimento de sua mulher. Mas, no campo, a qualquer lugar que vá, a refeição lhe será fornecida somente em troca de uma manhã ou uma tarde de trabalho. Por essa regra, ele pode ir onde quiser, nos arredores de sua cidade, e ainda continua sendo tão útil à comunidade como se dela não tivesse saído.

Como podeis ver, em Utopia não há a possibilidade de matar o tempo ou pretexto para furtar-se ao trabalho. Não há tavernas, cervejarias

ou bordéis e nem ocasião para se corromper ou locais para encontros secretos. Sob as vistas de todos, cada qual se vê obrigado a trabalhar naquilo que faz habitualmente, ou a desfrutar de alguma forma respeitável de lazer. Esses costumes trazem, necessariamente, a abundância das boas coisas da vida e, uma vez que os bens são repartidos entre todos igualmente, ninguém é levado à pobreza ou à mendicância.

Como já foi dito, três representantes de cada cidade comparecem ao encontro anual realizado em Amaurota. No encontro, examinam em que regiões há abundância e onde há escassez e, prontamente, a escassez de um distrito é compensada pelos excedentes de outro, e aqueles que dão nada aceitam dos beneficiários em troca. Não pedem nada à cidade que beneficiam, embora recebam o que lhes falta de outra cidade, à qual, por sua vez, não prestaram nenhum serviço. Assim, é como se a ilha toda fosse uma grande família.

Quando os utopienses têm reservas suficientes para si mesmos (eles consideram que devem ter estoques armazenados para dois anos, pois acreditam que a safra do ano seguinte é sempre incerta), exportam o excedente para outros países. Na verdade, exportam grandes quantidades de trigo, mel, lã, linho, madeira, tinturas, couros, sebo, cera, artigos de couro e também animais. Os utopienses doam a sétima parte dos produtos exportados aos pobres do país que os importam e o restante é vendido a preços considerados razoáveis. Em troca, recebem não somente mercadorias de que necessitam (de fato, o ferro é um importante produto que lhes falta), como também grande quantidade de ouro e prata.

A longa prática que têm desse comércio permitiu lhes acumular uma quantidade de metais preciosos incrivelmente maior do que se poderia imaginar. Por isso, agora pouco lhes importa vender à vista ou a prazo e, na verdade, a maioria dos pagamentos que recebem tomam a forma de notas promissórias. Nessas transações, todavia, não aceitam notas emitidas por particulares, exigindo que a cidade estrangeira seja oficialmente responsável. Ao aproximar-se a data do vencimento, a cidade cobra dos devedores o pagamento das quantias devidas e as

deposita em seu Tesouro, e a cidade pode usá-las até que sejam reclamadas pelos utopienses.[28] Geralmente esses fundos jamais são retirados, pois consideram que não é justo reclamar recursos de que não necessitam, privando aqueles que deles precisam. Entretanto, se pretendem emprestar o dinheiro a outra nação ou se necessitam de recursos para custear uma guerra, pedem o resgate. A única razão para conservarem em seu poder um tesouro tão grande é estarem prontos para enfrentar algum perigo extremo ou alguma emergência imprevista. Usam esses recursos sobretudo para contratar mercenários estrangeiros, a quem pagam soldos exorbitantes e a quem preferem arriscar nos combates ao invés de seus compatriotas. Eles sabem que podem, se a quantia for suficiente, comprar até mesmo os soldados inimigos, fazendo com que lutem entre si abertamente ou por meio da traição.

O ouro e a prata

Essas razões, portanto, têm levado os utopienses a acumular uma vasta fortuna sem, no entanto, mantê-la como um tesouro. Sinto-me realmente constrangido em vos dizer como eles guardam essa fortuna porque, muito provavelmente, vós não me acreditareis. Com certeza, eu mesmo não acreditaria se alguém me contasse, mas eu estive lá, e vi com meus próprios olhos. É uma regra geral o fato de que, quanto mais diferente algo se afigura em relação aos costumes correntes, mais difícil se torna aceitá-lo. Todavia, considerando-se que, em todos os demais aspectos, seus costumes são tão diferentes dos nossos, uma pessoa de sensibilidade não deveria se surpreender com a peculiar maneira com que usam o ouro e a prata. Antes de mais nada, nunca usam dinheiro entre eles, mas apenas guardam-no consigo para alguma contingência que pode ou não vir a ocorrer. Enquanto isso, asseguram-se de que ninguém valorize o ouro e a prata, de que são feitas as moedas, mais

[28] No original em latim o termo empregado é *usura*, isto é, que poderia produzir juros para o tesouro da cidade enquanto os utopienses não reclamassem esses recursos.

do que esses metais realmente valem por si mesmos. Qualquer um pode ver, por exemplo, que o ferro é muito superior a ambos. Os homens não poderiam viver sem o ferro e – pelos céus – muito menos sem a água ou o fogo. Mas o ouro e a prata, por sua natureza, não possuem qualquer função sem a qual não poderíamos passar. A loucura dos homens tornou preciosos esses metais simplesmente porque são raros. Como a mais sábia e generosa das mães, a natureza dispôs as melhores coisas em toda parte e a céu aberto, como o ar, a água e a própria terra. No entanto, escondeu em lugares remotos as coisas vãs e supérfluas.

Se encerrassem o ouro e a prata numa torre, a tola imaginação do povo poderia, perfeitamente, supor a existência de uma trama na qual o príncipe e o senado estariam enganando a gente comum e tirando vantagens para si mesmos. Com certeza, poderiam produzir belos objetos de ouro e prata mas, em caso de necessidade, as pessoas que os possuíssem se recusariam a permitir que esses objetos, aos quais já se teriam afeiçoado, fossem fundidos para serem transformados em pagamento de soldo do exército. Para evitar esses inconvenientes, imaginaram um sistema perfeitamente em harmonia com o restante de suas instituições, mas totalmente em desacordo com os nossos costumes. A menos que tenhamos visto pessoalmente em ação, esse sistema pode nos parecer absurdo uma vez que prezamos tanto o ouro e o guardamos com tanto cuidado. Com efeito, entre os utopienses, ocorre exatamente o contrário. Enquanto comem e bebem em pratos e taças de cerâmica ou de vidro – bem elaborados, mas feitos de material barato – o ouro e a prata servem para a fabricação dos utensílios de uso mais humilde e comezinho, como os urinóis, nos edifícios públicos e nas habitações particulares. Também as correntes e as pesadas traves com que prendem os escravos são feitos com esses metais. Finalmente, os criminosos condenados a carregar consigo a marca de algum ato infamante são forçados a usar argolas de ouro nas orelhas, anéis de ouro nos dedos, correntes de ouro no pescoço ou mesmo uma coroa de ouro na cabeça. Assim, procuram de todas as formas tornar ignominioso o uso do ouro e da prata. Em conseqüência, quando os utopienses precisam desfazer-se desses metais

– contrariamente ao que ocorre com outros povos, que o fazem como se estivessem entregando as próprias entranhas – eles fazem-no tranqüilamente, como se não estivessem perdendo nenhum centavo.

Como ocorre com outros povos, eles também recolhem pérolas ao longo das praias, e diamantes e pedras preciosas em certos rochedos, mas não saem com o propósito de procurá-los. No entanto, se por acaso os encontram, dão lhes polimento e dão às crianças que, porquanto são ainda pequenas, podem se orgulhar e se satisfazer com esses ornamentos. Assim que crescem, percebem que só os pequenos se divertem com essas bagatelas, abandonando-as em seguida. Seus pais não precisam chamar sua atenção; as crianças, envergonhadas, simplesmente livram-se dessas ninharias como algo que já não lhes é mais adequado, do mesmo modo que as nossas crianças, ao crescerem, desinteressam se pelos chocalhos, bolas de gude e bonecas.

Costumes diferentes, percepções diferentes: jamais havia visto esse adágio tão bem ilustrado como por ocasião da visita dos embaixadores anemolianos[29] a Amaurota, quando eu lá residia. Como vinham tratar de negócios muito importantes, três cidadãos de cada cidade de Utopia haviam sido previamente convocados pelo senado. Os embaixadores das nações vizinhas, que já haviam estado em Utopia conheciam bem os costumes dos utopienses, e sabiam da pouca importância que davam a roupas luxuosas e que a seda era desprezada enquanto o ouro era uma marca de infâmia. Por essa razão, quando vinham à ilha suas roupas eram sempre muito modestas. Os anemolianos, contudo, que viviam num lugar muito mais distante da ilha de Utopia, tinham tido muito menos contato com ela. Tendo apenas ouvido dizer que seus habitantes usavam roupas iguais e muito simples, concluíram que

[29] Em grego significa "povo ventoso" (*anemolios*). Os absurdos da visita desses embaixadores anemolianos, com certeza, foram inspirados em Luciano que em "*Nigrinus*" narra a situação absurda do estrangeiro rico que se torna objeto de riso ao passear por Atenas usando uma túnica de cor púrpura, pavoneando-se: "com seu enorme séquito de criados e suas jóias e vistosas roupas ... esperava ser visto como um homem feliz. Mas os atenienses consideraram-no infeliz, e passaram a tentar educá-lo ..." (cap. 13).

certamente isso ocorria por não possuírem outras melhores. Como eram mais vaidosos do que sábios, os anemolianos decidiram vestir-se com um esplendor digno dos deuses, julgando serem capazes de deslumbrar os pobres utopienses com o brilho de suas vestimentas.

Assim, os três embaixadores entraram triunfalmente seguidos de cem criados, todos trajando roupas multicores de seda. Como eram nobres em sua terra, os embaixadores trajavam roupas bordadas em ouro, com pesadas correntes de ouro no pescoço, argolas de ouro nas orelhas e nos dedos, e chapéus enfeitados com correntes onde cintilavam pérolas e pedras preciosas. Enfim, estavam ornados com tudo o que, em Utopia, era usado para castigar os escravos, envergonhar os malfeitores ou servir de brinquedo para as crianças.

Valia a pena ver como os embaixadores se pavoneavam, comparando a suntuosidade de suas roupas aos trajes simples dos utopienses, que se aglomeravam nas ruas para vê-los passar. Mas era também divertido ver o quanto haviam ficado longe de seu intento e quão distante estavam de conseguir o respeito que desejavam e esperavam obter. Com exceção de uns poucos que, por alguma razão especial, já haviam visitado outros países, os utopienses não viam naquela suntuosidade, senão um sinal de vergonha e desgraça. Saudavam o criado mais humilde do séquito pensando ser seu senhor e tomavam os embaixadores por escravos, não lhes prestando nenhuma reverência porque, vendo-os usar correntes de ouro, cuidavam que fossem escravos. Deveríeis ver as crianças, que já tinham abandonado as pérolas e as pedras preciosas, vendo os chapéus cheios de jóias dos embaixadores, puxar de lado as mães para dizer lhes: "Mãe, olha esse grande palerma que ainda usa pérolas e pedrarias, como se fosse um bebê!" E a mãe, séria, a responder-lhe: "Cala-te, menino, deve ser algum bufão dos embaixadores".

Alguns criticavam as correntes de ouro: "São tão finas, que não devem servir para nada. O escravo pode parti-las quando quiser e fugir livremente". Mas os embaixadores, depois de haverem passado alguns dias em Utopia, tomaram conhecimento da imensa quantidade de ouro existente e que era tão desprezado na ilha quanto era valorizado na

terra deles; e viram também que se usava mais ouro e prata para fazer as correntes e os grilhões de um escravo fugitivo do que o que havia sido gasto na confecção das roupas dos três embaixadores. Então, um tanto envergonhados, despojaram-se das luxuosas roupas com as quais pretenderam exibir-se tão arrogantemente e, depois de conversarem com os utopienses o bastante para entender seus costumes e suas opiniões, perceberam a sabedoria daquele comportamento.

A filosofia moral em Utopia

Os utopienses espantam-se que algum mortal possa sentir prazer em ver o brilho pálido de uma minúscula gema ou de um pequeno cristal de rocha, quando se pode contemplar as estrelas ou o sol. Espantam-se com a estupidez dos homens, que crêem que o uso de tecidos finos os torna mais nobres. Não importa quão fino e delicado seja o tecido usado por um carneiro – dizem os utopienses –, ainda assim, continuará sendo nada mais que um carneiro. E se espantam, também, com o fato de que o ouro, um material tão pouco útil por si mesmo, tenha adquirido, em toda parte, um valor tal que o próprio homem, para seus propósitos, lhe atribui esse valor, valorize mais o metal do que a si mesmo. Eles não entendem porque um estúpido com menos cérebro do que um poste e tão desonesto quanto parvo, pode manter a seu serviço um número tão grande de homens virtuosos e sábios, unicamente porque possui montes de moedas de ouro. E ainda, se por um golpe de sorte ou por uma artimanha legal esse estúpido vier a perder todo o seu dinheiro para o mais insignificante de seus criados (uma vez que tanto a lei quanto a fortuna podem produzir grandes reveses), tornar-se-á, por sua vez, um lacaio desse criado, como se estivesse pessoalmente atado às moedas ou fosse apenas um apêndice delas. Pior ainda, o que parece ainda mais espantoso para os utopienses é o fato de que muitas pessoas praticamente veneram o homem rico, muito embora nada lhe devam e nenhuma obrigação as prenda a ele. O que impressiona essas pessoas é simplesmente o fato

do homem ser rico e o veneram mesmo não ignorando sua sórdida avareza e sabendo que nunca receberão dele um só vintém dos tesouros acumulados.

Eles devem essas idéias e outras mais em parte à formação que recebem em seu país, cujas instituições são inteiramente opostas a esses absurdos, e também ao estudo e à leitura de bons livros. Muito embora sejam poucos os que, nas cidades, são dispensados dos trabalhos manuais para se consagrarem exclusivamente aos estudos (somente aqueles que deram mostras, desde a infância, de grande inteligência e destacado gosto pelos estudos), todas as crianças são iniciadas na boa literatura e a maior parte do povo, homens e mulheres, dedicam suas horas de lazer à leitura ao longo de toda a vida.

Os utopienses podem estudar todos os ramos do conhecimento na sua própria língua, que não é deficiente em terminologia e nem soa desagradável, prestando-se perfeitamente à expressão do pensamento. A mesma língua, em sua forma geral, é falada em toda aquela região do mundo muito embora, em outros lugares, ela se apresente um tanto mais deturpada, dependendo do distrito.

Antes de nossa chegada, eles nunca tinham ouvido falar de nenhum dos filósofos tão famosos em nosso mundo. Apesar de tudo, na música, na dialética, na aritmética, na geometria, realizaram, mais ou menos, as mesmas descobertas de nossos grandes homens.[30] Entretanto, mesmo igualando nossos antepassados em quase todos os demais assuntos, não se comparam às invenções de nossos lógicos modernos.[31] De fato, jamais chegaram sequer a imaginar a mais simples

[30] A tradição do ensino das chamadas artes liberais construída na universidade medieval dividia o ensino em *trivium* e *quadrivium*. O *trivium* incluía a gramática, a retórica e a lógica, enquanto a aritmética, a geometria, a música e a astronomia formavam o *quadrivium*. Essa tradição trazia em sua essência a visão da educação intelectual da antigüidade e é interessante notar que um notável educador do século XV chamado Petrus Paulus Vergerius entendia que os estudos liberais "seriam aqueles dignos de um homem livre, através dos quais seriam adquiridas ... a virtude e a sabedoria, os dons do corpo e do espírito que enobreceriam o homem" (MONGELLI, L. M. (org.) *Trivium e Quadrivium. As Artes Liberais na Idade Média*. Edit. IBIS, 1999, p. 13)

[31] A referência é feita aos escolásticos, tradicionais inimigos dos humanistas.

dessas regras tão sutis sobre restrições, amplificações e suposições, que são ensinadas à juventude em nossas escolas sob a denominação de "Lógica Menor".[32] Estão tão longe de ser capazes de especular sobre "idéias segundas"[33], que ninguém está em condições de conceber a idéia de um "homem em geral", por mais que eu apontasse o meu dedo para ele e por mais que, como vós o sabeis, ele fosse maior do que um gigante, um verdadeiro colosso.[34] Por outro lado, aprenderam a traçar o curso das estrelas e o movimento dos corpos celestes. Construíram vários instrumentos que lhes permitem registrar com a maior exatidão a trajetória do sol, da lua e de outras estrelas visíveis nos céus de Utopia.

Quanto às influências favoráveis ou malignas dos astros, bem como toda essa charlatanice que pretende desvendar o futuro por meio das estrelas, eles nem pensam nisso. Graças à longa experiência na observação, são capazes de prever as chuvas, os ventos e outras mudanças do tempo. No entanto, se lhes perguntarmos sobre as causas do tempo, das marés e da salinidade das águas do mar, ou da origem e da natureza do céu e da terra, apresentam várias opiniões. Geralmente tratam desses assuntos da mesma forma como o faziam nossos filósofos antigos e, como eles, discordam uns dos outros e são incapazes de chegar a um entendimento sobre uma teoria geral própria aceita por todos.

Na filosofia moral, discutem os mesmos problemas que nós. Indagam sobre a natureza do bem, distinguindo os bens do corpo dos

[32] Provavelmente refere-se a Pedro da Espanha (Petrus Spanheym) que escrevera um livro de lógica que levava esse título e que era adotado em muitas escolas da época. Pedro da Espanha tornou-se papa com o nome de João XXI (morreu em 1277).

[33] O ensino dessa lógica definia "idéia primeira" como aquela que se apreende diretamente do objeto enquanto as "idéias segundas" seriam as concepções e generalizações abstratas derivadas das "idéias primeiras".

[34] More ironiza as abstrações lógicas do escolasticismo. Uma característica do humanismo foi, de um lado, a crítica ao escolasticismo e, de outro, a valorização do senso comum. Essa forma de pensar teria mais tarde desdobramentos de grande amplitude, inclusive nas ciências (Bacon, Newton, Galileu, entre outros).

bens do espírito e das dádivas externas.[35]Perguntam-se se o termo "bem" pode ser empregado em todas essas três acepções ou deve ser limitado ao espírito. Discutem, também, sobre a virtude e o prazer, mas seu principal motivo de preocupação é a felicidade humana, é saber em que consiste a felicidade humana, se é única ou se é múltipla. Parecem bastante inclinados a aceitar o ponto de vista daqueles que acreditam que toda ou a maior parte da felicidade está no prazer.[36] O que é mais surpreendente é que encontram justificativas para essa filosofia hedonística em sua religião que é estrita e séria, na verdade quase austera e cheia de proibições. Jamais discutem a felicidade sem juntar os princípios religiosos a seu racionalismo filosófico. Sem esses princípios religiosos, crêem eles, o poder da filosofia de investigar a verdadeira felicidade é limitado e incompleto

Seus princípios religiosos são os seguintes: primeiro, o homem possui uma alma imortal e a bondade de Deus o criou para ser feliz; e segundo, depois desta vida, nossas virtudes e o bem que tivermos feito serão recompensados e seremos castigados pelos pecados que tivermos cometido. Ainda que essas crenças sejam religiosas, os utopienses entendem que a razão leva o homem a aceitá-las e acrescentam sem nenhuma hesitação que, se essas crenças fossem rejeitadas, nenhum homem seria tão estúpido a ponto de não perceber que deveria buscar o prazer, independentemente do bem e do mal, cuidando apenas para que os prazeres menores não fiquem no caminho dos prazeres maiores, ou então recusando aquele prazer que, de maneira inevitável, venha a provocar sofrimento posteriormente. Sem os princípios religiosos, na

[35] Essa classificação do "bem" em três tipos aparece em Platão (*Leis*, livro III) e em Aristóteles (*Ética a Nicômaco*, I, viii, 2). Aparentemente toda essa discussão sobre questões do conhecimento e da filosofia natural tem o objetivo de argumentar que pensadores sinceros e diligentes, em qualquer época e em qualquer lugar, acabam por formular as mesmas perguntas e por chegar a respostas semelhantes.

[36] A edição de Utopia da Cambridge University Press (1999 2ª. ed.) com notas de G. M. Logan e R. M. Adams, entende que essa tendência para o epicurismo, encontrada na visão dos utopienses, reflete a influência que essa filosofia exerceu sobre o pensamento da época, quando se destacaram pensadores como Lorenzo Valla e Boccaccio.

verdade, o homem precisaria ser louco para praticar virtudes austeras e difíceis, renunciar aos prazeres da vida e suportar a dor sem esperar nenhum ganho. Se não houver nenhuma esperança de recompensa após a morte, o homem não possui nenhuma expectativa de compensação por uma vida inteira sem prazeres, isto é, uma vida miserável.

De fato, na opinião dos utopienses, a felicidade não é encontrada em qualquer tipo de prazer, mas apenas nos prazeres bons e honestos. A própria virtude, dizem eles, leva a natureza a inclinar-se para tais prazeres como se fossem um supremo bem. Há uma doutrina contrária que assegura que a própria virtude é a felicidade.

Definem a virtude como viver segundo a natureza e dizem que Deus nos criou para esse propósito. Quando o homem obedece aos ditames da razão, escolhendo algumas coisas e rejeitando outras, está apenas vivendo segundo a natureza. A primeira lei da razão é amar e venerar a Divina Majestade, a quem os homens devem sua existência e todas as possibilidades de serem felizes. A segunda lei da natureza recomenda que se leve uma vida livre de angústias e, tanto quanto possível, cheia de alegrias e que se ajude todos os semelhantes nesse propósito. Mesmo o mais inflexível defensor da virtude e inimigo do prazer, que nos instiga a levar uma vida de trabalho duro, de noites insones e de mortificações, ainda nos ensina que devemos, tanto quanto pudermos, ajudar a aliviar a pobreza e o infortúnio do próximo. É particularmente louvável, dizem eles, dar conforto e bem-estar ao próximo. Nada é mais humano (e o senso de humanidade é a virtude mais própria dos seres humanos) do que aliviar a miséria dos outros, mitigar seus sofrimentos e, ao remover os motivos de tristeza de suas vidas, devolver-lhes a alegria de viver, isto é, de sentir prazer. Ora, se este for o caso, por que a natureza não nos incitaria a fazer a mesma coisa para nós próprios? Das duas uma, ou uma vida feliz (ou seja, uma vida de prazer) é considerada ou uma coisa boa ou não é. Se não for considerada boa, não deveríamos recomendá-la a ninguém e, na verdade, deveríamos, isto sim, afastá-la de todos, tanto quanto pudermos, como se fora um perigo mortal. Mas se a consideramos boa e se

supostamente estamos – na verdade somos – obrigados a ajudar outras pessoas a alcançá-la, porque não deveríamos procurar alcançá-la primeiro para nós mesmos, a quem devemos tanta caridade quanto a qualquer outro? Quando a natureza nos estimula a sermos bons para com o próximo, não nos aconselha a sermos cruéis e impiedosos para conosco mesmos. Os utopienses dizem, portanto, que uma vida agradável, quer dizer, de prazer, foi prescrita pela própria natureza como um fim para nossas ações e, assim, estimam que seguir este preceito natural deve ser definido como virtude. A natureza convida os homens a ajudarem-se mutuamente, a viverem com alegria, e nos adverte constantemente de que não devemos procurar nossas vantagens avidamente, à custa do infortúnio de nossos semelhantes. Há uma razão muito boa para que assim seja: ninguém está acima dos demais, a tal ponto que a natureza tenha de preocupar-se só com ele; ela dedica a mesma afeição a todos os seres a quem deu forma semelhante.

É por esse motivo que os utopienses sustentam que os homens não deveriam apenas pautar-se apenas pelas convenções privadas, mas deveriam também obedecer a todas as leis públicas que controlam a distribuição de bens essenciais como aqueles que compõem a própria substância do prazer. Qualquer dessas leis, quer tenham sido devidamente promulgadas por um bom soberano, quer tenham sido ratificadas por um povo livre da opressão e da fraude, devem ser observadas; e desde que sejam observadas, qualquer homem estará livre para buscar seus próprios interesses dentro dos limites da prudência. Promover seus próprios interesses juntamente com o interesse público constitui um ato piedoso; enquanto assegurar seu próprio prazer privando outras pessoas de fazerem o mesmo constitui injustiça. Por outro lado, privar-se deliberadamente de algum prazer para aumentar o de outros como um gesto de humanidade e benevolência, que jamais deixa de beneficiar mais o próprio doador do que o beneficiado, pode fazer com que ele seja recompensado por sua bondade mas, de qualquer modo, ele tem a consciência de que fez algo de bom. Sua consciência obtém mais satisfação da boa vontade e da gratidão daqueles que beneficiou do

que os prazeres que seu corpo teria obtido com os bens de que abriu mão. Finalmente, os utopienses acreditam (e a religião facilmente persuade uma mente de boa vontade a acreditar) que Deus nos recompensa com uma alegria imensa e eterna quando abrimos mão de prazeres breves e transitórios. Dessa forma, depois de ponderarem cuidadosamente a questão, concluem que todas as nossas ações, bem como as virtudes nelas contidas, têm como objetivo último o prazer e a felicidade. Aí está por que os utopienses crêem que é preciso, bem calculadas as coisas, considerar todas as nossas ações, bem como as virtudes nelas contidas, como tendo por fim último alcançar o prazer e a felicidade.

Por prazer, os utopienses entendem toda atividade, estado da alma ou do corpo em que, de acordo com a natureza, a pessoa encontra satisfação. Assim, estão corretos ao considerar como naturais todos os apetites. Apenas seguindo seus sentidos e sua razão correta, o homem é capaz de descobrir aquilo que é prazer de acordo com a natureza: é tudo aquilo que não prejudica outros, que não impede a obtenção de prazeres maiores e que não traz sofrimento depois. Todavia, o prazer que vai contra a natureza, aquele que os homens chamam de "deleite" apenas por uma ficção das mais vazias (como se fosse possível mudar a natureza das coisas apenas mudando seus nomes) não leva realmente à felicidade. De fato, dizem os utopienses, destrói a felicidade porque, na mente do homem que está cheia de falsas idéias de prazer, não há espaço para a satisfação genuína e verdadeira. Existem, com efeito, muitas coisas que não possuem nenhuma doçura, sendo, na verdade amargas, mas que são, no entanto, consideradas como enorme motivo de prazer, para não dizer verdadeiros objetivos supremos da vida, apenas em razão da perversa tentação dos desejos maliciosos.

Os utopienses incluem como adeptos deste gênero de falsos prazeres aqueles, já mencionados anteriormente, que acreditam serem mais importantes apenas porque usam roupas mais finas. Essas pessoas cometem dois erros de uma só vez: primeiro ao pensar que suas roupas são melhores do que a de quem quer que seja e, segundo, ao pensar que são melhores em razão de suas roupas. Para os fins práticos a que se

destina uma capa, qual a diferença se ela foi tecida com fios finos ou mais grosseiros? Todavia pavoneiam-se e, orgulhosamente, agem como se tivessem sido escolhidos pela própria natureza e não por suas próprias fantasias. Apenas porque usam uma roupa luxuosa, imaginam que passam a ser merecedores de honrarias, que não receberiam se estivessem usando roupas caseiras, e ficam ofendidas se alguém passa sem lhes prestar respeitosa atenção.

Constitui absurdo semelhante sentir prazer ao receber honrarias cerimoniais vazias de conteúdo. Que tipo de prazer natural e verdadeiro uma pessoa pode sentir diante de alguém que descobre a cabeça ou se ajoelha à sua frente? Seus próprios joelhos por acaso ficam curados da gota, ou sua cabeça livre da loucura? O fantasma do falso prazer pode ser ilustrado por aqueles homens que se deleitam até a loucura com seu próprio sangue azul, gabam-se de sua origem nobre e exultam com seus ricos ancestrais (na verdade esses são os únicos que contam hoje em dia) e com todas as propriedades desses ancestrais.[37] Não se julgarão menos nobres, mesmo se não possuem terras ou se já se encarregaram de dissipar cada centavo daquilo que herdaram.

Os utopienses incluem também nessa categoria os indivíduos que veneram jóias e pedrarias, já descritos anteriormente, e que sentem uma sublime felicidade quando conseguem uma dessas belas pedras, especialmente se pertencem à variedade mais em moda em seus países, uma vez que os preços das pedras variam de um mercado para outro. Eles jamais fazem uma oferta antes que as pedras sejam retiradas de seus engastes e, mesmo assim, jamais as compram sem uma garantia segura do vendedor quanto à sua autenticidade. O que temem é que seus olhos possam ser enganados por uma falsificação. Todavia, se considerarmos a questão em si mesma, porque uma falsificação deveria produzir menos satisfação quando seus olhos não a podem distinguir

[37] Em *A Vida de Pico della Mirandolla*, que Thomas More traduziu para o inglês, destaca-se o absurdo do orgulho dos ancestrais mostrando que, se o ancestral não possuía honra, não haveria razão para lembrá-lo, mas se a possuía, de qualquer modo, não haveria meios para deixá-la como herança a seus descendentes.

de uma gema verdadeira? Ambas deveriam ter o mesmo valor para eles, da mesma forma que para um cego.

Falando de falsos prazeres, o que dizer daqueles que se dedicam a acumular dinheiro, não por que tenham em mente fazer algo com ele, mas apenas para contemplá-lo? Estarão eles experimentando um prazer verdadeiro, ou estarão apenas sendo enganados por uma demonstração de prazer? O que dizer também daqueles que, ao contrário, escondem o dinheiro que jamais usarão e que talvez jamais venham sequer a ver de novo? Na sua ansiedade de guardar o dinheiro, na realidade acabam por perdê-lo pois, o que mais poderia acontecer quando alguém priva-se – assim como outros, provavelmente – de usar o dinheiro, enterrando-o? Não obstante, o avaro, após enterrar o dinheiro, exultará como se agora estivesse livre e despreocupado para alegrar-se. Suponha que alguém roube esse dinheiro e que o avarento morra dez anos depois sem saber que seu dinheiro foi roubado. Durante esses dez anos, que diferença teria feito o fato de o dinheiro ter ou não sido roubado? De qualquer modo, o dinheiro teria permanecido sem nenhum proveito para o avarento.

A esses prazeres falsos e tolos, os utopienses juntam, ainda, o vício do jogo – do qual já ouviram falar, embora jamais tenham experimentado – assim como o da caça e da falcoaria. Que prazer pode haver, eles se perguntam, em lançar dados sobre uma mesa? Se houvesse algum prazer nesse ato, depois de jogar repetidas vezes, qualquer um não se cansaria disso? Que prazer pode ter alguém em ouvir os latidos e ganidos de cães – não é esse um ruído bastante desagradável? O prazer tornar-se-á mais real quando um cão caça um coelho do que quando caça outro cão? Se é na corrida que reside o prazer, em ambos os casos ela existe em abundância e de modo muito semelhante. Mas se o que se quer realmente apreciar é a matança, é ver uma criatura viva ser despedaçada diante dos olhos, então tudo está errado. Não se deveria ter outro sentimento que não o de piedade quando se vê uma lebre fugindo de um cão, a criatura fraca submetida ao suplício pelo forte, o tímido e apavorado animal brutalizado pelo

selvagem, a inofensiva lebre sendo morta pelo cão cruel. Os utopienses, como já foi dito anteriormente, vêem essa prática da caça como indigna de homens livres e, dessa forma, deixaram-na aos açougueiros, que são todos escravos. A seus olhos, a caça é a atividade mais baixa até mesmo para um açougueiro. No matadouro seu trabalho é mais útil e mais honesto, uma vez que ali se matam os animais apenas por necessidade, enquanto os caçadores matam apenas pelo prazer de matar e mutilar pequenas e pobres criaturas. Na opinião dos utopienses, essa satisfação diante da morte, mesmo em se tratando de animais, revela uma disposição para a crueldade e, mesmo que no início o caçador não seja cruel, rapidamente, assume essa feição pela prática constante em deleitar-se com a brutalidade.

Todos esses divertimentos e uma infinidade de outros da mesma ordem, são vistos por muitas pessoas como motivos de prazer. Os utopienses, no entanto, dizem que essas práticas nada têm a ver com os prazeres verdadeiros porque não são naturais em sua essência. Podem agradar os sentidos, e nisso se assemelham ao prazer, mas isto não altera sua natureza básica. A satisfação não é produto da experiência em si mesma, mas da perversidade dos indivíduos que leva a confundir o amargo com o doce, da mesma forma que as mulheres grávidas que, por terem seu paladar distorcido, por vezes podem achar o sebo e a resina mais doces do que o mel. Da mesma forma, o gosto dos homens pode ser distorcido por doenças ou pelos costumes, mas isso não altera a natureza do prazer ou de qualquer outra coisa.[38]

Os utopienses distinguem vários tipos de prazeres verdadeiros; uns dizem respeito à alma, outros, ao corpo. Os prazeres da alma são, para eles, a alegria da compreensão e o deleite que nasce da contemplação da verdade. A isto, junta-se a gratificante lembrança de uma vida bem vivida e a confiante esperança de uma felicidade futura.

Eles separam os prazeres do corpo em duas espécies: a primeira compreende aqueles que dão aos sentidos uma satisfação imediata e

[38] Em *Epístolas Morais*, Sêneca argumenta de forma análoga: "Os desejos naturais são limitados, mas os desejos que derivam de falsas opiniões podem ser ilimitados" (Epístola n. 16).

pode ocorrer quando se restabelecem com alimento e bebida os órgãos do corpo que o esforço havia esgotado, ou quando o corpo se liberta dos excedentes corporais – o que acontece quando o intestino se esvazia, ou quando a mulher dá à luz uma criança, ou ainda quando, por fricção, aliviamos uma coceira. Algumas vezes, é verdade, o prazer vem, não do preenchimento de alguma deficiência que nossos órgãos reclamam, nem da expulsão do que o incomoda, mas sim de algo que excita nossos sentidos com alguma força oculta e inquestionável como é o caso da música.

A segunda espécie de prazer corporal consiste, segundo eles, em um estado de equilíbrio estável e harmonioso do corpo. Entendem que uma saúde isenta de qualquer mal estar, isto é, a própria saúde, quando nenhuma dor ou mal-estar incomoda, é capaz de provocar a sensação de prazer sem que haja qualquer estímulo exterior. Mesmo não sendo tão diretamente estimulante aos sentidos, como a sensação de enorme satisfação propiciada pela bebida e pela comida, muitos a consideram como o maior dentre todos os prazeres. A maioria dos utopienses consideram a saúde como a base de todos os demais prazeres, uma vez que, por si só, pode proporcionar uma vida agradável e tranqüila, enquanto, na sua ausência, não há a possibilidade de desfrutar de nenhum outro prazer. No entanto, a mera ausência de dor sem o vigor da saúde, é considerada como insensibilidade e não como prazer.

Há muito tempo, em Utopia, foi rejeitada a opinião de que o estado de boa saúde – tranqüila e estável – não deveria ser considerado como prazer uma vez que só se pode senti-lo a partir de sua ausência. (Da mesma forma que entre nós, lá também se levantam argumentos desse tipo.) Agora a maioria dos utopienses concorda que a saúde se constitui no maior de todos os prazeres do corpo. Considerando-se que a dor é inerente à doença e sendo a dor o maior de todos os inimigos do prazer, como conseqüência, dizem eles, o prazer é inerente ao bom e estável estado de saúde. Pode-se dizer que a dor em si não é a própria doença, mas apenas um efeito; para eles, no entanto, isso não faz nenhuma diferença. Se a saúde é, por si mesma, um prazer ou se é a

causa do prazer (tal como o fogo é a causa do calor), permanece o fato de que aquele que tem saúde deve também ter prazer.

Quando se come, dizem ainda, o que ocorre é que a saúde, que estava começando a enfraquecer, toma o alimento como seu aliado na luta contra a fome. Enquanto nossa saúde se revigora, o simples processo de recobrar o vigor nos dá prazer e conforto. Portanto, se a nossa saúde se compraz nesse combate, como não se alegraria ela ao sair vitoriosa? E ao final, após recuperar sua força original, que era o objetivo de toda essa luta, será que a saúde deveria tornar-se insensível, sem reconhecer e desfrutar de seu próprio bem? Os utopienses consideram que estão completamente enganados aqueles que sustentam que a saúde não pode ser sentida. Qualquer homem que estiver acordado, dizem eles, sente os efeitos de sua boa saúde – a menos que não esteja em boa saúde, obviamente. Haverá algum homem tão estúpido e indiferente que não admita ser-lhe a saúde deliciosamente agradável? E o que seria esse deleite senão o prazer com um nome diferente?

Entre todos os diferentes tipos de prazer, os utopienses buscam os do espírito, que consideram como os mais importantes porque a maioria deles provém da prática das virtudes e da consciência de uma vida bem vivida.

Entre os prazeres do corpo, é à saúde que conferem maior importância, uma vez que consideram o comer e o beber, bem como outros deleites da mesma espécie, como prazeres desejáveis mas voltados apenas para o bem da saúde. Não devem ser considerados como prazeres em si mesmos, mas como meios para alimentar as defesas contra os ataques insidiosos das doenças. Um homem sábio deveria antes procurar evitar as doenças do que procurar sua plena cura, prevenindo a dor antes de ter de recorrer a algum paliativo, isto é, seria melhor não precisar buscar o deleite do alívio.

Todo aquele que considera que o prazer consiste nesse tipo de alívio deveria admitir também que, para ele, a vida ideal deveria ser uma sucessão interminável de fome, sede e coceira, seguida do prazer de comer, de beber e de se coçar. Quem não vê que uma tal existência

seria realmente repugnante e miserável? De todos os prazeres esses são os menos elevados, e também, os menos puros – são sempre acompanhados de sofrimentos, seus opostos. A fome, por exemplo, está associada ao prazer de comer, cuja intensidade está longe de ser a mesma, uma vez que a fome sempre é mais aguda e permanece por mais tempo. Com efeito, a fome precede o prazer de comer e só desaparece quando termina também o prazer de comer. Dessa forma, os utopienses entendem que os prazeres desse tipo não deveriam ser muito valorizados, mas apenas na mesma medida que são necessários à vida. Apesar de tudo, desfrutam também desses prazeres e agradecem sempre à mãe natureza por sua generosidade em usar de meios sedutores e agradáveis para fazer com que seus filhos façam o que teriam de fazer, de qualquer modo, por necessidade. Que vida mais deplorável não seria se as doenças diárias da fome e da sede tivessem de ser superadas por drogas e poções amargas, como ocorre com outras doenças que nos afligem menos freqüentemente?

Os utopienses aceitam com alegria a beleza, a força e a agilidade como dádivas felizes da natureza. Os prazeres dos sons, das imagens e dos aromas são também recebidos como temperos especiais da vida, entendendo que a natureza quis que esses encantos constituíssem um domínio particular do homem. Nenhum outro animal contempla as formas e os encantos do universo, ou desfruta de aromas – a não ser como meio de encontrar comida – ou distingue a harmonia dos sons dissonantes. Todavia, em todos os seus prazeres, os utopienses jamais se esquecem da regra de que um prazer menor não deve ser um obstáculo a outro maior e que um prazer não pode trazer a dor como conseqüência. Se o prazer for falso, inevitavelmente, levará ao sofrimento.

Além de tudo, aos olhos deles, é loucura desprezar a beleza das formas, negligenciar suas próprias forças, deixar sua energia transformar-se em letargia, esgotar o corpo com jejuns, destruir a saúde e repudiar os encantos da natureza, salvo se, ao fazê-lo, ele estiver servindo melhor o seu semelhante ou o bem público e, nesse caso, na verdade, estará

esperando que Deus lhe dê uma recompensa maior. De outra forma, não estará fazendo bem a ninguém. É possível que ganhe a reputação sombria e vazia de homem virtuoso e, sem dúvida, estará se fortalecendo para enfrentar enormes adversidades, que provavelmente jamais se lhe apresentarão. Alguém desse tipo é considerado pelos utopienses como completamente louco – cruel consigo mesmo e profundamente ingrato para com a natureza – ao imaginar que, apenas para não estar em débito com ninguém, deva rejeitar todas as dádivas da natureza.

Essa é a maneira como vêem a virtude e o prazer. Crêem que a razão humana é incapaz de chegar a conclusões mais seguras do que essas, a menos que uma revelação dos céus venha a inspirar os homens com uma doutrina mais santa. Não tenho tempo de examinar agora se suas idéias sobre tudo isso estão certas ou não, nem acho isso necessário. Assumi a tarefa de fazer um relato desses princípios, e não uma apologia. De qualquer modo, estou certo de que, independentemente do juízo que podeis fazer de suas idéias, não conheço nenhum povo mais feliz e nenhuma comunidade melhor neste mundo.

Fisicamente, os utopienses são ativos, cheios de vivacidade e mais vigorosos do que se poderia supor pela sua estatura, embora não sejam pequenos no tamanho. O solo de Utopia não é muito fértil, nem seu clima muito bom, todavia com sobriedade e temperança protegem se contra as intempéries e melhoram tão industriosamente a terra que não se vê, em parte alguma, rebanhos melhores, colheitas mais abundantes e nem homens com mais vitalidade e resistência a doenças. Eles fazem tudo aquilo que os homens do campo fazem para melhorar os solos mais pobres com trabalho duro e com o emprego de conhecimentos técnicos, mas fazem mais, são capazes de transplantar florestas inteiras de um lugar para outro. Fazem isso nem tanto para melhorar a produção, mas para facilitar o transporte ao colocar a madeira mais próxima do mar, dos rios ou das cidades. Entendem que é mais fácil transportar grãos do que madeira através de longas distâncias, especialmente por terra.

O prazer do aprendizado

Em geral, os utopienses são tranqüilos, alegres, inteligentes e também apreciam o lazer. Quando necessário, são capazes de suportar trabalho pesado, embora não sejam muito dados a esse tipo de atividade; para o trabalho intelectual, no entanto, são incansáveis. Quando ouviram de nós sobre a literatura e o conhecimento dos gregos (porque pensamos que não haveria muita coisa dos latinos que iriam apreciar, com exceção dos historiadores e poetas) foi realmente maravilhoso ver com que diligência passaram a se dedicar ao estudo do grego. Começamos então a dar algumas lições de grego a eles, mais para não parecermos ociosos do que na esperança de que poderiam obter disso algum proveito efetivo. Todavia, após uma rápida avaliação, sua dedicação convenceu-nos de que nossos esforços não seriam em vão. Aprendiam a forma das letras tão rapidamente, assimilavam a pronúncia da língua com tanta aptidão, memorizavam tão prontamente e começaram a falar grego tão depressa que parecia um verdadeiro milagre. Obviamente, a maioria dos nossos alunos eram acadêmicos experimentados, escolhidos por sua excepcional habilidade e maturidade intelectual e, além disso, estudavam conosco não apenas por sua livre vontade, mas também por determinação do senado. Dessa forma, em menos de três anos, eles já dominavam perfeitamente a língua e conseguiam ler fluentemente os melhores autores gregos, desde que os textos não estivessem corrompidos. Tenho suspeitas de que aprenderam tão facilmente o grego porque esse idioma tem alguma relação com a sua própria língua. Muito embora a língua falada em Utopia tenha, em muitos aspectos, semelhanças com a da Pérsia, desconfio que deriva do grego, porque guarda ainda muitos vestígios do grego nos nomes das cidades e nos títulos dos magistrados.

Por ocasião de minha quarta viagem a Utopia, ao invés de mercadorias, levei comigo uma boa quantidade de livros, pois preferia não mais regressar à Europa a retornar em breve. Assim, os utopienses receberam, por meu intermédio, a maioria das obras de Platão, muitas

de Aristóteles assim como o livro *Sobre as Plantas*, de Teofrasto.[39] Este último, infelizmente, já bastante estragado. Durante a travessia, descuidei-me do livro; um macaco o apanhou e, com suas brincadeiras, danificou muitas páginas aqui e ali. Dentre os gramáticos, eles só têm Lascaris, uma vez que eu não havia levado nem Teodoro, nem outros dicionários, além de Hesíquio e Dioscórides.[40] Apreciam muito Plutarco, que é o preferido deles, e se encantam com a graça e a ironia de Luciano. Entre os poetas, possuem Aristófanes, Homero, Eurípedes e Sófocles, na pequena edição Aldina.[41] Como historiadores, deixei-lhes Tucídides, Heródoto e Herodiano.[42]

Como livros sobre medicina, um dos meus companheiros, Tricius Apinatus,[43] levara alguns pequenos tratados de Hipócrates e um manual de Galeno, conhecido como Microtecne.[44] Os utopienses apreciaram

[39] More tem claramente preferência por Platão. A própria concepção de *Utopia* reforça essa idéia. Teofrasto foi discípulo de Aristóteles e, na Renascença, o tratado sobre as plantas não era lido como simples curiosidade vinda da Antigüidade, mas praticamente como a última palavra sobre o assunto.

[40] Constantino Lascaris e Teodoro de Gaza escreveram, no Renascimento, dicionários de grego e eram muito usados pelos estudiosos da época, porquanto o grego era a primeira língua culta. Hesíquio de Alexandria (século V d.C.?) escreveu um livro sobre idiomas e dialetos gregos; Dioscórides Pedanio de Anazarba, que viveu nos tempos de Nero, escreveu um livro sobre plantas e drogas.

[41] A primeira edição moderna de Sófocles foi feita por Aldus Manatius, em 1502. A casa editora de Aldus foi estabelecida em Veneza no final do século XV e não foi apenas a primeira a publicar obras gregas em caracteres gregos, mas foi também quem publicou algumas das mais refinadas obras na história das artes gráficas, estando até hoje entre os itens mais valorizados entre os colecionadores.

[42] Heródoto escreveu *História* e Tucídides, a *História da Guerra do Peloponeso* (que integra a presente coleção de clássicos em relações internacionais). Herodiano (c. 175-250 d. C.) escreveu uma história dos imperadores romanos dos séculos II e III.

[43] Trata-se de uma anedota ou ironia para iniciados, que teriam lido os *Epigramas* de Marcial. "Sunt apinae tricaeque, et si quid vilius istis" diz Marcial num desses epigramas (14.I.7) que se poderia traduzir por "eles são Apinas e Tricas, e o que poderia haver de menor importância, se nada mais o é". Em resumo, "Tricius Apinatus" significaria algo como "Absurdo e Insignificante".

[44] Além das obras reconhecidamente de autoria de Hipócrates (Séc. V a.C.) e de Galeno (Séc. II d.C.), são atribuídas a eles a autoria de dezenas de tratados sobre medicina que foram traduzidos, expandidos e mesmo modificados e amplamente usados como manuais de prática médica.

muitíssimo pois, entre as áreas da ciência, consideram a medicina como uma das mais belas e úteis, apesar de não haver outro país onde a ciência médica seja menos necessária. Consideram que, quando perscrutam os segredos da natureza, não somente desfrutam de sensação gratificante, mas também conquistam as graças do Criador, que é o autor da natureza. Entendem que, tal qual outros artistas, por que teria Ele criado esses mecanismos visíveis aos olhos do homem, único ser capaz de apreciar esse intrincados objetos, se não para que fossem devidamente apreciados? Conseqüentemente, Ele deve dar preferência àquele que, com sensibilidade, é capaz de apreciar sua obra e não àquele que, como uma verdadeira besta, permanece estupidamente insensível diante de um espetáculo tão maravilhoso.

Assim, estimulada pelo conhecimento, a mente dos utopienses é extremamente rápida para desenvolver as várias artes e ofícios que tornam a vida mais agradável e confortável. Todavia, devem a nós, duas invenções: a arte da imprensa e a da fabricação do papel. Ou, mais exatamente, em parte a nós e em parte à sua própria engenhosidade. Enquanto lhes mostrávamos alguns exemplares das edições Aldinas, falamos sobre a fabricação do papel e sobre a confecção dos tipos móveis, muito embora sem dar muitos detalhes sobre qualquer desses processos, uma vez que nenhum de nós tinha experiência prática na matéria. Entretanto, com enorme perspicácia, perceberam rapidamente os princípios básicos de tudo. Eles que, até então, nunca haviam escrito senão sobre pergaminho, cascas de árvores e papiro, passaram a fazer o papel e a imprimir letras. As primeiras tentativas não foram satisfatórias mas, com a prática, rapidamente passaram a dominar as duas técnicas. Se possuíssem os textos dos autores gregos, em breve teriam todos impressos, mas como tinham somente aqueles já mencionados, contentavam-se em ter milhares de exemplares impressos.[45]

[45] A importância do advento da imprensa provavelmente tinha um significado para a vida intelectual da Renascença semelhante à informática para a indústria e para a sociedade nos tempos atuais. Gutemberg inventara a imprensa de tipos móveis em 1454 e, a partir de então, casas editoras apareceram nos principais centros cultos da Europa, notadamente Veneza, Paris, Strasbourg, Augsburg e Basiléia. Em Basiléia, foram impressas as primeiras edições de *Utopia* e do *Elogio da Loucura* pela casa editora de Johannes Froben.

Todo aquele que chegar a Utopia como visitante e tiver algum talento intelectual ou que tiver viajado por muitos lugares pode estar certo de que será muito bem recebido pois os utopienses adoram saber do que se passa no mundo. Eis porque fomos recebidos de modo tão cortês. Comerciantes, no entanto, raramente vão para lá para fazer negócios. O que poderiam os utopienses importar, exceto o ferro – ou talvez o ouro e a prata, que todos preferem, na realidade, manter em seu próprio país e não exportar para o estrangeiro?[46] Quanto às suas exportações, os utopienses preferem transportar por si mesmos, ao invés de deixar que estrangeiros o façam. Dessa maneira podem aprender mais sobre seus vizinhos e ainda manter-se em forma com relação às técnicas de navegação.

Dos escravos [47]

Os utopienses escravizam os prisioneiros de guerra apenas quando são capturados em guerras nas quais eles próprios estão diretamente envolvidos.[48] Os filhos dos escravos não se tornam escravos automaticamente e nem os que foram feitos escravos em outros países. A maioria dos escravos ou são ex-cidadãos de Utopia, que foram feitos

[46] Este era um dos princípios do mercantilismo metalista. Alguns governos, como o da Espanha, chegaram a produzir leis com o objetivo de impedir a exportação de metais preciosos.

[47] Juntamente com "servus" significando simplesmente "escravo", em latim há outra palavra "famulus" geralmente traduzido para o inglês como "servo", possuidor de mais liberdade do que o "slave". No entanto, em *Utopia* essa distinção não é feita por More, a palavra usada no original em latim é "servus".

[48] Na antigüidade constituía uma prática comum escravizar o povo vencido, tanto guerreiros quanto civis. Na época da Renascença, não se aceitava mais que cristãos vencidos fossem feitos escravos. Aceitava-se, no entanto, que povos não cristãos, especialmente ameríndios e africanos, fossem tomados como escravos. Francisco de Vitória (1486-1546) já questionava esse direito de tomar como escravos os povos primitivos conquistados, mas o argumento de Aristóteles ainda continuava válido: "Ora, esses bárbaros são servos, logo... prova-se a proposição menor porque, como diz Aristóteles com elegância e acuidade, alguns são servos por natureza e a esses, evidentemente, é melhor servir que dar ordens." (F. de Vitória, *De Indis*, Primeiro comentário).

escravos por terem cometido algum crime abjeto, ou pessoas de outras nações, condenadas à morte em seu próprio país. A maioria, na verdade, é desta última categoria. Os utopienses, às vezes, os adquirem por preços bastante baixos ou, com freqüência, apenas os solicitam e os obtêm em grande número sem pagar nada. Tanto uns quanto outros são mantidos acorrentados e são obrigados a trabalhar continuamente. No entanto, os utopienses são mais rigorosos com sua própria gente, que foi condenada à escravidão, do que com os escravos estrangeiros pois acreditam que os crimes cometidos por seus cidadãos devem ser mais severamente punidos, uma vez que se tornaram malfeitores, apesar de terem tido uma excelente educação e a melhor formação moral possível. Uma terceira categoria de escravos é aquela composta de miseráveis de outras nações que voluntariamente se oferecem para trabalhar como escravos em Utopia. Essas pessoas são tratadas bastante bem, quase tanto quanto um cidadão, tendo apenas os encargos de algum trabalho adicional, dentro dos limites a que já estão acostumados. Apesar de ser raro acontecer, se quiserem deixar Utopia, são livres para fazê-lo e, além disso, não partem de mãos vazias.

O cuidado com os enfermos

Como já foi dito anteriormente, em Utopia os enfermos são cuidadosamente tratados e nada do que pode ser feito para curá-los é negligenciado, sejam remédios ou alimentos. Faz-se de tudo para mitigar o sofrimento daqueles que sofrem de doenças incuráveis e aqueles que os visitam fazem de tudo para consolá-los. Entretanto, no caso da doença ser não apenas incurável, mas também provocar um sofrimento atroz e contínuo, os sacerdotes e as aturoridades públicas exortam o enfermo a não prolongar mais sua agonia. Lembram ao enfermo de que agora ele está incapacitado para a vida, tornando-se um fardo para os outros e para si próprio e que, na realidade, está apenas sobrevivendo à própria morte. Dizem-lhe que não deveria permitir que a doença continuasse a fazê-lo sofrer por mais tempo e que a vida, ao transformar-se

numa simples tortura, e o mundo, numa mera prisão, não deveria hesitar em libertar-se, ou deixar que outros o libertassem dessa vida arruinada. Seria um gesto sábio, dizem eles, uma vez que, para ele, a morte põe um fim à agonia. Além disso, estaria seguindo os conselhos de sacerdotes, que são os intérpretes da vontade de Deus, e que asseguram que esse seria um gesto santo e piedoso.[49]

Os que se deixam persuadir põem fim aos seus dias, jejuando voluntariamente até a morte ou então tomando uma poção que os faz adormecer sem sofrimento, até que morram sem o perceberem. Todavia, essa solução jamais é imposta sem o consentimento do enfermo e quando este decide o contrário, os cuidados a ele dispensados não diminuem. Nas circunstâncias em que a morte é recomendada pelas autoridades públicas, considera-se a eutanásia um gesto honrado. O suicídio, no entanto, é considerado indigno da terra ou do fogo, e o corpo daquele que se mata sem a aprovação dos sacerdotes ou do senado é ignominiosamente lançado no pântano mais próximo.

Sobre o casamento

As moças não podem se casar antes dos dezoito anos, nem os rapazes antes dos vinte e dois. Relações sexuais antes do casamento, quando devidamente comprovadas, são motivo de punições severas tanto ao homem quanto à mulher, que não podem mais se casar pelo resto da vida, a menos que sua pena seja suspensa pelo perdão do príncipe. Adicionalmente, o pai e a mãe, chefes da família em cuja casa o ato foi praticado, ficam publicamente desonrados por terem sido relapsos em seus deveres. A razão para punirem tão severamente essa falta é que consideram que poucas pessoas iriam manter um casamento, restringindo-se à monogamia e sujeitando-se a todos os

[49] Observa-se que essa é uma visão muito mais afeita aos estóicos do que à fé cristã, que até hoje condena a eutanásia. Vale ainda destacar que More põe forte ênfase na dimensão social da decisão a ser tomada. Não chega a ser um comitê público decidindo sobre o destino do doente terminal, mas é quase isso.

aborrecimentos da vida de casado, a menos que fossem estritamente impedidos de levar uma vida de promiscuidade.

Na escolha de seus cônjuges, os utopienses observam com muito rigor e seriedade um costume que nos pareceu, no início, extremamente absurdo e mesmo tolo. A esposa, seja ela virgem ou viúva, é mostrada nua ao seu pretendente, sob os cuidados de uma mulher casada e respeitável e, do mesmo modo, um homem, de honorabilidade reconhecida, apresenta o noivo nu, à noiva. Rimos desse costume, chamando-o de absurdo, no entanto, os utopienses mostravam-se igualmente surpresos com a loucura dos outros povos. Quando alguém vai comprar um potro, dizem eles, apesar de estar arriscando apenas um pouco de dinheiro, revela-se tão desconfiado que não fecha negócio antes que a sela e a manta sejam retiradas para ver se não há nenhuma ferida escondida. No entanto, na escolha de um cônjuge, que poderá ser motivo de deleite ou de desprazer pelo resto da vida, as pessoas se mostram completamente descuidadas. Deixam todo o corpo coberto de roupas e avaliam o quanto a mulher é atraente apenas pelo seu porte e pelo seu rosto, que são as únicas coisas que se podem ver. E assim, casam-se correndo o risco de se odiarem pelo resto de suas vidas se, depois do casamento, algo no corpo de um ou de outro vier a se revelar muito desagradável. Nem todas as pessoas são tão sábias que se preocupam somente com as belezas do caráter; e mesmo os sábios apreciam a beleza do corpo como um suplemento para um bom temperamento. Não há dúvida de que uma deformidade pode esconder-se sob as roupas e ser suficientemente séria para fazer com que um homem tenha aversão por sua mulher quando já é tarde demais para separar-se dela. Quando deformidades são descobertas depois do casamento, cada um deve carregar o fardo de seu destino, assim, os utopienses pensam que todos devem ser protegidos pela lei antes do casamento.[50]

[50] Thomas More escreveu uma série de epigramas sobre como escolher uma esposa, mas suas próprias escolhas foram curiosas. Para primeira esposa, entre duas irmãs, escolheu a irmã mais velha apenas para não ferir seus sentimentos quando, aparentemente, sentia-se atraído pela mais nova. A comparação com a compra de um

Para eles, há uma razão adicional para serem cuidadosos, porque naquela parte do mundo, são o único povo que pratica a monogamia. Seus casamentos raramente terminam se não com a morte, muito embora admitam o divórcio por adultério ou por dificuldades intoleráveis de comportamento. O marido ou a esposa, que sejam partes ofendidas num processo de divórcio, recebem do senado autorização para casar-se novamente, enquanto à parte considerada culpada não mais é dada permissão para tomar outro cônjuge. Não permitem a um marido, em hipótese nenhuma, repudiar sua mulher em razão de algum acidente físico infeliz. Entendem que é crueldade alguém ser abandonado quando mais precisa de conforto e incluem a velhice nessa infelicidade física, uma vez que não apenas acarreta doenças, mas pode ser considerada como a própria doença, que exige mais do que uma precária fidelidade.

Ocasionalmente, ocorre que um casal não consegue mais conviver e que ambos tenham encontrado outras pessoas com as quais esperam viver mais harmoniosamente. Depois de obterem o consentimento do senado, podem separar-se mediante concordância mútua e depois podem contrair novo matrimônio. Esses divórcios, no entanto, são permitidos somente depois que os senadores e suas esposas tiverem investigado cuidadosamente o caso. Permitem o divórcio apenas relutantemente porque sabem que maridos e mulheres encontrarão mais dificuldade em acertar diferenças se cada um tiver em mente que uma nova relação está sempre disponível.

Os utopienses punem o adultério com a escravidão mais estrita. Se as duas partes forem casadas, procede-se ao divórcio de ambos, e as partes injuriadas, se quiserem, podem casar-se entre si ou com outras pessoas. Todavia, se uma das partes injuriadas continuar a amar esse cônjuge infiel, o casamento pode prosseguir desde que a parte inocente

---

potro foi inspirada em Sêneca que em sua *Epístola Moral* n. 80 escreve "Quando se compra um cavalo, pede-se para remover a manta", todavia pode ter aí uma certa ironia com sua própria vida, uma vez que sua primeira esposa, quando solteira, chamava-se Jane Colt e na sua comparação More não usa "equus", como Sêneca, que em inglês equivale a "horse", mas usa "equuleus" (potro) que em inglês se traduz por "Colt".

concorde em dividir o trabalho a que todo escravo está condenado. Às vezes, ocorre que o príncipe se comove com o arrependimento do culpado e com a dedicação da parte inocente e, tomado de piedade, os restitui à liberdade. Entretanto, uma segunda condenação por adultério é punida com a morte.

Punições, procedimentos legais e costumes

Para nenhum outro crime se estabelecem penalidades fixas; o senado estipula penalidades específicas para cada transgressão, dependendo da gravidade do delito cometido.[51] Os maridos são responsáveis pela punição das esposas e os pais, pela punição dos filhos, a menos que a falta cometida seja tão grave que o interesse público requeira uma punição pública. Os crimes mais graves são punidos com a escravidão, pois considera-se que é tão eficaz para conter o criminoso quanto a pena capital imediata, sendo, no entanto, mais benéfica para o Estado. Além do mais, os escravos ficam permanentemente visíveis aos olhos do público para lembrar-lhes de que o crime não compensa. Os escravos que se rebelam contra sua condição, como bestas selvagens que as grades e as correntes não são mais suficientes para conter, são imediatamente executados. No entanto, se forem pacientes, não são deixados sem esperança. Depois de submetidos a trabalhos forçados por longo período de tempo, se vierem a mostrar, com seu comportamento, que sofrem mais com o arrependimento pelo crime cometido do que com a punição imposta, sua condição de escravo pode ser abrandada ou mesmo cancelada pelo príncipe ou pelo voto popular.

Um homem que tentar seduzir uma mulher está sujeito à mesma punição daquele que tenha efetivamente consumado o ato. Entendem

[51] O fato de More incluir esse tipo de princípio legal em *Utopia* provavelmente deriva de suas leituras dos autores latinos, nos quais o Direito Romano constitui o princípio básico da ordem social e política. Sendo ele um notável jurisconsulto, com certeza tinha percepção das dificuldades derivadas da tradição jurídica britânica que é toda baseada no direito consuetudinário, em que as penas não são estabelecidas pelos corpos legislativos, mas pelo precedente jurídico.

que a tentativa de cometer um crime é tão ruim quanto o próprio crime e o fracasso na tentativa de perpetrá-lo não deve conferir nenhuma vantagem ao criminoso, que teria feito de tudo para consumá-lo.

Os bufões são muito queridos em Utopia, e considera-se aviltante maltratá-los. Não se proíbe que as pessoas se divirtam com suas tolices, na verdade acham isto benéfico ao bufão. Não confiam um bufão aos cuidados de alguém que seja tão sério e grave que não consiga se divertir com as suas brincadeiras e tolices, pois acreditam que também não será capaz de tratá-lo com suficiente benevolência, uma vez que não sabe aproveitar seu único talento, que é divertir as pessoas.

Caçoar de um aleijado ou mutilado é considerado uma desgraça, não para a vítima, mas para aquele que caçoa porque, estupidamente, censura o aleijado por uma deformação que não pode evitar.

Consideram um sinal de fraqueza e de indolência não cuidar da beleza do corpo mas, por outro lado, entendem como afetação recorrer à maquilagem e ao uso de cosméticos. A experiência lhes mostrou que nenhuma beleza física de uma esposa pode ser tão importante para seu marido quanto a honestidade e a integridade. Assim, poucos homens são apanhados apenas pela beleza e nenhum é mantido senão pela virtude e pela docilidade.

Da mesma forma que se procura conter o crime por meio de punições, também se procura estimular as virtudes pelas honrarias. Nas praças públicas, são erigidas estátuas em homenagem a homens notáveis que serviram com denodo seu país. Dessa forma, preservam a memória de seus feitos construtivos e estimulam os cidadãos a reverenciarem a glória de seus ancestrais.

Em Utopia, aquele que se empenha com demasiada avidez por um cargo público pode estar certo de que não conseguirá obter nem esse e nem outro cargo qualquer. Como regra, vive-se harmoniosamente, e os magistrados jamais são arrogantes ou inacessíveis. Ao contrário, são chamados de "pai" e isso define a forma como se comportam. Os ocupantes de cargos públicos jamais exigem respeito contra a vontade dos cidadãos, no entanto, o povo os respeita espontaneamente, como

se deve. Nem mesmo o príncipe se distingue de seus concidadãos por um manto ou uma coroa. O que o distingue é apenas um feixe de trigo que leva consigo da mesma forma que o bispo se distingue pelo círio que carrega.

As leis são pouco numerosas, mas a formação dos utopienses nas práticas sociais as tornam suficientes. A esse respeito, a principal falha que encontram nos outros povos é que, apesar do enorme volume de leis e de suas interpretações, não conseguem administrar os negócios de maneira apropriada. Os utopienses consideram totalmente injusto obrigar os homens a cumprir tantas leis que são, na verdade, demasiadamente numerosas para serem lidas e obscuras demais para serem compreendidas. Por isso, em Utopia, não há trabalho para o advogado, cujo ofício se resume na manipulação de processos e na multiplicação de interpretações astuciosas. Acreditam que é preferível que cada qual defenda sua causa pessoalmente, expondo ao juiz o que diria ao seu advogado. Dessa maneira, evitam-se muitas ambigüidades e a verdade aparece mais facilmente. Um homem pode falar de forma direta, de acordo com sua própria consciência, sem as instruções enganosas do advogado, e o juiz considera cuidadosamente cada ponto, procurando proteger as pessoas mais simples de falsas acusações que porventura sejam feitas pelos mais astuciosos.

Regras simples como essas seriam bem difíceis de serem aplicadas em outras nações, em que se amontoam tantas leis emaranhadas e obscuras. Em Utopia, ao contrário, todo cidadão é um especialista em leis. Como acabo de dizer, as leis são poucas e a interpretação mais óbvia é sempre considerada a mais justa. As leis são promulgadas, dizem eles, com o simples propósito de indicar a cada cidadão as suas obrigações. Interpretações sutis dizem muito pouco, uma vez que a maioria tem muita dificuldade em compreendê-las, enquanto a percepção mais simples e evidente do sentido da lei é acessível a todos. Se as leis não forem claras, são inúteis, pois, para os homens mais simples – que é a grande maioria dos homens, e a quem se precisa dizer quais são realmente suas obrigações – é como se não houvesse lei alguma, uma

vez que as leis só podem ser interpretadas por mentes maliciosas depois de intermináveis disputas. De um modo geral, as pessoas comuns são incapazes de compreender esse emaranhado legal e jamais poderiam compreendê-lo, mesmo que dedicassem toda a sua vida a estudá-lo, uma vez que têm que trabalhar pelo seu sustento.

As relações exteriores

Há algum tempo atrás, os utopienses ajudaram vários de seus vizinhos a se livrarem da tirania e, desde então, esses povos, que aprenderam a admirar as virtudes de Utopia, passaram a pedir aos utopienses que lhes enviassem governantes. Alguns desses governantes servem durante um ano, outros durante cinco. Quando chegam ao término de sua função, retornam para casa com honras e reconhecimento, e outros são chamados para substituí-los. Esses povos parecem ter estabelecido uma excelente prática para garantir sua segurança e sua felicidade. Considerando-se que a ruína ou a prosperidade de uma comunidade depende basicamente do caráter de seus governantes, onde mais poderiam eles encontrar governantes mais prudentes do que entre os utopienses, que não podem ser tentados pelo dinheiro? O dinheiro é inútil para os utopienses quando regressam para casa – o que devem fazer com brevidade – e não alimentam sentimentos partidários ou facciosos uma vez que são estranhos nas cidades que governam. Onde quer que esses dois males lancem suas raízes na mente dos homens – a ganância e a parcialidade – destroem a justiça, que é o principal vínculo de união de qualquer sociedade. Os utopienses denominam *aliados* esses povos para quem envia governantes; outros, a quem apenas tenha dado alguma ajuda, chamam simplesmente de *amigos*.

Enquanto outras nações estão sempre assinando tratados para depois rompê-los somente para, em seguida, renová-los outra vez, os utopienses jamais firmam tratados. Se a natureza, perguntam eles, não vincula adequadamente o homem a outros homens, poderia um tratado fazê-lo? Essa percepção é confirmada pelo fato de que, naquela parte

do mundo, os tratados e alianças entre os reis geralmente não são observados com muita fidelidade.

Em verdade, na Europa e, principalmente, nas terras em que prevalece a fé cristã, os tratados são sagrados e invioláveis, em parte devido à virtude e à justiça dos príncipes e, em parte, também, devido ao temor respeitoso que inspira o Sumo Pontífice. Os papas não prometem nada que não cumpram conscienciosamente e, da mesma forma, obrigam os outros soberanos a manterem suas promessas, usando de todos os meios e, àqueles que tergiversam, empregam a censura pastoral e severas sanções. Os papas, corretamente, declaram que seria particularmente um motivo de desgraça aqueles que se autodenominam "fiéis" serem exatamente os que se mostram "infiéis" à palavra dada de modo solene. [52]

Mas nesse novo mundo, menos separado de nós pela geografia do que pelas diferenças de hábitos e de modo de vida, ninguém confia nos tratados. Os tratados, quanto maiores forem as formalidades e quanto mais solenes forem os juramentos, mais rapidamente serão violados. Os governantes sempre encontram alguma falha nos termos em que um tratado foi redigido, os quais geralmente foram propositadamente introduzidos por eles mesmos, podendo, portanto, sempre encontrar um bom pretexto. Nenhum tratado pode ser redigido de forma tão consistente e clara que um governante não consiga esquivar-se dele por meio de artimanhas quebrando, assim, o tratado e também sua própria palavra empenhada. Se esse tipo de artifício, logro e fraude fosse praticado por particulares, os políticos virtuosos e honestos levantariam protestos fervorosos contra eles, chamando-os de sacrílegos e dizendo que, por isso, merecem a forca. No entanto, esses mesmos políticos julgam-se muito espertos quando aconselham os reis a procederem da mesma forma. A conseqüência é que o homem

[52] Trata-se de uma referência irônica, na verdade sarcástica, à realidade política da Europa de seu tempo. A violação dos tratados era prática comum entre os reis de seu tempo, fossem eles ingleses, franceses, austríacos espanhóis, etc. – todos cristãos. Quanto ao papa Alexandre VI, Maquiavel escrevia; "... nunca fez e nunca sonhou fazer algo que não consistisse em enganar os homens ... Nunca houve um homem que jurasse tanto e com tantos protestos de fidelidade e, contudo, que tanto perjurasse" (*O Príncipe*, cap. 18).

comum é levado a pensar que a justiça é uma virtude humilde e plebéia, muito abaixo da majestade dos reis. Ou ainda, o homem comum conclui que existem dois tipos de justiça, uma para ele, mais baixa e que se arrasta pelo chão presa por correntes, e outra justiça feita para os príncipes, mais livre e cheia de dignidade, na qual se pode fazer tudo que se queira e não cumprir qualquer cláusula que não se queira.

Suponho que esse costume dos reis em não cumprir os tratados é que leva os utopienses a não os assinar. Com certeza, se vivessem na Europa é possível que mudassem de opinião. Apesar de tudo, julgam ser uma má idéia assinar tratados, mesmo que sejam fielmente cumpridos. A existência de um tratado implica que homens que estão separados por algum obstáculo natural, tão insignificante quanto uma colina ou um riacho, não estão ligados por nenhum laço da natureza; que esses homens nasceram rivais e inimigos e que estão certos em procurar destruir uns aos outros, a menos que sejam contidos por um tratado. Além disso, os utopienses acreditam que os tratados, na realidade, não promovem efetivamente a amizade uma vez que, em qualquer tratado, as duas partes reservam para si o direito de atacar o outro, a menos que tenha sido tomado um cuidado extremo ao se redigir o texto proscrevendo a pilhagem. Todavia, dizem que nenhum homem deveria ser considerado inimigo se jamais fez qualquer mal, que a união propiciada pela natureza é tão boa quanto um tratado e que os homens se unem mais firmemente pela boa vontade e pelo coração do que por pactos e por palavras.

Sobre a guerra

Os utopienses abominam a guerra e a consideram uma atividade adequada somente às bestas,[53] embora seja praticada mais pelo homem do que por qualquer outra criatura e, diferentemente do que ocorre

[53] Uma etimologia popular deriva "bellum" (guerra) de "belua" (besta). Essa interpretação, obviamente, não se sustenta. Aqui essa associação serve apenas para reforçar a idéia dos utopienses a respeito da guerra, que coincide com a dos humanistas.

com quase todos os povos, consideram que nada é tão inglório quanto as conquistas conseguidas nos campos de batalha. Apesar disso, em certos dias determinados, homens e mulheres empenham-se em vigorosos treinamentos militares de tal sorte que, em caso de necessidade, possam estar preparados.[54]

Os utopienses vão à guerra somente por boas razões. Entre essas razões estão a proteção de seu próprio país, a proteção de países amigos contra um exército invasor e a libertação de um povo oprimido pela tirania e pela servidão. Por sentimentos humanitários, não apenas protegem nações amigas contra ameaças correntes como também podem vingar ofensas passadas. Entretanto, eles só agem dessa forma se tiverem sido previamente consultados, se considerarem a guerra justa e se constatarem que a demanda por reparação foi feita em vão. Somente nessas circunstâncias consideram-se livres para declarar a guerra. Tal decisão extrema não é tomada somente no caso de pilhagem de nações amigas, mas também quando comerciantes de nações amigas tenham sido vítimas de extorsão, seja por leis injustas em si mesmas, seja por meio de interpretações maliciosas das leis.

Essa, e não outra, foi a causa da guerra que os utopienses empreenderam pouco antes de nossa época a favor dos nefelogetas, contra os alaopolitas.[55] Sob o pretexto de um direito, que no entender dos utopienses era improcedente, os alaopolitas inflingiram um dano a alguns comerciantes nefelogetas que entre eles residiam. Quaisquer que fossem os direitos e os danos envolvidos, a disputa degenerou numa guerra feroz, consumindo todos os recursos das nações vizinhas e inflamando o ódio mútuo. Algumas nações prósperas foram arruinadas, enquanto outras foram fortemente abaladas. Um problema levava a outro e, ao final, os alaopolitas viram-se derrotados e reduzidos à escravidão pelos nefelogetas (uma vez que os utopienses não estavam

[54] A idealização do cidadão-soldado era muito comum. Vide *O Príncipe* (cap. 13) e mais tarde outros pensadores como Vattel também retomaram essa temática.

[55] Palavras compostas de origem grega. *Nefelogetas* que dizer povo nascido nas nuves e *alaopolitas* significa povo sem país.

envolvidos eles próprios na defesa de seus interesses). Antes da guerra, os nefelogetas não se comparavam nem remotamente em poder aos seus oponentes.

Tal é a severidade com a qual os utopienses sustentam a causa dos seus amigos, mesmo quando se trata de uma simples questão de dinheiro; todavia, não agem com o mesmo rigor quando se trata de defender seus próprios interesses. Se acontecer de serem enganados de alguma forma, desde que não tenha havido nenhuma violência física, sua ira não vai além do corte das relações comerciais com essa nação até que ela pague a reparação devida. Isso não signfica que tenham menor apreço pelos seus próprios cidadãos do que pelos cidadãos das nações aliadas. A razão para isso é que, quando os mercadores de nações amigas são enganados, são suas propriedades que estão sendo perdidas, mas quando os utopienses têm alguma perda desse tipo, essa perda vem do estoque comum que deve ser abundante para suprir todas as necessidades do país pois, de outra forma, não estaria sendo exportada. Assim, nenhum cidadão, individualmente, precisa arcar com as perdas. Para uma perda tão pequena, que não afeta nem a vida e nem a subsistência de seu povo, seria uma grande crueldade buscar a vingança por meio da morte de muitos soldados. Por outro lado, se um de seus cidadãos vier a ser morto ou mutilado no estrangeiro, seja por um governo ou por um particular, primeiramente os utopienses enviam uma missão para avaliar as circunstâncias, em seguida solicitam a entrega dos culpados. Se a demanda não for atendida, não permitem que a questão seja postergada e declaram guerra imediatamente. Se os culpados forem entregues, sua punição será a morte ou a escravidão.

Os utopienses não ficam apenas incomodados, mas sentem-se até mesmo envergonhados com uma vitória sangrenta, considerando uma verdadeira loucura pagar tão caro o sucesso obtido, por mais que a causa tenha sido boa. Em contrapartida, quando vencem seus inimigos pela astúcia e pela habilidade, sentem-se exultantes e celebram o triunfo publicamente, construindo monumentos para um grande feito heróico. Entendem que agiram mostrando qualidades efetivamente humanas,

uma vez que conseguiram uma vitória de uma forma que nenhum outro animal seria capaz – uma vitória obtida com a força do entendimento. Ursos, leões, javalis, lobos, cães e outros animais lutam valendo-se apenas de sua força física, dizem eles. E a maioria deles nos é superior em força e ferocidade e, no entanto, os vencemos a todos, com a esperteza e a razão.

Quando vão à guerra, os utopienses não têm senão um objetivo: obter aquilo que teria sido suficiente para impedir a declaração de guerra. Se isso não for possível, procuram impor àqueles que os injuriaram um castigo tão amargo que os torne temerosos de repetirem a ofensa. Numa guerra, esses são os principais propósitos que os utopienses perseguem com determinação, não com o objetivo de obter fama e glória, mas como meio para evitar o perigo.

Assim que a guerra é declarada, mandam por meio de agentes secretos afixar no país inimigo, da noite para o dia e nos lugares mais aparentes, cartazes com o selo do Estado, em que oferecem enormes recompensas a quem matar o rei inimigo. Com a promessa de recompensas menores, mas ainda com valores consideráveis, põem a prêmio, nesses mesmos cartazes, as cabeças daqueles que, tendo posição logo abaixo do rei, consideram como responsáveis mais diretos pelas agressões contra eles. A recompensa é dobrada para o assassino que consegue entregar vivo um daqueles cuja cabeça foi posta a prêmio e estes, por sua vez, podem ganhar a mesma recompensa, e também a garantia de perdão, se se voltarem contra seus compatriotas. O resultado é que todos os inimigos dos utopienses acabam, bem depressa, por desconfiar de todos e de cada um em particular. Não havendo mais confiança uns nos outros, ficam expostos aos maiores perigos e entram em pânico. Sabem perfeitamente que muitos deles, incluindo o próprio príncipe, já foram traídos por aqueles em quem depositavam a maior confiança, pela força do suborno como meio de incitar o crime. Cientes desse comportamento, os utopienses são generosos em suas promessas de recompensa e, diante dos riscos que correm esses agentes, cuidam para que o pagamento compense o tamanho do perigo. Assim, eles não só

oferecem, mas enviam efetivamente grandes quantidades de ouro e asseguram largas porções de terras em locais seguros situados em território amigo.

Em toda parte, essa prática de comprar seus inimigos e de pôr suas cabeças em leilão é condenada como uma vilania cruel, típica de mentes degeneradas.[56]Os utopienses, no entanto, consideram-na uma boa prática – ao mesmo tempo sábia e piedosa. Em primeiro lugar, permite que se vençam guerras terríveis sem travar batalhas. Em segundo lugar, lhes permite, em troca da vida de uns poucos homens culpados, preservar a vida de muitos inocentes que teriam perecido nos campos de batalha, tanto do seu lado quanto do lado do inimigo. Apiedam-se da massa dos soldados inimigos quase tanto quanto dos seus próprios soldados, pois sabem que a gente comum não vai à guerra por sua própria iniciativa, mas que são levados a isso pela loucura de seus governantes.

Se o recurso ao assassinato fracassar, procuram lançar as sementes da discórdia nas hostes adversárias, incitando o irmão do rei inimigo, ou algum outro membro importante da nobreza, a conspirar pelo trono. No caso de a divisão interna não ocorrer, procuram incitar as nações vizinhas a se levantarem contra o inimigo, trazendo à lembrança velhas demandas territoriais que todo monarca possui em quantidade.[57]

Quando os utopienses prometem recursos aos aliados para ajudar numa guerra, enviam o dinheiro de maneira farta, entretanto comprometem seus cidadãos de forma muito parcimoniosa. Prezam tanto seus cidadãos que não aceitariam trocar um só deles por um rei inimigo.

[56] A tradição cavalheiresca da Idade Média não aceitaria jamais esses métodos. Os códigos de cavalaria expressos nas lendas normandas, como nos contos do Ciclo Arturiano dos séculos XII e XIII, tiveram seu auge no século XIV, no entanto, o desencanto com esses códigos era crescente, como retrata o famoso personagem de Cervantes. As guerras religiosas iniciadas depois da morte de Thomas More iriam disseminar amplamente todos esses métodos, inclusive a conspiração e o assassinato de príncipes.

[57] A afirmação parece contraditória com os argumentos de Rafael Hitlodeu contidos no Livro I, que condenam a ação de conselheiros de príncipes que recomendam aos governantes políticas semelhantes a essas.

Como o ouro e a prata, são usados somente para a guerra, os gastam sem hesitação, sabendo que, mesmo que esvaziassem o Tesouro, ainda assim, continuariam vivendo nas mesmas condições de bem-estar.

Além das riquezas que possuem na sua ilha, os utopienses têm um grande tesouro em outros países uma vez que, como já foi dito, muitas nações lhes devem dinheiro. Dessa forma podem contratar mercenários em toda parte, especialmente entre os zapoletas.[58] Esse povo, que habita a uma distância de 500 milhas a leste da ilha de Utopia, forma uma nação grosseira, selvagem e feroz. Seus habitantes não se sentem bem senão nas florestas e nas montanhas acidentadas onde foram criados. Raça forte, capaz de suportar o calor, o frio e o trabalho duro. O luxo e as amenidades lhes são estranhos e não se importam com o tipo de casa em que vivem ou com a roupa que usam. Não praticam a agricultura, mas criam gado e muitos vivem da caça e do roubo. Trata-se de um povo nascido para a guerra e estão sempre ansiosos por um combate. Os zapoletas deixam seu país em grande número e oferecem-se, a preço vil, a quem necessita de guerreiros. O único ofício que conhecem para ganhar o sustento é a arte de tirar vidas.

Lutam com a maior coragem e com uma lealdade incorruptível àqueles que pagam pelos seus serviços, todavia não se comprometem por períodos fixos de tempo. Se alguém, mesmo que seja o inimigo, lhes oferece amanhã um pagamento maior, eles mudarão de lado, mas estarão prontos para voltar no outro dia, atraídos por um pequeno aumento do soldo. É raro haver uma guerra sem que se encontre grande número de zapoletas combatendo nos dois lados. Ocorre com freqüência que homens, unidos pelo sangue e que tenham servido juntos em longas

[58] Significa em grego "vendedores atarefados" e lembram os suíços que forneciam os mercenários mais notáveis da Europa. Reinos e principados importantes da Europa, durante muito tempo, valeram-se dos serviços desses mercenários e a Guarda Suíça do Vaticano é um remanescente. Johannes Froben que publicou a terceira e a quarta edição de *Utopia*, era suíço e não incluiu essa glosa provavelmente por achá-la demasiadamente desabonadora. Emer de Vattel, que também era suíço, em seu tratado *O Direito das Gentes* (1758) faz inúmeras referências aos suíços mostrando-os como guerreiros modelares.

campanhas, se encontrem nos campos de batalha defendendo lados opostos e, esquecendo-se das normas de cortesia e de camaradagem, engalfinham-se furiosamente sem que haja nenhum outro motivo além do fato de terem sido contratados por reis adversários. Laços de sangue e de amizade, tudo é esquecido. Eles têm tal paixão pelo dinheiro que um centavo acrescentado ao seu soldo diário é suficiente para fazê-los mudar de lado. Adquiriram o hábito da avareza, mas não do lucro, uma vez que aquilo que ganham com o sangue, rapidamente esbanjam com a libertinagem mais sórdida.

Uma vez que os utopienses pagam melhor do qualquer outro povo, os zapoletas estão sempre prontos para servi-los contra qualquer inimigo e os utopienses, do mesmo modo que procuram sempre os melhores homens para as posições mais dignas, também não hesitam em contratar os piores homens para as funções mais abjetas. Quando a situação requer, confiam aos zapoletas as posições de maior perigo em troca de elevadas recompensas. A maioria deles não volta para cobrar a recompensa que lhe é devida mas, fielmente, os utopienses pagam aqueles que sobrevivem para encorajá-los a tentar novamente. Os utopienses não se incomodam com o fato de um grande número desses mercenários serem mortos. Consideram que estariam prestando um serviço à humanidade se a livrassem dessa raça repugnante e viciosa.[59]

Além dos zapoletas, empregam como auxiliares os soldados dos povos em favor dos quais pegaram em armas, bem como batalhões fornecidos por seus outros aliados. Por último, juntam seus próprios cidadãos, entre os quais escolhem um homem de experimentada valentia, que colocam no comando de todo o exército. Adicionalmente, escolhem dois substitutos para o comandante, os quais permanecem

[59] Relatos de horrores perpetrados por mercenários eram comuns nos tempos de More. Em *A Educação de Um Príncipe Cristão*, Erasmo de Roterdã manifesta opinião muito semelhante à de More, dizendo que não haveria em parte alguma categoria de homem mais abjeta e abominável do que a dos mercenários. De qualquer forma, permanece o problema de conciliar essa visão terrível sobre os zapoletas com a preocupação com a benevolência e a compaixão que More identifica como valores centrais da condição humana.

sem função enquanto o general estiver vivo. No caso de o general vir a ser preso ou morto, o primeiro desses substitutos ocupa seu lugar e, em caso de novo infortúnio, o comando passa ao segundo. Assim, como na guerra é necessário estar preparado para qualquer acontecimento imprevisto, o exército não se desorganiza no caso da perda do seu comandante.[60]

Somente os voluntários são enviados para combater no estrangeiro e são homens recrutados nas cidades. Ninguém é forçado a combater no estrangeiro contra a sua vontade, pois acreditam que um homem naturalmente medroso não irá lutar com denodo e poderá até mesmo espalhar o pânico entre seus companheiros. Entretanto, em caso de invasão, todos são convocados (desde que sejam fisicamente aptos) e os medrosos são colocados nos navios entre homens corajosos, ou distribuídos ao longo das fortificações de onde não é possível fugir. Assim, o amor próprio na presença dos companheiros, o desespero diante da presença iminente do inimigo e a impossibilidade da fuga freqüentemente se combinam para os fazer superar o medo, tornando-os corajosos por necessidade.

Do mesmo modo que nenhum homem é obrigado a fazer guerra fora de suas fronteiras, contra a sua vontade, as mulheres podem, se o desejarem, juntar-se aos maridos no serviço militar. Na verdade, são encorajadas e, ao fazê-lo, são admiradas. São postas ao lado dos maridos nas frentes de batalha cercados pelos filhos e parentes, a fim de que aqueles que a própria natureza já predispõe a apoiar-se mutuamente possam estar próximos uns dos outros. Constitui motivo de grande desonra para qualquer um voltar para casa sem o cônjuge, ou para um filho, voltar sem os pais. Assim, se o inimigo sustentar com firmeza sua posição, o combate corpo-a-corpo tenderá a ser longo e amargo, terminando somente com a morte de todos.

Como pude observar, os utopienses procuram, por todos os meios, evitar envolver-se pessoalmente nos combates e, assim, terminar a

[60] Trata-se de uma prática espartana, descrita por Tucídides (*História da Guerra do Peloponeso*, IV, 38).

guerra usando apenas os mercenários; mas quando são forçados a tomar parte na batalha, revelam-se tão corajosos quanto foram prudentes enquanto puderam evitar o combate. Nos primeiros embates, não são impetuosos mas, gradualmente, à medida que a batalha se desenrola, sua determinação cresce, aumentando a firmeza de sua resistência a ponto de preferirem morrer a recuar. Como sabem que não precisam se preocupar com o sustento dos seus e com o futuro de sua família – duas preocupações que geralmente fazem fraquejar os espíritos mais indomáveis – sua determinação se torna inquebrantável. O perfeito conhecimento que possuem da arte da guerra lhes dá uma confiança adicional e a formação patriótica que tiveram desde a infância, tanto por meio da instrução, quanto do exemplo, reforça sua coragem. Não consideram a vida como algo de valor tão pequeno que possa ser jogada fora levianamente, mas também não acreditam que devam agarrar-se a ela tão avidamente ao custo da vergonha; quando o dever o exige, entregam-na.

No auge da batalha, um grupo de jovens, entre os mais corajosos, tendo feito um juramento especial, dedica-se à caça do general do exército inimigo. O grupo ataca o general abertamente, tenta atraí-lo para uma emboscada e procura atingi-lo de todas as formas. Novos contingentes substituem continuamente as tropas exaustas, mantendo sempre o vigor do ataque. No final, raramente esse grupo deixa de matar ou capturar o general, a menos que este consiga fugir.

Quando os utopienses vencem uma batalha, jamais ela termina com um massacre. Preferem fazer prisioneiros ao invés de matá-los e jamais perseguem os fugitivos sem conservar seu exército em formação, pronto para reiniciar os combates sob suas cores. São tão cuidadosos nesse aspecto que, se obtiverem a vitória com sua última reserva de força (supondo que o restante do exército tenha sido batido), preferem deixar que o inimigo fuja a persegui-lo com suas tropas em desordem. Eles se recordam do que lhes aconteceu mais de uma vez: quando o inimigo, ao por em debandada a força principal dos utopienses, supunha que já havia conquistado a vitória e punha-se a persegui-los desordenadamente, no

entanto, os poucos utopienses mantidos na reserva, aguardando o momento mais oportuno, atacaram inesperadamente as forças inimigas dispersas, no exato momento em que estas se julgavam mais seguras e, portanto, com a guarda abaixada. Dessa forma, mudaram a sorte da batalha, tirando uma vitória certa das mãos do inimigo e transformando o vencedor em vencido.

Seria difícil dizer se os utopienses são mais hábeis em montar emboscadas ou mais astuciosos em evitar aquelas preparadas para eles. Por vezes, parecem que estão prontos para ceder e empreender uma fuga quando, na verdade, é a última coisa que estão pensando fazer; e quando estão realmente preparados para a retirada, não é possível perceber. Se forem muito poucos para atacar ou se o terreno for impróprio, mudam sua posição silenciosamente, à noite, e afastam-se do inimigo por meio de algum estratagema. Se forem obrigados a se retirar durante o dia, fazem-no gradualmente e mantendo uma tal ordem que são tão perigosos quanto se estivessem avançando. Fortificam cuidadosamente seus acampamentos, construindo ao seu redor um fosso largo e profundo, colocando a terra do lado de dentro, formando um muro. O trabalho não é feito por operários, mas pelos próprios soldados, com suas próprias mãos. Todo o exército se engaja nesse trabalho, exceto os sentinelas que permanecem de guarda em torno do acampamento para evitar um ataque de surpresa. Com tantas mãos, conseguem construir fortificações, guardando grandes áreas com incrível rapidez.

Usam armaduras resistentes, capazes de protegê-los dos golpes do inimigo sem prejudicar seus movimentos. Na verdade, não os atrapalha nem para nadar e, na verdade, parte de seu treinamento militar consiste em nadar usando armaduras. Para combater à distância, usam flechas que atiram com vigor e de forma certeira, tanto do solo quanto cavalgando. Na luta corpo-a-corpo não usam espadas mas sim machados de guerra cujo corte afiado e maior peso fazem deles uma arma mortal, seja cortando ou golpeando. Os utopienses são muito engenhosos na invenção de máquinas de guerra, mas as mantém em grande segredo uma vez que, se conhecidas antes de serem empregadas, o inimigo

poderia eliminar sua eficácia, tornando-as ridículas. A principal preocupação ao conceber essas armas é fazer com que sejam fáceis de transportar e efetivas em sua pontaria.[61]

Quando os utopienses fazem uma trégua com um inimigo, respeitam-na religiosamente, mesmo diante de provocações. Não devastam as terras dos países conquistados e não queimam as colheitas; ao contrário, procuram impedir, tanto quanto possível, que sejam pisoteadas pelos pés dos homens e dos cavalos, considerando que, mais tarde, elas lhes poderão ser muito úteis. Os utopienses jamais maltratam um homem desarmado, salvo se for um espião. Protegem as cidades que se rendem e não saqueiam nem mesmo as que foram tomadas em assalto, mas matam os que se opuseram à rendição, levam como escravos os outros defensores dessas cidades e não atacam os civis que não tomaram parte na guerra. Ao tomarem conhecimento de habitantes que teriam aconselhado a capitulação, eles lhes concedem uma parte dos bens confiscados dos condenados. O restante do butim é oferecido às tropas auxiliares, não guardando nada para si próprios.

Uma vez terminada a guerra, os utopienses cobram aos vencidos o custo da guerra e não ao povo aliado, para o qual guerrearam. Cobram o pagamento de indenizações não apenas na forma de dinheiro, que deixam de reserva para o caso de futuras guerras, mas também na forma de terras e outras propriedades que podem lhes proporcionar generosos rendimentos para sempre. No momento, possuem propriedades desse tipo em muitos países cujo rendimento, ao longo dos anos, tem aumentado, pouco a pouco, de diversas maneiras, atingindo mais de setecentos

[61] Os instrumentos de guerra e as técnicas de combate mencionados em *Utopia* se afiguram uma colcha de retalhos do conhecimento corrente sobre a matéria. O conhecimento de More sobre as batalhas da antigüidade se misturam com a história mais recente das batalhas travadas pela Inglaterra e, com certeza, também incluía reflexões sobre a grande novidade da época: a fabricação e o uso de canhões. Em relação aos canhões, até mesmo Napoleão, 300 anos depois, apesar de empregá-los com maestria, provavelmente ainda pensava em como torná-los mais fáceis de transportar e de manejar especialmente em terreno lamacento. Quanto às armaduras, Frederico Barba Ruiva, na terceira Cruzada, morrera afogado ao cair do cavalo no meio de um rio usando uma pesada armadura e os franceses em Agincourt (1415) também foram vítimas de suas pesadas armaduras.

mil ducados por ano.[62]Para administrar essas propriedades, enviam alguns de seus cidadãos chamados de Administradores Financeiros[63] que, embora vivam aí magnificamente, como grandes senhores,[64] considerável parte das rendas dessas terras é ainda destinada ao Tesouro, salvo quando os utopienses decidem emprestá-la ao país em que se encontram essas propriedades, o que fazem com muita freqüência, enquanto eles próprios não têm necessidade desse dinheiro e, mesmo nesse caso, é raro reclamarem o pagamento total da soma devida. Os utopienses, como já foi dito, destinam uma parte dessas propriedades àqueles que correram grandes riscos ao apoiá-los.

No caso de um príncipe estar se preparando para invadir Utopia com seu exército, imediatamente reúnem todas as suas forças para interceptá-lo fora de suas fronteiras. Evitam a todo custo fazer a guerra dentro de seu próprio território e nada pode levá-los a admitir a entrada de tropas estrangeiras auxiliares em sua ilha.

As religiões dos utopienses

Há diversas religiões em Utopia, mesmo em cada cidade há diversas religiões. Uns adoram o sol como um deus; outros, a lua; e ainda outros, algum planeta. Alguns veneram um homem outrora ilustre por sua virtude e glória, considerando-o não somente como um deus,

[62] More deve estar se referindo a ducados venezianos que, à época, era a moeda de troca internacional por excelência. Tem pouca importância procurar encontrar algum tipo de equivalência com valores atuais. O mundo do século XVI era completamente diferente, incluindo-se os bens que se poderia adquirir com libras, ducados e coroas. O que é importante é que, sem dúvida, o que More está dizendo é que essas propriedades no estrangeiro rendiam para a ilha de Utopia uma enorme soma em dinheiro.

[63] No original em latim More usa a expressão "quaestor", que designava o oficial romano que cuidava da administração do tesouro. A tradução inglesa da Norton & Norton Co. usa "Financial Factor".

[64] Constitui motivo de reflexão saber como essa magnificência se combina com a sobriedade espartana de Utopia que ridiculariza o embaixador estrangeiro que usa roupas luxuosas. Além disso, como esse administrador utopiense enviado ao estrangeiro reage quando tem de deixar essa vida de grande senhor para retornar para sua vida sóbria e anônima em Utopia?

mas como seu deus supremo. Mas a maior parte dos utopienses – de longe, a parte mais sábia – rejeita as crenças desse tipo e acredita num poder único, desconhecido, eterno, infinito e inexplicável, que escapa à compreensão humana e se difunde por todo o universo, não de forma física, mas por sua influência. A esse deus, chamam de pai e somente a ele atribuem a origem, o crescimento, o progresso, a mudança e o fim de todas as coisas, e a nenhuma outra divindade dedicam veneração.[65]

Na verdade, as demais seitas, embora diferindo desse grupo principal em muitos aspectos da doutrina, juntam-se a ele na crença de que existe um ser supremo, criador e senhor do universo, a quem chamam em sua língua nativa de Mitra.[66]Cada grupo define essa divindade superior de modo diferente e cada um supõe que a sua fé constitui o recipiente que verdadeiramente contém essa divindade que todos concordam em venerar. Gradualmente, no entanto, todos estão deixando de lado essa mistura de superstições para se unirem em torno de uma religião que parece mais razoável do que as demais. Sem dúvida, outras crenças teriam desaparecido há muito tempo se não fossem os infelizes acidentes que se abateram sobre os utopienses que pensavam em mudar de crença religiosa. Esses acidentes não eram interpretados como ocorrências furtuitas, mas sim imediatamente interpretados como um sinal da ira dos céus, como se os deuses que estavam sendo abandonados estivessem se vingando de um insulto.

Entretanto, quando lhes mencionamos o nome de Cristo e lhes explicamos sua doutrina, sua vida, seus milagres e a não menos admirável fé de seus mártires, cujo sangue, voluntariamente derramado, havia atraído

[65] A notícia sobre povos que adoravam o sol e outras manifestações da natureza vinha não apenas da antigüidade, particularmente dos persas, que More faz referência como sendo a principal matriz cultural de Utopia, mas também das narrativas dos descobrimentos de viajantes como Américo Vespúcio. A adoração de ancestrais ilustres pode ser entendida como um tributo ao pensamento humanista que valoriza o homem e o seu papel no mundo enquanto, obviamente, a crença no deus único é uma clara referência à vertente religiosa dentro da qual o cristianismo nasceu e floresceu.

[66] Mitra ou Mazda era um deus persa, que representava o "espírito das luzes", a suprema força do bem no universo. Provavelmente muito do conhecimento sobre a Pérsia e seus costumes More extraiu de suas leituras de Pico della Mirandola.

para a fé cristã tantas nações das mais longínquas regiões, os utopienses ficaram indescritivelmente impressionados. Seja pelos mistérios da inspiração divina, seja pela semelhança do cristianismo com a religião que predominava entre eles, revelaram-se predispostos a abraçar prontamente o cristianismo. Todavia, inclino-me a acreditar que eles eram também influenciados pelo fato de que Cristo havia encorajado seus discípulos a praticar a comunhão de bens e que entre os grupos cristãos mais verdadeiros essa prática ainda persiste.[67] Qualquer que fosse a razão, um número considerável deles decidiu juntar-se à comunidade cristã e receberam a água benta do batismo.

Nessa época, dois integrantes de nosso grupo haviam morrido, restando quatro sobreviventes, entre os quais, infelizmente, nenhum padre. Dessa forma, embora tenham sido instruídos em outras matérias, não podiam receber os sacramentos que, em nossa religião, só podem ser ministrados por sacerdotes.[68] Compreendem, no entanto, o significado desses sacramentos e os desejam ardentemente. De fato, discutem acaloradamente se alguém, escolhido entre eles, poderia legitimamente desempenhar as funções de um sacerdote, sem ser formalmente investido pelo Papa. Quando os deixei, embora estivessem em vias de escolher essa pessoa, ainda não o haviam feito.

Os utopienses que não adotaram a religião cristã, não procuram dissuadir ninguém a não a adotar, também não criticam qualquer pessoa por fazê-lo. Enquanto eu estive lá, houve apenas um caso de alguém que teve problemas com a lei. Logo após ter sido batizado, passou a pregar a fé cristã com mais zelo do que discreção. Nós o alertamos para não o fazer, mas ele, em sua exaltação, dizia que não apenas preferia a nossa religião, mas também que condenava todas as demais religiões

[67] A comunhão de bens praticada pelos discípulos é descrita nos *Atos* (2.44-45 e 4.32-35). Muitas das ordens monásticas adotam a prática da abolição da propriedade privada para seus membros. A palavra em latim empregada por More para designar "grupo cristão" é "conventus".

[68] A Igreja Católica admite que, em caso de necessidade, o batismo seja ministrado por um leigo. Os outros seis sacramentos exigem um sacerdote devidamente ordenado.

como profanas em si mesmas e que levavam seus sacrílegos seguidores a merecerem as chamas do inferno. Depois de agir por um bom tempo dessa maneira, foi preso. Eles o acusaram e o julgaram não por ter desprezado sua religião, mas por provocar desordem pública. Foi considerado culpado e condenado ao exílio. Uma das mais antigas instituições de Utopia é aquela que diz que ninguém pode ser agredido em razão de sua religião.

Antes de chegar à ilha, o rei Utopos tinha conhecimento de que seus habitantes lutavam continuamene entre si por questões religiosas. De fato, concluiu que seria fácil conquistar a ilha porque as diferentes seitas estavam demasiadamente ocupadas, lutando umas contra outras, para se oporem às suas forças. Portanto, tão logo conquistou a vitória, decretou que cada um era livre para professar a religião de sua própria escolha, podendo fazer proselitismo por sua fé, desde que fosse de forma racional, discreta e moderada, sem agredir outras crenças. Se a persuasão falhar, a ninguém seria permitido recorrer ao abuso e à violência sob pena de ser condenado ao exílio ou à escravidão.

Com essas medidas, Utopus não visava somente a manter a paz, que via ameaçada pelas constantes disputas e pelo ódio implacável, mas também pelo bem da própria religião. Em questões de religião, Utopos não era dogmático, pois suspeitava que Deus talvez gostasse de que houvesse diferentes formas de manifestar a fé e, por isso, deliberadamente, teria inspirado os vários povos a desenvolverem diferentes visões religiosas. Por outro lado, estava bastante convencido de que era uma loucura arrogante querer impor sua fé religiosa por meio do medo e da violência. Acreditava que se uma religião for, de fato, verdadeira e as demais forem falsas, ela irá prevalecer em decorrência de sua própria força, bastando que seja considerada com sobriedade e moderação. No entanto, se essa questão for deixada para ser decidida pela força e pela violência, uma vez que os piores homens são os mais teimosos e obstinados, a melhor e a mais santa das religiões será suplantada por superstições cegas, da mesma forma que, no campo, as ervas daninhas podem sufocar o trigo.

Assim, Utopus deixou essa questão em aberto, permitindo que cada um escolhesse aquilo em que acreditar. Não obstante, como única exceção, estabeleceu uma lei proibindo que qualquer homem descesse tão baixo em sua dignidade a ponto de admitir que a alma morre com o corpo e que o universo se move ao acaso e não pelas mãos da divina providência.[69]

Os utopienses crêem, portanto, que depois desta vida, os vícios serão punidos e a virtude, recompensada. Aqueles que negam essa proposição deveriam ser considerados abaixo da condição humana, uma vez que estão degradando a sublimidade de sua própria alma e se reduzindo à condição do animal que possui apenas seu corpo material perecível. Esses indivíduos nem deveriam ser considerados como cidadãos, uma vez que, certamente iriam trair e desrespeitar as leis e os costumes da sociedade se não fossem contidos pelo medo. Quem irá duvidar de que um homem, que nada teme além da lei e que não tem nenhuma esperança numa vida depois da morte, fará de tudo para infringir as leis de seu país por meio da astúcia ou da violência para satisfazer sua avidez por vantagens pessoais?[70] Assim, a alguém que compartilha uma tal visão não se concede honrarias e nem se confiam funções e responsabilidades públicas, sendo visto por todos como um ser sórdido e de natureza baixa. Ainda assim, não o punem por isso, pois estão convencidos de que ninguém escolhe sua fé apenas por um mero ato de vontade.[71] Não o compelem a renegar sua visão por meio de ameaças, pois nessa matéria não toleram a dissimulação e a mentira, que acreditam serem vícios muito próximos da fraude

[69] Como a maioria dos cristãos de seu tempo, Thomas More transfere para Utopia essa visão dogmática acerca da imortalidade da alma e de um universo articulado pela Providência.

[70] Como se vê, a fé na imortalidade da alma está na base da moralidade que ajuda a sustentar a ordem social.

[71] Os séculos XVI e XVII foram marcados por sangrentas guerras religiosas entre os próprios cristãos. A intolerância sustentada pela fé justificava não apenas os combates entre forças organizadas mas também as traições, os assassinatos e as perseguições marcadas pela crueldade. O próprio More teve participação em ações pela fé, na caça a protestantes considerados heréticos, muito embora em seu tempo as lutas religiosas estivessem apenas no seu início.

deliberada. Não lhe é permitido discutir suas opiniões com a gente comum, mas, diante de padres e outras personalidades destacadas, não apenas tem permissão mas é até mesmo estimulado a discutir suas idéias, pois os utopienses acreditam que, dessa forma, ao final, sua loucura irá dar lugar à razão.

Há outros, na verdade muito numerosos, que se equivocam na direção oposta ao acreditarem que os animais também possuem uma alma imortal, muito embora não possam ser comparados aos seres humanos em nobreza e nem destinados à mesma felicidade.[72] Aqueles que compartilham desse tipo de crença não são considerados malignos e suas opiniões não são consideradas totalmente infundadas e, dessa forma, não são importunados.

Quase todos os utopienses estão absolutamente convencidos da infinita bem-aventurança que os aguarda depois da morte. Por essa razão lamentam a doença, mas choram a morte apenas quando alguém deixa esta vida no desespero e contra sua vontade. Quando um homem morre nessas circunstâncias, toma-se o fato como um péssimo presságio de que sua alma angustia-se com os sentimentos de culpa e aterroriza-se com o castigo iminente. Acreditam também que Deus não deve ficar muito satisfeito com a chegada de alguém que, ao ser chamado, não se apresenta com alegria mas é arrastado contra sua vontade. A morte nessas circunstâncias é vista por todos com horror e o corpo do defunto é levado, num melancólico silêncio, ao cemitério. Ali, depois de pedir a Deus que seja misericordioso com sua alma perdoando suas fraquezas, entregam-no à terra. Mas quando alguém morre cheio de júbilo e esperança, não há choro, e seu corpo é levado alegremente e, cantando, encomendam a alma do morto a Deus. Seu corpo é cremado com um sentimento muito mais de respeito do que de pesar, e sobre uma lápide inscrevem

[72] Várias visões religiosas acreditam na transmigração da alma, que cada existência reflete um certo estágio evolutivo (ou involutivo) da alma. Segundo essas crenças, após a morte, a alma de um homem poderá passar a habitar o corpo de um animal ou mesmo uma planta, dependendo de como transcorreu sua existência. Pitágoras foi um pensador que compartilhava dessa ordem de crença.

dever para com a natureza e o seu dever para com o país exige que dêem filhos à pátria. Não se recusam nenhum prazer, contanto que não perturbe o trabalho. Comem carne animal com satisfação justamente porque acham que esse alimento os torna mais fortes para realizar trabalho pesado.

Os utopienses consideram a seita do segundo tipo mais razoável, mas a do primeiro tipo como mais santa. Acham que é um simples absurdo alguém, motivado apenas pela razão, escolher o celibato em vez do casamento, o trabalho duro ao invés da vida confortável, mas, uma vez que essas pessoas o fazem por motivos religiosos, os utopienses os respeitam e veneram. Não há nenhuma outra matéria sobre a qual eles são mais cuidadosos para tirar conclusões do que a religião. Esses homens são chamados de "butrescas", um termo originário do grego que poderia ser traduzido por "homens especialmente religiosos".

Seus sacerdotes são homens de grande santidade e, conseqüentemente, muito poucos. Em cada cidade não há mais do que treze, um para cada igreja.[75] Em caso de guerra, sete deles acompanham o exército e outros sete são nomeados seus substitutos temporários. Quando os titulares retornam, cada qual reassume seus deveres habituais, isto é, servem como assistentes do bispo, até que um dos treze sacerdotes venha a falecer, quando então um deles assume seu lugar. O bispo é, certamente, a autoridade que se sobrepõe a todas as demais. Os sacerdotes são eleitos, assim como todos os outros oficiais, pelo voto secreto a fim de se evitar a parcialidade. Após a eleição, são ordenados pelo colégio dos bispos.

As principais funções dos sacerdotes são: presidir as cerimônias do culto, ordenar a liturgia e servirem como censores da moralidade pública. Considera-se motivo de grande vergonha para alguém ser convocado a comparecer diante deles e ser censurado por não levar uma vida honrada. Mas como a tarefa dos sacerdotes é apenas de aconselhar e

[75] Trata-se, novamente, de outro dado aparentemente incompatível com as dimensões das cidades, descritas no início do Livro II.

alertar, a correção e a punição ficam a cargo do príncipe e dos magistrados. Os sacerdotes, no entanto, podem excluir – e realmente excluem – das cerimônias de culto os indivíduos considerados excepcionalmente maus. Dificilmente outra punição poderia ser mais temida do que essa. Ser excomungado constitui uma grande desgraça e significa ser torturado pelo medo da danação. Nem mesmo seu corpo está em segurança por muito tempo pois, a menos que consiga convencer os sacerdotes de seu arrependimento, ele será preso e punido pelo senado como ímpio.

Os sacerdotes são também responsáveis pela educação das crianças e dos jovens.[76] O aprendizado de boas maneiras e de moral é considerado como tão importante quanto o conhecimento. Desde o início, procuram inculcar na mente das crianças, cuja alma é ainda tenra e dócil, princípios que serão úteis à preservação da comunidade. Aquilo que é plantado na mente das crianças continuará vivo na mente dos adultos e torna-se de grande valor para o fortalecimento da comunidade: o declínio das sociedades pode sempre ser traçado a partir dos vícios que emergem de atitudes erradas.

As mulheres não são impedidas de se tornarem sacerdotisas, mas é um fato raro e somente as viúvas em idade avançada são escolhidas.[77] Excetuando as próprias sacerdotisas, as esposas dos sacerdotes são as mulheres mais importantes da comunidade.

Em Utopia, não há posição mais honrosa do que a função sacerdotal. No caso de um sacerdote cometer um crime, não será trazido diante de corte alguma; seu julgamento é deixado a Deus e à sua própria consciência. Os utopienses acreditam que, ainda que culpado, a mão do homem não tem o direito de tocar aquele que se consagrou a Deus,

[76] Resta saber como essa atribuição poderia ser desempenhada por treze sacerdotes, sobretudo quando são somadas às demais atribuições mencionadas anteriormente em cidades com uma população de cerca de 60 a 100 mil habitantes adultos (Livro II).

[77] Entre os primeiros cristãos, as mulheres freqüemente serviam como "diáconas", uma função eclesiástica ambígua que nunca ficou claramente definida. Entre os ortodoxos, a esposa do sacerdote é chamada de "presbítera" e se encarrega de muitas funções da Igreja.

como uma oferenda sagrada, por assim dizer. Esse é um costume muito fácil de ser observado por eles, considerando-se que os sacerdotes são muito poucos e escolhidos muito cuidadosamente. Além disso, é muito raro acontecer que um homem escolhido por sua bondade e elevado a tão alta dignidade por sua força moral venha a sucumbir na corrupção e no vício. Todavia, se isso ocorrer, sendo a natureza humana vulnerável como é, não há o receio de que possa trazer grandes danos, uma vez que os sacerdotes são tão poucos e não têm poder algum além daqueles derivados de sua boa reputação. De fato, a razão para haver tão poucos sacerdotes é evitar que a sua categoria, que os utopienses prezam tanto, venha a ser aviltada pelo número. Além disso, crêem que seria muito difícil encontrar uma grande quantidade de homens com os atributos que os pudessem elevar a uma condição de dignidade para a qual as simples virtudes correntes não são suficientes.

Os sacerdotes utopienses não são menos estimados no estrangeiro do que no seu país e isso pode ser visto no fato a seguir. Sempre que seus exércitos se encontram em combate, os sacerdotes permanecem um pouco afastados, mas não longe das frentes de batalha, ajoelhados e vestidos com os ornamentos sacerdotais. Com as mãos levantadas ao céu imploram, em primeiro lugar, pela paz e, depois, pela vitória do seu país, mas por uma vitória que não seja sangrenta para nenhum dos dois lados. Se os utopienses vencem, os sacerdotes correm para a linha de frente e, misturados aos combatentes, procuram conter o furor de seus próprios soldados contra os inimigos. Aqueles que, ao vê-los se aproximarem, os chamam, e têm a vida salva. Aquele que consegue tocar suas estolas pendentes preserva seus bens dos estragos que poderiam sofrer com a guerra. Esse costume trouxe-lhes uma tal veneração junto a todos os povos e lhes deu uma autoridade tão genuína que já salvou os utopienses da fúria do inimigo tantas vezes quantas salvou inimigos das mãos dos utopienses. Exemplos desses fatos são muito conhecidos. Às vezes, quando as linhas utopienses se viam engalfinhadas na batalha, o campo já perdido e o inimigo lançando-se sobre elas para matar e pilhar, os sacerdotes se interpunham, separando os exércitos e obtendo uma paz

justa para ambos. Jamais se viu uma tribo tão feroz, cruel e bárbara, que não respeitasse suas pessoas como sagradas e invioláveis.

Os utopienses celebram como dias santos o primeiro e o último dia do mês e do ano. Dividem o ano em meses, medidos pela órbita da lua, e, da mesma forma, medem o ano pela trajetória do sol. Na sua língua, os dias primeiro são chamados de Cinemernes e os dias último de Trapemernes,[78] que significam "Primeiras Festa" e "Últimas Festa", respectivamente. Em Utopia, os templos são belas construções, decoradas com requinte e suficientemente grandes para abrigar um grande número de pessoas, uma vez que são muito poucos. Seu interior é um tanto escuro, não por ignorância em matéria de arquitetura, mas por um plano deliberado. Os sacerdotes acreditam que, sob a claridade de uma luz forte, a atenção dos fiéis torna-se dispersa, ao passo que uma luminosidade mais suave faz com que a atenção se concentre e a devoção seja estimulada.

Como já foi dito, há várias religiões em Utopia e todas elas, mesmo as mais diferentes, concordam num ponto principal: a fé numa natureza divina. São como viajantes que se dirigem para um mesmo destino por estradas diferentes. Dessa forma, nada é visto ou ouvido nos templos que não seja aplicável a todos os credos. Se uma seita tiver algum ritual específico, esse ritual é praticado em casa, privadamente. As cerimônias públicas são conduzidas de forma a não derrogar os cultos privados. Assim, nos templos não se vêem imagens representando deuses e cada um pode, livremente, construir sua própria imagem de Deus, dando-lhe a forma que desejar. Não há nenhum nome em especial para designar Deus, além da palavra Mitra, comum a todos. Qualquer que seja a natureza da majestade divina, todos concordam em referir-se a ela

[78] "Trapemernes" em grego significa "dia-da-virada" e "Cinemernes", literalmente, quer dizer "dia-do-cão". A edição de Utopia da Cambridge University Press, de 1995, transcreve uma nota extraída da edição comentada por J. H. Lupton que explica que, na Grécia antiga, "dia-do-cão" designava a noite que separava o mês passado do mês seguinte, quando se oferecia comida nas encruzilhadas, e o ladrar dos cães era tomado como sinal da aproximação de Hécate (divindade das trevas e do mundo subterrâneo).

com essa simples palavra e, da mesma forma, as preces são construídas de forma a acomodar as crenças de todas as diferentes seitas.

Na noite do feriado de um "Última Festa", os utopienses se dirigem ao templo e, ainda em jejum, agradecem a Deus pela prosperidade durante o mês ou o ano que está se encerrando. No dia seguinte, em que se comemora o "Primeira Festa", todos se dirigem novamente ao templo pela manhã a fim de orar pela prosperidade e felicidade ao longo do mês ou do ano que está começando. No dia em que se celebra um "Última Festa", em suas casas antes de seguirem para o templo, as esposas se ajoelham diante de seus maridos e os filhos diante de seus pais, para confessar suas faltas e negligências e pedir perdão por suas ofensas.[79] Assim, qualquer sombra de dúvida ou ressentimento, que eventualmente paire sobre o ambiente da família, é desfeita e todos comparecem aos serviços religiosos com a consciência limpa e tranqüila, pois consideram uma blasfêmia participar do culto religioso com a consciência angustiada pela culpa.[80] Se a consciência de alguém estiver carregada de ódio e de rancor em relação a outro, não ousa tomar parte no serviço religioso antes de ter buscado a reconciliação e assim aliviar seu coração receando uma punição divina rápida e implacável.

Ao entrar no templo, os homens se dirigem para o lado direito e as mulheres para a esquerda.[81] Tomam seus lugares de modo a que os filhos fiquem sentados em frente dos chefes de família, enquanto a mãe de família posta-se em frente das filhas e das mulheres de sua casa. Graças a essa precaução, o comportamento em público de todos pode ser observado pelas mesmas pessoas que têm a autoridade e a

[79] É curioso que More tenha omitido onde e a quem o homem deveria confessar seus pecados. Certamente que naquela época o papel e a posição tanto do homem quanto da mulher na sociedade eram completamente diferentes de nossos dias, no entanto, não é possível que More considerasse que o homem não precisasse buscar alívio para sua consciência culpada em alguma instância.

[80] "Se, pois, ao trazeres ao altar a tua oferta diante do altar e ali te lembrares de que o teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa perante o altar a tua oferta, vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão; e então, voltando, faze a tua oferta". (Mateus, 5, 23-24)

[81] Essa separação entre homens e mulheres era comum nos primeiros séculos da era cristã.

responsabilidade de dirigir seu comportamento em casa. Cuidam, atentamente, para que os mais jovens estejam sempre em companhia dos mais velhos, uma vez que se as crianças fossem deixadas em companhia de outras crianças, iriam desperdiçar com brincadeiras infantis tolas esse tempo que deveriam empregar no desenvolvimento de sua fé, que é o mais forte, senão o único, estímulo para a virtude.

Os ritos sagrados não comportam a imolação de animais, pois não acreditam que um Deus misericordioso, que deu vida a todas as criaturas, iria se alegrar com o derramamento de sangue. Queimam incenso, espargem perfumes e acendem grande quantidade de velas – não quer isso dizer que acreditem que tais práticas possam orientar a natureza divina em qualquer sentido, mais do que as orações o possam fazer; todavia, apreciam essa forma inofensiva de culto. Entendem que os aromas agradáveis, as luzes e a liturgia elevam o espírito e tornam mais viva a devoção a Deus.

O povo vai ao templo vestido de branco. O sacerdote usa um manto multicolorido, produto de um trabalho artesanal e decorativo admirável, sem, no entanto, usar materiais tão caros quanto pode parecer. Não é bordado a ouro e nem usa pedras preciosas, mas é decorado com plumas de diferentes aves, entrelaçadas com tanta arte que o valor do artesanato supera de muito o custo dos materiais mais preciosos.[82] Além disso, dizem, os padrões formados pela trama das plumas no manto do sacerdote escondem certos mistérios divinos cujos significados são cuidadosamente transmitidos de um sacerdote a outro e servem para lembrar as graças concedidas por Deus, a gratidão que os homens devem a Ele e também os deveres que os homens têm uns para com os outros.

Quando o sacerdote, usando seu manto, faz sua entrada vindo da sacristia, todos prostram-se em sinal de respeito. A quietude é tão

[82] Esse uso de plumas por um personagem com um papel social tão destacado, como o sacerdote em Utopia, deve ser decorrência dos relatos sobre o Novo Mundo. Américo Vespúcio fala nesse costume, referindo-se às plumas como "a única riqueza dos índios" e, na maior parte dos casos, a quantidade de plumas usada, correspondia a graus na sua hierarquia social. Além disso, More situa Utopia naquela parte do mundo.

completa que o ambiente deixa a todos com uma espécie de ansiedade temerosa, como se a própria Divindade estivesse presente. Depois de permanecer nessa postura por algum tempo, a uma palavra do sacerdote, todos se levantam. Em seguida, cantam hinos acompanhados por instrumentos musicais, um tanto diferentes daqueles utilizados em nossa parte do mundo. Muitos deles produzem sons mais doces do que os nossos, enquanto outros não podem sequer ser comparados aos nossos. Num aspecto, entretanto, estão muito à frente de nós, porque toda a sua música, tanto vocal quanto instrumental, expressa sentimentos naturais e reflete a correspondência perfeita entre os sons e o objeto da música. O sentido das palavras do hino pode ser alegre, suplicante, fervoroso, melancólico ou irado; a música representa esse sentido por meio da melodia de forma tão admirável, que penetra e enche de inspiração os ouvintes atentos. Finalmente, o sacerdote e o povo, juntos, recitam certas preces compostas de tal forma que, aquilo que repetem em uníssono, cada um pode aplicar em seu caso individualmente.

Nessas orações, Deus é reconhecido como o Criador que governa o universo e Autor de todas as coisas boas. Agradecem a Deus pelas graças recebidas, especialmente pela bondade divina em tê-los colocado na mais feliz das repúblicas e por ter-lhes inspirado as idéias religiosas que acreditam ser as mais corretas. No caso de tais crenças serem errôneas e haver um outro culto ou outro tipo de sociedade melhores e mais agradáveis ao Senhor, suplicam para que, na sua bondade, lhes mostre, pois estão sempre prontos a seguir qualquer caminho em que Deus os conduza. Mas se, ao contrário, Utopia for a mais perfeita das repúblicas e se sua religião, a mais verdadeira, então, oram a Deus para que lhes seja dado perseverar inabalavelmente e induzir todos os homens a adotar a mesma fé e o mesmo modo de vida, a menos que Deus, nos seus impenetráveis desígnios, deseje a diversidade das crenças.

Enfim, eles pedem a Deus para que os acolha depois de uma morte suave. Não ousam pedir a Deus para prolongar ou abreviar a duração de suas vidas; mas pedem, se for a vontade divina, que os deixem chegar mais cedo à sua presença, mesmo ao preço da morte

mais dolorosa, ao invés de deixá-los ficar por mais tempo longe de sua presença, ainda que seja desfrutando a mais próspera das existências na terra. Terminada esta oração, os fiéis ajoelham-se novamente e, pouco depois, levantam-se para ir cear em casa. Passam o resto do dia com jogos e exercícios militares.

* * *

Acabo de vos descrever, tão fielmente quanto pude, as instituições dessa república, que creio ser não somente a melhor, mas a única que pode, com razão, ter a pretensão de usar esse nome. Em outros lugares, falar-vos-ão do interesse geral, mas não cuidam senão de seus interesses particulares. Em Utopia, onde não existem negócios particulares, todos se ocupam, seriamente, dos negócios públicos. Nos dois casos, as pessoas estão corretas em agir do modo como agem. Em nossos países, mesmo que o Estado seja próspero, todos sabem que poderá vir a morrer de fome caso não faça as provisões necessárias. A dura necessidade faz com que cada indivíduo se ocupe em cuidar de si próprio e não do bem-estar dos outros, ou seja, do povo. Todavia, em Utopia, onde tudo é comum a todos, uma vez tomadas as medidas necessárias para que os celeiros públicos estejam cheios, ninguém receia que lhe falte o necessário. A distribuição dos bens simplesmente não é um problema em Utopia, onde não se vê nem pobre nem mendigo e, embora ninguém tenha nada de seu, todos são ricos.

Haverá maior riqueza do que levar uma existência alegre e pacifica, livre de ansiedades e sem precisar se preocupar com a subsistência? Nenhum homem é incomodado pelos pedidos queixosos de dinheiro de sua esposa, não precisa recear a indigência para seu filho ou lutar para juntar um bom dote para a filha. Ao contrário, todo homem sente-se seguro de sua própria subsistência, assim como do bem estar de toda a sua família: mulher, filhos, netos, bisnetos, até a mais longa série de descendentes que todo nobre sente tanto gosto em contemplar. Na verdade, mesmo aqueles, que um dia trabalharam

mas que agora estão impossibilitados, são igualmente tratados como se continuassem ainda produtivos.

Queria eu que alguém aqui ousasse comparar essa justiça dos utopienses ao que se costuma chamar de justiça que prevalece em outras nações. Que eu morra se encontrar nelas o menor traço de justiça e eqüidade. Que justiça é essa na qual um nobre, um ourives, um usurário, enfim um desses indivíduos que não fazem absolutamente nada, ou cuja atividade não tem nenhuma utilidade real para a comunidade, leva uma vida de luxo e de magnificência? Enquanto isso, um trabalhador, um carroceiro, um carpinteiro ou um fazendeiro trabalha tanto que até uma besta de carga sucumbiria sob esse esforço. E seu trabalho é tão necessário, que nenhuma nação sobreviveria um ano sem ele. Apesar disso, esses trabalhadores ganham tão pouco e levam uma vida tão miserável que realmente a besta de carga desfruta de uma condição melhor. As bestas não precisam trabalhar cada minuto e sua comida não é muito pior; na verdade, gostam de sua comida. Além disso, as bestas não se preocupam com seu futuro. Os trabalhadores, contudo, além de terem de suar e sofrer sem nenhuma recompensa presente, ainda sofrem as angústias das perspectivas de uma velhice miserável. Seus ganhos são insuficientes para as necessidades presentes e, dessa forma, não há a menor possibilidade de guardar algo para o futuro.

Não é essa uma sociedade injusta e ingrata? Uma sociedade que recompensa fartamente os assim chamados "nobres", banqueiros, ourives e outros tipos dessa espécie, que não trabalham e são meros parasitas ou provedores de prazeres vazios. Enquanto, por outro lado, não proporciona dispositivo algum para assegurar o bem-estar dos camponeses, dos carvoeiros, dos carroceiros e dos demais trabalhadores, sem os quais a própria sociedade deixaria de existir. Depois de consumir os melhores anos desses trabalhadores, quando já estão desgastados pelo tempo, pela doença e pelas privações, essa sociedade ingrata os descarta para morrerem na miséria, esquecendo todo o sofrimento e todos os serviços prestados. O que é pior, os ricos

procuram constantemente extrair algo dos minguados ganhos desses trabalhadores, não apenas por meio de trapaças, mas por meio de impostos. É simplesmente injusto que as pessoas que merecem mais da sociedade recebam menos. Agora, todavia, foram ainda mais longe, distorcendo e enfraquecendo o direito, dando à extorsão uma base legal, dando à injustiça o título de "legal". Quando repasso na memória as várias repúblicas que vicejam hoje em dia, que Deus me ajude, nada vejo senão uma conspiração dos ricos, que engordam seus negócios sob a capa e o nome da República.[83] Eles imaginam e inventam todos os artifícios possíveis para conservar os bens que adquiriram por meios escusos e, depois, para oprimir o pobre, comprando seu esforço e seu trabalho a preço vil. E essas práticas tornam-se lei, tão logo o rico, que tem voz nas instituições da república – da qual os pobres fazem parte – diz que elas devem ser observadas.

E assim, esses homens maus e insaciavelmente gananciosos dividiram entre eles o que seria suficiente às necessidades de toda uma população. Quão longe estão da felicidade reinante na República da Utopia, que aboliu não apenas o dinheiro mas, com ele, a ganância! Que massa de problemas foram erradicados apenas com uma medida! Quantos crimes não foram eliminados pela raiz! Todos sabem que se o dinheiro fosse abolido, a fraude, o roubo, as brigas, a sedição, o assassinato, as traições e todo o tipo de crime que a forca pode punir mas não consegue prevenir, desapareceria. Se o dinheiro desaparecesse, também desapareceriam o medo, a ansiedade, a angústia, o trabalho estafante e as noites sem dormir. Mesmo a pobreza, que parece precisar de dinheiro mais do que qualquer outra coisa, se esvaneceria completamente se o dinheiro fosse abolido.

Tome-se este caso como exemplo. Considere um ano de safra ruim em que milhares de pessoas tenham sido vitimadas pela fome.

---

[83] Essa veemente e famosa afirmação, na qual More deixa transparecer a sua visão mais radical, aparentemente tinha inspiração em Santo Agostinho que afirmava "Remota justitia quid sunt regna nisi magna latrocinia?", isto é, "tira-se a justiça, e o que será o Estado senão um grande ladrão?" (*A Cidade de Deus*, 4,4).

Caso ao final da escassez, os celeiros dos ricos fossem abertos, com certeza seriam encontrados grãos em quantidade suficiente para salvar a vida daqueles que morreram de fome e de doenças, se tivessem sido divididos igualmente entre eles. Ninguém realmente precisaria ter sido vítima dessa má colheita. Os homens poderiam suprir suas necessidades de subsistência facilmente se o dinheiro, que se supõe seja o meio de acesso, não fosse justamente a principal barreira que impede o acesso àquilo de que se precisa para a vida. Mesmo os ricos compreendem isso. Devem saber que é melhor ter bastante daquilo que realmente precisamos do que ter bens supérfluos em abundância e que é melhor safar-se de problemas correntes do que ser queimado com uma grande quantidade de riqueza.

De fato, não tenho dúvida de que a percepção de todos os homens a respeito de onde está o seu verdadeiro interesse, assim como a autoridade de Cristo, nosso Salvador – cuja sabedoria não se engana em reconhecer o melhor, e cuja bondade não permitiria deixar de no-lo recomendar– teriam já, há muito tempo, levado o mundo todo a adotar as leis de Utopia, se não fosse um único monstro, a maior das pragas e portadora de todas as demais: o orgulho.

O orgulho faz com que uma pessoa não meça a sua prosperidade por aquilo que possui, mas sim por aquilo que outras pessoas não possuem. O orgulho não ficaria satisfeito nem mesmo em ser uma divindade se não houver fracassados para desprezar ou oprimir. Sua boa fortuna brilha somente em contraste com a miséria de outros; sua riqueza só tem valor quando atormenta a pobreza de outros. O orgulho é uma serpente infernal que se insinua no coração dos homens e age como a rêmora[84], impedindo-os de seguir e escolher um modo de vida melhor.

---

[84] A rêmora (*Echeneis naucrates*) tem uma ventosa sobre a cabeça, pela qual liga-se ao ventre de outro peixe maior ou mesmo ao casco dos navios. Impressionados com a tenacidade com que se agarram, os antigos diziam que podiam até mesmo parar os navios. Em latim "Remoror, atus" significa "parar, retardar".

O orgulho é um vício que já se fixou demasiadamente fundo no coração dos homens e é muito difícil retirá-lo. Alegro-me que pelo menos os utopienses tenham sido suficientemente afortunados para construir essa república que desejaria fosse imitada por toda a humanidade. As instituições que adotaram fizeram dela a mais feliz das repúblicas e, até onde se pode prever, capaz de durar para sempre. Todos os germes da ambição e da facciosidade foram extirpados, juntamente com todos os outros vícios, e o país não mais receia as discórdias civis, que causaram a ruína de tantos Estados que se imaginavam seguros. Desde que conserve a harmonia interna e mantenha sadia suas instituições, a república de Utopia jamais será conquistada ou mesmo abalada por seus vizinhos invejosos, que já tentaram, em vão, arruiná-la.

Quando Rafael terminou sua história, várias das leis e dos costumes dos utopienses descritos por ele me pareceram um tanto absurdos. Seus métodos de fazer guerra, suas cerimônias religiosas e seus costumes sociais eram alguns deles; contudo, a minha principal objeção referia-se à base de todo o sistema, ou seja, a sua vida comunal e a sua economia sem moeda. Essa única coisa retira toda a nobreza, a magnificência, o esplendor e a majestade que (conforme a percepção popular) são considerados como os verdadeiros ornamentos de qualquer nação. Notei, no entanto, que Rafael estava fatigado por ter falado longamente e eu não tinha certeza de que ele estava disposto a ser contrariado nessa questão, especialmente quando me lembrei do que ele havia dito sobre certos conselheiros que temem não aparentar sabedoria a menos que encontrem alguma coisa para criticar nas idéias dos outros.

Assim, louvando o modo de vida dos utopienses e o seu relato, tomei-o pela mão e levei-o para cear. Antes, porém, disse-lhe que deveríamos encontrar algum tempo para meditar, mais a fundo, sobre essas questões e discuti-las juntos, com mais detalhes. Espero que, algum dia, tenhamos uma tal oportunidade.

Enquanto isso, embora Rafael seja um homem de grande erudição e grande conhecedor das coisas deste mundo, não posso concordar com tudo o que ele disse. Contudo, devo confessar que há muita coisa

na República de Utopia que eu desejaria ver imitada em nossas cidades – coisa que mais desejo do que espero.

FIM DO DISCURSO DA TARDE DE
RAFAEL HITLODEU SOBRE AS LEIS E OS
COSTUMES DA ILHA DE UTOPIA,
CONHECIDA SOMENTE POR UNS POUCOS,
E AQUI RELATADO PELO ILUSTRÍSSIMO E
MAIS DOUTO DOS HOMENS,
O SENHOR THOMAS MORE,
CIDADÃO E VICE-XERIFE DE LONDRES.

As Cartas do Círculo Humanista



Peter Giles, funcionário público de Antuérpia, em cuja casa a maior parte de Utopia teria sido escrita. O retrato pertence à coleção do Courtauld Institute of Art e foi reproduzida de "A Vida de Thomas More", de P. Ackroyd, publicado em 2003 pela Bertrand Editora, de Lisboa.

De Thomas More para Peter Giles

Meu caríssimo Peter Giles, quase me envergonho de enviar-lhe, depois de todo um ano, este livrinho sobre o estado utopiano que seguramente V. esperava receber em menos de seis semanas. Como V. bem sabia, não tive problemas em encontrar os meus materiais e não havia motivo para que eu tivesse dificuldade em organizá-los. Bastaria repetir o que, juntos, ouvimos Rafael contar. Não havia também a necessidade de adotar uma linguagem elaborada, pois o que ele disse, de modo informal e improvisado, não podia ser expresso em termos refinados. Além disso, V. sabe que ele tem melhor conhecimento do grego do que do latim, de modo que a minha linguagem estaria mais perto da verdade quanto mais se aproximasse da sua simplicidade informal. Com efeito, ao escrever este livro, a verdade é a única qualidade que deveria ter adotada como meta, ou que tive por meta.

Peter, meu amigo, confesso que ter à mão todo esse material pronto fez com que a minha contribuição fosse tão pequena que não havia praticamente nada que eu pudesse acrescentar. Conceber um tema como esse desde o princípio, e dispô-lo na ordem apropriada, poderia demandar muito tempo e trabalho, mesmo de uma pessoa dotada de talento e conhecimento. E se o assunto precisasse ser exposto com eloqüência, não apenas simples e factualmente, não teria condições de fazê-lo, por mais intensamente que trabalhasse, por muito tempo. Livre assim de todos esses problemas, com os quais poderia ter lutado eternamente, nada havia a fazer senão registrar o que ouvi. Ora, embora limitada, essa tarefa foi quase impossível de cumprir devido a numerosas outras obrigações. A maior parte do meu dia é dedicada à lei – ouvir alguns casos, defender outros, negociar terceiros, e decidir sobre ainda outros. Preciso visitar tal pessoa devido à sua posição social; esta outra por causa do seu processo na justiça; e assim quase todo o dia é dedicado aos assuntos alheios e apenas o que sobra,

aos meus interesses; e para mim, ou seja, para os meus estudos, nada resta.

Quando volto para casa, devo conversar com minha mulher, com os meus filhos, tratar com os empregados. Tudo isso considero parte das minhas obrigações, pois são coisas que precisam ser feitas a não ser que se queira ser um estranho na própria casa. Além disso, um homem tem a obrigação de comportar-se o mais gentilmente possível com relação àqueles que a natureza, o acaso ou a sua própria escolha fizeram companheiros da sua existência. Naturalmente, não se pode estragá-los com familiaridade ou, pela tolerância excessiva, transformar os empregados em patrões. E assim, no meio dessas preocupações, escoa-se o dia, o mês e o ano.

Então, qual o tempo de que disponho para escrever? Especialmente porque ainda não inclui o sono e mesmo as refeições; muitos dedicam às suas refeições o mesmo tempo dado ao sono, que devora quase metade das nossas vidas. O tempo que me pertence é o que consigo roubar ao sono e à alimentação. Não é muito, mas representa algo, e assim fui capaz finalmente de terminar a nossa *Utopia*, que lhe estou agora enviando, embora com atraso. Não receio haver esquecido algo importante (espero que o meu julgamento e meus conhecimentos estiveram à altura da minha memória, que não é tão ruim) mas, de qualquer modo, não me sinto tão seguro disto a ponto de jurar que nada omiti.

Com efeito, meu pagem John Clement me provocou uma dúvida importante. Como sabe, ele esteve lá conosco, pois quero que esteja sempre presente nas conversas importantes (um desses dias espero colher bons frutos dos conhecimentos desse jovem rebento, que já fez um grande progresso em grego, assim como em latim). De qualquer forma, se bem me lembro, Hitlodeu disse que a ponte sobre o Anidro em Amaurota tinha quinhentos passos, mas o meu John afirma que tem duzentos passos menos. Peço a V. portanto que consulte sua memória. Se a sua lembrança confirmar a dele, cederei aos dois, confessando meu erro. Mas se V. não se lembrar, pretendo aceitar o que diz a minha memória

com respeito ao número citado. Com efeito, como no livro me esforcei para evitar falsidades, será melhor que cometa um erro honesto do que dizer o que não acredito. Em suma, será melhor ser veraz do que estar correto.

Mas o assunto poderá ser esclarecido se V. perguntar a Rafael, seja diretamente, se ele ainda se encontra na sua vizinhança, ou por carta. E temo que V. precisará fazer isso de qualquer forma, devido a um outro problema que surgiu, não estou certo se por culpa minha, sua ou de Rafael. Na verdade, não nos ocorreu perguntar-lhe, e ele também não lembrou de dizer, em que região do Novo Mundo está Utopia. Daria uma boa soma de dinheiro para ouvir isso, pois me envergonha não saber sequer o nome do oceano onde está essa ilha sobre a qual escrevi tantas páginas. Além disso, existem aqui algumas pessoas (uma delas em particular, um devoto professor de teologia) que querem muito viajar à Utopia. A motivação desse professor não é a mera curiosidade, mas a vontade de promover o crescimento da nossa religião, que começou ali tão bem. Com esse objetivo, decidiu fazer com que venha a ser enviado àquele país pelo Papa, e até mesmo ser designado Bispo dos utopianos. Ele não tem qualquer escrúpulo em particular em tecer intrigas para obter esse cargo, pois considera que seu projeto é sagrado, nascido não do desejo de lucro ou de glória, mas puramente do zelo religioso.

Por isso lhe peço, meu caro Peter, que entre em contato com Hitlodeu (pessoalmente, se for possível, ou por carta, se ele já tiver partido) para garantir que o meu trabalho não contenha qualquer falsidade, e não omita nenhuma verdade. Provavelmente seria bom mostrar-lhe o próprio livro. Se cometi algum erro, ninguém melhor qualificado para corrigi-lo, mas até mesmo ele não poderá fazê-lo se não ler o que escrevi. Além disso, V. poderá deste modo verificar se ele está ou não satisfeito com o fato de que escrevi o livro. Se ele decidiu escrever pessoalmente a sua história, pode estar aborrecido comigo, e eu também lamentaria se, ao dar publicidade à república de Utopia, tenha roubado dele ou à sua história a essência da novidade.

No entanto, para dizer a verdade, ainda tenho dúvidas sobre se deveria ou não publicar o livro, pois as preferências dos homens variam tanto, o temperamento de alguns é tão severo, suas mentes tão ingratas, seu gênio tão irritadiço que não parece ter sentido publicar qualquer texto, ainda que se pretenda fazê-lo para o seu benefício, se eles o recebem só com desprezo e ingratidão. Será melhor seguir simplesmente a inclinação natural de cada um, levar uma existência agradável, pacífica, e ignorar os problemas irritantes trazidos pela publicação. A maioria das pessoas nada sabe da ciência, e muitos a desprezam. O idiota recusa por muito difícil tudo o que não é uma idiotice, e o pedante rejeita como coisa sem importância o que não está recheado de termos obsoletos. Alguns leitores só respeitam os autores antigos; a maior parte prefere o que eles mesmos escreveram. Há homens tão solenes que não admitem qualquer sombra de liberdade no escrever, e outros tão sem gosto que não podem suportar o sal de uma frase espirituosa. Alguns tolos temem a sátira como tem medo da água a pessoa que foi mordida por um cão hidrófobo; alguns são tão volúveis que preferem uma coisa quando estão sentados, e outra logo que se levantam.

Esses indivíduos perambulam por tabernas, e enquanto tomam sua cerveja proferem julgamentos sobre a inteligência dos escritores. Com absoluta segurança condenam todos os autores pelo que escreveram, como acham melhor, puxando, por assim dizer, cada um pela barba. Enquanto isso permanecem na segurança, escondidos, sem se expor. Não se tente detê-los, pois se barbeiam tão rente que não há neles um único fio de barba honesto por onde se possa segurá-los.

Finalmente, algumas pessoas são tão ingratas que embora gostem muito de um trabalho, nem por isso apreciam o autor. São como os hóspedes rudes e mal-agradecidos que, satisfeitos com um esplêndido jantar, voltam para casa, a barriga cheia, sem uma única palavra de agradecimento a quem os convidou. Oferecer às próprias custas um banquete para homens de paladar tão exigente, de gosto tão variado e de atitude tão rude e pouco gentil, é tarefa deveras penosa.

De qualquer forma, meu caro Peter, peço que levante com Hitlodeu o assunto de que falei. Depois de ter notícias dele, voltarei a examiná-lo com novos olhos. Mas como já fiz o esforço de escrever sobre o tema, é tarde demais para agir com sabedoria. No que concerne a publicação, espero contar com a aprovação de Hitlodeu; afinal, seguirei o conselho dos meus amigos, especialmente o seu. Adeus, meu caro Peter Giles. Recomendações à sua excelente esposa. Queira-me bem, como sempre; quanto a mim, saiba que o aprecio cada vez mais.

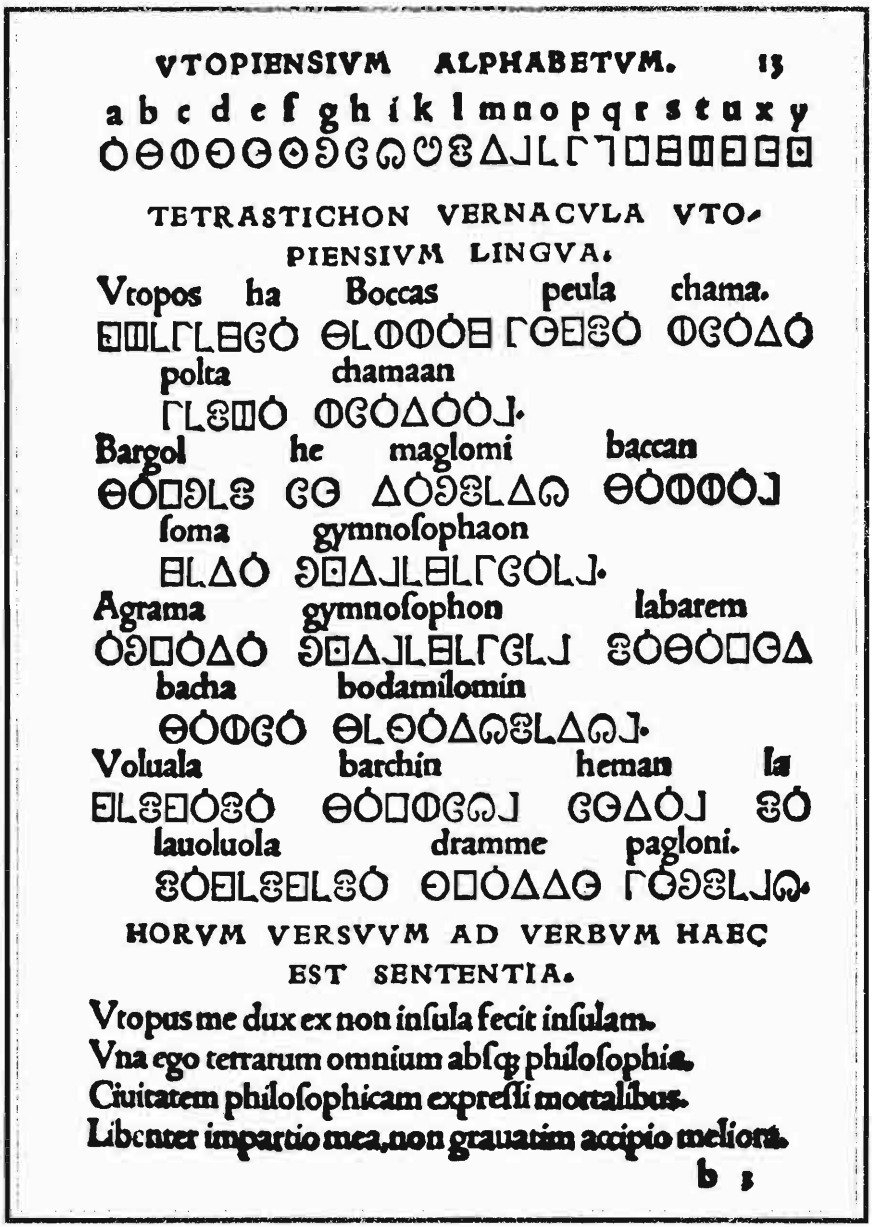
DE PIETER GILES PARA JEROME BUSLEIDEN

Ilustríssimo Busleiden: outro dia Thomas More (que, como V. bem sabe, porque o conhece há muito tempo, é um dos grandes ornamentos da nossa época) enviou-me seu livro *A Ilha da Utopia*. Trata-se de um lugar até aqui só conhecido por alguns, mas que deveria ser estudado por muitos, porque vai muito além da *República* de Platão. É especialmente interessante porque foi descrito com muita vivacidade, examinado com todo cuidado, e analisado com tanta agudeza por um homem de grande talento. Por mais que o leia, tenho a impressão de encontrar ainda mais do que pude ouvir dos lábios de Rafael Hitlodeu (porque presenciei a sua apresentação, juntamente com More). Com efeito, na apresentação do tema o próprio Hitlodeu demonstrou ter muitos recursos retóricos; ficou bem claro que ele não se limitava a repetir o que tinha ouvido de outras pessoas, mas descrevia exatamente o que vira com os próprios olhos, e experimentara pessoalmente, por um longo período. Considero-o um homem com mais conhecimento das nações, dos povos, e dos seus negócios do que o famoso Ulisses. Penso que nos últimos oitocentos anos não nasceu homem algum como ele; em comparação, Américo Vespúcio parece ter visto muito pouca coisa. Ao lado do fato de que naturalmente descrevemos melhor o que vimos do que aquilo sobre o que ouvimos falar, o homem tinha uma habilidade especial para explicar em pormenor o seu assunto. Contudo, quando defronto o mesmo tema esboçado pela pena de More, sinto-me de tal forma tocado por ele que

tenho por vezes a impressão de estar vivendo em Utopia. Pelos céus, não posso crer que nos cinco anos em que viveu na ilha, Rafael tenha visto tanto quanto consta da descrição de More. Essa descrição contém, em todas as suas partes, tantas maravilhas que não sei com o que mais me espantar. Talvez com a precisão da sua memória, que podia recitar quase palavra por palavra tantas coisas diferentes que ouvira uma só vez; possivelmente com o seu bom julgamento, que indicava as fontes secretas ignoradas completamente pelo homem comum, os eventos felizes e infelizes que afetam a comunidade; por fim, poderia surpreender-me com a fluência e a precisão da sua linguagem, com a qual, embora preservasse um estilo puramente latino, expressou de forma incisiva e abrangente muitos assuntos políticos importantes. O que é ainda mais notável em um homem ocupado, como é o seu caso, por grande número de preocupações públicas e privadas. Naturalmente, nenhuma destas observações poderá surpreendê-lo, meu erudito Busleiden, pois V. já aprendeu, por meio de conversas pessoais, a apreciar a sua genialidade mais do que humana, quase divina.

Quanto ao mais, nada posso acrescentar ao que ele registrou. Na verdade, há um curto poema, escrito na língua de Utopia, que me foi mostrado por Hitlodeu depois da partida de More. Incluí nesse papel o alfabeto da língua utópica, assim como algumas notas marginais.

No que concerne às dificuldades apontadas por More com respeito à localização da ilha, Rafael não tentou de qualquer forma ocultar essa informação, mas mencionou-a só brevemente, de passagem, como se a reservasse para outra oportunidade. E um acidente infeliz fez com que nós dois não pudéssemos ouvir o que ele disse. De fato, enquanto Rafael falava, um dos empregados de More veio sussurrar algo ao seu ouvido e, embora eu escutasse, por esse mesmo motivo, com atenção redobrada, um dos presentes, que imagino se tenha resfriado a bordo, tossiu tão alto que me fez perder algumas das palavras de Rafael. No entanto, não vou descansar até obter uma informação completa sobre esse ponto, não apenas sobre a posição geral da ilha, mas a sua latitude exata, desde que o nosso amigo Hitlodeu continue vivo.



VTOPIENSIVM ALPHABETVM. 15

a b c d e f g h i k l m n o p q r s t u x y

TETRASTICHON VERNACVLA VTOPIENSIVM LINGVA.

Vtopos ha Boccas peula chama.

polta chamaan

Bargol he maglomi baccan

ſoma gymnoſophaon

Agrama gymnoſophon labarem

bacha bodamilomin

Voluala barchin heman la

lauoluola dramme pagloni.

HORVM VERSVVM AD VERBVM HAEC EST SENTENTIA.

Vtopus me dux ex non inſula fecit inſulam.
Vna ego terrarum omnium abſq; philoſophia.
Ciuitatem philoſophicam expreſſi mortalibus.
Libenter impartio mea, non grauatim accipio meliora.

b 3

"A princípio uma península, o Rei Utopus me transformou em ilha.
Só entre todas as nações, e sem abstrações complexas, expus aos olhos dos homens a cidade filosófica.
O que dou é gratuito: o que é melhor não tardo a receber dos outros."

Ouvimos várias histórias a seu respeito, e alguns afirmam que ele faleceu na viagem de regresso à sua cidade, enquanto outros alegam que conseguiu chegar ao destino mas não gostou de ver como estavam as coisas por ali e sentindo-se saudoso de Utopia, decidiu voltar àquela parte do mundo.

Naturalmente, é verdade que o nome de Utopia não foi registrado pelos antigos cosmógrafos, mas o próprio Hitlodeu tinha uma resposta simples para essa questão: dizia que ou o nome dado à ilha pelos antigos tinha mudado com o tempo, ou eles nunca chegaram a descobri-la. De fato, hoje surgem terras de todos os tipos que os antigos geógrafos nunca mencionaram. Mas, para que acumular esses argumentos autenticando a história, quando já a temos nas palavras do próprio More?

A incerteza de More sobre a publicação do livro atribuo à modéstia, e é muito meritória. No entanto, sob muitos pontos de vista, parece-me que esse trabalho não deveria ser ocultado por mais tempo; pelo contrário, merecia ser entregue às mãos da humanidade, especialmente sob a poderosa proteção do nome Busleiden. Ninguém sabe mais sobre as boas qualidades de More do que V., e ninguém está melhor qualificado para dar bons conselhos à comunidade. V. vem trabalhando com esse fim há muitos anos, recebendo os maiores elogios pela sua sabedoria e integridade. Adeus, pois, Mecenas[1] do conhecimento, ornamento do nosso tempo.

Antuérpia, 1 de novembro de 1516

De Jerome Busleiden para Thomas More

Para V. meu distinto amigo More, não bastou dedicar todos os seus cuidados, esforços e energia aos interesses e benefícios dos indivíduos: tal é a sua bondade e liberalidade que precisa distribuí-las pelo público em geral. V. viu como essa sua bondade, por maior que possa ser, mereceria mais favores, alcançaria maior fama e teria por objeto maior glória

[1] Mecenas notabilizou-se por ter sido o protetor de Virgílio, Horácio e de outros escritores romanos e, por essa razão, seu nome passou a designar indivíduos de grande fortuna que patrocinam a arte e a cultura.

quanto mais amplamente fosse difundida, quanto mais pessoas dela participassem e com ela se beneficiassem. É isto que V. sempre procurou fazer em todos os momentos, e agora por uma sorte singular voltou a consegui-lo (refiro-me a essa "discussão vespertina" que descreveu e agora publicou, sobre o direito e a constituição da república de Utopia). É um assunto sobre o qual todos querem ouvir.

Trata-se da deliciosa descrição de uma instituição maravilhosa, repleta da mais profunda erudição, com um conhecimento consumado dos assuntos humanos. As duas qualidades se unem neste trabalho de tal forma, e tão adequadamente, que nenhuma delas é maior do que a outra, mas as duas se colocam no mesmo nível. V. detém uma ampla gama de conhecimentos, e uma vivência tão profunda que tudo o que escreve decorre da plena experiência, e todas as suas decisões têm a força do conhecimento. Uma felicidade rara e maravilhosa! E ainda mais notável porque se afasta da multidão e se dirige só a uns poucos: aos que têm, acima de tudo, a candura de desejar, o conhecimento necessário para compreender e a autoridade para julgar no interesse comum, de forma honrada, precisa e prática, como agora. Porque está claro que V. não acha que nasceu exclusivamente para si, mas para todo o mundo, e para realizar esse trabalho esplêndido que empreendeu, pelo qual o mundo todo fica a lhe dever.

V. não poderia alcançar esse objetivo de forma mais efetiva e correta a não ser estabelecendo um padrão, uma fórmula perfeita para os homens racionais, com o formato de uma comunidade ideal. E o mundo nunca viu uma comunidade mais perfeita do que a sua, mais firmemente estabelecida ou mais desejável. Ela supera largamente muitos estados famosos sobre os quais muito já se falou, como Esparta, Atenas e Roma. Se eles tivessem sido fundados sob os mesmos auspícios da sua comunidade, com as mesmas instituições, leis, regulamentos e costumes, seguramente não teriam sido destruídos, além de qualquer esperança de reconstrução. Pelo contrário, estariam intatos, felizes e prósperos, tendo uma existência feliz, senhores do mundo, dividindo um império extenso por terra e pelo mar.

Lamentando a sorte dessas comunidades, V. temia que outras que detêm hoje o poder supremo sofressem o mesmo destino; desenhou assim o retrato de um estado perfeito, que dedicasse suas energias menos a criar leis perfeitas do que a nomear os melhores para a tarefa de administrá-los. E, neste ponto, V. tem toda razão, pois sem bons governantes até mesmo as melhores leis (se acreditarmos nas palavras de Platão) não passariam de letra morta. Governantes como esses servem acima de tudo como modelos de probidade, amostras de boa conduta, imagens de justiça e padrões de virtude para guiar qualquer comunidade bem fundada. O que é preciso é a prudência dos governantes, a coragem dos militares, a temperança dos cidadãos particulares, e a justiça entre todos os homens.

Como o estado que V. tanto elogia está claramente baseado nesses princípios, não surpreende que pareça não só um desafio às demais nações, mas objeto de reverência para todos os povos, e uma realização a ser celebrada pelas gerações futuras. Sua grande força reside no fato de que ali ninguém é proprietário, extinguindo-se assim todas as disputas a propósito da propriedade. Nessa sociedade todos possuem tudo em comum e, portanto, todas as ações e todas as decisões, públicas e privadas, banais ou importantes, deixam de ser orientadas pela cobiça de muitos ou a lascívia de uns poucos, mas têm por objetivo a sustentação de uma única regra uniforme de justiça, de igualdade e de solidariedade comunitária. Todas as coisas estando assim subordinadas a um objetivo único, é necessário varrer tudo o que possa servir como tocha, centelha ou combustível para o fogo da ambição, do luxo, dos males e das injúrias. Esses são vícios para os quais até mesmo pessoas decentes são às vezes compelidas contra a sua vontade, e para seu grande prejuízo, pela propriedade privada ou pelo desejo de ganho ou a mais lamentável de todas as emoções: a ambição. Essas são as fontes das disputas, embates e guerras piores do que as civis,[2] que não só destroem o estado de prosperidade das repúblicas

[2] A expressão "guerras piores dos que as civis" é empregada na abertura de *Farsália*, de Lucano, que é um poema épico que narra a guerra civil travada entre Cesar e Pompeu.

extremamente felizes, mas deixam completamente desfigurados seus esplêndidos triunfos, suas glórias, suas valiosas recompensas e seus orgulhosos despojos.

Se as minhas idéias a este respeito não forem absolutamente convincentes, considere apenas o número de testemunhas perfeitamente confiáveis que posso convocar em meu apoio: as muitas grandes cidades que foram destruídas, as nações esmagadas, as repúblicas arruinadas, as aldeias incendiadas. Elas desapareceram sem deixar traço, e nem mesmo os seus nomes foram preservados pela história, por mais que se recue no tempo.

O que quer que os nossos estados sejam hoje, no futuro, eles só conseguirão escapar desses terríveis desastres e devastações da guerra caso se ajustem aos bons padrões de Utopia, e dele não se afastem nem por um fio de cabelo. Se agirem assim, o resultado os convencerá plenamente de quanto valeu o serviço que V. lhes prestou, especialmente porque, com a sua ajuda, aprenderam a manter o estado saudável, vitorioso e incólume. Sua dívida para com V. será ainda maior, por ter salvo do perigo não apenas um cidadão, mas todo o estado.

Por enquanto, adeus. Que V. continue a prosperar, sempre desenvolvendo e completando novos planos que tragam uma longa vida ao seu país, e a V. a imortalidade. Adeus, meu sábio e humano More, ornamento supremo da nossa Inglaterra e desse nosso mundo.

Escrito na minha casa em Mechlin, em 1516.

DE GUILLAUME BUDÉ PARA THOMAS LUPSET

Saudações ao seu amigo inglês Thomas Lupset. Devo-lhe um agradecimento, meu jovem e erudito amigo Lupset, por me ter enviado a *Utopia* de Thomas More, atraindo assim minha atenção para uma leitura muito agradável e que se figura muito proveitosa.

Não faz muito tempo que V. me convenceu (com sugestões que secundavam minha própria e forte inclinação) a ler os seis livros de Galeno *Sobre a Preservação da Saúde*, obra à qual esse mestre do grego e

do latim, o Dr. Thomas Linacre,[3] prestou ultimamente o serviço (melhor dito, prestou a homenagem) de traduzir dos originais existentes para o latim. Tarefa tão bem realizada que, se todas as obras do autor, que considero tão meritórias quanto todo o conhecimento médico reunido, forem com o tempo traduzidas, a falta do conhecimento do grego não será sentida seriamente pelas nossas escolas de medicina.

Li rapidamente esse trabalho, conforme ele consta nos textos de Linacre (cujo amável empréstimo, durante tanto tempo, muito lhe agradeço) e em conseqüência fui por isso muito beneficiado. Contudo, prometi-me um benefício ainda maior quando for editado o livro, em cuja publicação nas gráficas desta cidade V. está agora empenhado.

Embora por isso já me considerasse bastante devedor, eis que V. me presenteia com a *Utopia* de More, como um apêndice ou suplemento da amabilidade anterior. Eis aí um homem do mais agudo discernimento, de atitude agradável, bem versado no conhecimento do mundo. Tive o livro comigo no campo, quando o meu tempo era consumido correndo para dar ordens aos trabalhadores (V. sabe um pouco sobre isso, e já ouviu dizer que há mais de um ano tenho estado ocupado com assuntos relativos a minha casa de campo). Ao estudar e aprender as maneiras e costumes dos habitantes de Utopia, causou-me tal impressão essa leitura que quase esqueci, e até mesmo quase abandonei a administração dos negócios familiares, por perceber que toda a teoria e a prática da economia doméstica, todos os cuidados para aumentar os nossos rendimentos não passavam de perda de tempo.

No entanto, como todos sabem e podem ver, a humanidade inteira é assim orientada, como se houvesse um mosquito parasita dentro das pessoas a espicaçá-las. O resultado é que precisamos confessar que o objetivo de quase toda a preparação para a prática legal e civil é este: com uma astúcia atenta e movida pelo ciúme, cada um tem um vizinho com quem está associado com laços de cidadania, às vezes até mesmo

[3] Thomas Linacre (1460-1524), educado no exterior, foi o fundador e o primeiro presidente do Colégio Real de Médicos.

por vínculos de parentesco, do qual deve estar sempre retirando algo; deve excluir, repudiar, espremer, fraudar, enganar, trapacear, extorquir, pilhar, furtar, roubar, surrupiar; e – em parte com a conivência, em parte com a sanção das leis – precisa estar sempre saqueando e se apropriando.

Isso acontece ainda mais nos países onde a lei civil e canônica, como são chamadas, têm maior autoridade nos tribunais. Pois é evidente que os seus costumes e instituições são permeados pelo princípio de que devem ser considerados sumos sacerdotes da lei e da eqüidade, aqueles que são mestres na arte de prevenir e permitir, com *caveats* e *capiats*[4]; que são predadores dos seus concidadãos desavisados; que são artesãos de fórmulas, ou seja, especialistas em armadilhas das palavras; adeptos das leis tramadas; falsificadores de casos; jurisconsultos de uma justiça perversa e invertida. Essas são as únicas pessoas qualificadas para opinar sobre o que é bom e justo; mais ainda: a decidir com poder absoluto sobre o que cada um pode ou não possuir, com os respectivos limites. Como a opinião pública deve estar iludida para determinar as coisas deste modo!

A verdade é que, olhos vendados pelo véu espesso da ignorância, a maioria de nós supõe que a causa de cada um, como regra geral, é justa na mesma medida em que está de acordo com as exigências da lei, ou com o modo como fundamentou as suas pretensões na lei. Se, ao contrário, concordássemos em promover nossos direitos de acordo com a regra da verdade e as simples prescrições do Evangelho, até os menos iluminados entenderiam e os menos sensatos teriam que admitir, se lhes mostrássemos que, nas decisões dos doutores do direito canônico, as leis divinas diferem muito das leis humanas e que, na nossa lei civil e nos decretos reais, a verdadeira eqüidade, da mesma forma, se distancia da lei, como os princípios estabelecidos por Cristo, o fundador da sociedade humana, e os costumes dos seus discípulos diferem dos decretos daqueles que pensam que o *summum bonum*, o bem supremo, e a felicidade perfeita estão guardados nas sacolas de dinheiro de um

[4] Um *caveat* é uma advertência; um *capiat*, a permissão para apropriar-se de alguma coisa.

Creso ou de um Midas. Assim, se hoje escolhermos definir a justiça, do modo como faziam os antigos escritores, como o poder de dar a cada um o que lhe é devido, diríamos que ela é inexistente para o público ou, se posso fazer essa comparação, admitiríamos que é uma espécie de cozinheira, que manipula os alimentos antes de servi-los, tanto faz se considerarmos o caráter dos nossos atuais governantes ou a atitude dos concidadãos entre si.

Talvez se possa argumentar que a lei de que estou falando tenha sido derivada daquela justiça inerente, tão antiga quanto o mundo, conhecida como lei natural, a qual ensina que, quanto mais forte um homem, maiores devem ser as suas posses e que, quanto mais ele possua, mais eminente deve ser ele entre seus conterrâneos. O resultado é que temos agora um princípio, aceito na lei das nações, de que as pessoas incapazes de ajudar os seus semelhantes com uma arte ou prática que mereça menção, se forem praticantes desses complicados nós e vínculos contratuais com que as propriedades dos homens são amarradas (uma mistura de nós górdios com charlatanices, nada de tão maravilhoso, como acreditam a multidão ignorante e os eruditos, para sua recreação ou para investigar a verdade, bem à distância dos tribunais), essas pessoas, digo eu, devem ter um rendimento igual ao de um milhar dos seus concidadãos, ou mesmo de todo um estado, e às vezes até mais ainda; e devem ser saudadas com títulos honrosos de homens ricos, operosos, formadores de esplêndidas fortunas. Esta é, na verdade, a época em que vivemos; estes os nossos costumes, o nosso caráter nacional, que determinam seja legal que a credibilidade e a influência de uma pessoa sejam proporcionais ao modo como ela construiu a própria fortuna e a dos seus herdeiros; uma influência, na verdade, que aumenta quando os seus descendentes, por sua vez, até a geração mais remota, rivalizam na acumulação de acréscimos à propriedade recebida dos antepassados. O que significa que eles esbulharam de modo progressivo suas relações, seus semelhantes e até mesmo suas relações consangüíneas.

No entanto, Jesus Cristo, o fundador e regulador de toda propriedade, deixou entre os seus seguidores a regra pitagórica da comunhão e do amor; e ratificou essa regra pelo exemplo quando Ananias foi condenado à morte por desrespeitar essa lei da comunhão.[5] Ao estabelecer esse princípio, parece-me que Cristo aboliu, pelo menos entre seus discípulos, todas as volumosas disputas da lei civil, e também a maioria das leis canônicas posteriores que, mais tarde, encontramos na nossa época, ocupando a posição mais elevada na jurisprudência, e controlando o nosso destino.

Quanto à ilha de Utopia, que me parece ser chamada também de Udepotia,[6] diz-se (a acreditar na história) que por singular boa sorte adotou costumes cristãos, tanto em público como no foro privado, tendo absorvido a sua sabedoria para mantê-la incólume até hoje. A razão é que sustenta com firmeza três instituições divinas, a saber: a igualdade absoluta, ou, se preferirmos, a comunhão civil, pelos concidadãos, de todas as coisas boas e más; o amor à paz e à tranqüilidade, firme e inabalável; e o desprezo pelo ouro e a prata. São três coisas que impedem, pode-se dizer, qualquer fraude, toda impostura o roubo, a esperteza e o engano maldoso. O ideal seria que a Providência, por si mesma, fixasse esses três princípios da lei na mente de todos os homens, pelos vínculos de uma convicção forte e definida. Não tardaríamos assim a ver o orgulho, a cobiça, a competição insana e quase todas as outras armas letais do nosso adversário, o Demônio, cair por terra sem força; veríamos o conjunto inesgotável de livros de direito, trabalho de excelentes e sólidas percepções, que ocupam os homens até o dia da sua morte, entregue às traças, como coisas ocas, vazias, ou então usados como papel de embrulho pelos lojistas.

Deus do Céu! Que santidade teve o poder de fazer com que essa benção caísse sobre os utopienses, impedindo que, somente nessa ilha, a cobiça e a cupidez penetrasse, durante muitos anos, pela força

[5] Vide Atos 5.1-7.

[6] *Utopia* significa "nenhum lugar"; *udepotia*, "lugar do nunca".

ou furtivamente? E que a justiça e a honra fossem expulsas pela descaso e pela desfaçatez?

Seria bom se os céus, na sua bondade, tratassem da mesma forma os países que se mantivessem fiéis e não abandonassem a sua vocação, derivada do seu Santo Nome! Na verdade, se desaparecesse para sempre a cobiça, que pesa sobre tantas mentes e as perverte (mentes que de outra forma seriam nobres e elevadas), isso faria com que retornasse a idade de ouro de Saturno. Na ilha de Utopia, pode-se verdadeiramente supor que há o risco de que Aratus[7] e os poetas primordiais se tenham enganado quando viram a Justiça deixando a terra e colocando-a no Zodíaco. Porque, se devemos acreditar no que disse Hitlodeu, ela deve ter permanecido na ilha, sem partir ainda para os céus.

Mas na verdade verifiquei, mediante uma investigação completa, que Utopia está fora dos limites do mundo conhecido. De fato, é uma das Ilhas Afortunadas, possivelmente muito próximas dos Campos Elíseos e o próprio More testemunha que Hitlodeu ainda não indicou sua posição de forma precisa. Ela se compõe de algumas cidades, todas porém unidas e confederadas em um único estado, denominado Hagnopolis:[8] um estado satisfeito com seus próprios costumes, e bens; abençoado com a inocência, levando uma forma de vida celestial, em nível inferior ao do céu mas acima das perversões deste mundo que conhecemos, o qual, entre as lidas sem fim da humanidade, vazias e vãs, ávidas e intensas, está sendo levado diretamente para uma catarata, por uma enorme onda que o absorve e o arrasta.

Assim, é a Thomas More que devemos nosso conhecimento dessa ilha. É ele que, na nossa geração, tornou público esse modelo de uma vida feliz e a regra para vivê-la; a descoberta, conforme nos relata, foi de Hitlodeu, a quem atribui tudo isso. Enquanto Hitlodeu erigiu o estado para os utopienses e criou para eles seus ritos e costumes,

[7] Aratus de Soli (terceiro século a. C.) autor de *Phaenomena*, um poema sobre astronomia.
[8] Em grego: Cidade dos Santos.

ao fazê-lo aprendeu com eles e trouxe-nos essa representação de uma vida feliz. Sem sombra de dúvida, foi More que delineou com seu estilo o tema da ilha e dos seus costumes. Foi ele que aperfeiçoou, como se usasse uma régua, a própria cidade dos hagnopolitanos, acrescentando todos esses toques que somam graça e beleza, assim como peso, a essa nobre tarefa, embora ao executá-la tenha reclamado para si nada mais do que a parte de um operário comum. Vemos que para ele foi um escrúpulo de consciência não assumir um papel demasiado importante nesse trabalho, de modo a não dar a Hitlodeu uma justa causa de queixa, com base na alegação de haver More colhido as primeiras flores dessa fama, que seriam dele se algum dia decidisse contar ao mundo suas aventuras. "Ele teve medo, naturalmente, de que Hitlodeu, residente por sua escolha na ilha de Udepotia, pudesse um dia aparecer pessoalmente em cena, ferido e prejudicado pela sua falta de consideração, por lhe ter deixado a glória dessa descoberta, mas com as melhores flores já colhidas. Esta é a atitude dos homens sérios e sábios."

Ora, enquanto More por si mesmo tem peso e grande autoridade, sou levado a depositar nele uma confiança sem limites pelo testemunho de Peter Giles, de Antuérpia. Embora não o tenha conhecido pessoalmente (mas somente por meio de recomendações sobre a sua erudição e o seu caráter), estimo-o muito, porque é um amigo íntimo do ilustre Erasmo, que tem merecido boas referências em escritos de todo tipo, sacros e profanos, e com quem há muito me tenho correspondido, criando assim um laço de amizade.

Adeus, meu caro Lupset. Na primeira oportunidade, cumprimente Linacre em meu nome, por palavras ou carta: esse pilar da Inglaterra no campo do conhecimento, que é agora, espero, não mais seu do que nosso. Ele está entre as poucas pessoas cuja opinião favorável gostaria muito de merecer, se isso é possível. Quando se soube que estava aqui, recebeu no mais alto grau minha opinião favorável, assim como a de Jehan Ruelle, meu amigo e parceiro de estudo. Gostaria de ser o primeiro a tê-lo como modelo por sua singular erudição e trabalho cuidadoso, esforçando-me para imitá-lo.

Cumprimente More também, outra vez, como já disse, com uma mensagem ou com palavras. Penso, e repito muitas vezes, que Minerva há muito registrou o seu nome no álbum mais seleto; eu o reverencio e o quero bem no grau mais elevado, pelo que escreveu sobre Utopia, essa ilha do Novo Mundo.

Na sua história, a nossa época e as vindouras terão, por assim dizer, um berço de instituições úteis e refinadas, permitindo a adoção de costumes e sua introdução e adaptação aos estados. Adeus.

De Paris, em 31 de julho.

De Erasmo de Rotterdam para Johannes Froben

A seu amado compadre, saudações:

Embora até aqui tenha sempre pensado muito bem dos escritos do meu amigo More, desconfiava um pouco do meu julgamento devido à grande amizade existente entre nós. Mas quando vejo que todas as pessoas cultas subscrevem a minha opinião, e elogiam, ainda mais do que eu, o espírito divino desse homem, não porque o amam mas porque vêem com mais profundidade os seus méritos, preciso abrir meu coração e não mais deixar de dizer claramente o que sinto. Como ter-se-ia o seu afortunado talento se o seu gênio tivesse sido educado na Itália! Se ele tivesse dedicado toda a sua energia ao serviço das Musas, amadurecendo gradualmente, por assim dizer, rumo à sua própria colheita! Quando jovem, brincou com epigramas, muitos deles escritos quando era ainda um menino. Mas nunca deixou a Inglaterra, exceto duas vezes, a serviço do seu príncipe, como Embaixador em Flandres. Ao lado dos cuidados de um homem de família, e das responsabilidades da vida doméstica, além das suas funções sociais e do grande número de processos legais, More está empenhado em tantos e tão importantes assuntos dos negócios de estado que é maravilhoso que encontre algum tempo para os livros.

Por esta razão, estou lhe enviando os seus *Exercícios Juvenis* e a sua *Utopia*, para que, se V. achar apropriado, a publicação com a sua

marca possa recomendá-lo ao mundo e à posteridade. Porque a autoridade do seu nome é tal que o livro, com certeza, agradará as pessoas cultas, quando souberem que é uma edição da casa de Froben. Adeus a V., ao seu excelente sogro, à sua querida esposa e aos amáveis filhos. Faça com que Erasmo, o filhinho que compartilhamos, e que nasceu para as letras, continue estudando com dedicação.

Louvain, 25 de agosto de 1517.

De Thomas More para Peter Giles

Meu caro Peter, fiquei absolutamente deliciado com a opinião daquele homem muito inteligente que V. conhece. Ele colocou o seguinte dilema a respeito da minha *Utopia*: se a história for apresentada como verdadeira, encontro nela alguns absurdos; mas se é uma fábula, parece-me que em vários aspectos falta o bom julgamento habitual de More. Suspeito que este homem seja uma pessoa erudita, e vejo que é um amigo; mas quem quer que seja, meu caro Peter, sou-lhe muito agradecido: com sua opinião franca agradou-me mais do que qualquer outra pessoa, desde que o livro foi publicado.

Com efeito, em primeiro lugar, ou por devoção a mim ou interesse pelo assunto, ele parece ter suportado o ônus de ler o livro na sua totalidade, e não de forma apressada ou perfunctória, como os padres lêem o breviário (pelo menos aqueles que o lêem). Não: ele o leu devagar, com atenção, registrando todos os pontos importantes. Depois, tendo identificado certas questões para a sua crítica, e não muitas, dá às demais a sua aprovação cuidadosa e considerada. Finalmente, nas próprias expressões que utiliza para criticar-me, deixa implícitos elogios, maiores do que alguns que dedicaram toda a sua energia a cumprimentar-me. É fácil ver que tem de mim uma boa opinião, ao exprimir seu desapontamento com a leitura de algo imperfeito ou inexato, embora ao tratar de tantos assuntos diferentes eu não pretenda ser capaz de dizer mais do que uma ou duas coisas que não sejam totalmente ridículas.

No entanto, gostaria de tratá-lo com a mesma franqueza, e na verdade não vejo por que ele se considere tão perspicaz (tão "espiritual", como diriam os gregos) simplesmente por ter descoberto alguns absurdos nas instituições de Utopia, ou por haver detectado algumas idéias mal cozidas sobre a constituição daquele estado. Não é verdade que há algo absurdo nas instituições da maioria dos outros estados existentes no mundo? E não é verdade que a maior parte dos filósofos que escreveram sobre o estado, seu governante e até mesmo sobre o ofício do cidadão particular, jamais conseguiram dizer algo que não mereça ser retificado?

Mas quando ele especula sobre se Utopia é verdade ou ficção, acho que aí o *seu* julgamento falha lamentavelmente. É bem possível que se eu tivesse decidido escrever sobre uma república e uma fábula desse tipo me tivesse ocorrido, poderia ter recoberto a verdade com um pouco de ficção, como uma camada de mel, para torná-la mais aceitável. No entanto, teria certamente manipulado a ficção de modo a que, embora ela pudesse enganar o leitor comum, daria um sinal ao leitor culto, que poderia enxergar através dela. Portanto, se me tivesse limitado a dar nomes especiais ao príncipe, ao rio, à cidade, e à ilha, de modo a indicar aos eruditos que a ilha não existia em nenhum lugar, a cidade seria um fantasma, faltaria água ao rio e um povo ao príncipe, isso não seria difícil de fazer e, na realidade, teria sido bem inteligente. A menos que tivesse a devoção aos fatos de um historiador, não seria bastante estúpido para usar esses nomes bárbaros e sem sentido: Utopia, Anidro, Amaurota ou Ademos.

Contudo, meu caro Giles, vejo que há pessoas tão suspicazes que aquilo que nós, ingênuos, escrevemos como um relato de Hitlodeu, não pode ser aceito como verdade por esses indivíduos sagazes e circunspectos. Temo que a minha reputação pessoal, assim como a minha autoridade de historiador, possam ser ameaçadas por esse ceticismo. Assim, é bom que me possa defender dizendo, como Misis de Terêncio, sobre o filho de Glicério, para confirmar a sua legitimidade: "Que os deuses sejam louvados, dei à luz na presença de algumas

mulheres livres.'"[9] Foi bom para mim que Rafael tenha contado a sua história não só para você e para mim, mas para muitos homens perfeitamente sérios e respeitáveis. Não sei se lhes contou outras coisas, talvez mais importantes, além do que nos disse, mas certamente lhes contou tanto quanto contou a nós.

Muito bem, se esses céticos não acreditam em tais testemunhos, que consultem o próprio Hitlodeu, que ainda vive. Ouvi recentemente de alguns viajantes vindos de Portugal que no dia primeiro de março passado ele se encontrava com tanta saúde e vigor como sempre esteve. Que procurem obter dele a verdade, extraindo-a com seus questionamentos, se o desejarem. Quero apenas que entendam que sou responsável pelo que escrevi, mas apenas pelo que escrevi, não pela boa fé de outra pessoa.

Adeus, meu caro Peter, a V., a sua encantadora esposa, e à deliciosa menina. Minha mulher deseja-lhes uma longa vida, e a melhor saúde.

De Erasmo de Rotterdam para Ulrich von Hutten

Ilustríssimo Hutten, o seu amor – eu quase disse a sua paixão – pela genialidade de Thomas More, ativado pelos seus escritos que, como V. diz com justiça, são tão cultos e espirituosos o quanto é possível ser, é compartilhado por muitos, garanto-lhe; além disso, esse sentimento no caso é recíproco. Quase sinto ciúmes de V. pelo muito que agradou a More o que V. escreveu. Eis um exemplo do que diz Platão sobre a doce sabedoria, que excita muito mais o amor ardente entre os homens do que a mais admirável beleza da forma. Não é percebida pelos olhos dos sentidos, mas a mente tem seus próprios olhos, por isso até hoje o ditado grego continua verdadeiro: a afeição cresce com o olhar; e acontece assim que por vezes pessoas que nunca se viram ou se falaram unem-se pela afeição mais calorosa. É uma experiência comum que, por

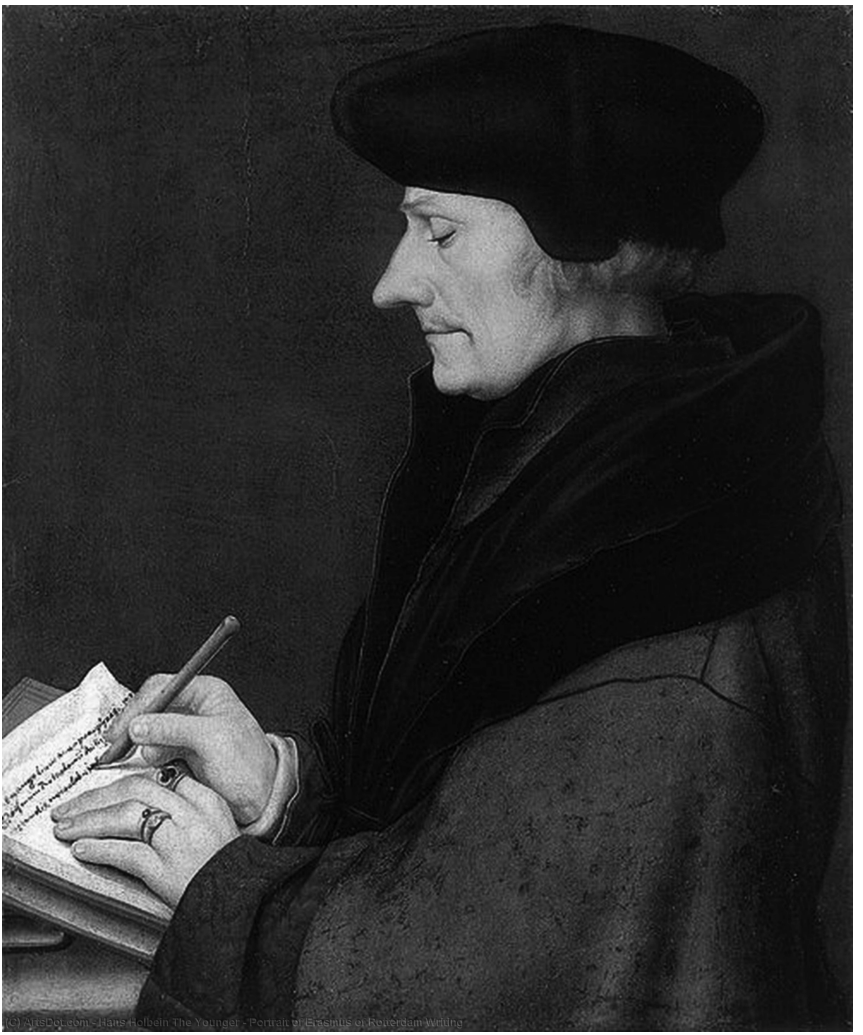
[9] Terêncio, *A Senhora de Andros*.

certas razões inexplicadas, as pessoas são atraídas por diferentes tipos de beleza; assim, entre duas mentes parece haver uma espécie de parentesco latente, que faz com que algumas delas, e não outras, nos dêem um prazer especial.

Quanto ao seu pedido de traçar um retrato de corpo inteiro de More, gostaria de poder satisfazê-lo na mesma medida da seriedade do pedido. Pois também para mim não será uma tarefa penosa contemplar por algum tempo um amigo que é a personalidade mais agradável do mundo. No entanto, em primeiro lugar, nem todos conhecem na sua totalidade as realizações de More; além disso, não sei se ele mesmo gostará de ter o seu retrato pintado por qualquer artista que o deseje pintar. Com efeito, não creio que seja mais fácil traçar uma reprodução de More do que de Alexandre, o Grande, ou de Aquiles, heróis merecedores da imortalidade. Para isso é necessário contar com a mão de um Apeles, e tenho medo de ser mais como Fulvius ou um Rutuba[10] do que um Apeles. Não obstante, tentarei fazer para V. um esboço, em lugar de um retrato de todo o homem, tanto quanto a convivência quotidiana e familiar me permitiu observar sua aparência e guardá-la na memória. Mas se alguma missão diplomática algum dia permitir que se conheçam, verá que mal artista escolheu para esse trabalho; e tenho medo de que me culpará de inveja ou de cegueira deliberada, ao registrar tão poucos dos numerosos aspectos positivos da sua personalidade.

Para começar com a parte dele menos conhecida por V.: em sua forma e estatura More não é alto, mas também não é muito baixo, e seus membros têm tal simetria que nenhuma deficiência se pode observar a esse respeito. Tem a pele clara, o rosto mais claro do que pálido, sem qualquer vermelhidão, exceto um rubor muito delicado, que ilumina o conjunto. Seus cabelos são castanhos, inclinando-se para o negro; ou, se preferir, são negros tendentes para o castanho

[10] Fulvius e Rutuba são considerados geralmente gladiadores romanos, mas Erasmo parece entender que representam artistas comuns, sem projeção.


(C) ArtsDot.com - Hans Holbein The Younger - Portrait of Erasmus of Rotterdam Writing

Detalhe do retrato de Erasmo de Rotterdam, pintado por Hans Holbein, em 1523. A pintura tem (36,8 x 30, 5) cm e pertence à coleção do Kunstmuseum, Offenliche Kunstsammlung, de Basiléia.

avermelhado. Sua barba é fina, seus olhos de um cinza azulado com uma espécie de sombreado. Esse tipo de olho é considerado sinal de uma personalidade das mais felizes, sendo visto favoravelmente na Inglaterra, enquanto entre nós os olhos negros são preferidos. Diz-se que nenhuma espécie de olho é tão livre dos defeitos da visão. Sua expressão facial corresponde ao seu caráter, sendo uma imagem de alegria amável e amigável, pouco propensa às pilhérias. Para falar com franqueza, é um rosto mais expressivo de jovialidade do que gravidade ou dignidade, embora muito distante da loucura ou do burlesco. Seu ombro direito parece um pouco mais alto do que o esquerdo, especialmente quando caminha; uma peculiaridade que não é inata, mas resulta do habito, como muitos trejeitos dessa espécie. No restante do seu corpo nada é desagradável, embora suas mãos sejam um pouco rudes, ou pareçam sê-lo, em comparação com o resto da sua aparência. Desde menino ele foi sempre muito negligente com a apresentação pessoal, não dando muita atenção até mesmo às coisas que, segundo Ovídio, são tudo o que os homens precisam.[11] O encanto que havia na sua aparência, quando jovem, pode ainda hoje ser inferido do que ficou; embora eu o tenha conhecido quando não tinha mais do que vinte e três anos, ainda não ultrapassou em muito, os quarenta. Sua saúde é boa, embora não robusta, mas suficiente para qualquer trabalho adequado a um cidadão honrado; e podemos esperar que tenha vida longa, pois o pai ainda vive, com idade avançada mas ativo e vigoroso.

Nunca encontrei alguém menos exigente na sua escolha de alimentos. Quando jovem, de preferência bebia água, hábito que herdou do pai; mas para não incomodar os outros, costumava, quando à mesa, ocultar esse costume dos seus convidados, bebendo cerveja quase tão fraca como água, ou mesmo água, de um recipiente de peltre. Quanto ao vinho, encontrando-se em companhia dos que o bebiam em rodízio, da mesma taça, costumava sorver um pouco da bebida, evitando parecer que a recusava totalmente, e ajustando-se assim a uma prática

[11] Ovídio, *A Arte de Amar*.

comum. Quanto aos alimentos, foi habituado a preferir a carne fresca ou salgada e o pão caseiro inteiramente fermentado àqueles alimentos considerados comumente como iguarias. No entanto, não evita o que produz um prazer inocente, mesmo se for alimento pesado, e tem sempre bom apetite pelos pudins de leite e pelas frutas, comendo também um prato de ovos com a maior satisfação.

Sua voz não é alta nem muito baixa, mas de tom penetrante. Nada tem de melodiosa ou suave, mas é simplesmente adequada à fala, já que ele não parece ter qualquer talento natural para o canto, embora goste de música de todo tipo. Sua articulação é muito clara, livre tanto da pressa como de hesitações.

Prefere vestir-se com simplicidade, e não usa seda, ou púrpura, ou cadeias de ouro, exceto quando não é possível dispensar tais artigos. Pouco se interessa por essas formalidades, que para as pessoas comuns são uma prova de polidez, e não impõe aos outros tais cerimônias, de modo que não é escrupuloso em observá-las nas ocasiões de reunião social ou de entretenimento, embora saiba como usá-las, se considera apropriado. Acha porém que é uma atitude efeminada, indigna de um homem, gastar muito tempo com tais ninharias.

Antes ele não sentia atração pela vida na corte e evitava qualquer intimidade com príncipes, guardando sempre um ódio especial da tirania e um grande amor à igualdade, e dificilmente se pode encontrar uma corte tão bem ordenada, de modo a não estimular as ambições, a presunção e o luxo, afastando-se de qualquer forma de tirania. More não se deixou tentar nem mesmo pela corte de Henrique Oitavo, que não oferecia grandes dificuldades, não sendo possível desejar um príncipe mais cortês e menos exigente do que este. Ele sente um prazer natural com a liberdade e o lazer; mas da mesma forma em que aprecia um feriado, quando ocorre, ninguém é mais vigilante ou mais paciente quando os negócios o exigem.

More parece ter nascido e ser feito para a amizade, de que é o devoto mais sincero e mais persistente. Não teme essa multiplicidade de amigos, criticada por Hesíodo. Acessível a toda solicitação de intimidade,

não é absolutamente meticuloso na escolha das suas companhias, tendo toda a flexibilidade necessária para mantê-las vivas, e sendo constante no cultivá-las. Se encontra alguém cujos defeitos não pode curar, acha a oportunidade de afastar-se, desfazendo o nó da proximidade sem o romper; mas quando encontra amigos sinceros, com personalidade ajustada à sua, fica tão satisfeito com a sua companhia e conversação que parece neles encontrar o maior prazer da vida. Desagrada-o o tênis, os dados e as cartas, assim como outros passatempos com que a maior parte dos homens vence o tédio do tempo que passa. Vale acrescentar que, embora negligencie os seus interesses, ninguém é mais cuidadoso em responder às preocupações dos amigos. Que mais preciso dizer? Se for preciso dar um exemplo perfeito de amizade verdadeira, More é o melhor.

Sua extraordinária bondade e o temperamento suave alegram o espírito mais depressivo, e aliviam as circunstâncias mais penosas numa reunião entre amigos. Desde garoto, gostava tanto de fazer brincadeiras que poderia parecer que contar anedotas fosse o principal objetivo da sua vida; no entanto, não chegava à bufonaria, como não demonstrava a menor inclinação para o amargor. Quando bem jovem, escreveu farsas, que representou. Se alguém dizia algo engraçado, ainda que o tivesse como objeto, ficava encantado, de tal forma apreciava qualquer dito espirituoso que tivesse um sinal de sutileza ou de genialidade. Isso o levou, quando jovem, a divertir-se com epigramas, e gostava de ler Luciano. Na verdade, foi dele a sugestão de que eu escrevesse *Moria*, [12] ou o *Elogio da Loucura*, o que significava fazer algo como um camelo dançar.

Não há nada relacionado com a vida humana, ainda que possa ser algo sério em si mesmo, de que More não possa derivar algum prazer. Se precisa lidar com pessoas eruditas e inteligentes, delicia-se com a sua vivacidade; se deve tratar com gente inculta ou estúpida, diverte-se com ela. Não se ofende nem mesmo com os que agem como

[12] Moria significa "loucura" em grego. Consta que Erasmo escreveu essa obra na casa de Thomas More (1509).

palhaços, pois se adapta com esplêndida facilidade aos gostos de todos. Quando fala com mulheres, de modo geral, e mesmo com a sua esposa, sua conversa é feita de humor e descontração. Dir-se-ia um segundo Demócrito, ou melhor, aquele filósofo pitagórico que passeava devagar pelo mercado contemplando a agitação dos que compravam e vendiam. Ninguém menos guiado pela opinião da multidão, mas por outro lado ninguém mais perto do senso comum.

Uma das suas diversões é observar as formas, o caráter e os instintos de diferentes animais. Assim, haverá poucos pássaros que ele não mantenha na sua casa, assim como outros animais não tão comuns, como macacos, raposas, doninhas, etc. Além disso, se encontra algum objeto estranho, importado de outro país ou que por algum motivo chame a sua atenção, quer comprá-lo; a sua casa está cheia desses objetos, havendo algo interessante em todos os cômodos; e More renova o seu prazer sempre que outras pessoas neles se detêm interessados.

Na idade em que predominam os sentimentos, não foi estranho às emoções do amor, mas sem perder o seu caráter; não se inclinava a tirar vantagens, dando sempre mais valor à atração recíproca do que a qualquer objeto licencioso.

Desde a infância More, se abeberara largamente das boas letras; quando jovem, aplicou-se ao estudo do grego e da filosofia, mas seu pai, que era professor especializado na lei inglesa, não só não o estimulou nessa atividade como cortou-lhe a mesada e quase o destituiu da condição de herdeiro, porque pensava que queria desertar de sua profissão hereditária. Profissão que, embora esteja distante do conhecimento genuíno, dá grande reputação aos que nela se tornam mestres, gozando de *status* elevado entre seus patrícios, sendo difícil encontrar um meio mais rápido de adquirir fortuna e honra. Com efeito, uma parte considerável da nobreza britânica teve sua origem nessa profissão, a respeito da qual se costuma dizer que nela ninguém pode ser perfeito a não ser depois de laborar durante muitos anos. Era natural que na juventude o gênio do nosso amigo, nascido para coisas melhores, o afastasse desse estudo; no entanto, depois de experimentar o ensino acadêmico,

familiarizou-se tanto com o direito que ninguém foi mais consultado pelos interessados; e a renda que conseguiu não foi superada nem por aqueles que só se dedicavam a isso, tal era a força e a rapidez da sua inteligência.

More se ocupou também, consideravelmente, com os volumes dos Padres da Igreja, e quando era ainda muito jovem, fez uma conferência pública sobre a *De Civitate Dei*[13] de Agostinho, diante de um auditório numeroso, com sacerdotes e homens idosos que não se envergonharam nem se arrependeram de ouvir a lição de teologia de um jovem leigo. Entrementes, aplicou seu intelecto integralmente à religião, com a idéia de ordenar-se, preparando-se com vigílias, jejuns, preces e outros exercícios semelhantes, demonstrando assim muito mais sabedoria do que acontece geralmente, quando as pessoas se comprometem temerariamente com essa profissão tão árdua, sem antes testar a sua disposição genuína. E na verdade não havia qualquer obstáculo para que adotasse esse tipo de vida, exceto o fato de que não podia abandonar o desejo de casar-se. Decidiu assim ser um marido casto em vez de padre licencioso.

Ao casar-se, escolheu uma companheira bem jovem, de bom berço, com a personalidade ainda informe, tendo residido sempre no campo, com seus pais e as irmãs. Pôde assim facilmente modelá-la de acordo com os seus hábitos. Sob a sua orientação, a moça foi instruída no aprendizado de todos os tipos de música, e teria chegado a ser completamente a pessoa ideal como companhia para toda a vida se não tivesse morrido bem cedo. Contudo, chegou a dar-lhe vários filhos, dos quais três meninas, Margaret, Alice e Cecily, e um menino, John, ainda vivem.

More não ficou muito tempo só mas, contrariando o conselho dos amigos, casou-se alguns meses depois da morte da primeira esposa com uma viúva, pensando mais na administração da sua casa do que nas suas fantasias. Pois essa mulher não é bela nem jovem, *nec bella admodum nec puella*, como ele comenta às vezes, brincando; mas é uma dona de casa atenta e cuidadosa. Com ela More vive em termos suaves

[13] *A Cidade de Deus.*

e agradáveis, como se fosse tão jovem e bela quanto se poderia desejar. E dificilmente um marido obtém da esposa, com severidade e imposição, tanta aquiescência quanto ele com agrados e brincadeiras. Com efeito, é preciso grande complacência para induzir uma mulher já com alguma idade, que não é submissa por natureza, e cuja mente está voltada para as suas ocupações quotidianas, a aprender a tocar a harpa, a viola, a espineta e a flauta, praticando todo dia em uma hora determinada. Com a mesma bondade ele governa a sua família, na qual não ocorrem incidentes trágicos, nem há disputas. Se surgisse algo assim, ele ou aplicaria um remédio imediato ou logo acalmaria os espíritos. Ao afastar qualquer pessoa da sua casa ele nunca agiu de forma hostil, tratando-a como um inimigo. Na verdade, sua casa parece ter a fortuna por destino, e ninguém ali morou sem melhorar a sua sorte, e ninguém que ali residiu jamais recebeu contraiu qualquer nódia em seu caráter.

Seria difícil encontrar alguém que viva com a sua mãe nos mesmos termos em que ele trata a sua madastra. Seu pai trouxe para casa, sucessivamente, duas novas esposas, e ele foi tão afetuoso com cada uma como se fosse a própria mãe. Ultimamente introduziu uma terceira, e More jura que nunca encontrou ninguém melhor. Sua afeição pelos pais, filhos e irmãs é tal que nunca os cansa com o seu amor, nem falha na atenção bondosa com que os trata.

Seu caráter é inteiramente livre de qualquer traço de avareza. Ele guardou do seu patrimônio o que lhe parece suficiente para os filhos, e gasta o resto com liberalidade. Quando ainda dependia da sua profissão, dava a todos os clientes aconselhamento genuíno e amável, visando o benefício do cliente, e não o seu. Geralmente dizia-lhes que o meio mais barato de resolver a questão era entrar em acordo com o seu oponente. Se não os podia persuadir disso, mostrava como poderiam processar o oponente com o menor custo, porque algumas pessoas são levadas ao litígio pelo temperamento polêmico.

Na cidade de Londres, onde nasceu, atuou alguns anos como juiz em causas civis. Essa função não é muito trabalhosa – o tribunal

se reúne só às quintas-feiras antes do jantar – e é considerada muito honrosa; e nenhum juiz já tratou de mais processos ou conduziu-se com maior integridade do que ele. Era costume o queixoso depositar três *groats* [14] antes da sessão, e o mesmo fazia o acusado, nada mais sendo permitido cobrar; e na maior parte dos casos ele dispensava as taxas devidas pelos interessados. Com esse comportamento More se fez extremamente popular na cidade.

Ele havia decidido contentar-se com essa posição, que tinha dignidade suficiente sem estar exposta a sérios perigos. Em mais de uma oportunidade foi designado para uma Embaixada, havendo então demonstrado grande habilidade. Em conseqüência, o Rei Henrique não descansou até arrastá-lo para a sua corte. "Arrastá-lo", foi o que eu disse, e com razão, pois ninguém mais do que More teve tanta ambição de ser admitido em uma corte quanto de ver-se livre dela. No entanto, como esse excelente monarca estava decidido a reunir a seu serviço homens cultos, sérios, inteligentes e honestos, insistiu especialmente em admitir More, a quem tratava em termos de tal intimidade que não poderia aceitar a idéia de deixá-lo partir. Com efeito, se há assuntos sérios para discutir, ninguém pode dar um conselho mais sábio; se o monarca deseja distender-se em uma conversação agradável, não há para isso melhor companhia. Questões difíceis sempre surgem, exigindo um julgamento sério e prudente e essas questões são resolvidas por More de tal modo que as duas partes em conflito saem satisfeitas. No entanto, ninguém jamais o induziu a aceitar um presente. Que bênção seria para o mundo se magistrados como More fossem nomeados em toda parte pelos soberanos!

Entretanto, ele não tem qualquer presunção de superioridade. No meio de uma grande pressão de negócios a serem resolvidos não esquece os amigos humildes e, de tempos em tempos, retorna a seus amados estudos. A autoridade que deriva da sua posição, e a influência que exerce, devido ao favor de um soberano poderoso, são dedicadas

[14] Equivalente a 12 pence da época.

ao serviço do público, ou aos seus amigos. Foi sempre parte do seu caráter ser solícito para com todos e maravilhosamente aberto com a sua simpatia. Uma disposição que é agora mais evidente do que nunca, uma vez que aumentou o seu poder de praticar o bem. Alguns ele assiste com dinheiro, outros protege com a sua autoridade, outros ainda promove com recomendações, enquanto que aqueles que não consegue ajudar, de alguma forma se beneficiam com o seu conselho. Ninguém é despedido em desamparo: ele poderia ser chamado de patrono geral de todos os pobres. More considera um grande ganho conseguir aliviar a opressão que pesa sobre qualquer pessoa, iluminar o caminho de quem se encontra em dificuldade, ou trazer de volta ao bem quem está em desgraça. Não há quem conceda um benefício mais prontamente e ninguém espera menos em troca. E apesar de bem sucedido como é de tantas formas, nunca vi um mortal mais livre da arrogância que geralmente acompanha o sucesso.

Proponho-me agora a falar sobre o assunto daqueles estudos que foram o principal meio de unir-nos, a More e a mim. Na sua primeira juventude, seus principais exercícios literários foram em verso. Depois disso More lutou para tornar a sua prosa mais suave, praticando todo tipo de escrita, para formar um estilo, o caráter do qual será desnecessário lembrar, especialmente a V., que está sempre com os seus livros nas mãos. Tinha o maior prazer em participar de declamações, escolhendo sempre algum tema polêmico, por envolver um exercício mental importante. Enquanto ainda jovem, tentou redigir um diálogo, em que desenvolvia a defesa da comunidade de Platão até mesmo na questão do tratamento das esposas. Escreveu uma resposta ao *Tiranicídio* de Luciano, em cuja argumentação quis ter-me como rival, para testar sua proficiência nesse tipo de escrita.

More publicou sua *Utopia* para mostrar o que provoca o mal na vida das comunidades, tendo em vista particularmente a constituição inglesa, que conhece e entende muito bem. Escreveu o Livro II aos poucos e depois, quando viu que um outro era necessário, acrescentou o Livro I de improviso: daí uma certa desigualdade que se nota no estilo.

Seria difícil encontrar alguém que melhor diga *ex tempore* as idéias mais felizes sendo expressas na linguagem mais apropriada; sua mente percebe e antecipa tudo o que acontece, e tem uma memória pronta, com todos os dados à sua disposição, suprindo prontamente o que exige o momento ou a oportunidade. Nos debates, nada pode ser imaginado de maior agudeza, de forma que os mais eminentes teólogos muitas vezes o consideram seu igual, quando ele os encontra no seu terreno. Por isso John Colet, homem de julgamento preciso e exato, comenta, privadamente, que a Inglaterra tem um só gênio, embora nesse país haja muitas inteligências notáveis.

Tanto quanto é contrário às superstições, More é adepto da devoção religiosa genuína, mantendo horário regular para as suas preces, que não são repetidas de forma automática, mas ditas sinceramente. Fala a seus amigos sobre uma vida futura de tal forma que transmite a impressão de acreditar realmente no que diz, e de guardar a esse respeito a melhor esperança. Este é More, mesmo na corte. E ainda há quem pense que os cristãos só existem nos mosteiros! Essas são as pessoas que um monarca sábio admite à sua casa, e a seus aposentos; não só as admite mas as convida, mais ainda, as compele a entrar. O soberano as mantém como testemunhas constantes e juízes da sua vida – seus conselheiros e companheiros de viagem. O rei sábio prefere essa companhia, e não a de jovens dissolutos, janotas, ou mesmo de figurões condecorados, ou ministros espertos, que os atrairiam para diversões tolas, enquanto outros o incitariam à tirania, e outros ainda sugeririam novos esquemas para saquear seu próprio povo. Tenho a certeza de que se V. conhecesse esta corte poderia descrever de modo diferente a vida cortesã, e deixar de ser um *Misaulos*[15], embora V. também viva sob um príncipe que não poderia ser melhor, e tenha companheiros como Stromer e Copp, cujas simpatias estão do lado certo. Mas, o que representa esse pequeno número comparado com as numerosas figuras da distinção de Mountjoy, Linacre, Pace, Colet, Stokesley, Latimer,

[15] Quem odeia a vida na corte, junto aos poderosos.

More, Tunstall, Clerk e outros como eles cujos nomes significam imediatamente um mundo de virtudes e realizações? No entanto, não é pouca minha esperança de que Albert, que é agora o ornamento da nossa Alemanha, reunirá em torno de si muitas pessoas como ele próprio, dando um exemplo notável aos outros príncipes, de modo que se esforcem por fazer o mesmo nos seus respectivos círculos.

* *